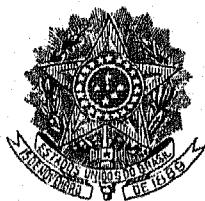


COMISSÃO DE ESTUDOS FINANCEIROS E ECONOMICOS DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS  
MINISTERIO DA FAZENDA

# FINANÇAS

DOS

## ESTADOS DO BRASIL



RELATORIO APRESENTADO PELO SECRETARIO DA COMISSÃO

**VALENTIM F. BOUÇAS**

DIRETOR GERAL DOS SERVIÇOS MOLLERITH

Em Sessão de 6 de Abril de 1932

VOLUME I



RIO DE JANEIRO - IMPRENSA NACIONAL - 1932

**MEMBROS DA COMISSÃO DE ESTUDOS FINANCEIROS E ECONOMICOS  
DOS ESTADOS E MUNICIPIOS CREADA PELO DECRETO NU-  
MERO 20.361, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1931**

- 1.— Dr. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda.
- 2.— Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada.
- 3.— Dr. J. G. Pereira Lima.
- 4.— Dr. Agenor de Roure.
- 5.— Dr. José Carlos de Macedo Soares.
- 6.— Major Juarez Tavora.
- 7.— Dr. Oscar Weinschenck.
- 8.— Dr. Eugenio Gudin.
- 9.— Dr. Joaquim Catramby.
- 10.— Dr. Alceu de Azevedo.
- 11.— Dr. Waldemar Falcão (Observador Técnico).
- 12.— Valentim F. Bouças, Secretário Geral e Representante  
Técnico dos Ministerios da Justiça e da Fazenda.

# INDICE

---

	Págs.
<b>MEMBROS DA COMISSÃO.....</b>	2
<b>RELATORIO .....</b>	<b>3 a 30</b>
Introdução .....	3
Metodo adotado.....	6
As dívidas .....	7
O serviço anual das varias dívidas.....	12
As dívidas flutuantes.....	14
Os dispositivos do código dos interventores.....	14
A organização dos orçamentos.....	17
Padrão orçamentario.....	18
A Receita.....	19
A Despesa.....	20
Classificação da Receita.....	22
Classificação da Despesa.....	23
Impostos Inter-estaduais.....	24
Documentos fornecidos.....	26
Temos de conhecer a nós mesmos.....	27
Conclusão.....	28
<b>SITUAÇÃO FINANCEIRA E ECONOMICA DOS ESTADOS</b>	
<b>DO AMAZONAS.....</b>	<b>31 a 40</b>
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efectuada de 1920 a 1931.....	33
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	34
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	35
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	36
Dívida interna consolidada em 1931.....	37
Dívida interna flutuante em 1931.....	37
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	38
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	39
<b>DO PARÁ.....</b>	<b>41 a 50</b>
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efe- tuada de 1920 a 1931.....	43
Confronto das receitas orçadas para 1931 a 1932.....	44
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	45
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	46
Dívida interna consolidada em 1931.....	47

**DO PARÁ (continuação)**

Pags:

Divida interna flutuante em 1931.....	47
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	48
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	49

**DO MARANHÃO.....**

51 a 60

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	53
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	54
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	55
Divida externa e o seu serviço para 1931.....	56
Divida interna consolidada em 1931.....	57
Divida interna flutuante em 1931.....	57
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	58
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	59

**DO PIAUÍ.....**

61 a 68

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	63
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	64
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	65
Divida interna consolidada em 1931.....	66
Divida interna flutuante em 1931.....	66
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	67
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	68

**DO CEARÁ.....**

69 a 78

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	71
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	72
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	73
Divida externa e o seu serviço para 1931.....	74
Divida interna consolidada em 1931.....	75
Divida interna flutuante em 1931.....	75
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	76
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	77

**DO RIO GRANDE DO NORTE.....**

79 a 88

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	81
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	82
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	83
Divida externa e o seu serviço para 1931.....	84
Divida interna consolidada em 1931.....	85
Divida interna flutuante em 1931.....	85

**DO RIO GRANDE DO NORTE (continuação)**

Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	86
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	87

**DA PARAIBA.....**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	91
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	92 a 93
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	94
Dívida interna consolidada em 1931 .....	95
Dívida interna flutuante em 1931.....	95
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	96
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	97

**DE PERNAMBUCO .....**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	101
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	102
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	103
Dívida externa e o seu serviço anual em 1931.....	104
Dívida interna consolidada em 1931.....	105
Dívida interna flutuante em 1931.....	105
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	106
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	107

**DE ALAGOAS.....**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	111
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	112
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	113
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	114
Dívida interna consolidada em 1931.....	115
Dívida interna flutuante em 1931.....	115
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	116
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	117

**DE SERGIPE.....**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	121
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	122
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	123
Dívida interna consolidada em 1931.....	124
Dívida interna flutuante em 1931.....	124
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	124
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	125

<b>DA BAÍA.....</b>	<b>127 a 136</b>
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	129
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	130
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	131
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	132
Dívida interna consolidada em 1931.....	133
Dívida interna flutuante em 1931.....	134
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	135
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	136
<b>DO ESPIRITO SANTO.....</b>	<b>137 a 146</b>
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	139
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	140
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	141
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	142 e 143
Dívida interna consolidada em 1931.....	144
Dívida interna flutuante em 1931.....	144
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	145
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	146
<b>DO RIO DE JANEIRO.....</b>	<b>147 a 154</b>
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	149
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	150
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	151
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	152
Dívida interna consolidada em 1931.....	153
Dívida interna flutuante em 1931.....	153
<b>DE SÃO PAULO.....</b>	<b>155 a 164</b>
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	157
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	158
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	159
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	160
Dívida interna consolidada em 1931.....	161
Dívida interna flutuante em 1931.....	161
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	162
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	163
<b>DO PARANÁ.....</b>	<b>165 a 174</b>
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	167

**DO PARANÁ (continuação)**

Confronto das receitas orgâadas para 1931 e 1932.....	168
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	169
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	170
Dívida interna consolidada em 1931.....	171
Dívida interna flutuante em 1931.....	171
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	172
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	173

175 a 184

**DE SANTA CATARINA**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	177
Confronto das receitas orgâadas para 1931 e 1932.....	178
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	179
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	180
Dívida interna consolidada em 1931.....	181
Dívida interna flutuante em 1931.....	182
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	183
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	184

185 a 194

**DO RIO GRANDE DO SUL**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	187
Confronto das receitas orgâadas para 1931 e 1932.....	188
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	189
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	190
Dívida interna consolidada em 1931.....	191
Dívida interna flutuante em 1931.....	191
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	192
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	193

195 a 204

**DE MINAS GERAIS**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	197
Confronto das receitas orgâadas para 1931 e 1932.....	198
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	199
Dívida externa e o seu serviço para 1931.....	200
Dívida interna consolidada em 1931.....	201
Dívida interna flutuante em 1931.....	202 e 203

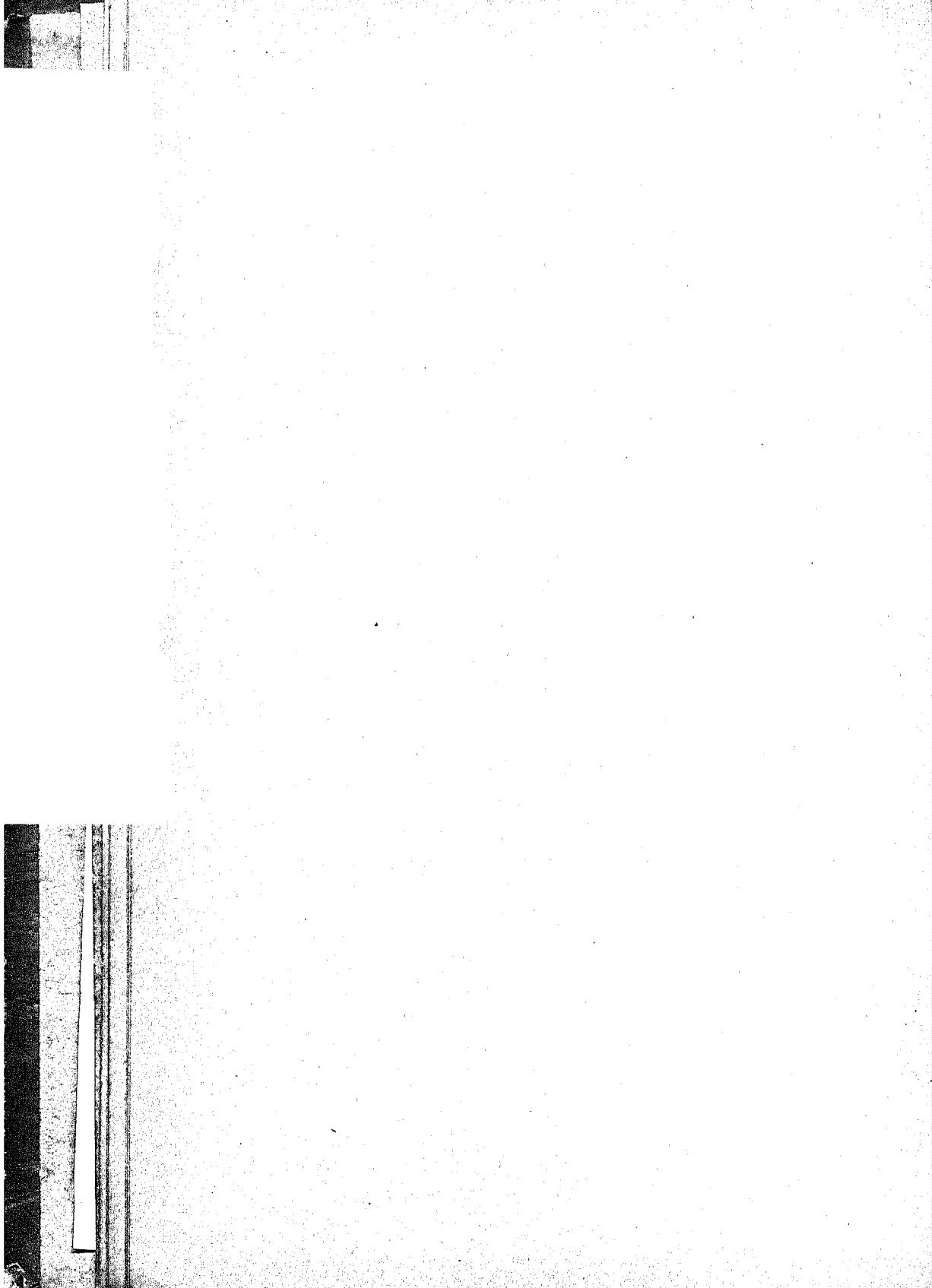
205 a 210

**DE GOIÁS**

Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	207
Confronto das receitas orgâadas para 1931 e 1932.....	208
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	209
Dívida interna flutuante em 1931.....	210

<b>DE MATO-GROSSO.....</b>	211 a 218
Confronto entre a receita arrecadada e a despesa efetuada de 1920 a 1931.....	213
Confronto das receitas orçadas para 1931 e 1932.....	214
Confronto das despesas fixadas para 1931 e 1932.....	215
Dívida interna consolidada em 1931.....	216
Dívida interna flutuante em 1931.....	216
Principais produtos exportados para o exterior pelos portos do Estado, de 1927 a 1931.....	217
Comércio exterior e de cabotagem, de 1927 a 1931.....	218
<b>RESUMO DA RECEITA E DESPESA DOS ESTADOS.....</b>	219 a 228
Mapa demonstrativo das Receitas orçadas para 1932 —	
Valor em contos de réis.....	221 e 222
Mapa demonstrativo da percentagem das Receitas orçadas para 1932.....	223 e 224
Mapa demonstrativo das Despesas fixadas para 1932 —	
Valor em contos de réis.....	225 e 226
Mapa demonstrativo da percentagem das Despesas fixadas para 1932.....	227 e 228
<b>MAPAS GERAIS E CONFRONTOS DA RECEITA E DESPESA ESTADUAIS.....</b>	229 a 234
Mapa geral das Receitas dos Estados orçadas para 1932	231
Mapa geral das Despesas dos Estados fixadas para 1932	232
Confronto entre a Receita e a Despesa orçamentarias dos Estados para 1932.....	233
Confronto entre o total da Receita e o da Despesa dos Estados no periodo de 1920 a 1931.....	234
<b>EMPRESTIMOS EXTERNOS REALIZADOS PELOS ESTADOS E MUNICIPALIDADES E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930, DISCRIMINADOS POR MOEDAS E DATAS .....</b>	235 a 244
I Quadro — Emprestimos externos, em libras esterlinas, realizados pelos Estados.....	237 e 238
II Quadro — Emprestimos externos, em francos e em florins, realizados pelos Estados.....	239
III Quadro — Emprestimos externos, em dollars, realizados pelos Estados.....	240
IV Quadro — Emprestimos externos, em libras esterlinas e em francos, realizados pelas Municipalidades....	241
V Quadro — Emprestimos externos, em dollars, realizados pelas Municipalidades.....	242
VI Quadro — Total dos Emprestimos Estadoais emitidos em cada ano.....	243
VII Quadro — Total dos Emprestimos Municipais emitidos em cada ano.....	244
VIII Quadro — Total dos Emprestimos Estadoais e Municipais emitidos em cada ano.....	245

<b>QUADROS COMPARATIVOS DA DIVIDA PASSIVA DOS ESTADOS COM A RESPECTIVA RECEITA.....</b>	247 a 250
Quadro comparativo das dívidas externa, interna e fluente de cada Estado com a Receita orçada em 1931	249
Quadro comparativo do serviço anual das dívidas consolidadas com a Receita orçada de cada Estado em 1931	250
<b>DESPESA COM A INSTRUÇÃO PRIMARIA, POLICIA MILITAR, VENCIMENTOS DOS INTERVENTORES E SECRETARIOS.....</b>	251 a 254
Receita e Despesa orçamentárias para o exercício de 1932 e verbas destinadas á Instrução primária e á Policia Militar, em confronto com as prescritas pelo Código dos Interventores.....	253
Vencimentos e representação de Interventores e de Secretários e número de Secretarias, constantes das leis orçamentárias, para o exercício de 1932, em confronto com os prescritos pelo Código dos Interventores...	254



# RELATORIO

DOS

## TRABALHOS APRESENTADOS PELA COMISSÃO TECHNICA

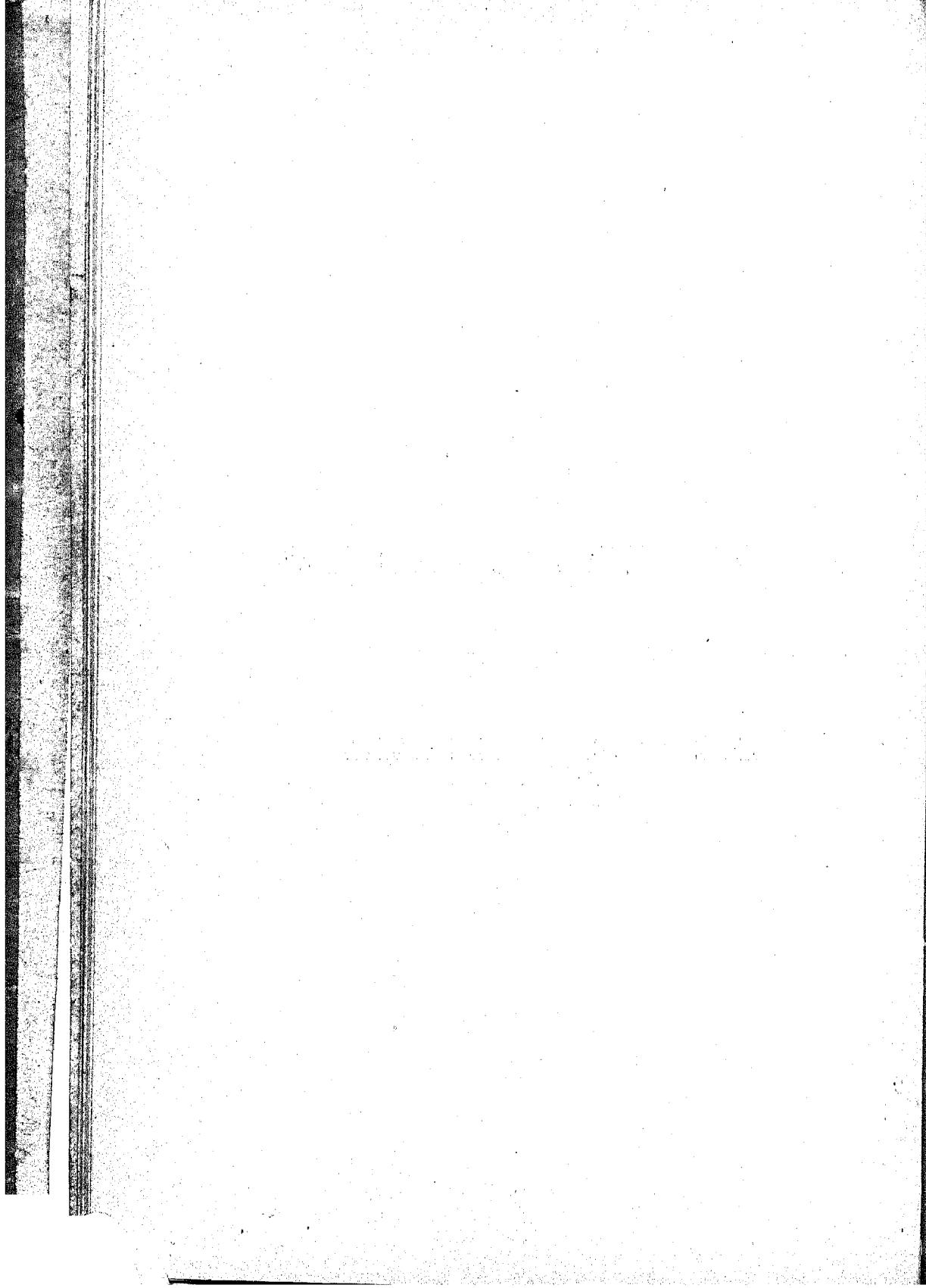
SOB A DIREÇÃO DO

**SR. VALENTIM E. BOUÇAS, Diretor Geral dos Serviços "Hollerith"**

A

COMISSÃO DE ESTUDOS FINANCEIROS E ECONOMICOS

DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS



*Exmo. Sr. Ministro da Fazenda e dignos Membros da  
Comissão de Estudos Financeiros e Económicos dos  
Estados e Municípios*

São do discurso do Sr. Chefe do Governo Provisorio, na solenidade realizada no Teatro Municipal, em 3 de Outubro último, as seguintes considerações:

"Estamos sinceramente empenhados na reorganização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, dos Estados e Municípios, simultaneamente. Inspira-nos um programa nacional de harmonia e não de dispersão. A União tem de se restabelecer, curando, ao mesmo tempo, todos os seus elementos componentes. Entre o Governo Provisorio e os Interventores, entre estes e os Prefeitos municipais, deve haver identidade de diretrizes na ordem financeira, administrativa e econômica. Cumpre a todos seguir o mesmo rumo para uniformidade do esforço e semelhança dos resultados."

Esse amplo objetivo de uma política, não parcial, mas geral, de nossa reconstrução econômico-financeira se acha devidamente consubstanciado e definido não só na lei orgânica ou decreto n. 19.398, de 11 de Novembro de 1930, como ainda no decreto n. 20.348, de 29 de Agosto do ano passado, que institui conselhos consultivos nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, e estabelece normas sobre a administração local.

Esses decretos visam precípua mente aquela identidade de diretrizes. E ainda para melhor assegurá-la foi criada a Comissão de Estados Financeiros e Económicos dos Estados e Municípios, pelo decreto n. 20.631, de 9 de Novembro também de 1931.

A's reuniões preliminares dessa Comissão compareceram os Srs.: Drs. José Carlos de Macedo Soares, Joaquim Catramby, Oscar Wein-

schenck, Antonio Carlos, Pereira Lima, Alceu de Azevedo e Eugenio Gudin, deixando de comparecer outros membros por motivo justificado.

Essa Comissão geral desdobrou-se em duas parciais: uma, encarregada do estudo das condições economico-financeiras dos Estados em geral e dos Municípios, a começar pelos Estados do Amazonas e Alagoas, e outra, com a incumbência mais particular do exame das dívidas externas dos mesmos Estados e Municípios.

Essas duas comissões parciais deveriam desenvolver sua ação sob a superintendência dos Ministros da Fazenda e da Justiça.

Fomos distinguidos pelos então ministros dessas pastas, respectivamente, os Srs. José Maria Whitaker e Oswaldo Aranha, com o convite para, na qualidade de representante técnico de um e outro desses ministérios, reunir e coordenar os elementos de execução de seus trabalhos.

Posteriormente, o Sr. Mauricio Cardoso, assumindo a direção do Ministério da Justiça, igualmente nos honrava com seu decidido apoio, ratificando, em termos que bastante nos sensibilizaram, aquele convite de seu ilustre antecessor no ministerio.

A primeira das Comissões referidas, de que faziam parte os Srs. José Carlos de Macedo Soares, Joaquim Catramby e Oscar Weinschenck, prontamente se desobrigou da tarefa que lhe foi confiada, tendo os relatórios referentes às condições financeiras, dos Estados do Amazonas e Alagoas sido entregues não só ao Exmo. Chefe do Governo Provisorio, como aos interventores daquelas duas unidades da Federação, por intermédio do atual Sr. Ministro da Fazenda.

A segunda Comissão inicialmente nos encarregou de obter todos os dados e documentos, sobretudo os contratos daquelas dívidas, para poder precisamente caracterizá-las.

Com a ausência plenamente justificada do Sr. Dr. José Carlos de Macedo Soares, que se acha atualmente em Genebra, dignamente representando o nosso país em várias conferências internacionais, o Sr. Ministro Oswaldo Aranha, para que as Comissões se orientassem por um critério uniforme, julgou conveniente suas reuniões em conjunto, pois que, além daquela vantagem de critério uniforme, havia a considerar que suas atribuições se conjugavam perfeitamente; e, assim, mais fácil seria a elaboração de conclusões fundamentais.

Vamos, na qualidade de secretário técnico de uma e outra, dar-lhes conta pormenoradamente do quanto temos realizado, de todos os esforços que temos dispendido, para o tão elevado objetivo de construção nacional.

Fazemo-lo não tanto pelo prazer de assinalar o dever cumprido, mas principalmente para que o país tenha exacta noção da obra ciclopica que se está realizando naquele sentido, visto como o que havia, em matéria economico-financeira nos Estados, não era sinão desordem, desperdicio e irresponsabilidade.

Não foram faceis a colheita e análise dos elementos imprescindiveis á nossa tarefa, em face da desordem, do desperdicio, da irresponsabilidade, que, entretanto, não é de admirar, se atendermos á desorganização contabil em que sempre vivemos, pelo emprêgo, até hoje dos processos anacronicos.

E' justo, comtudo, salientar que ha leis estaduais de orçamento redigidas de forma bem clara, dispensando outras informações suplementares, como as do Rio Grande do Sul e Pernambuco.

A demora da chegada ás nossas mãos de exemplares de leis orçamentarias do corrente ano veiu ainda mais dilatar o prazo d'este estudo.

Mas as dificuldades não nos entibiam, e, assim, providenciámos para vencê-las e conseguimos esse feliz *desideratum*, para o qual, devemos declarar como uma obrigação que se nos impõe, sempre recebemos dos Srs. Ministros José Maria Whitaker, Mauricio Cardoso e Oswaldo Aranha a mais forte e decidida cooperação, sem esquecer ainda S. Ex. o Sr. Chefe do Governo Provisorio, cuja ação junto aos Srs. interventores, prestigiou nossa atividade.

Não fôra essa cooperação, e certamente não teríamos chegado como chegámos a resultados que são de estimar, pois representam solido alicerce para a consciente reorganização economico-financeira de nossos Estados.

A tecnia não conhece os partidos; não conhece a politica e muito menos os politicos. Conhece apenas os algarismos, na rigidês de sua expressão. Neste trabalho, como em todos os de nosso Departamento, não nos preocupam sinão estes, sejam ou não favoraveis, possam ou não servir ás conveniencias daqueles, que não sobreponemos, mas subordinamos aos grandes e legítimos interesses de nosso país.

Apurámos fatos, alguns de maior importancia e mais indissfarçável gravidade. Queremos trazel-os ao conhecimento desta prestigiosa Comissão, acompanhados dos comentarios e sugestões que nos hajam despertados, comentarios e sugestões que ousamos formular, tão sómente como base de discussão para nossas deliberações definitivas.

## METODO ADOTADO

O manancial de informações era dos mais complexos. O essencial era, portanto, proceder com método.

E foi o que procurámos realizar.

Antes de tudo, tratámos de confeccionar:

1º) Quadros económicos e financeiros dos 20 Estados, no período de 1920 a 1932, pelos quais se verifica:

— Que o total dos *deficits* dos Estados de 1920 a 1931 importa em 1.811.383 contos.

— Que os Estados que apresentam maiores *deficits*, no mesmo período, são: São Paulo com 1.161.240 contos; Rio de Janeiro com 250.121 contos; Minas Gerais com 124.245 contos; Baía com 75.627 contos; Paraná com 58.287 contos; Espírito Santo com 35.986 contos; Pernambuco com 26.016 contos; Pará com 23.562 contos; Rio Grande do Norte com 15.457 contos e finalmente Santa Catharina com 11.440 contos.

— Que os Estados que apresentam menores *deficits*, no mesmo período, são: Amazonas com 1.199 contos; Goiás com 1.395 contos; Alagoas com 3.927 contos; Sergipe com 4.301 contos; Maranhão com 5.062 contos; Rio Grande do Sul com 8.507 contos e Mato Grosso com 9.944 contos.

— Que apenas três Estados da União, no período acima referido, apresentam saldo entre a receita arrecadada e a despesa efetuada. São eles, na ordem decrescente desse saldo: Ceará, com 3.178 contos; Paraíba com 948 e finalmente o Piauí com 807 contos.

2º) Quadros com as receitas e as despesas de todos os Estados. Nos três últimos anos, isto é, de 1930 a 1932, apresentam os seguintes algarismos:

	Receita	Despesa
1930 .....	1.030.269	1.611.182
1931 .....	1.168.123	1.265.153
1932 .....	1.187.246	1.235.971

Os confrontos da receita de ano a ano mostram que, entre 1930 e 1931, a despesa aumenta um aumento de 137.854 contos; entre 1931 e 1932, a diferença a

favor do último ano é apenas de 19.123 contos, e isso devido á grande depressão que vêm sofrendo as cotações de nossos produtos.

3º) Identicos confrontos relativamente ás despesas. Estas para o ano de 1931, comparadas com as de 1930, sofreram uma redução de 346.029 contos. E as fixadas para 1932, comparadas com as de 1931, foram diminuídas de 29.182 contos.

E essa compressão de despesas se realizou em obediencia ao que dispõe o art. 13, n. 1, do Código dos Interventores, segundo o qual estes se deveriam empenhar em realizar o equilíbrio orçamentário dos Estados sob sua administração.

Parece-nos útil assimilar que, em quarenta e um anos de nossa vida republicana, quadros e confrontos dessa natureza são assim, pela primeira vez, verdadeiramente sistematizados.

### AS DIVIDAS

Já existem, portanto, elementos reunidos, de modo a permitir saber das possibilidades e recursos de cada um dos Estados, como o vulto de seus compromissos externos e internos, quer no que diz respeito ás dívidas consolidadas, quer em referência á dívida flutuante.

Durante o Império, vários trabalhos apareceram sobre o assunto, uns concernentes ás fontes de receita de cada província, á legalidade de sua cobrança, outros, mais completos, sobre os orçamentos provinciais, com estudos da situação financeira de cada província. Entre eles, convém citar os seguintes:

Relatório da Comissão encarregada de rever e classificar as rendas gerais, provinciais e municipais do Império, trabalho publicado em 1883;

Estudo sobre os impostos provinciais feito pelas leis orçamentárias e publicado em 1877.

Como se pôde ver pelos dois trabalhos citados, a questão de impostos, hoje chamados interestaduais e que naquela época se denominava interprovinciais, é entre nós quasi secular.

Além das obras referidas existe sobre o assunto vasta literatura, que versa a matéria sobre todos os seus aspectos; — subsídios também importantes para o estudo dessa questão e que se acha novamente na ordem do dia,

em vista do que estabelece o decreto 19.995, de 14 de Maio do ano passado, são, sem dúvida, a serie de decisões do antigo Conselho de fazenda, do tempo do Imperio e os debates parlamentares, reunidos em volumes na parte que pertence ao regime republicano.

Essas considerações, que, no capítulo sobre orçamentos, aparecem muito mais desenvolvidas, são feitas apenas para mostrar que o nosso trabalho sobre a situação economico-financeira dos Estados e dos Municípios é o primeiro que se realiza, na República, com as minudencias necessárias ás investigações dessa ordem, e é apresentado com a maior oportunidade, pois seus dados alcançam todos os orçamentos de 1932 e, na maioria dos casos, as rendas arrecadadas e as despesas efetuadas do ano proximo passado.

E' verdade que, nos relatórios do Ministério da Fazenda, de 1904 a 1905, o Dr. Leopoldo de Bulhões publicou dados concernentes á estatística financeira dos Estados, mas a deficiencia de informações prejudicou-lhe em parte o objetivo. Eram, em todo o caso, elementos de valor, como são os que foram publicados pela extinta Diretoria Geral de Estatística em 1908, 1916, 1924 e 1926. Mas todos eles se ressentiam de falta de informações precisas, principalmente no que dizia respeito ao estado das dívidas, que a situação criada pela revolução permitiu que se conhecesse em seus menores detalhes. Pelas mensagens dos presidentes ou governadores dos Estados, como pelos relatórios dos secretários de fazenda não era possível ter-se ideia exata da situação das finanças estaduais, pois áqueles documentos faltava sinceridade, e induziam a erros lamentáveis a quem os lesse.

Este capítulo tratará da dívida dos Estados e dos onus que acarreta á receita estadual cada um desses compromissos.

Em primeiro logar, falaremos da dívida externa que, dada a instabilidade do valor da nossa moeda, é a que mais pesados encargos exige dos orçamentos estaduais.

Em 31 de Dezembro de 1930, a dívida externa, dos 15 Estados que têm empréstimos realizados no exterior, era representada pelos seguintes algarismos:

Em £.....	36.946.161
Em dólares.....	155.748.800
Em francos.....	229.937.205
Em florins.....	8.900.000

Essa dívida exige, anualmente, de acordo com os respectivos contratos, as seguintes importâncias:

Em £.....	3.912.844
Em dollares.....	16.593.801
Em francos.....	16.128.244
Em florins.....	1.797.800

Instavel como é, em seu valor, nosso meio circulante, para determinar a equivalencia daquelas importancias em moeda nacional, foi necessario adotar uma taxa arbitaria para sua conversão, e foi essa a de 6 d. ouro, bem mais elevada que a da cotação atual.

Feita a conversão, a dívida externa consolidada dos Estados é de 2.861.467 contos, sendo os seus encargos anuais de 304.038 contos.

Apenas 5 Estados não têm dívida consolidada externa e são eles, em ordem geografica: Piauí, Paraíba, Sergipe, Goias e Mato Grosso.

As rendas estimadas, para 1932, dos Estados que têm compromissos externos, somam 1.141.240 contos.

A dívida externa é  $2 \frac{1}{2}$  vezes a receita estimada desses Estados e o serviço anual, de acordo com os contratos, exige 26,6 % de sua receita total.

Isso na hipótese do cambio a 6 d., mas, na realidade, aquelas percentagens são muito mais elevadas; e o são não só por este motivo, como também porque a conversão à moeda nossa dos empréstimos em francos foi feita considerando estes como francos papel, embora haja, sobre todos esses empréstimos, reclamações em que se pleiteia o pagamento em francos ouro.

Dos Estados, o que mais deve no exterior, em numeros absolutos, é S. Paulo, e o Rio Grande do Norte é o que tem a menor dívida externa.

O primeiro deve 1.600.283 contos, ao cambio de 6 d. ouro, e o serviço anual dessa dívida eleva-se a 196.180 contos, ou seja 49 % de sua receita, que está orçada para 1932 em 400.920 contos.

Mas nem todos esses compromissos são pagos com a receita papel de seu orçamento, visto que os encargos dos empréstimos de 1921 correm por conta da arrecadação da taxa de 5 francos, avaliada a renda para este ano em 52.500.000 francos, e os de 1930 pela taxa em shillings e pelo produto da venda do café apenado.

Excluindo os empréstimos de 1921 e 1930, aquelas responsabilidades decem, quanto à dívida, a 698.360 contos; e, quanto ao serviço anual, a 60.204 contos. As percentagens passam a ser de 174 % e 15 % respectivamente.

O Rio Grande do Norte que, como já vimos, é o que menos deve no exterior, dispende anualmente com a sua dívida externa 156 contos, que

correspondem apenas a 1,9 % de sua receita, estimada, para o ano em curso, em 9.079 contos. O total da dívida em circulação atinge a 2.279 contos, pouco mais de um quarto de sua receita.

Nos quadros resumos, que se encontram entre os trabalhos que apresentamos hoje á Comissão, ha pormenorizadas informações sobre a dívida externa de cada Estado, pelo que nos dispensamos de alongar esses comentários.

Nosso departamento possue todos os elementos que se referem aos compromissos dos Estados no exterior, tais como: os contratos assinados, o historico de cada emprestimo, o fim a que se destinava seu produto, as garantias dadas, as comissões distribuidas, e, de muitos deles, o emprêgo dado ao liquido recebido pelo Estado, emprêgo muitas vezes diferente d'aquele para o qual foi obtido o emprestimo.

No estudo que a Seção tecnica realizou, pôde constatar fatos que confirmam as conclusões da comissão de inquerito do Senado Americano, sobre as operações realizadas por banqueiros dos Estados Unidos, com os países da America do Sul, operações essas que prejudicaram não só os interesses dos subscritores desses emprestimos como tambem o das populações dos países devedores. Aos primeiros, porque viram seus titulos depreciados pela impontualidade ou suspensão dos pagamentos; aos segundos, pelos onus que essas transações acarretaram aos orçamentos de seus países ou estados.

A análise dos contratos de emprestimos e a do emprêgo do produto dessas transações revelaram muitas vezes fatos que mostram o descaso de muitos dos nossos administradores pela causa pública. Geralmente, as condições dos emprestimos efetuados eram onerosissimas, não só pela taxa de juros, pelo tipo em que eram lançados, pelas comissões distribuidas, como tambem pela inserção de certas clausulas nos contratos, muitas das quais vexatorias para nossos brios. Para não enumerar muitos casos que alongariam sem necessidade esta exposição, visto que a Comissão tem ao seu dispôr todos esses documentos, poderíamos citar o de um contrato que dava ao banqueiro o direito de, no caso de falta de pagamento dos juros, cobrar, por suas proprias mãos, os impostos, e, para esse fim, era a administração obrigada a fornecer-lhe todos os livros de lançamento; em outro, o Estado se obrigava a dar a um empreiteiro, indicado pelo contratante, determinado serviço público. Para isso ficou a parte do produto do emprestimo destinada áqueles trabalhos em poder dos banqueiros.

E era tão idoneo o empreiteiro que se viu o governo forçado a recindir o contrato, pagando o Estado áquele industrial ainda grande

indenização, depois de esgotados todos os fundos em poder dos banqueiros, sem que as obras ficassem terminadas.

Estado houve que fez dois empréstimos de vulto, no espaço de 10 anos, para certa obra pública e não conseguiuvê-la realizada, embora fosse a mesma orçada em importância inferior à do menor empréstimo.

De um empréstimo feito nos Estados Unidos, paga um Estado, de juros, pela metade da dívida, 16 % anualmente, embora consigne o contrato o juro de 8 %.

Ha ainda os casos de contratantes sem a idoneidade precisa, que comprometiam pelas suas transações ilícitas o crédito, tanto do Estado como do Brasil. Basta citar o caso dos empréstimos de Alagoas, do Espírito Santo, de Santa Catarina. Este último realizou em 1919 um empréstimo de \$5.000.000 ao tipo de 86,5 %, juros de 6 %, mas em virtude da falência do banqueiro só recebeu \$1.541.060. Teve que realizar, para resgatar os títulos em circulação, novo empréstimo, a juros de 8 %, tipo de 90 e dispendera naquele resgate a importância de \$2.783.938.

Esses e outros fatos foram os fatores principais da situação de descalabro, em que a revolução veiu encontrar as finanças de grande número de nossos Estados.

Mesmo antes da atual queda das taxas cambiais, muitos deles tinham suspendido as remessas a que se obrigaram pelos contratos e destinadas a solver seus compromissos no exterior.

O Estado do Amazonas desde 1918 suspendeu o serviço da sua dívida externa, e suspensas a alguns anos se acham as remessas de muitos Estados, que realizaram empréstimos em França, e isso a pretexto da especie da moeda em que devem ser aqueles compromissos liquidados.

Um dos nossos grandes Estados vem pagando seus *coupons* desde 1915, quasi exclusivamente com títulos de *fundings*, e, daquela época até hoje, já realizou cinco ou seis transações dessa espécie.

No tempo do Império, só duas províncias tinham dívida externa: a de São Paulo e a da Baía. Esta em 1888, assinou contrato para um empréstimo de Frs. 20.000.000, a juros de 5 %, o qual devia ter sido resgatado em Dezembro de 1926, mas não o foi, e ainda hoje estão em circulação títulos no valor nominal de Frs. 6.514.500. Os compromissos, da

então província de São Paulo, realizados naquela época, já foram todos resgatados.

No 1º decênio da República, foram poucos os empréstimos lançados pelos Estados, mas, em 1904, já essa dívida montava a £ 8.123.400, como se vê pelo quadro a seguir:

ESTADOS	DÍVIDA EXTERNA		RECEITA Em contos	% da dívida em relação à Receita
	Em £	Em contos		
Amazonas.....	631.950	12.639	14.430	87,5 %
Pará.....	2.150.000	43.000	13.286	323,7 %
Baía.....	1.102.150	22.043	12.270	170,7 %
S. Paulo.....	1.826.300	36.526	34.893	104,7 %
Minas Gerais.....	2.413.000	48.260	16.810	280,9 %
Total.....	8.123.400	162.468	91.707	177,1 %

Apenas 5 Estados tinham empréstimos externos e a dívida representava 177 % da receita orçada.

No espaço de 8 anos, isto é, de 1904 a 1912, os compromissos externos quintuplicaram, triplicando o número de Estados, pois, em vez de 5 Estados, havia 14 que lançaram mão desse meio para obter recursos com o fim de cobrir deficiências de receitas, de resgatar dívidas internas ou de construir estradas e obras novas. Os Estados livres desses onus eram, naquele ano, os mesmos de hoje e mais o do Rio Grande do Sul, que, só em 1921, realizou seu primeiro empréstimo externo.

Os quadros da nossa dívida, em 1912, 1922 e 1930, permitirão acompanhar nesse período a marcha ascendente dos compromissos dos Estados no exterior.

### O SERVIÇO ANUAL DAS VÁRIAS DÍVIDAS

Elaborámos diversos quadros comparativos do serviço anual das várias dívidas com as receitas estimadas, o que nos habilita a dizer com precisão:

a) Quanto ao serviço de juros e amortização os Estados que mais dependem com esse serviço são: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Baía e Pernambuco;

b) a percentagem do referido serviço na receita global de cada

Estado. Essa percentagem é, para os Estados citados, que têm maior serviço de dívidas, a seguinte:

S. Paulo .....	55,20 %
Baía .....	25,06 %
Pernambuco .....	17,62 %
Minas Gerais .....	13,81 %
Rio Grande do Sul.....	13,23 %

Entretanto, noutros Estados em que o serviço anual da dívida externa e interna é menor, a percentagem sobre a receita é bem mais elevada. Assim temos:

Pará .....	49,68 %
Amazonas .....	42,92 %
Rio de Janeiro .....	35,41 %
Paraná .....	31,12 %
Santa Catarina .....	31,05 %

Há também Estados que têm compromissos externos e pouco dispõem com o serviço anual total. Nesse caso está o Rio Grande do Norte que dispõe apenas 3,89% de sua renda com o serviço decorrente de seus compromissos externos e internos.

Das dívidas consolidadas dos Estados, nosso Departamento organizou os quadros desses compromissos Estado por Estado, subdividindo-as pelas taxas de juros, de modo a poder precisar, primeiro: o quanto de juros exige, por ano, cada emissão; segundo, o montante de juros atrasados, vencidos e não pagos, dessas emissões.

A dívida consolidada, interna, por exemplo, dos Estados que não têm dívida externa, exige um serviço anual cujas percentagens sobre a receita são:

Mato Grosso .....	8,16 %
Sergipe .....	8,00 %
Goiás .....	1,20 %
Piauí .....	0,10 %
Paraíba .....	0,08 %

### OUTROS QUADROS

Elaborámos ainda:

a) o quadro da dívida externa, nas moedas em que foram lançados os diversos empréstimos, discriminados por ordem cronológica. Os I

tados devem: 229.937.205 francos, 36.946.161 libras, 155.748.800 dollares e 8.900.000 florins;

b) o quadro geral com valores em contos de réis, das dívidas externas, interna e flutuante de todos os Estados;

c) o quadro com o total dos empréstimos emitidos cada ano. É interessante notar nesse quadro, de 1888 a 1930, a persistência, mais ou menos acentuada, da moeda inglesa, e o inicio das operações em dollares, a partir de 1921, com a cessação dos empréstimos em francos desde 1919.

### AS DÍVIDAS FLUTUANTES

Nosso Departamento está também habilitado a responder, com segurança, a quanto montam as dívidas flutuantes, nelas incluídas as de exercícios findos e depósitos diversos, de cada um dos Estados, e as providências de que se está lançando mão para resgatá-las.

Do quadro que figura neste trabalho, verifica-se que a dívida flutuante dos Estados soma 1.105.318 contos, contribuindo com maior parcela para esse total os seguintes Estados: São Paulo com 452.014 contos; Minas Gerais com 232.948 contos e Rio de Janeiro com 57.581 contos. A dívida flutuante de São Paulo e de Minas Gerais é maior do que a receita estimada desses Estados e a do Rio de Janeiro se não a excede quasi que a iguala.

### OS ESTADOS E OS DISPOSITIVOS DO CÓDIGO DOS INTERVENTORES

Empenhado na reorganização econômico-financeira de todo o país, isto é, da União, dos Estados e dos Municípios, o Governo Provisório baixava o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, e completava-o com o Código dos Interventores.

O Sr. Getúlio Vargas, em seu discurso de 3 de Outubro do ano passado assim justificava esses atos:

"A lei organiza ou decreto n. 19.398, de 11 de Novembro do ano passado, foi o primeiro passo nesse sentido. Nela, ficou estabelecida a competência do governo federal de nomear interventores de sua confiança para cada Estado, incumbindo-se de exercer, como ele próprio, atribuições executivas e legislativas, e também autorizando-os a nomear, a seu turno, os prefeitos para os diversos municípios. Havia assim, como que uma delegação de poderes para uma realização comum. Foi além, porém, a mesma lei.

Prescreveu obrigações e normas para os Interventores e Prefeitos, submetendo-os á fiscalização do centro, sendo de citar entre tais obrigações e normas a que lhes impõe a "publicação mensal de balancetes da receita e despesa".

O Código de Interventores é complemento dessa lei. Veiu ampliá-la e formar de modo iniludivel aquela comunhão.

Assim é que, entre outras providências, determina o seguinte:

- a) que as despesas autorizadas nas leis orçamentarias dos Estados e Municípios não excedam á receita orçada para o exercicio, e que os creditos extraordinarios, suplementares ou especiais, tambem não excedam ao saldo da receita arrecadada sobre a receita orçada;
- b) que a receita não será orçada em quantia superior á efetivamente arrecadada no exercicio anterior, não computadas aí as somas provenientes de emprestimos ou quaisquer outros recursos extraordinarios;
- c) que os Estados e Municípios não pôdem contrair emprestimos externos;
- d) que não pôdem fazer concessões de minas ou de terras;
- e) que têm de abolir o imposto de exportação, substituindo-o por outros mais racionais;
- f) que os Estados devem empregar no mínimo 10 % de sua renda com a instrução primaria e não pôdem gastar mais de 10 % com serviços da segurança pública.

Os interventores e prefeitos não se podem eximir dêsses deveres, burlando tais normas, pois é dos mais rigorosos o processo de fiscalização a que os sujeita o novo Código.

Quer isso dizer que vamos ter pela primeira vez, em toda a história de nossa vida economico-financeira, o equilibrio orçamentario não só na União, como em todos os Estados e Municípios.

De resto, é preciso assinalar que a maioria dos Estados, atendendo a instruções do Governo Federal, já no começo do corrente ano, teve o cuidado de organizar seus orçamentos, com despesa menor que a fixada no exercicio anterior.

Comprendendo o alcance dessas considerações de S. Ex. o Sr. Chefe do Governo Provisorio, nosso Departamento procurou relacionar os Estados que têm deixado de atender aos dispositivos do Código dos Interventores, quanto:

- a) ao numero de Secretarias de Estado;

- b) aos vencimentos dos Interventores;
- c) " " " Secretarios;
- d) á despesa com a Fôrça Pública;
- e) " " " Instrução Primaria;
- f) ao equilibrio orçamentario;
- g) á supressão de impostos interestaduais;
- h) ás contribuições dos municipios;
- i) ao quadro explicativo das dívidas.

O Código dos Interventores classifica os Estados para efeito de fixação de vencimentos e representação dos Interventores e secretários, da divisão administrativa (pela renda dos municípios), do número de secretarias de Estado, da seguinte forma:

- |              |                            |                         |
|--------------|----------------------------|-------------------------|
| Categoria A) | Renda inferior a           | 10.000 contos;          |
| " B)         | " entre                    | 10.000 e 20.000 contos; |
| " C)         | " "                        | 20.000 e 50.000 "       |
| " D)         | " "                        | 50.000 e 100.000 "      |
| " E)         | " "                        | 100.000 e 200.000 "     |
| " F)         | " "                        | 200.000 e 300.000 "     |
| " G)         | superior a 300.000 contos. |                         |

Pelo orçamento de 1932, estão classificados:

Na categoria *a*, seis Estados: Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Goias e Mato Grosso.

Na categoria *b*, seis Estados: Pará, Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Santa Catarina.

Na categoria *c*, dois Estados: Espírito Santo e Paraná.

Na categoria *d*, três Estados: Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

Na categoria *e*, um Estado sómente, o Rio Grande do Sul, que quasi atinge a categoria superior.

Na categoria *f*, um Estado: Minas Gerais.

Na categoria *g*, um Estado: São Paulo.

A despesa prevista para a Polícia Militar excede a 10 % do total da despesa, contra o que determina o Código dos Interventores, nos seguintes Estados: Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe, Minas Gerais, Goias e Mato Grosso.

Quanto á Instrução Primaria, a despesa prevista não atingiu a 10 % da

receita, como prescreve o Código dos Interventores, nos seguintes Estados: Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul.

Quanto às Secretarias, o Estado que as têm em maior número do que determina o Código, é: o Espírito-Santo (4 em vez de 3). Há Estados que as têm em menor número do que determina o mesmo Código. Estes são: Maranhão, Alagoas, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

No que diz respeito ao equilíbrio orçamentário, apresentam *deficit* os seguintes, nas previsões de 1932: Pernambuco e São Paulo.

### A ORGANIZAÇÃO DE ORÇAMENTOS

Relativamente aos orçamentos, era esta sua situação geral: o da União, os dos Estados e os dos Municípios diferiam entre si. Obedeciam a divisões e classificações distintas, e não ao mesmo molde, ao mesmo padrão. De modo que era impossível qualquer confronto, qualquer comparação entre eles.

Havendo essa falta de uniformidade, acontecia o seguinte:

a) Não se conheciam devidamente as fontes de renda dos Estados. Não havia separação sistemática das rubricas de receita nos três grandes títulos, adotados pela União e aceitos por muitos Estados:

Ordinaria.

Extraordinaria.

Aplicação especial.

De fato há Estados que não as distribuem sob esses títulos.

O Rio Grande do Sul classifica a receita em:

Renda de impostos.

Rendas industriais.

Renda patrimonial.

Contribuições.

Renda extraordinaria.

Não considera, pois, a renda com aplicação especial.

O Amazonas possui o título "Aplicação especial". Tem o de "Renda Extraordinaria" e as demais rendas, que deveriam ser "ordinarias", ele as classifica em dois parágrafos: "Exportação" e "Interior".

O Maranhão não tem o título "Extraordinaria". Sergipe não tem o de "Aplicação especial".

Títulos há que ora figuram na "Renda Ordinaria", ora na Extraordinaria. Assim a "Cobrança da dívida ativa" está, por exemplo, na "Ordi-

"naria" no orçamento do Pará, Maranhão Piatú. No do Ceará está na "Extraordinaria" e assim figura na maioria dos demais Estados.

Já no Rio de Janeiro é incluído esse título na "Renda patrimonial".

b) Não se podia positivar a proporção das várias fontes de renda em cada orçamento, porque neles apareciam, não sob a mesma denominação, mas sob denominações diferentes. Por exemplo, o imposto de exportação, ou, pelo menos, a incidencia de tributo sobre mercadorias exportadas para o estrangeiro ou para outros Estados generalizou-se em todos os orçamentos. Todos possuem essa fonte de renda, sendo que em muitos é a que mais produz. No Rio Grande do Sul, entretanto, esse imposto tem outra denominação — a de *expediente* — e é usado ainda por outros Estados como taxa adicional, e em alguns como de circulação.

A *taxa ou imposto de viagem* figura em muitos orçamentos. E a sua significação é diversa de um para outro Estado.

No Rio Grande do Norte é cobrada por ocasião do primeiro registro de automóveis.

No Rio Grande do Sul é cobrada sobre passageiros e mercadorias em circulação dentro do Estado.

Em Minas Gerais, recém sobre exportação, velhos e novos direitos, passagens, adicionais, automóveis e pesagem de gado.

c) Não se podia dizer quanto gastavam os Estados com a instrução (primária, secundária e superior), com a segurança pública (polícia militar e civil), com obras em geral, com o serviço de dívidas, com o pessoal, etc.

Esses gastos figuravam em títulos que variavam de orçamento para orçamento, ou, então, não eram discriminados, não eram especificados; apareciam em verbas globais.

### PADRÃO UNICO ORÇAMENTARIO

Nosso Departamento está procurando remover todos esses inconvenientes, lançando as bases de um padrão único orçamentário para todos os Estados. Esse padrão, esse modelo, conterá títulos gerais, dentro dos quais serão enquadradas as denominações peculiares de cada Estado.

Apresentamos ao estudo da Comissão, o modelo que nos pareceu poder ser adotado.

## RECEITA

Quanto á "Receita" convirá que se generalize a distribuição das rubricas nas tres grandes classes: "Ordinaria", "Extraordinaria" e "Aplicação Especial".

Procurámos não nos afastar da orientação seguida no orçamento da União, e, nesse sentido, tambem nos conservámos no rumo já seguido por alguns Estados. A classificação de certa tributação num determinado título nem sempre se pode fazer de forma a evitar reparos. Adotado o criterio rigoroso da incidencia do imposto, pondo mesmo de parte as discussões que ainda surgiriam sobre a verdadeira incidencia, teríamos de modificar tradições e talvez mesmo deixar de obedecer as linhas gerais do orçamento da União.

Com a classificação pelo fim a que se destina o imposto, geralmente explicito na denominação dos reditos mais recentes, a confusão ainda seria maior. E' o que se pôde verificar com os de "Selo de Caridade", "Taxa Rodoviaria "Fundo Escolar", "Instituições Pias", "Taxa de Beneficencia" e outras.

A maioria desses impostos já pertence á "Renda Ordinaria" e mesmo pela sua natureza já o eram, pois nada mais representam do que taxas supplementares aos tributos de "Exportação", "Consumo", "Transmissão de Propriedade", "Predial", etc.

Por sua vez, esses tributos não apresentam cifras verdadeiras á simples leitura do orçamento; porque outras taxas têm identica incidencia, com denominação bem diversa.

Isso sem qualquer referencia ás "taxas adicionais" e as de "tanto de percentagem" que recâem sobre varios *itens* da receita, desorientando por completo qualquer confronto, pois nem o calculo aritmetico pode ser feito sobre a rubrica atingida á vista de numerosas exceções e restrições, quanto á incidencia de taxas determinadas em suplemento ou tabelas especiais.

Pensamos que, obedecendo todos os orçamentos ao modelo que apresentamos ou que, pelo menos, sendo este publicado, em aditamento ao orçamento, como quadro sinótico, facil seria qualquer estudo comparativo futuro com o que muito lucrariam os trabalhos de estatística.

Presentemente é difícil, senão impossivel, fazer qualquer confronto seguro, a não ser sobre alguns *itens* desses orçamentos.

Pela nossa classificação, é facil verificar os diferentes impostos

que contribuem para a receita de cada Estado, e a proporção em que o fazem. Em consequencia dessa classificação que adotámos a título de experiencia, já podemos dizer, por exemplo, quanto produzem nos nossos Estados, entre outros, os impostos de exportação, de industria e profissões, de consumo, predial, territorial, transmissão e sêlo.

O de exportação, para não citar outros, consta em maiores proporções nas receitas orçadas dos seguintes Estados:

Espirito Santo.....	73,96 %
Rio Grande do Norte.....	52,16 %
Rio de Janeiro.....	49,15 %

Nosso Departamento pôde constatar que ha Estados que tributam a exportação em 8 % e vão além das alcavalas de Affonso II: chegam a 15 e mais de 20 % do preço de cada produto, isto é, taxam o produtor em 30, 50 e mais de 60 % do seu lucro, ficando, assim, ele apenas com a parte necessaria para a sua manutenção, e daí o não poder desenvolver, incrementar suas culturas.

E' desnecessario encarecer o valor do estudo das fontes de renda dos Estados. Por ele se poderá verificar:

1º) A possibilidade da majoração de alguns impostos existentes ou de criação de outros para substituir as arrecadações que a prática já houver condenado, pêla repercussão que têm sobre a situação econômica do Estado;

2º) Os Estados que estão auferindo rendas em desacordo com os preceitos constitucionais e aqueles que continuam onerando produtos de outros.

### DESPESA

Quanto á despesa, nosso Departamento tambem se propõe classificá-la, segundo criterio perfeitamente racional, retirando-a do estado caótico, indefinido em que se encontrava, para o de conveniente homogeneidade.

A separação nítida da despesa de pessoal das de outra natureza parece-nos importante e indispensável.

Com esse criterio, daqui por diante, cessará a confusão, em consequencia da qual não se podia responder, com bons fundamentos, como a quasi totalidade dos Estados empregava suas rendas.

Assim procedendo, conseguimos apurar o que cada Estado despende com seus varios serviços e qual a percentagem de cada uma dessas verbas.

sobre a receita do Estado. Permite-nos ainda essa classificação, verificar a diferença das despesas de cada Estado com determinados serviços.

Desse modo, para os orçamentos de 1932, vê-se que:

- a) Para o Poder Executivo e secretarias de Estado. Tiveram maiores despesas os Estados do Piauí, Maranhão e Espírito Santo, com as percentagens sobre a receita de 12,00, 11,93 e 11,18 respectivamente. Os que menores percentagens apresentam são Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente de 3,72, 3,85 e 4,80.
- b) Para o Poder Legislativo. O confronto no momento não oferece interesse, porque a despesa se limita ao pessoal da secretaria. Mesmo assim a maior percentagem é a da Bahia com 0,53 %.
- c) Para Justiça e Magistratura. O Estado que maior despesa tem é Goiás com 9,70 % da receita. O que menos gasta é o Rio Grande do Sul com 1,73 %.
- d) Para a Defesa e Segurança Pública. As maiores despesas são as de Paraíba e Goiás com 22,54 % e 19,42 % e as menores são as do Amazonas e Pará com 7,10 % e 7,25 %, por terem abolido a Polícia Militar.
- e) Para a Instrução Pública. Os Estados que mais dispensem são: Amazonas, Goiás, Pará e Piauí com 24,67 %, 23,47 %, 21,61 % e 21,34 %. As menores percentagens cabem ao Rio Grande do Sul — 5,73 %, e a Pernambuco — 11,78 %.
- f) Para Saúde Pública e Assistência. As maiores despesas fixadas foram as do Pará e Pernambuco (12,45 % e 11,15 %) e menores despesas a de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (1,92 %, 1,92 % e 2,27 %).
- g) Para Obras Pública e Viação. As maiores verbas constam dos orçamentos do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco com as percentagens de 37,50 %, 22,82 %, 21,48 % e 21,19 %. Os Estados que menos gastam são: Rio Grande do Norte e Alagoas com 5,20 % e 6,44, %.
- h) Para a Dívida Interna Fundada. Os Estados que consignam maiores recursos em seus orçamentos são: Minas Gerais com 14,26 % e a Bahia, com 14,15 %.

i) Para a Dívida Externa. Cabe ao Rio de Janeiro a maior percentagem de despesa: 29,84 %.

j) Para os Exercícios Findos, Reposições e Restituições. O Estado de Pernambuco consigna 12,06 % e o de Espírito Santo 5,06 % de suas rendas no orçamento para essa despesa.

k) Para a Arrecadação de Rendas. Cabem a Goiás e Piauí: 11,87 % e 10,22 %. Estas as percentagens mais elevadas. As menores são as do Espírito Santo e São Paulo (2,98 % e 2,77 %).

l) Para os Inativos. O Amazonas apresenta a maior percentagem (18,07 %). As menores percentagens são de 1, 56 % e 1,29 % que pertencem ao Rio Grande do Sul e à Minas Gerais.

m) Para o Desenvolvimento da Produção e Propaganda. As maiores percentagens são de Minas Gerais e Espírito Santo com 9,51 % e 8,47 %.

#### CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA ESTADUAL

DESIGNAÇÃO DA RECEITA	ORDINARIA	EXTRAORDINARIA	APLICAÇÃO ESPECIAL	TOTAL
A) Renda dos tributos.				
1º. Industria e profissões				
2º. Circulação:				
a) sôlo. . . . .				
b) viação e transporte				
c) outros de circulação.				
3º. Exportação.				
4º. Capital e renda:				
a) territorial . . . . .				
b) predial . . . . .				
c) transmissão de propriedade . . . . .				
d) sobre a renda . . . . .				
e) outros de capital e renda . . . . .				
5º. Consumo.				
6º. Outros tributos.				
B) Renda industrial				
C) Renda patrimonial				
D) Contribuições				
E) Diversos				
F) Dívida ativa ((Vide observações))				

## CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ESTADUAL

DESIGNAÇÃO DA DESPESA	PESSOAL	MATERIAL E OUTRAS DESPESAS	TOTAL
A) Poder legislativo.			
B) Poder judiciário			
C) Poder executivo			
1º) Governo . . . . .			
2º) Administração geral			
3º) Defesa e Segurança			
4º) Educação . . . . .			
§ 1º. Instrução . . . . .			
§ 2º. Diversos . . . . .			
5º) Higiene e Assistência			
6º) Desenvolvimento da produção e propaganda . . . . .			
7º) Viação . . . . .			
8º) Obras públicas . . . . .			
D) Contribuições, subvenções e auxílios.			
E) Inativos			
F) Dívida passiva			
1) Dívida interna fundada . . . . .			
2) Dívida externa fundada . . . . .			
3) Dívida flutuante . . . . .			
G) Diversas			

## OBSERVAÇÕES

1) — Subordinados a cada título ou a cada sub-título devem ser incluídos discriminadamente os impostos, taxas, rendas ou contribuições, com a designação que tiverem na legislação do Estado, compreendidos pela origem da receita ou incidência do imposto, no título ou sub-título.

2) — As importâncias relativas a cada título e sub-título serão escrituradas nas colunas 1, 2 ou 3, conforme se trate de renda ordinária, extraordinária ou com aplicação especial.

3) — Para cada título ou sub-título cuja importância figurar na coluna 3 (aplicação especial) haverá uma referência, em aditamento ao quadro, explicando o fim especial a que se destina a receita.

4) — As taxas adicionais e as percentagens que incidem sobre um ou mais impostos ou rendas, devem ser classificadas com a denominação que tenham na legislação do Estado, nos títulos ou sub-títulos das rendas ou impostos sobre que incidam.

5) — As taxas e impostos destinados a manter ou auxiliar certos serviços e geralmente denominados pelos nomes desses serviços, devem ser classificados pela incidência e não por essa aplicação.

## OS IMPOSTOS INTER-ESTADUAIS

Vem a propósito examinar aqui a questão dos impostos inter-estaduais.

Não é muito fácil, quando se compõem os orçamentos estaduais ou mesmos as respectivas legislações fiscais, distinguir os impostos que contrariam o decreto n. 19.995, de 14 de Maio de 1931, que veda aos Estados criar ou manter em seus territórios qualquer imposto, taxa, contribuição, etc., que de algum modo estabeleça desigualdade entre os produtos do próprio Estado e os dos outros pontos do território nacional ou do estrangeiro depois de nacionalizados. É isso porque, apesar dos dispositivos constitucionais, da jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, em vários acórdãos, das leis e decretos em vigor, muitos Estados continuam a taxar as mercadorias de outras unidades da Federação, porém, com intuito de iludir ou burlar a proibição dos impostos chamados interestaduais, mascaram essa taxação, mudando as denominações dos impostos e criando outros tais como os de incorporação, de produção ou consumo, de giro comercial, de armazenagem, de viação, etc., que no fundo muitas vezes correspondem à mesma substância.

Depois da lei n. 1.185, de 11 de Junho de 1904, que também estabelecia não ser lícito aos Estados estabelecer taxas ou tributos que, sob qualquer denominação, incidissem sobre mercadorias estrangeiras ou sobre as nacionais de produção de outros Estados, antes delas constituirem objeto de comércio interno do Estado, ou, por outra, antes de incorporadas ao acervo de suas riquezas, vários Estados criaram os impostos de incorporação, outros os de consumo. E, em alguns deles, as leis respectivas ainda distinguem, para efeito de taxação, os produtos estrangeiros ou dos de

outros Estados, dos de produção do proprio Estado, contrariando desta maneira a lei n. 1.185, acima mencionada, que, além de exigir que as taxas ou tributos recaiam com a mais completa igualdade sobre as mercadorias similares de produção do Estado, acrescenta no seu art. 3:

"As mercadorias estrangeiras ou nacionais que não tiverem similares na produção do Estado, só poderão por isto ser taxadas ou tributadas quando constituem objeto de comércio a retalho ou depois de vendidas pelo importador".

Desrespeitando esses dispositivos, muitos Estados senão todos, quer para a cobrança dos impostos de incorporação, quer para os de consumo, quando se trata de mercadorias de procedencia estrangeira ou de produção de outros Estados, exigem o pagamento dos impostos do proprio importador, sem o que os produtos importados não podem sair dos armazens "verdadeiras alfândegas estaduais", ás quais são obrigatoriamente recolhidas todas as mercadorias que desembarcam em território do Estado, seja por via marítima ou fluvial, seja por via terrestre.

Dessa maneira, foi burlado o intuito do legislador que era o de impedir que se taxasse os produtos no ato de importação, o que é pela Constituição proibido aos Estados.

O imposto de incorporação existe no Rio Grande do Norte e na Paraíba; o de produção e consumo, no Maranhão e no Piauí; o de consumo, no Pará, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul. Além dêsses impostos, quasi sempre atingindo inumeros produtos, quando não alcançando todas as mercadorias que entram nesses Estados, há em 10 unidades da Federação taxas especiais de consumo sobre bebidas, fumo e perfumarias. Assim, São Paulo calcula, no orçamento de 1931, o imposto de consumo sobre aguardente em 3.500 contos; Minas em 5.000 contos, sobre bebidas alcoolicas, e Paraná em 1.060 contos sobre líquidos espirituosos. O Estado do Rio de Janeiro, sobre o consumo só taxa a gazolina, cabendo aos cofres do Estado 60 % da arrecadação, e pertencendo o restante ás Municipalidades.

A renda total dos impostos, que incidem sobre o consumo dos produtos cobrados pelos Estados, está estimada para 1931 em 48.509 contos, o que representa sobre o total da arrecadação apenas 4,27 %. E' o Rio Grande do Sul que arrecada, em numeros absolutos, a maior importancia 14.700

contos, embora em numeros relativos essa arrecadação equivalha apenas a 7,58 % da sua receita total.

Percentualmente cabe ao Maranhão a primasia, pois para sua renda geral, o imposto de consumo contribue com cerca de 33 %. As maiores percentagens cabem, geralmente, aos Estados do Norte e seriam exatamente estas unidades que mais sofreriam caso fôssem obrigadas a acabar com esses impostos, para cuja renda quasi que exclusivamente contribuem as mercadorias estrangeiras ou as dos outros Estados.

Sobre o ponto de vista economico, o imposto de consumo, na opinião dos financistas, é dos que mais afetam o custo da vida, porque tira ao consumidor muito mais do que lhe exige o fisco, e a razão está na antecipação do imposto pelo produtor ou importador, nas exigencias que a taxação acarreta quanto á selagem, escrituração dos livros especiais, maior número de empregados, vexame de fiscalização, etc.

Infelizmente, no Brasil, esse imposto é de competencia cumulativa e assim ha a dupla incidencia com a taxação federal e estadual, e deverá ser isso um dos fatores da carestia da vida entre nós.

Extingui-lo de um momento para outro tambem não é aconselhavel, porque os Estados não teriam onde ir buscar, com facilidade, outras fontes de renda e haveriam de recorrer ao imposto de exportação, por exemplo, tão pernicioso á sua propria economia como já o é o de consumo. O imposto territorial, de que tanto se fala como sucedaneo dos impostos indiretos, considerados anti-economicos, só pôde dar renda compensadora em poucos Estados, de população mais intensa, como São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul. Nos demais, como em Matto Grosso, Amazonas e a maioria dos do Norte, a renda talvez não compensasse a despesa com sua arrecadação.

No momento atual, seria talvez de maior vantagem não pôr em vigor o decreto 19.995, até que a "Comissão de Estudos Financeiros e Economicos dos Estados" termine seus trabalhos, que poderão resolver o problema cuja solução se procura entre nós desde os primeiros anos do Imperio.

#### DOCUMENTOS FORNECIDOS

No decorrer dos nossos trabalhos, tivemos ocasião de atender a inumeros pedidos de informações de alguns Ministros, Interventores e do proprio Chefe do Governo Provisorio, para quem elaborámos quadros e estudos sobre varios Estados.

Ainda, igualmente, por ordem do Sr. Ministro da Fazenda, acabamos de fornecer ao Sr. Dr. Souza Reis quadros completos sobre as dívidas externas dos Estados e Municípios para que este ficasse habilitado a proceder a um estudo comparativo em relação ao "funding" realizado pelo Governo Federal.

Por outro lado, proseguiremos e estaremos prosseguindo em nossas pesquisas. Por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda já solicitámos aos Srs. Interventores os balanços da receita e despesa de 1931, demorados, porque, na maior parte dos Estados, ainda vigora o chamado período adicional que termina a 31 de Março de cada ano.

Ver-se-á, assim, dêsses Estados quais os que se acham francamente em equilíbrio orçamentário, e quais os que ainda dele se mantêm afastados.

Com o fim também de iniciar o programa de *controle* financeiro da União sobre os Estados, submeteu nosso Departamento técnico à aprovação do Sr. Ministro da Fazenda os mapas que devem mensalmente ser preenchidos pelos Estados e Municipalidades, tanto quanto à Receita como à Despesa. Em breve, na capital da República, estará esta Comissão, e, com ela, o Ministério da Fazenda, habilitada a conhecer mensal e detalhadamente o curso das rendas e despesas de cada Estado.

Esta orientação interessa acima de tudo aos próprios Interventores, pois, todos os meses, terão a posição exata da situação financeira de seus Estados.

Desejamos salientar com o mais vivo empenho a importância que representa para o alto interesse do País a rigorosa observância na remessa normal dêsses questionários. Esses documentos são elementos indispensáveis de *controle* pela União da situação financeira dos Estados. De posse deles, o governo, em qualquer tempo, poderá tomar providências antecipadas, quando descoberta qualquer anomalia na Receita ou Despesa dos mesmos Estados. Apresentam dêsses modo dupla vantagem: a daquele *controle* e a dessa atuação de previdência onde se mostrar ela necessária.

#### TEMOS DE CONHECER A NÓS MESMOS

Esta, em linhas gerais, a obra até aqui por nós realizada. Nossa Departamento espera, porém, poder ampliá-la, de modo a que, em breve, estejamos em condições afinal de nos conhecer a nós mesmos.

Até aqui, os Estados e Municípios poderiam saber, até certo ponto, o que se passava na União, mas esta desconhecia o que ia por aqueles, porque eles próprios eram, muitas vezes, os primeiros a ignorá-lo.

Essa anomalia ha de desaparecer.

A Federação não pôde ser o que era. Ha de ser a União pelos Estados e Municípios, e estes por aquela, em salutar entendimento.

Por outro lado, o Sr. Ministro da Fazenda tem dado oportunas e repetidas instruções aos Srs. Interventores para que estes providenciem, com energia e boa vontade, para a regularização das finanças, não só dos Estados sob sua superintendencia, como dos Municípios em que esses Estados se dividem. Tudo com aquele elevado propósito de uma política geral, nacional e não parcial: política de reconstrução simultânea da União, dos Estados e Municípios. Nossa Departamento se considerará feliz se puder concorrer, de alguma forma, com sua experiência e a organização de seus serviços, para que se confirme o prognostico do Sr. Chefe do Governo Provisorio, de que "vamos ter pela primeira vez, em toda a história de nossa vida econômico-financeira, o equilíbrio orçamentário não só da União, como de todos os Estados e Municípios".

## CONCLUSÃO

E' pensamento de S. Ex. o Sr. Chefe do Governo Provisorio realizar uma política de reconstrução geral da União, dos Estados e dos Municípios.

Temos a impressão, e queremos proclamá-la sem nenhuma reserva, de que a reconstrução econômico-financeira dos Estados e Municípios dependerá essencial, precipuamente da União. E' por assim dizer um efeito desta. As dívidas dos Estados e Municípios são sobretudo alarmantes, em consequência da desvalorização do meio circulante, da política de baixa cambial que a União adotava para sua salvação, e que produzia não só sua ruína, como da própria lavoura do café que, com ela, mais pretendia beneficiar-se.

Seja como fôr, devem ser, quanto antes, examinadas as possibilidades da solução que podem ter nossas dívidas externas estadoais e municipais.

Em relação aos empréstimos realizados pelos Estados, em França, foram eles, como já salientámos, convertidos a contos de réis, sob a base de francos papel. A situação embaraçosa em que se encontram esses Estados talvez não lhes permita mesmo solver seus compromissos nessa última espécie de moeda e nem seria justo que a nós coubesse a iniciativa de reconhecer

aos portadores desses títulos o direito de reaver seus capitais em moeda ouro, cujo curso desapareceu, ha muito, de seu país de origem, a propria França.

E' essa uma questão controvertida e, embora as sentenças dos tribunais de França, depois de 1928, tenham sempre dado ganho de causa aos portadores franceses, é preciso lembrar que essas decisões não obrigam os Estados a acatá-las e nem pôde haver sanção no Brasil para tais sentenças.

Acrece ainda que não se trata de uma questão de direito, mas de fato.

E é essa a da impossibilidade material desses Estados solverem seus compromissos mesmo em fracos papel. No momento presente, em que o mundo atravessa talvez a maior crise que a história registra, em que os países melhor aparelhados economicamente e financeiramente pedem o cancelamento de suas dívidas, dívidas que na opinião de ilustres economistas são um dos fatores do mal estar mundial, não é justo que se exijam sacrifícios sobrenaturais para que se solvam compromissos a dinheiro.

Há Estados que se acham deante da perspectiva sombria de não mais poder reformar normalmente o serviço de juros e amortização de suas dívidas. E' necessário que a situação especial de cada um desses Estados seja convenientemente examinada. Quando? Amanhã, dentro do regimen constitucional, ou hoje mesmo, fóra desse regimen? Opinamos que seja hoje mesmo, por meio de providências expeditas e eficazes. Não percamos a oportunidade, unica na nossa história, para, fóra da burocracia anarquica, resolver imediatamente os problemas financeiros dos Estados e Municípios, removendo de vez todos os embaraços a um acordo com os respectivos credores estrangeiros. Deixar este serviço ao regimen constitucional seria legar a falencia aos Estados! Cuidemos imediatamente deste problema, agora que temos todos os elementos para mostrar aos nossos credores a verdadeira situação de cada Estado, uma vez que também conhecemos as graves irregularidades que prevaleceram por ocasião do lançamento de alguns empréstimos, com a cumplicidade criminosa dos próprios banqueiros e intermediários. Se é verdade que muitos Estados estão condenados pela justiça em terra estranha, também eles devem sentir que a opinião pública tem o direito de condenar os que cooperaram para a nossa ruina financeira.

Ainda uma última consideração: esta relativa ás relações dos Estados e Municípios com o Banco do Brasil.

Verifica-se que, no dia 7 de Março último, deviam, ao Banco do Brasil, os Estados 587.410 contos, e os municípios 93.515 contos. Embora reconhe-

cendo nós que a maior parte dêsses compromissos venha de periodo anterior á revolução de Outubro; não podemos deixar de observar que essa prática continua a ser mantida na atualidade, uma vez que o Govêno revolucionario tão acertadamente criticou a Republica velha, por haver transformado aquele instituto de crédito em aparelho de negocios não bancarios, negocios que poderiam comprometer o patrimonio daquele Banco.

O Codigo dos Interventores veda expressamente a estes, bem como aos prefeitos municipais contrair emprestimos, e uns e outros estão infringindo flagrantemente esse dispositivo de lei, comprometendo o Governo Federal que não deveria expôr de tal modo sua incontestavel autoridade. Substituir o banqueiro estrangeiro pelo Banco do Brasil não é fazer nova política financeira, mas manter a mesma, apenas substituindo-lhe o rotulo.

Ou mudamos de rumo, ou maiores serão as nossas dificuldades! A hora de provação, de aperturas, de restrição de gastos e de iniciativas é para todos: União, Estados e Municipios, e não apenas para aquela.

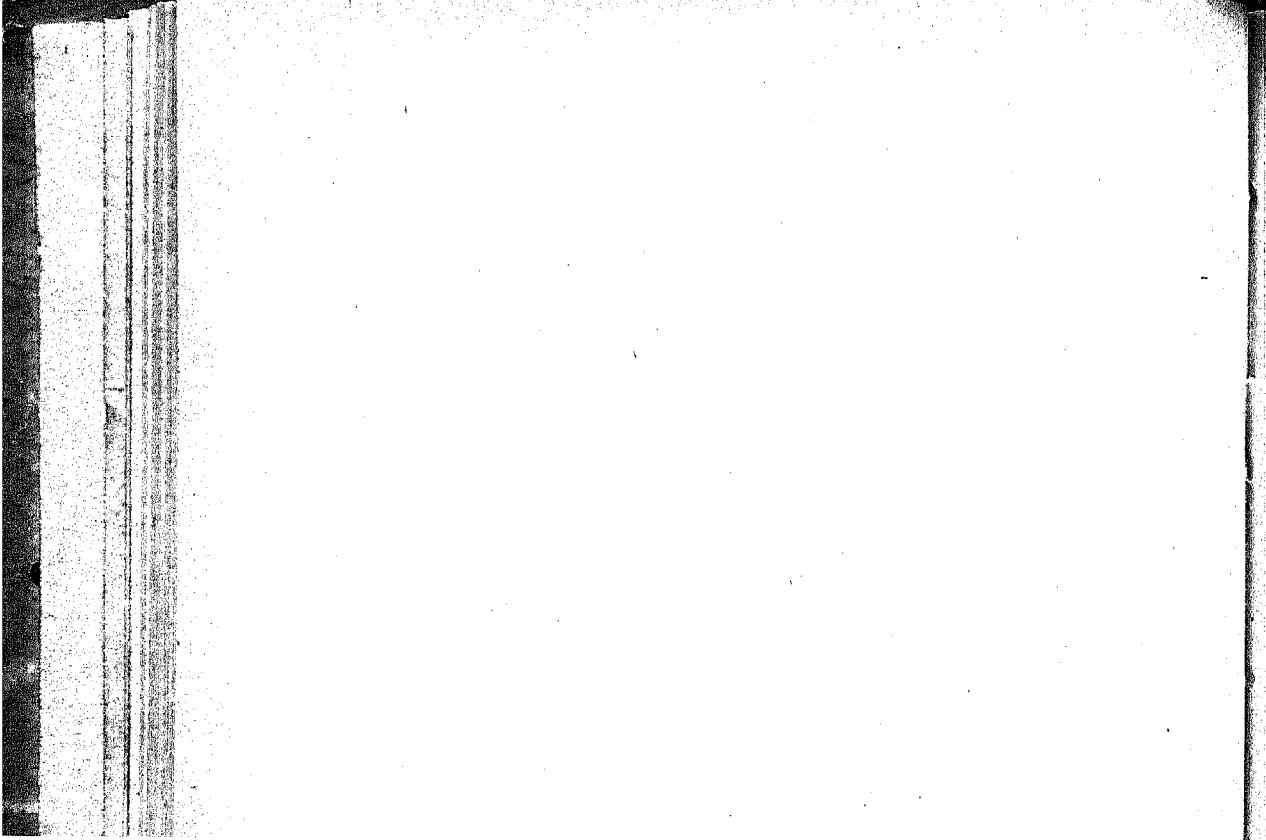
Os Srs. Interventores devem procurar obedecer á Ici, prestigiando o Governo Federal, seguindo-lhe o exemplo que lhes está oferecendo com seu programa financeiro e economico. Devem provar sua capacidade de administradores, limitando-se aos recursos dos proprios Estados para que possam justificar perante a opinião pública que são merecedores do cargo que lhes confiou o Chefe do Governo Provisorio.

São estes, Sr. Ministro e senhores membros da Comissão, os comentarios que tinhamos a fazer á vista dos algarismos ora apresentados.

VALENTIM F. BOUÇAS.

Secretario Técnico da Comissão  
e  
Diretor Geral dos Serviços Hollerith.

ESTADO DO AMAZONAS



ESTADO DO AMAZONAS

CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou "déficit"	Da Receita	Da Despesa
1920.....	5.888	4.077	+ 1.211	100	100
1921.....	3.035	3.508	+ 67	62	77
1922.....	5.053	5.200	- 147	86	111
Total do trienio.....	14.576	13.445	+ 1.131	248	288
1923.....	6.363	6.707	- 344	103	143
1924.....	8.224	7.241	+ 983	140	155
1925.....	11.088	9.638	+ 1.450	188	206
Total do trienio.....	25.075	23.586	+ 2.089	436	504
1926.....	11.331	10.775	+ 556	102	230
1927.....	10.091	11.504	- 813	182	246
1928.....	10.123	11.691	- 1.568	172	250
Total do trienio.....	32.145	33.070	- 1.825	540	720
1929.....	9.433	9.610	- 177	160	206
1930.....	6.497	9.405	- 2.908	110	201
1931.....	7.500	7.018	+ 482	128	150
Total do trienio.....	23.430	26.033	- 2.604	398	557
Total dos 12 anos.....	95.835	97.034	- 1.199	1.628	2.075
Média anual.....	7.986	8.086	- 100	136	173

Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

Serviço da Dívida Externa, de acordo com os contratos, ao cambio de 60.

Se em francos ouro:	Contos
Juros .....	8.202
Amortização .....	1.138
Total.....	9.400 nisto computados

os juros dos "coupons" atrasados.

Se em francos papel:	Contos
Juros .....	1.676
Amortização .....	231
Total.....	1.907

O serviço de juros está suspenso desde 1918

**ESTADO DO AMAZONAS**  
**CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 e 1932**  
**EM CONTOS DE RÉIS**

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Exportação.....	4.144	3.190	— 954	55,19	42,19
Imposto de emolumentos.....	55	48	— 7	0,73	0,63
Venda de terras devolutas.....	29	101	+ 72	0,39	1,34
Renda da Imprensa Pública.....	27	131	+ 104	0,36	1,73
Renda do Gabinete de Identificação.....	1	1	—	0,01	0,01
Renda do serviço de águas.....	450	489	+ 39	5,99	6,47
Renda de outros estabelecimentos..	39	50	+ 11	0,52	0,66
Imposto territorial.....	162	108	— 54	2,16	1,43
Cobrança da Dívida Activa.....	235	260	+ 34	3,13	3,56
Indemizações e reposições.....	1	18	+ 17	0,01	0,24
Multas por infrações de leis.....	1	19	+ 18	0,01	0,25
Bens vacantes.....	—	2	+ 2	—	0,03
Receita eventual.....	52	121	+ 69	0,60	1,60
Imposto de indústria e profissões...	1.258	1.313	+ 55	16,75	17,36
Arrendamento dos serviços de luz e viagem de Manaus.....	280	280	—	3,73	3,70
Imposto de consumo — Tabaco....	55	72	+ 17	0,73	0,95
Imposto de consumo — Álcool....	92	153	+ 61	1,23	2,02
Imposto do Selo — Estampilhas...	241	231	— 10	3,21	3,05
Imposto do Selo — Verba.....	37	54	+ 17	0,49	0,71
Imposto de transmissão de propriedade — inter-vivos.....	201	166	— 35	2,68	2,20
Imposto de transmissão de propriedade — causa-morte.....	29	59	+ 30	0,30	0,78
Imposto a que se referem as leis 846, 14/2/16, e 1.061, 8/11/20....	120	123	+ 3	1,60	1,63
Imposto s/ vencimentos do pessoal inativo conforme tabela.....	—	164	+ 164	—	2,17
10 % s/ as rendas dos Municípios....	—	400	+ 400	—	5,20
Total da Receita.....	7.500	7.582	+ 53	100,00	100,00

**ESTADO DO AMAZONAS**

**CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932**

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (1)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	839	733	- 106	11,17	9,73
2. Poder Legislativo.....	12	26	+ 14	0,16	0,35
3. Justiça e Magistratura.....	654	597	- 57	8,71	7,92
4. Defesa e Segurança Pública...	777	535	- 242	10,35	7,10
5. Instrução Pública.....	1.711	1.858	+ 147	22,78	24,67
6. Saúde Pública e Assistência....	358	431	+ 73	4,77	5,72
7. Obras Públicas e Viação.....	850	889	+ 39	11,32	11,80
8. Serviço da Dívida interna fundada.....	—	—	—	—	—
9. Serviço da Dívida externa....	—	—	—	—	—
10. Serviço da Dívida flutuante...	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	18	5	- 13	0,24	0,07
12. Arrecadação das Rendas.....	548	597	+ 49	7,30	7,92
13. Inativos.....	1.168	1.361	+ 193	15,55	18,07
14. Subvenções e auxílios.....	60	—	- 60	0,80	—
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	16	—	- 16	0,21	—
16. Juros diversos.....	2	2	—	0,03	0,03
17. Outras despesas.....	5	5	—	0,07	0,07
Total da Despesa.....	7.018	7.039	+ 21	93,46	93,45

(1) Percentagens em relação à Receita.

**SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO AMAZONAS**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			Total das remessas	
				Juros	Amortização	Anuidade		
Emprestimo de 1906 — 5% .....	Francos	84.000.000	80.236.500	4.011.825	608.175	4.620.000	5.775	4.625.775
Emprestimo de 1915 — 5% .....	»	20.129.500	20.050.125	1.002.956	107.631	1.110.587	5.553	1.116.140
Letras da S. Marseillaise 1916 — 6% .....	»	3.958.000	3.000.000	180.000	—	180.000	—	180.000
Total.....	»	108.087.500	103.295.625	5.194.781	715.806	5.910.587	11.328	5.921.915
JUROS ATRASADOS ATÉ 31-12-30:								
Do emprestimo de 1906 .....	Francos	—	44.130.074	—	—	—	—	—
Do emprestimo de 1915 .....	»	—	33.437.966	—	—	—	—	—
Das letras.....	»	—	2.755.009	—	—	—	—	—
Total dos Juros atrasados.....	»	—	60.323.049	—	—	—	—	—
Total da Dívida Externa.....	»	108.087.500	103.618.674	5.194.781	715.806	5.910.587	11.328	5.921.915
CONVERSÃO A CONTOS DE RÉIS AO CÂMBIO DE 6d.								
CONSIDERADA A DÍVIDA EM FRANCOS OURO:								
Total dos emprestimos.....	Contos	171.568	163.961	8.246	1.136	9.382	18	9.400
Total dos Juros atrasados.....	»	—	95.751	—	—	—	—	—
Total da Dívida Externa.....	»	171.568	259.712	8.246	1.136	9.382	18	9.400
CONSIDERADA A DÍVIDA EM FRANCOS PAPEL:								
Total dos emprestimos.....	Contos	34.811	33.267	1.673	230	1.903	4	1.907
Total dos Juros atrasados.....	»	—	19.428	—	—	—	—	—
Total da Dívida Externa.....	»	34.811	52.695	1.673	230	1.903	4	1.907

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO AMAZONAS

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS.)

DIVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-2-930	SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS DE ACORDO COM OS DE- CRETOS DE EMISSÕES	
		Juros	Total do serviço
Emissões de 1912 — 5 %.....	12.296	615	615
» » 1914 — 5 %.....	3.000	150	150
» » 1916 — 5 %.....	7.500	375	375
» » 1918 — 5 %.....	3.720	186	186
Total das apólices.....	26.516	1.326	1.326
 JUROS VENCIDOS E NÃO PAGOS			
Da emissão de 1912 (17 anos).....	10.907	—	—
» » » 1914 (15 $\frac{1}{2}$ anos).....	2.335	—	—
» » » 1916 (13 anos).....	4.872	—	—
» » » 1918 (13 anos).....	2.422	—	—
Total da dívida consolidada.....	47.052	1.326	1.326
DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DA DÍVIDA	
		Juros	Total do serviço
Vencimentos de funcionários, contas de ser- viços e fornecimentos, cartas de senten- ça etc.....	30.103	18	18
Emprestimo feito pelo Governo Federal em 1913.....	1.000	—	—
Prefeituras Municipais.....	1.257	—	—
Montepio dos funcionários públicos.....	702	—	—
Depositos de diversas origens.....	2.610	—	—
Total da dívida flutuante.....	35.072	18	18

NOTA — O orçamento para 1931 só consigna para a verba "Exercícios findos"  
— 18.000\$000.

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO  
DO AMAZONAS<sup>(1)</sup>**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE RéIS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Borracha.....	16.417	13.022	12.607	9.465	8.242	74.722	41.037	40.734	24.03	17.409
Courros.....	461	317	228	265	312	849	940	530	334	491
Castanhas com casca.....	9.038	9.437	15.787	8.011	14.290	17.211	18.162	20.659	14.892	19.981
Cacéu.....	299	292	308	725	409	672	623	481	947	438
Castanhas descascadas.....	—	—	14	47	363	—	—	54	176	1.267
Madeiras.....	1.350	1.373	2.085	4.322	3.536	858	737	1.030	898	646
Piassava.....	613	627	701	1.032	1.124	443	434	499	697	696
Total dos especificados.....	28.178	25.068	31.730	23.867	28.276	94.755	61.933	63.987	41.947	40.928
Diversos.....	169	105	85	148	244	576	691	829	847	1.556
Total da Exportação .....	28.347	25.173	31.815	24.015	28.520	95.331	62.624	64.816	42.794	42.484

<sup>(1)</sup> Dados do Departamento Nacional de Estatística

**COMÉRCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DO AMAZONAS**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CENTOS DE REIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
	—	—	—	—	—	—
1927.....	19.385	95.331	+ 75.946	471.656	2.319.280	+1.847.624
1928.....	14.214	62.624	+ 48.410	348.784	1.536.648	+1.187.864
1929.....	13.417	64.816	+ 51.399	329.607	1.591.808	+1.262.201
1930.....	8.951	42.794	+ 33.843	204.500	988.804	+ 784.304
1931.....	7.519	42.484	+ 34.965	115.336	636.049	+ 520.713

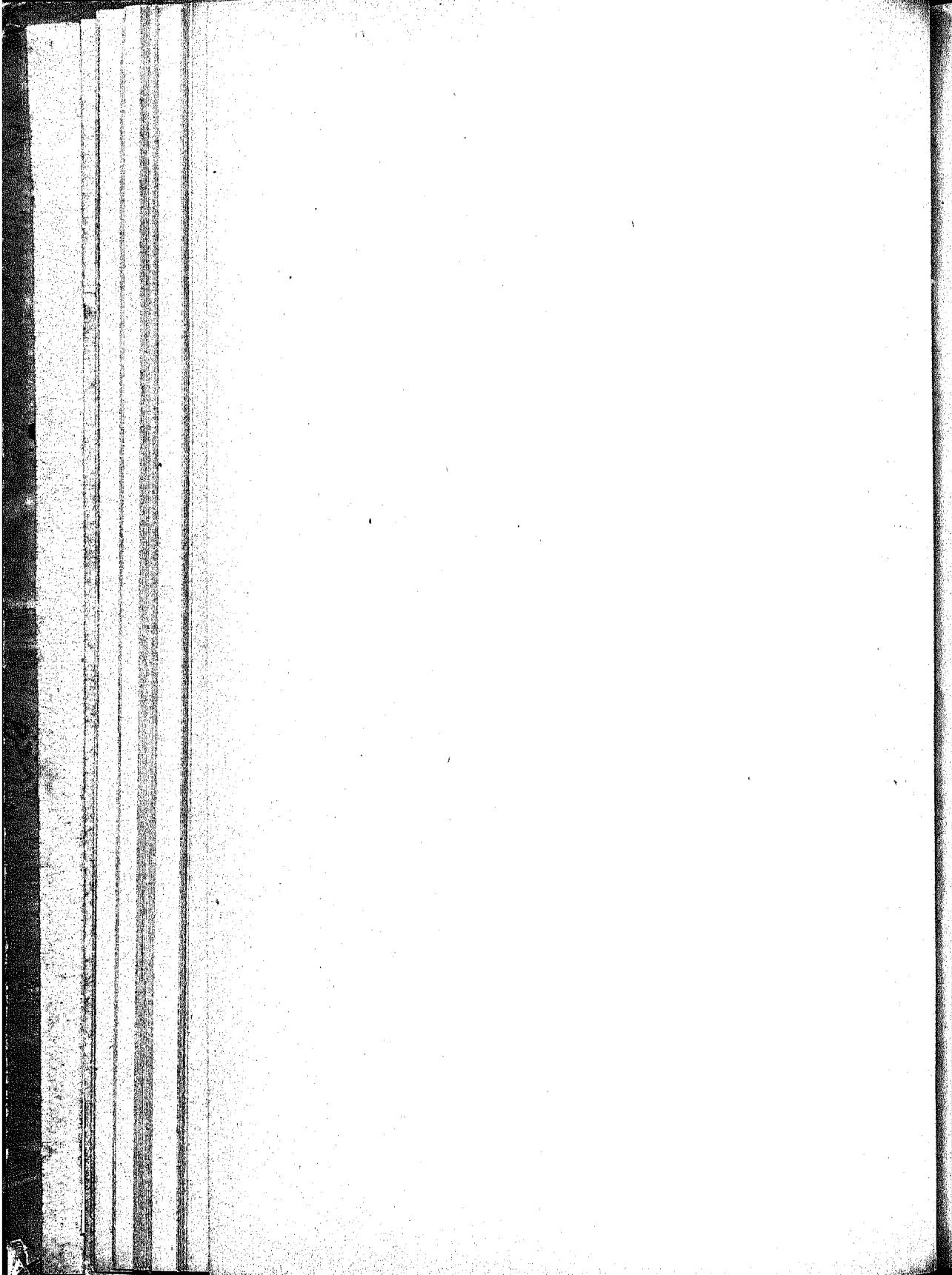
COMMERCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	63.388	15.005	- 48.383	—	—	—
1928.....	54.871	14.421	- 40.450	—	—	—
1929.....	53.253	15.695	- 37.558	—	—	—
1930.....	35.890	12.135	- 23.755	—	—	—
1931.....	40.037	9.190	- 30.877	—	—	—

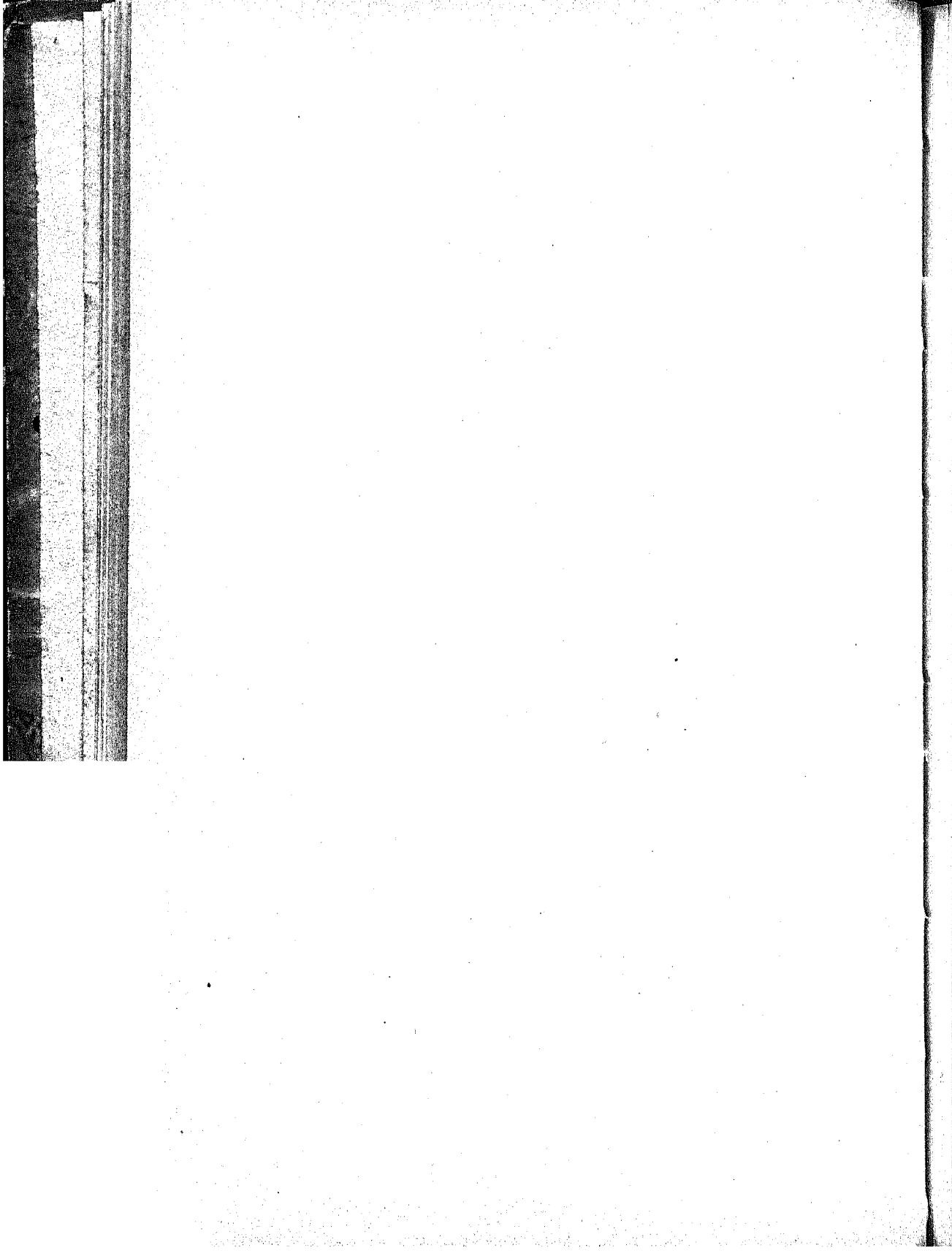
TOTAL (a + b)

1927.....	82.773	110.336	+ 27.563	—	—	—
1928.....	69.085	77.045	+ 7.960	—	—	—
1929.....	66.670	80.511	+ 13.841	—	—	—
1930.....	44.844	54.929	+ 10.088	—	—	—
1931.....	47.583	51.674	+ 4.088	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DO PARÁ



# ESTADO DO PARÁ

## CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPEZA EFETUADA

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	8.517	16.175	- 7.658	100	100
1921.....	7.547	8.495	- 948	89	53
1922.....	8.120	10.422	- 2.302	95	64
Total do trienio.....	24.184	35.002	- 10.908	284	217
1923.....	11.545	14.467	- 2.922	136	89
1924.....	12.197	15.036	- 2.839	143	93
1925.....	16.382	16.200	+ 92	192	101
Total do trienio.....	40.124	45.703	- 5.589	471	283
1926.....	13.833	17.322	- 3.489	162	107
1927.....	13.408	14.350	- 951	158	89
1928.....	13.357	14.581	- 1.224	157	90
Total do trienio.....	40.508	46.262	- 5.664	477	286
1929.....	14.053	14.351	- 298	165	89
1930.....	12.491	13.005	- 1.204	147	86
1931.....	16.640	16.450	+ 181	195	101
Total do trienio.....	43.184	44.505	- 1.321	507	275
Total dos 12 anos.....	148.000	171.052	- 23.662	1.730	1.061
Média anual.....	12.340	14.304	- 1.963	145	88

Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

Serviço da Dívida externa de acordo com os contratos, no câmbio de 6d

### Contos

Juros.....	5.809
Amortização.....	2.133
Total.....	7.942

Total..... 7.942 não computados os juros

dos coupons abrazados.

O serviço de juros dos empréstimos de 1907 e 1915 está suspenso desde o anno de 1921 e o de 1901 desde 1925.

## ESTADO DO PARÁ

## CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENDA ORDINARIA:</b>					
Exportação.....	4.200	4.200	—	25,24	21,92
Industria e Profissões.....	1.700	1.600	— 100	10,22	8,35
Transmissão de Propriedade.....	600	500	— 100	3,61	2,61
Imposto do selo.....	400	520	+ 120	2,40	2,71
Carteiras Sanitárias.....	90	200	+ 110	0,54	1,04
Consumo sobre div. productos.....	800	1.800	+ 1.000	4,81	9,40
Renda Patrimonial.....	700	1.000	+ 300	4,21	5,22
Dívida Ativa.....	400	300	— 100	2,40	1,57
Adicionais sobre exportação.....	504	840	+ 336	3,03	4,38
Imposto de gado.....	—	60	+ 60	—	0,81
Taxa judiciária.....	—	20	+ 20	—	0,10
Taxa sanitária.....	—	40	+ 40	—	0,21
Diretoria Geral da Agricultura.....	—	200	+ 200	—	1,04
<b>RENDA EXTRAORDINARIA:</b>					
Restituições.....	30	50	+ 20	0,18	0,26
Eventuaes.....	400	900	+ 500	2,40	4,70
Contribuições Municipais (15%)..	1.500	1.500	—	0,01	7,83
<b>RENDAS INDUSTRIAS:</b>					
Serviço de Aguas.....	1.200	1.200	—	7,21	6,28
Matadouro de Maguary.....	850	850	—	5,11	4,44
Serviço de Navegação.....	140	400	+ 260	0,84	2,00
Estrada de Ferro de Bragança.....	1.600	1.800	+ 200	0,62	9,40
Institutos Diversos.....	60	60	—	0,36	0,31
<b>RENDA C/APPLIC. ESPECIAL:</b>					
Adicionais sobre exportação.....	336	—	— 336	2,02	—
Consumo de Bebida e Fumo.....	800	800	—	4,81	4,18
Imposto Territorial.....	300	300	—	1,80	1,57
Selo de Caridade.....	30	20	— 10	0,18	0,10
Total da Receita.....	16.640	19.160	+ 2.520	100,00	100,00

## ESTADO DO PARA

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	902	1.341	+ 439	5,42	7,00
2. Poder Legislativo.....	—	—	—	—	—
3.* Justiça e Magistratura.....	930	954	+ 24	5,59	4,98
4. Defesa o Segurança Publica...	1.331	1.388	+ 57	8,00	7,25
5. Instrução Publica.....	3.685	4.141	+ 456	22,15	21,61
6. Saude Publica e Assistencia....	2.009	2.386	+ 377	12,07	12,45
7. Obras Publicas e Viação.....	2.711	3.758	+ 1.047	16,29	19,61
8. Dívida Interna Fundada.....	144	—	— 144	0,87	—
9. Dívida Externa.....	1.145	1.289	+ 144	6,88	6,73
10. Dívida Flutuante.....	150	150	—	0,90	0,78
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	—	—	—	—	—
12. Arrecadação das Rendas.....	976	1.071	+ 95	5,87	5,50
13. Inativos.....	1.565	1.422	— 143	9,41	7,42
14. Subvenções e auxílios.....	168	168	—	1,01	0,88
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	37	4	— 33	0,22	0,02
16. Juros diversos.....	—	—	—	—	—
17. Outras Despesas.....	706	816	+ 110	4,24	4,26
Total da Despesa.....	16.459	18.888	+ 2.429	98,92	98,58

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**SERVÍCIO DA DÍVIDA EXTERNA DO PARÁ**

EMPRESTIMOS		Moeda	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			Total das remessas
					Juros	Amortização	Anuidade	
1901/02 — 5%	.....	£	1.450.000	1.270.000	63.500	16.250	79.750	798
1907 — 5%	.....	>	650.000	568.960	28.448	10.552	39.000	80.548
1915 — 5%	.....	>	1.070.000	1.036.679	51.834	26.000	77.834	39.390
Total dos Emprestimos.....	.....	>	3.170.000	2.875.639	143.782	52.802	196.584	78.612
<hr/>								
<b>JUROS ATRASADOS ATÉ 31/12/30:</b>								
Do de 1901/02 — 12 coupons.....	.....	£	—	381.000	—	—	—	—
Do de 1907 — 19 coupons.....	.....	>	—	270.236	—	—	—	—
Do de 1915 — 19 coupons.....	.....	>	—	492.453	—	—	—	—
Total de Juros atrasados.....	.....	>	—	1.143.679	—	—	—	—
Total da Dívida Externa.....	.....	>	3.170.000	4.019.318	143.782	52.802	196.584	198.550
<hr/>								
<b>CONVERSÃO A COSTOS DE RÉIS AO CÂMBIO DE 50.</b>								
Total dos emprestimos.....	.....	Contos	126.800	115.025	5.751	2.112	7.863	79
Total dos Juros atrasados.....	.....	>	—	45.747	—	—	—	—
Total da Dívida Externa.....	.....	>	126.800	160.772	5.751	2.112	7.863	79
<hr/>								

O pagamento dos cupons dos empréstimos de 901/02 está em atraso desde o 1º Semestre de 1925 inclusive. Os empréstimos de 1907 e de 1915 desde o 2º Semestre de 1921 inclusive. Em 11/7/1925, o Estado foi condenado por um tribunal francês, em ação movida pela "Association de Porteurs des Valeurs Mobilières", a pagar todos os cupões vencidos do empréstimo de 1901/02 em libras estrangeiras. O Estado não acatando a sentença, ressolvendo a "Association" ação-suílo nos Tribunais brasileiros.

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO PARÁ

SERVICO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DOS EM- PRESTIMOS	
		Juros	Total do serviço
Emprestimos de 1913 — (5 %).....	4.690	235	235
Emprestimos de 1915 — (8 %).....	1.131	90	90
Total da Dívida Consolidada....	5.821	325	325

NOTA — Embora as condições dos dois empréstimos exijam 325 contos para o serviço de juros, o orçamento para 1931 só consigna 143.840\$000; o art. 15 do decreto que fixou a despesa (n. 124, de 31 de Janeiro de 1931), autoriza o Governo a acomodar o serviço dos empréstimos à situação financeira do Estado.

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DA DI- VIDA	
		Juros	Total do serviço
Dívida ao Governo Federal.....	15.000	—	—
Outras dívidas.....	29.600	—	—
Total da Dívida Flutuante....	44.600	—	—

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DO PARÁ<sup>(1)</sup>**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS				48
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	
Couros.....	352	205	151	159	410	613	919	543	492
Pelos.....	362	300	496	529	636	2.456	2.057	2.798	3.186
Algodão em rama.....	317	331	1.434	1.057	1.275	921	1.057	4.919	3.160
Arroz.....	985	13	—	2.238	2.032	1.086	14	—	1.879
Borracha.....	8.645	5.491	6.798	4.482	4.335	35.931	16.838	19.050	9.052
Cacau.....	1.401	1.144	2.040	1.795	2.064	3.550	2.721	3.338	2.867
Dormantes.....	53.982	54.138	77.707	86.847	6.626	3.075	2.772	3.982	4.260
Essências para perfumaria.....	33	85	102	67	91	766	1.662	2.021	1.102
Castanhas descascadas.....	—	—	440	544	2.479	—	—	1.617	2.408
Frutos para óleos.....	10.987	16.064	22.287	7.204	16.340	13.863	22.772	19.214	8.653
Madeira.....	13.035	12.697	12.758	9.488	9.755	2.510	2.670	3.032	10.925
Total dos espinifíferos.....	90.089	90.468	134.213	114.410	46.043	64.780	53.482	60.514	1.568
Diversos.....	3.501	3.533	5.468	5.427	2.333	3.476	3.008	2.868	2.571
Total da Exportação.....	93.600	94.001	129.681	119.887	48.376	68.256	56.490	63.382	1.995
									57.691

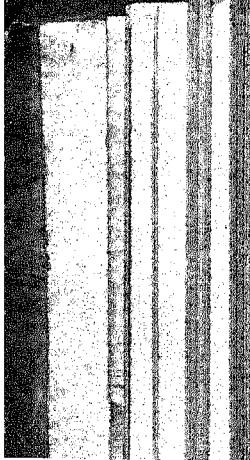
(1) Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMÉRCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DO PARÁ**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE REIS			EQUIVALENTE £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	45.553	68.257	+ 22.704	1.108.517	1.660.369	+ 551.852
1928.....	50.723	56.490	+ 5.767	1.244.636	1.385.963	+ 141.327
1929.....	45.822	63.382	+ 17.560	1.125.504	1.556.578	+ 431.074
1930.....	40.555	43.550	+ 2.995	926.502	1.000.264	+ 73.762
1931.....	27.810	57.090	+ 29.880	434.900	847.487	+ 412.525
COMÉRCIO DE CABOTAGEM (b)						
1927.....	86.744	55.722	— 31.022	—	—	—
1928.....	88.091	60.407	— 27.624	—	—	—
1929.....	93.950	58.420	— 35.530	—	—	—
1930.....	61.264	42.517	— 18.747	—	—	—
1931.....	72.181	39.189	— 32.992	—	—	—
TOTAL (a + b)						
1927.....	132.297	123.979	— 8.318	—	—	—
1928.....	138.814	116.957	— 21.857	—	—	—
1929.....	130.772	121.802	— 17.970	—	—	—
1930.....	101.819	86.067	— 15.752	—	—	—
1931.....	99.911	96.879	— 3.112	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DO MARANHÃO



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou Deficit	Da Receita	Da Despesa
1919/1920.....	6.592	4.771	+ 1.821	100	100
1920/1921.....	5.303	7.715	- 2.412	80	162
1921/1922.....	6.166	7.566	- 1.400	94	158
Total do trienio.....	18.061	20.052	- 1.991	274	420
1922/1923.....	8.026	8.011	+ 15	122	168
1923/1924.....	9.942	9.649	+ 293	151	202
1924/1925.....	8.532	8.572	- 40	129	180
Total do trienio.....	26.500	26.232	+ 268	402	550
1925/1926.....	7.871	8.991	- 1.120	120	189
1926/1927.....	8.697	8.726	- 29	132	183
1927/1928.....	11.348	13.094	- 1.746	172	274
Total do trienio.....	27.916	30.811	- 2.895	424	646
1928/1929.....	13.096	13.733	- 637	199	288
1929/1930.....	12.000	12.694	- 685	182	266
1930 (2º semestre).....	7.397	6.672	+ 725	112	140
1931.....	13.202	13.049	+ 153	200	273
Total do trienio.....	45.704	46.148	- 444	693	907
Total dos 12 anos.....	118.181	123.243	- 5.062	1.793	2.583
Média anual.....	9.454	9.850	- 405	143	207

O serviço da Dívida externa de acordo com os contratos, ao cambio de 6d:  
Juros 2.327 contos, Amortisação 1.317 contos, Total 3.644 contos não computados  
os juros dos coupons atrasados. O serviço de juros do empréstimo de 1910 está suspenso  
desde 1-7-1929 e as prestações do de 1928, de Setembro de 1931 em diante não foram  
pagas. O cálculo do empréstimo 1910 está feito em francos euro. Em franco papel o  
serviço seria: Juros 1.251, Amortisação 607 contos e total 1.864 contos, com 6 contos de  
comissões.

Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

## ESTADO DO MARANHÃO

CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932  
EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENDA ORDINARIA:</b>					
Produção e consumo.....	3.050	2.500	— 550	23,10	18,66
Exportação.....	1.350	1.200	— 150	10,23	8,95
Adicionais de 25 %.....	1.362	1.183	— 179	10,32	8,83
Industria e Profissões.....	750	740	— 10	5,68	5,52
Armazenagens e Capatazias.....	600	000	—	4,54	4,48
Sélo.....	200	500	+ 300	1,51	3,73
Taxas de 1 ½ % s/a exportação onerada.....	320	300	— 20	2,42	2,24
Transmissão de propriedade.....	300	290	— 10	2,27	2,16
Imprensa Oficial.....	35	200	+ 165	0,27	1,49
Sobre taxas.....	230	180	— 50	1,74	1,34
Imposto de instrução primária.....	130	132	+ 2	0,98	0,99
Imposto de Assistencia social.....	130	131	+ 1	0,98	0,98
Imposto de assistencia ao proletariado.....	120	103	— 17	0,91	0,77
Dívida ativa.....	150	100	— 50	1,14	0,75
Imposto de caridade.....	—	100	+ 100	—	0,75
Multas.....	55	85	+ 30	0,42	0,63
Patente para vender bebidas.....	80	75	— 5	0,61	0,56
Taxa de estatística.....	60	60	—	0,45	0,45
Imposto territorial.....	55	52	— 3	0,42	0,39
Emolumentos.....	35	50	+ 15	0,27	0,37
Exercícios anteriores.....	25	37	+ 12	0,19	0,28
Expediente.....	20	18	— 2	0,15	0,13
Taxa de classificação.....	10	14	+ 4	0,08	0,10
Taxa s/Cias. de Seguros.....	5	—	— 5	0,04	—
Total da Renda Ordinaria...	9.072	8.650	— 422	68,72	64,55
<b>RENDA C/ APLICAÇÃO ESPECIAL:</b>					
Renda d/Serviços Ind. do Estado...	4.130	4.340	+ 210	31,28	32,39
Contribuições das Municipalidades.	—	410	+ 410	—	3,06
Total da Renda c/aplicação especial	4.130	4.750	+ 620	31,28	35,45
<b>TOTAL DA RECEITA:</b> .....	<b>13.202</b>	<b>13.400</b>	<b>+ 198</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## ESTADO DO MARANHÃO

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS *	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	1.037	1.500	+ 562	7,85	11,93
2. Poder Legislativo.....	61	—	— 61	0,46	—
3. Justiça e Magistratura.....	964	938	— 26	7,30	7,00
4. Defesa e Segurança Pública...	1.243	1.537	+ 294	9,42	11,47
5. Instrução Pública.....	1.310	1.900	+ 590	9,92	14,18
6. Saúde Pública e Assistência....	435	988	+ 553	3,30	7,37
7. Obras Públicas e Viação .....	3.260	2.595	— 674	24,76	19,37
8. Serviço da dívida interna fundada.....	2.600	140	— 2.460	19,69	1,05
9. Serviço da dívida externa.....	—	1.500	+ 1.500	—	11,19
10. Serviço da dívida flutuante...	—	20	+ 20	—	0,15
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	—	8	+ 8	—	0,06
12. Arrecadação das Rendas.....	1.122	624	— 498	8,50	4,66
13. Inativos.....	950	1.154	+ 204	7,20	8,81
14. Subvenções.....	—	—	—	—	—
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	50	—	— 50	0,38	—
16. Juros diversos.....	—	—	—	—	—
17. Outras despesas.....	8	10	+ 2	0,06	0,07
Total da Despesa.....	13.049	13.013	— 36	98,84	97,11

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO MARANHÃO**

EMPRESTIMOS	Moeda	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS				
				Juros	Amortização	Anuidade	Comissão	Total das remessas
1910. — 5 %.....		20.000.000	16.862.500	843.125	556.875	1.400.000	7.000	1.407.000
Juros de Julho de 1929 a Novembro de 1930.....	>	—	1.686.250	—	—	—	—	—
Comissão de 1/2%.....	>	—	8.431	—	—	—	—	—
Total.....	>	20.000.000	18.557.181	843.125	556.875	1.400.000	7.000	1.407.000
1928. — 7 %.....	Dolar	1.750.000	1.701.000	119.070	52.150	171.220	429	171.649
26 Letras de \$1.000 cada uma a vencerem-se em 1/3/31, inclusive juros.....	>	—	26.912	—	—	—	—	—
Total.....	>	1.750.000	1.727.912	119.070	52.150	171.220	429	171.649
Conversão a contos de réis ao câmbio de 6 d.								
Emprestimo 1910.....	Contos	6.441	5.431	272	179	451	2	453
Juros abatizados e comissões.....	>	—	546	—	—	—	—	—
Total do empréstimo em francos.....	>	6.441	5.977	272	179	451	2	453
Emprestimo de 1928.....	>	14.384	13.981	979	428	1.407	4	1.411
Letras.....	>	—	221	—	—	—	—	—
Total do empréstimo em dólares.....	>	14.384	14.202	979	428	1.407	4	1.411
Total da Dívida Externa.....	>	20.825	20.179	1.251	607	1.858	6	1.864

O pagamento dos juros do empréstimo de 1910 está em atraso desde 1º de Julho de 1929. As remessas para o serviço do empréstimo de 1928 são feitas mensalmente; as de Setembro e Outubro de 1931 não foram feitas.

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO MARANHÃO

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RéIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS	
		Juros	Total do Serviço
Apolices de 5 %.....	1.111	56	56
Apolices de 6 %.....	1.435	86	86
Total da dívida consolidada.....	2.546	142	142

N. B. — Houve a emissão de mais 3.000 contos, em apolices de 5 %, para garantir o empréstimo de 2.000 contos no Banco do Brasil e que figura no quadro da dívida flutuante.

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DA DÍVIDA	
		Juros	Total do Serviço
Credores diversos em 31/12/1930.....	5.089	—	—
Empréstimos do Banco do Brasil 2.000....	—	—	—
Juros de 8 %.....	320	—	—
Juros atrasados de apolices.....	754	—	—
Letras descontadas .....	500	—	—
Contas não incorporadas na escrita.....	365	—	—
Contas de Oliveira Nunes.....	307	—	—
Banco do Brasil — c/corrente garantida....	258	—	—
Conta especial — Saldo.....	175	—	—
Conta de Eduardo Burnete & Cia.....	132	—	—
Conta de requisições em 7/10/30.....	120	—	—
Total da dívida flutuante.....	10.020		

No orçamento de 1930, prorrogado para 1931, na rubrica 32 "Serviço da dívida pública fundada" figura a dotação de 2.600 contos, não sendo possível discriminar a quota destinada às diversas dívidas, por não se saber a que cambio se fez a conversão, na parte que refere aos empréstimos externos. No orçamento para o 2º semestre de 1931 a dotação passa a ser de 1.100 contos, aparecendo apenas a verba de 80 contos para a dívida flutuante, quando é esta de 10.020 contos.

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SADDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DO MARANHÃO**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE RÉIS				
	1927	1928	1929	1930	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	265	91	69	129	136	804	461	321	375
Peles.....	17	17	55	64	183	99	87	247	414
Algodão em rama.....	475	177	1.140	2.252	1.322	1.373	632	3.450	2.034
Farelos.....	167	481	739	1.455	1.829	43	137	188	6.355
Frutos para óleos.....	15.236	11.853	8.419	11.665	9.160	12.960	10.271	4.197	3.559
Total dos especificados.....	16.160	12.619	10.422	15.565	12.030	15.279	11.588	8.403	14.016
Diversos.....	82	80	420	745	198	145	177	214	187
Total da Exportação.....	16.242	12.699	10.842	16.310	12.828	15.424	11.765	8.617	14.203
									11.254

Dados do Departamento Nacional da Estatística.

**COMÉRCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DO MARANHÃO**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	11.323	15.424	+ 4.101	275.533	375.307	+ 99.774
1928.....	11.624	11.765	+ 141	285.252	288.709	+ 3.457
1929.....	12.421	8.617	- 3.804	305.140	211.691	- 93.449
1930.....	8.527	14.203	+ 5.676	195.552	324.690	+ 129.138
1931.....	7.273	11.254	+ 3.981	113.655	160.577	+ 55.922

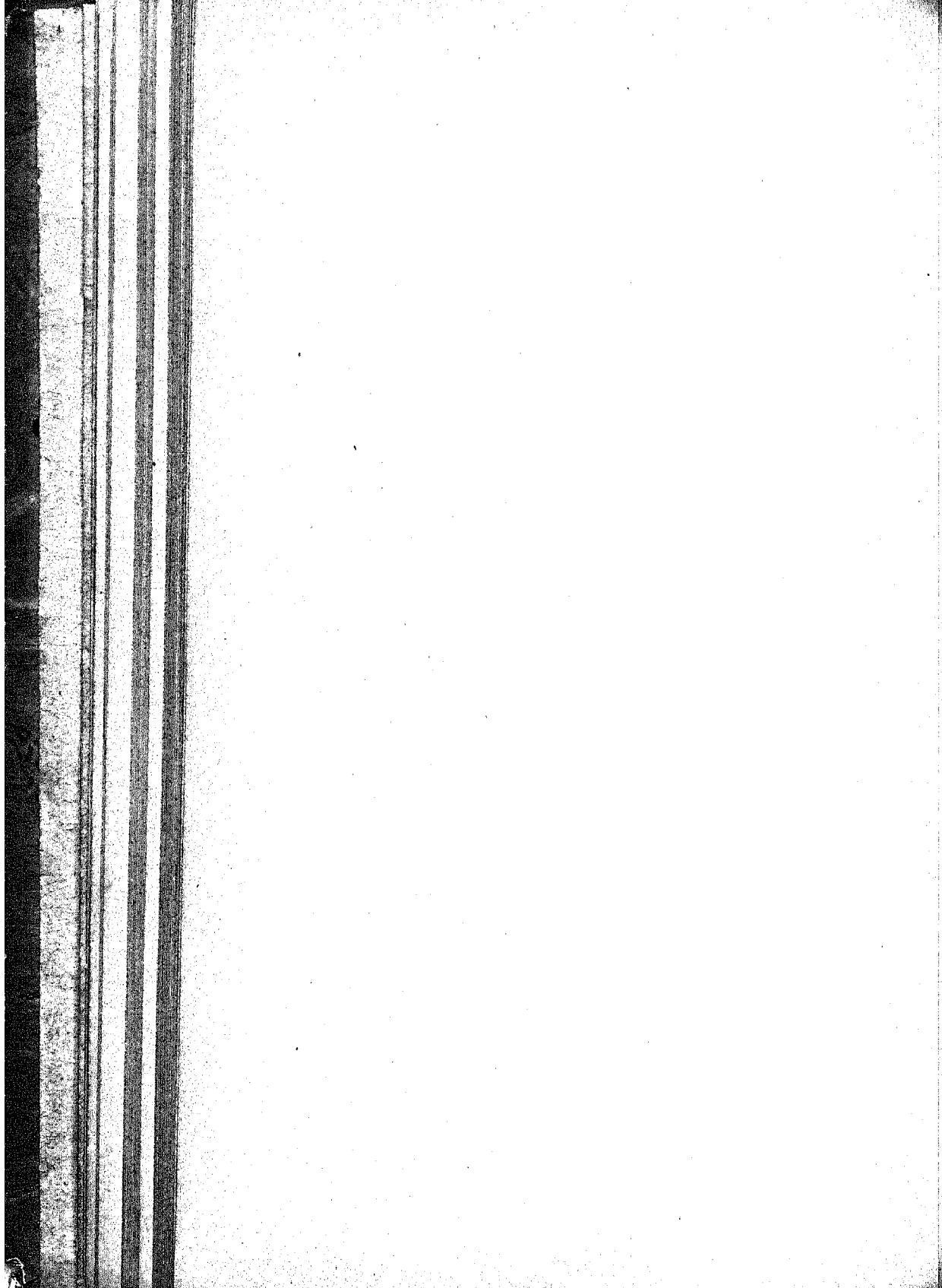
COMÉRCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	41.642	27.450	- 14.192	—	—	—
1928.....	51.823	40.394	- 11.429	—	—	—
1929.....	43.737	36.453	- 7.284	—	—	—
1930.....	34.190	26.186	- 8.004	—	—	—
1931.....	42.775	36.906	- 5.869	—	—	—

TOTAL (a + b)

1927.....	52.965	42.874	- 10.091	—	—	—
1928.....	63.447	52.150	- 11.288	—	—	—
1929.....	56.158	45.070	- 11.088	—	—	—
1930.....	42.717	40.389	- 2.328	—	—	—
1931.....	50.048	48.160	- 1.888	—	—	—

Dados do Departamento Nacional da Estatística.



ESTADO DO PIAUÍ



0



ESTADO DO PIAUÍ

CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE DE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou déficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	1.933	1.867	+ 66	100	100
1921.....	2.102	2.008	+ 94	109	108
1922.....	2.871	2.229	+ 642	148	119
Total do trienio....	6.906	6.104	+ 802	357	327
1923.....	4.050	3.058	+ 992	210	164
1924.....	3.333	4.359	- 1.026	172	233
1925.....	3.962	3.728	+ 234	205	200
Total do trienio....	11.345	11.145	+ 200	587	597
1926.....	3.859	3.825	+ 34	200	205
1927.....	4.672	4.417	+ 255	242	236
1928.....	5.151	5.669	- 518	266	304
Total do trienio....	13.682	13.911	- 229	708	745
1929.....	4.960	4.032	+ 28	257	264
1930.....	4.328	4.478	- 150	224	240
1931.....	5.282	5.076	+ 156	270	271
Total do trienio....	14.520	14.486	+ 34	751	776
Total dos 12 anos...	46.453	45.646	+ 807	2.403	2.445
Média anual.....	3.871	3.804	+ 67	200	204

O Estado não tem dívida externa.

**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932**  
**EM CONTOS DE REIS**

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENTA ORDINARIA :</b>					
Imposto de Exportação.....	1.913	1.560	- 35 <sup>o</sup>	38,58	31,20
Imposto de Industria e Profissões.	623	1.620	+ 997	12,56	32,40
Imposto de Emolumentos.....	89	70	- 19	1,80	1,40
Imposto de Produção e Consumo ..	847	-	- 847	17,08	-
Imposto Territorial.....	118	260	+ 132	2,88	5,00
Imposto de Trans. de Propriedade..	117	150	+ 33	2,38	3,00
Imposto Predial.....	161	-	- 161	3,25	-
Imposto do Selo.....	87	97	+ 10	1,75	1,94
Taxa de armazenagem e Capatazias..	90	-	- 90	1,82	-
Taxa de Estatística (conhecimento e exportação).....	42	35	- 7	0,85	0,70
Taxa de conhecimento.....	132	65	- 67	2,66	1,30
Taxa de abastecimento d'água.....	95	120	+ 25	1,02	2,40
Taxa de fornec. energia electrica....	133	150	+ 17	2,68	3,00
Renda da Imprensa Official.....	35	90	+ 55	0,71	1,80
Renda do Lyceu Piauhiense.....	10	5	- 5	0,20	0,10
Arrendamento de Terras Publicas..	9	9	-	0,18	0,18
Registro de terras publicas.....	8	5	- 3	0,16	0,10
Custas judiciais.....	3	2	- 1	0,06	0,04
Dívida Ativa.....	63	70	+ 7	1,27	1,40
Addicional de 5 %.....	88	67	- 21	1,77	1,34
Imposto de Export. de gado vacuum ..	-	20	+ 20	-	0,40
Imposto sobre gado abatido.....	-	180	+ 180	-	3,60
<b>RENTA EXTRAORDINARIA :</b>					
Bens do Evento.....	7	3	- 4	0,14	0,06
Multas.....	19	10	- 9	0,38	0,20
Reposições e Restituições.....	9	2	- 7	0,18	0,04
Eventuaes.....	121	60	- 61	2,44	1,20
Fazendas Nacionaes.....	-	80	+ 80	-	1,60
<b>RENTA COM APLICAÇÃO ESPECIAL:</b>					
Benefícios de Loterias.....	54	45	- 9	1,00	0,00
Taxa de caridade (conhecimentos). .	22	20	- 2	0,44	0,40
Taxa escolar (taxa de connec.)...	20	30	+ 10	0,40	0,60
Sello de Caridade.....	36	35	- 1	0,73	0,70
Addicional de 10 %.....	8	-	- 8	0,16	-
Quota das Prefeituras.....	-	150	+ 150	-	3,00
Total da Receita.....	4.959	5.000	+ 41	100,00	100,00

## ESTADO DO PIAUÍ

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS <sup>(1)</sup>	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	694	600	— 94	13,40	12,00
2. Poder Legislativo.....	12	—	— 12	0,24	—
3. Justiça e Magistratura.....	451	435	— 16	9,09	8,70
4. Defesa e Segurança Publica...	1.359	948	— 411	27,40	18,96
5. Instrução Pública.....	827	1.067	+ 240	16,68	21,34
6. Saúde Pública e Assistência...	82	218	+ 136	1,65	4,36
7. Obras Públicas e Viação.....	371	531	+ 160	7,48	10,62
8. Dívida Interna Fundada.....	185	200	+ 15	2,72	4,00
9. Dívida Externa.....	—	—	—	—	—
10. Dívida Flutuante.....	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	5	5	—	0,10	0,10
12. Arrecadação das Rendas.....	650	511	— 139	13,11	10,22
13. Inativos.....	274	415	+ 141	5,53	8,30
14. Subvenções e auxílios.....	—	—	—	—	—
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	42	50	+ 18	0,85	1,00
16. Juros diversos.....	—	—	—	—	—
17. Outras despesas.....	50	—	— 50	1,01	—
Total da Despesa.....	4.952	4.980	+ 28	99,86	99,60

(1) Percentagens em relação à Receita.

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**SERVÍCIO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE REIS)**

		SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS		
DIVIDA CONSOLIDADA		Circulação em 31-12-30	Juros	Amortização
				Total do Serviço
Apolices de 1913.....	.....	92	4	1
Total da Dívida Consolidada.....	.....	92	4	5

		SERVIÇO DA DÍVIDA		
DIVIDA FLUTUANTE		Circulação em 31-12-30	Juros	Amortização
				Total do Serviço
Dívida Flutuante.....	.....	1.170	59	71
Total da dívida Flutuante.....	.....	1.170	59	71
				130
				130

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUCTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO  
DO PIAUÍ (¹)**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	1.541	1.981	1.259	897	911	4.902	9.759	5.614	2.718	3.090
Pelos.....	80	164	201	294	197	792	1.936	2.101	2.444	2.183
Algodão em rama.....	17	42	196	296	73	42	135	606	803	208
Cera de carnaúba.....	3.245	2.968	2.992	2.860	8.216	15.010	12.663	11.773	10.354	10.454
Frutos para óleos.....	14.911	14.212	10.856	9.671	10.210	12.658	12.658	5.895	5.494	5.142
Milho.....	—	—	2.696	535	—	—	—	736	150	—
Total dos especificados.....	19.794	19.367	18.200	14.483	14.607	33.404	37.151	26.725	21.963	21.077
Diversos.....	312	294	684	636	701	580	400	935	327	275
Total da Exportação.....	20.106	19.661	18.884	15.119	15.708	33.984	37.551	27.660	22.290	21.852

(¹) Os algarismos deste quadro referem-se à exportação pelo porto de Tutóya, sob a jurisdição do Estado do Maranhão.  
Dados do Departamento Nacional de Estatística

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DO PIAUI**

COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE REIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	2.888	33.984	+ 31.096	70.304	825.919	+ 755.615
1928.....	4.417	37.550	+ 33.133	108.387	921.463	+ 813.076
1929.....	4.106	27.661	+ 23.555	100.852	679.395	+ 578.543
1930.....	3.537	22.290	+ 18.753	81.719	506.211	+ 424.492
1931.....	2.684	21.352	+ 18.668	42.327	320.044	+ 277.717

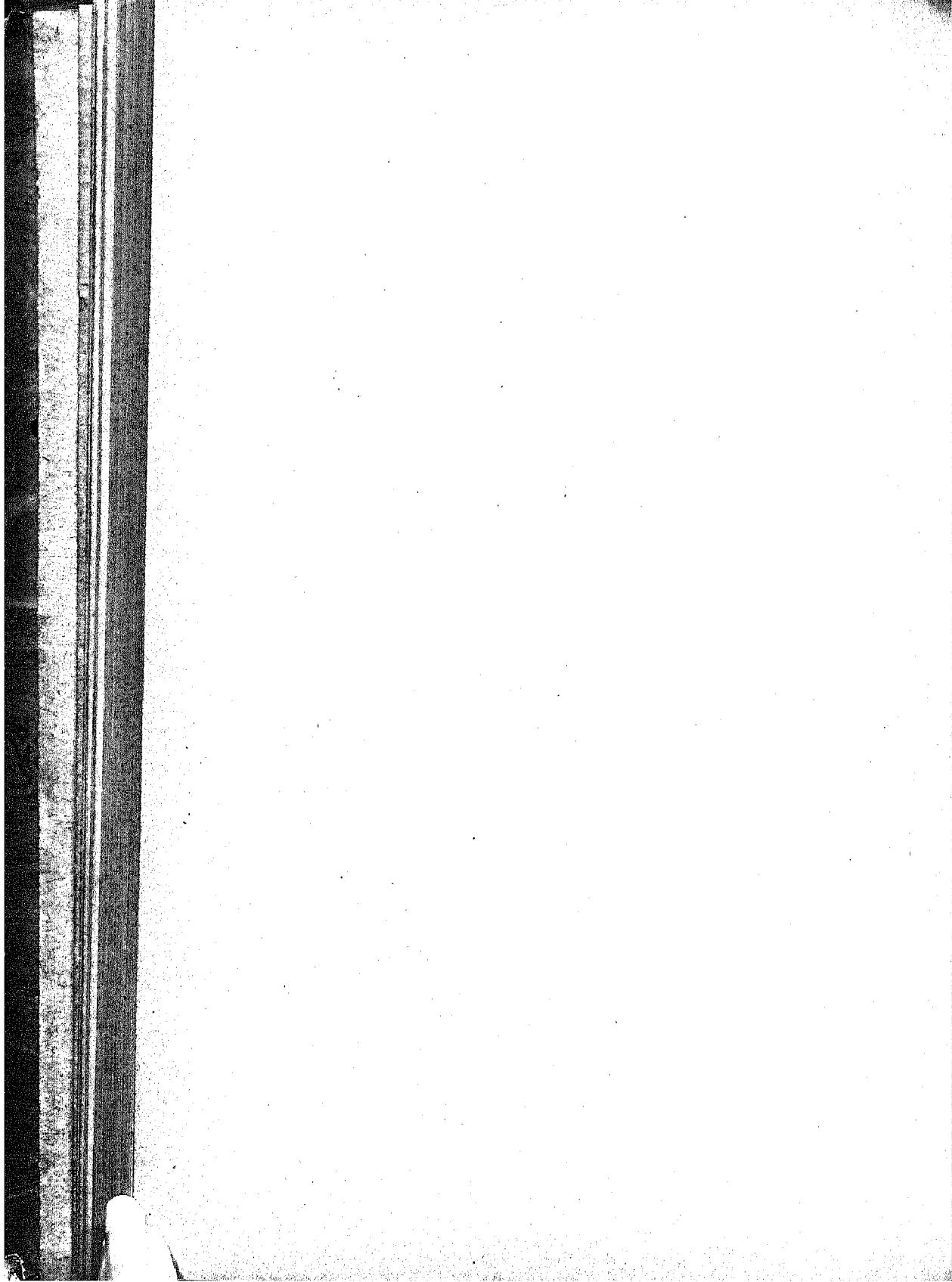
COMERCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	23.097	7.948	- 12.261	-	-	-
1928.....	18.168	6.148	- 12.020	-	-	-
1929.....	14.425	5.380	- 9.045	-	-	-
1930.....	11.464	8.856	- 2.608	-	-	-
1931.....	18.727	9.909	- 8.818	-	-	-

TOTAL (a+b)

1927.....	23.097	41.932	+ 18.835	-	-	-
1928.....	22.585	43.698	+ 21.113	-	-	-
1929.....	18.531	33.041	+ 14.510	-	-	-
1930.....	15.001	31.146	+ 16.145	-	-	-
1931.....	21.411	31.261	+ 9.850	-	-	-

ESTADO DO CEARÁ



**ESTADO DO CEARÁ**

**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA, COM A DESPESA  
EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE DE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou <i>deficit</i>	Da Receita	Da Despesa
1920.....	5.360	5.916	— 556	100	100
1921.....	6.273	7.056	— 783	117	119
1922.....	10.039	8.992	+ 1.047	187	152
Total do trienio....	21.672	21.964	— 292	404	371
1923.....	15.590	12.403	+ 3.187	291	210
1924.....	12.559	10.289	+ 2.270	234	174
1925.....	12.423	11.782	+ 641	232	199
Total do trienio....	40.572	34.474	+ 6.098	757	583
1926.....	10.848	12.132	— 1.284	203	205
1927.....	13.890	14.505	— 615	250	245
1928.....	14.381	14.015	+ 366	268	237
Total do trienio....	39.119	40.652	— 1.533	730	687
1929.....	16.085	16.575	— 490	300	280
1930.....	15.442	17.087	— 1.645	288	289
1931.....	14.616	13.576	+ 1.040	273	230
Total do trienio....	46.143	47.238	— 1.095	861	799
Total dos 12 anos...	147.506	144.328	+ 3.178	2.752	2.440
Média anual.....	12.292	12.027	+ 265	220	203

Serviço da dívida externa de acordo com os contratos e ao cambio de 6.d

	Contos
Juros.....	1.517
Amortização.....	755

Total 2.272 contos, não computados os juros dos coupons atrasados. O serviço de juros do empréstimo de 1910 está suspenso desde 31 de Março de 1926, e o de 1922 desde o segundo semestre de 1930.

Os algarismos para 1931 são os do orçamento.

**ESTADO DO CEARÁ**  
**CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932**  
**EM CONTOS DE REIS**

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENDAS DOS TRIBUTOS:</b>					
Imposto de Exportação.....	5.728	5.652	— 76	39,19	37,81
Imposto de Industria e Profissões.	2.015	2.805	+ 790	13,70	18,67
Imposto de Consumo.....	1.027	—	— 1.027	7,03	—
Imposto Predial.....	940	1.021	+ 81	6,43	6,79
Imposto sobre gado abatido.....	815	818	+ 3	5,58	5,44
Imposto de transmissão de propriedade.....	693	783	+ 90	4,74	5,21
Imposto Rural.....	500	946	+ 446	3,42	6,30
Imposto de Selo.....	480	598	+ 118	3,28	3,98
Taxa de estatística e exportação...	35	27	— 8	0,24	0,18
Taxa de armazenagem e capatazias...	6	3	— 3	0,04	0,02
Imposto sobre causas civis e comerciais.....	4	4	—	0,03	0,03
<b>RENDAS PATRIMONIAIS:</b>					
Renda de Propriedade do Estado .....	2	10	+ 8	0,01	0,07
<b>RENDAS INDUSTRIALIS:</b>					
Taxas d'água e esgoto.....	662	610	— 52	4,53	4,06
Outros títulos.....	0	9	—	0,06	0,06
<b>RENDA EXTRAORDINARIA:</b>					
Cobrança da dívida ativa.....	255	286	+ 31	1,75	1,90
Outros títulos.....	208	40	— 168	1,42	0,27
<b>RECEITA C/APLICAÇÃO ESPECIAL:</b>					
Add. 10% s/o Imposto de exportação	573	565	— 8	3,02	3,76
Add. 10% s/o Imposto de indústria e profissões.....	202	290	+ 88	1,38	1,93
Taxa da ponte metálica.....	183	180	— 3	1,25	1,20
Outros títulos.....	213	317	+ 104	1,46	2,11
<b>RECEITA EVENTUAL</b>					
Multas por infração de leis e regulamentos.....	45	56	+ 11	0,31	0,37
Outros títulos.....	21	6	— 15	0,14	0,04
<b>Total da Receita.....</b>	<b>14.816</b>	<b>15.026</b>	<b>+ 410</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

**ESTADO DO CEARÁ**

**CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932**

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	886	886	—	6,06	5,90
2. Poder Legislativo.....	6	6	—	0,04	0,04
3. Justiça e Magistratura.....	910	910	—	6,23	6,06
4. Defesa e Segurança Pública....	2.224	2.224	—	15,22	14,80
5. Instrução Pública.....	2.569	2.569	—	17,58	17,10
6. Saúde Pública e Assistencia....	715	715	—	4,89	4,76
7. Obras Públicas e Viação.....	1.107	1.107	—	7,57	7,37
8. Serviço da Dívida Interna....	287	287	—	1,96	1,91
9. Serviço da Dívida Externa....	2.115	1.360	— 755	14,47	9,05
10. Serviço da Dívida Flutuante..	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	205	205	—	1,40	1,36
12. Arrecadação das Rendas.....	1.072	1.072	—	7,33	7,13
13. Inativos.....	732	732	—	5,01	4,87
14. Subvenções e Auxílios.....	3	3	—	0,02	0,02
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	631	401	— 230	4,32	2,67
16. Juros diversos.....	2	2	—	0,01	0,01
17. Outras despesas.....	112	7	— 105	0,77	0,05
Total da Despesa.....	13.576	12.486	— 1.090	92,88	83,10

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO CEARÁ**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO em 31-12-1930	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS				
				Juros	Amortização	Anuidade	Comissão	Total das remessas
Emprestimo de 1910 — 5%	Franco	15.000.000	12.438.500	621.925	278.075	900.000	9.000	909.000
Juros atrasados até 31/3/26.....	>	—	618.762	—	—	—	—	—
Juros atrasados de 1/4/26 a 31/12/30.....	>	—	2.795.662	—	—	—	—	—
Total.....	>	15.000.000	15.835.924	621.925	278.075	900.000	9.000	909.000
Emprestimo de 1922 — 8%	Dollar	2.000.000	1.980.000	158.400	30.000	238.400	2.384	240.784
Coupons atrasados e juros desses coupons.....	>	—	153.286	—	—	—	—	—
Saldo do coupon do 2º Sem. de 1930.....	>	—	15.000	—	—	—	—	—
Total.....	>	2.000.000	2.148.286	158.400	80.000	238.400	2.384	240.784
Conversão a contos de réis ao cambio de 6d.								
Emprestimo de 1910 — 5%	Contos de réis	4.831	4.006	200	90	290	3	293
Juros atrasados até 31/3/26.....	>	—	—	—	—	—	—	—
Juros atrasados de 1/4/26 a 31/12/30.....	>	—	—	901	—	—	—	—
Total dos emprestimos em francos.....	>	3	4.831	5.106	200	90	290	3
Emprestimo de 1922 — 8%	Contos de réis	16.439	16.275	1.302	657	1.959	20	203
Coupons atrasados e juros desses coupons.....	>	—	—	1.260	—	—	—	—
Saldo do coupon do 2º Sem. de 1930.....	>	—	—	123	—	—	—	—
Total do emprestimo em dólares.....	>	2	16.439	17.658	1.302	657	1.959	20
Total da Dívida Externa.....	>	21.270	22.764	1.502	747	2.249	23	2.272

## DÍVIDA INTERNA DO ESTADO DO CEARÁ

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DÍVIDA CONSOLIDADA	Circulação em 31-12-30	SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS		
		Amortização	Juros	Total do Serviço
Apolices 5%.....	1.330	66	220	286
Total da Dívida Consolidada.....	1.330	66	220	286
 SERVIÇO DA DÍVIDA- FLUTUANTE				
DÍVIDA FLUTUANTE	Circulação em 31-12-30	Amortização	Juros	Total do Serviço
Credores de exercícios findos.....	3.287	—	200	200
Total da Dívida Flutuante.....	3.287	—	200	200

Do total de "Exercícios findos" foi deduzida a importância de 1.303 contos de réis correspondente a cupons atraçados do empréstimo americano, por já figurar essa quantia no quadro da dívida externa.

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO  
DO CEARÁ (¹)**

PRODUCTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS				
	1927	1928	1929	1930	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	1.553	1.842	995	748	1.188	6.390	10.124	4.089	2.322
Peles.....	903	1.028	1.026	1.119	1.337	8.959	10.978	9.827	3.742
Algodão em rama.....	1.482	1.292	10.657	10.140	7.452	5.374	4.679	31.625	15.807
Cera de carnaúba.....	2.925	3.430	2.913	3.001	3.439	12.684	13.387	10.783	18.899
Frutos para óleos.....	13.145	8.509	15.994	1.498	13.009	4.279	2.835	5.489	334
Torta de caroço de algodão...	297	608	1.613	20.228	3.351	40	144	348	7.025
Total dos especificados...	20.305	16.709	33.198	36.734	30.006	37.726	42.147	62.161	58.621
Diversos.....	1.186	3.369	14.220	3.705	3.011	1.175	1.590	4.149	1.057
Total da Exportação....	21.491	20.078	47.418	40.459	33.017	38.901	43.737	66.310	59.678
									56.206

(1) Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMÉRCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DO CEARÁ**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	22.092	38.901	+ 16.809	537.647	946.897	+ 409.250
1928.....	25.149	43.737	+ 18.588	617.171	1.073.306	+ 456.135
1929.....	28.880	66.309	+ 37.429	708.913	1.629.413	+ 920.500
1930.....	21.796	59.678	+ 37.882	498.222	1.386.761	+ 888.539
1931.....	15.709	56.206	+ 40.497	242.861	841.859	+ 598.998

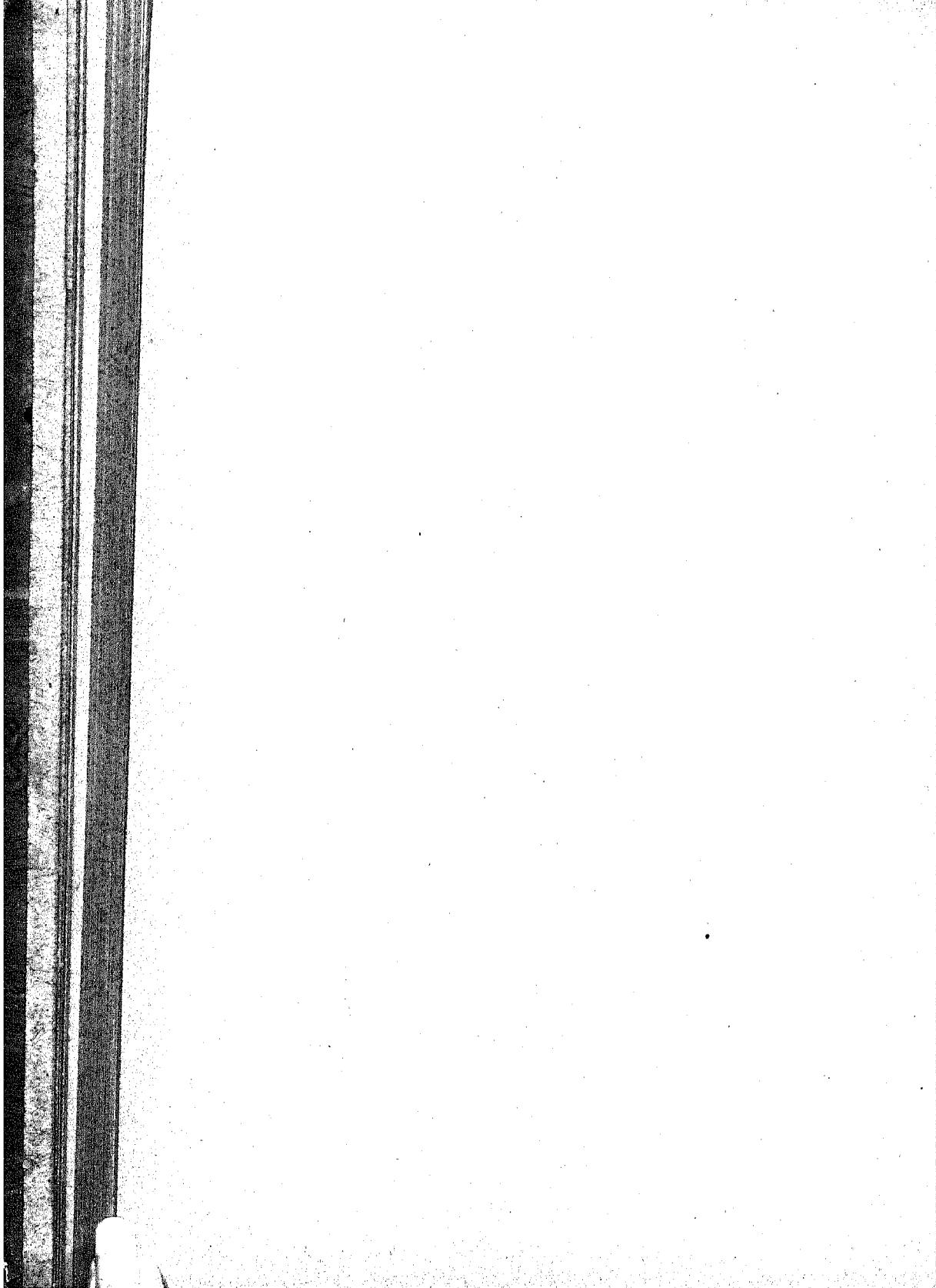
COMÉRCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	99.186	65.444	— 33.742	—	—	—
1928.....	91.597	61.006	— 29.991	—	—	—
1929.....	95.969	34.318	— 61.651	—	—	—
1930.....	73.696	34.533	— 39.163	—	—	—
1931.....	101.819	46.064	— 55.755	—	—	—

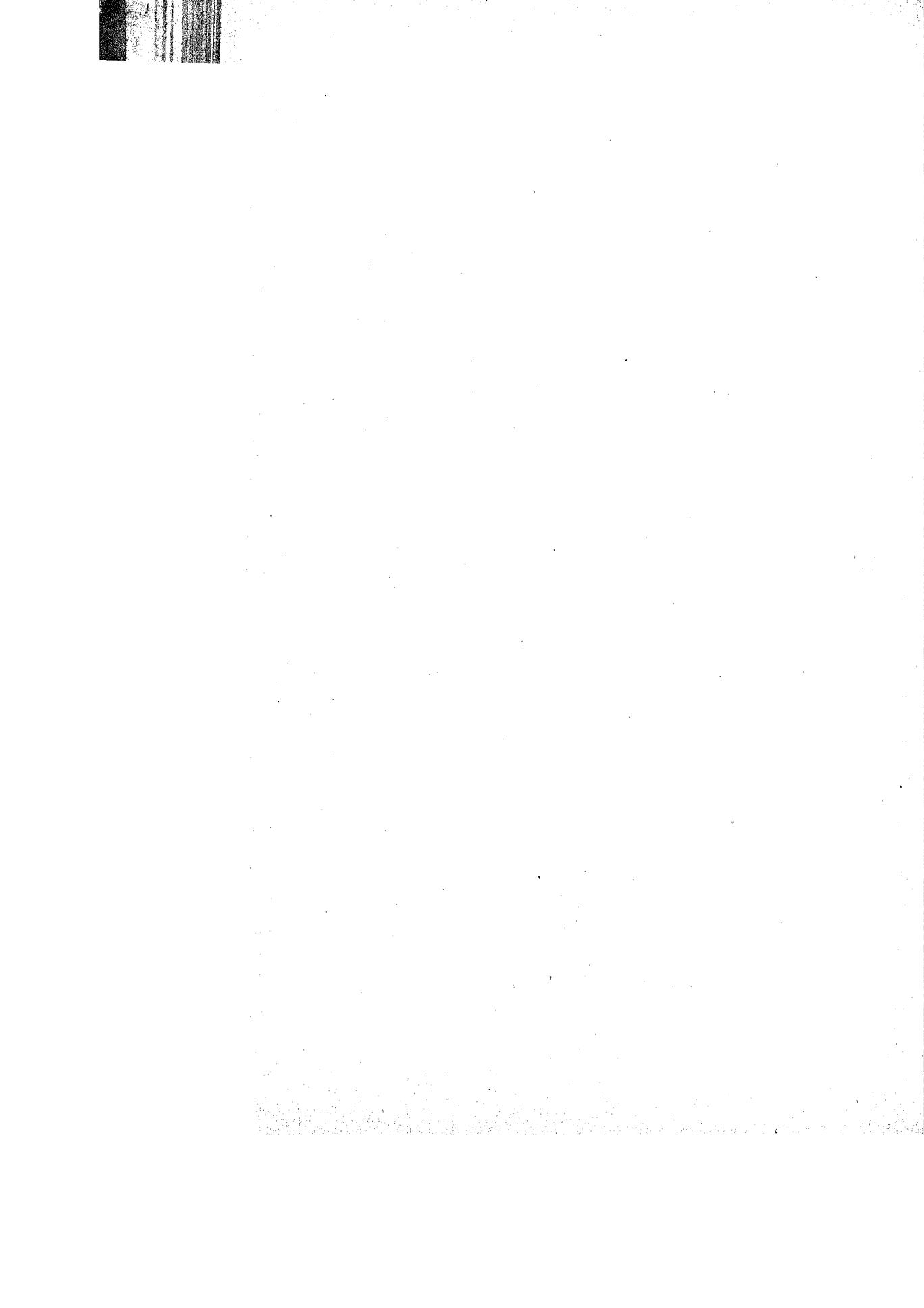
TOTAL (a + b)

1927.....	121.278	104.345	— 16.933	—	—	—
1928.....	116.746	105.343	— 11.403	—	—	—
1929.....	124.849	100.627	— 24.222	—	—	—
1930.....	95.492	94.211	— 1.281	—	—	—
1931.....	117.528	102.270	— 15.258	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	3.610	4.089	— 479	100	100
1921.....	4.099	4.358	— 259	113	107
1922.....	5.196	7.771	— 2.575	144	190
Total do trienio.....	12.905	16.218	— 3.313	357	397
1923.....	7.773	9.040	— 1.267	215	221
1924.....	5.840	7.636	— 1.796	162	187
1925.....	7.185	9.333	— 2.148	199	228
Total do trienio.....	20.798	26.009	— 5.211	576	636
1926.....	7.330	7.697	— 367	203	188
1927.....	9.670	10.553	— 883	268	258
1928.....	10.624	11.109	— 485	294	272
Total do trienio.....	27.624	29.359	— 1.735	765	718
1929.....	11.574	14.768	— 3.194	321	361
1930.....	7.742	10.915	— 3.173	214	267
1931.....	10.109	8.940	+ 1.169	280	218
Total do trienio.....	29.425	34.623	— 5.198	815	846
Total dos 12 anos....	90.752	106.209	— 15.457	2.513	2.597
Média anual.....	7.563	8.851	— 1.288	209	216

Serviço da Dívida Externa, de acordo com os contratos, ao cambio de 6d.

	Contos
Juros.....	108
Amortização.....	48
	156

Suspensão do serviço de juros desde Setembro de 1929. O orçamento de 1932 consigna verba para pôr em dia esse serviço.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932  
EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENDAS ORDINÁRIAS:</b>					
Imposto de exportação.....	3.100	3.300	+ 200	38,24	36,35
Imposto sobre o sal.....	980	1.300	+ 320	12,09	14,32
Imposto de incorporação (em 1932 consumo).....	800	850	+ 50	9,87	9,36
Imposto de indústria e profissão.....	850	750	- 100	10,48	8,28
Imposto territorial.....	230	300	+ 70	2,83	3,30
Imposto do sello.....	200	350	+ 150	2,47	3,86
Imposto de transmissão.....	300	330	+ 30	3,70	3,64
Imposto sobre recaudada.....	200	200	+ 00	2,47	3,19
Imposto sobre conhecimento de imp. ou taxas (1932 exportação).....	60	60	-	0,74	0,06
Imposto s/gado bovino.....	25	30	+ 5	0,31	0,33
Imposto s/emolumentos.....	8	15	+ 7	0,10	0,17
Imposto s/venc. nas nomeações, acessos e aumentos.....	10	10	-	0,12	0,11
Imposto de viação.....	150	150	-	1,85	1,65
Taxa de matrícula.....	5	10	+ 5	0,08	0,11
Taxa judiciária.....	2	3	+ 1	0,02	0,03
Taxa de valorização.....	1	1	-	0,01	0,01
Rendas patrimoniais.....	16	50	+ 34	0,20	0,55
Rendas industriais.....	505	210	- 295	6,23	2,31
<b>RECEITA EXTRAORDINÁRIA</b>					
Montepio.....	123	181	+ 58	1,52	1,99
Outros títulos.....	93	64	- 29	1,15	0,71
<b>RECEITA C/APLICAÇÃO ESPECIAL</b>					
Contribuição do Governo Federal (imposto do sal).....	120	-	- 120	1,48	-
Sobre taxa de exportação.....	120	135	+ 15	1,48	1,49
Outros títulos.....	209	370	+ 161	2,58	4,08
Imposto s/vencimentos.....	-	320	+ 320	-	3,52
Total da Receita.....	8.107	9.079	+ 972	100,00	100,00

## ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (%)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	1.122	905	— 217	13,84	9,97
2. Poder Legislativo.....	10	7	— 3	0,12	0,08
3. Justiça e Magistratura.....	547	646	+ 99	6,75	7,11
4. Defesa e Segurança Pública....	1.764	1.140	— 624	21,76	12,56
5. Instrução Pública.....	1.383	1.499	+ 116	17,06	16,51
6. Saúde Pública e Assistência....	813	853	+ 40	10,03	9,40
7. Obras Públicas e Viação.....	576	472	— 104	7,11	5,20
8. Serviço da Dívida interna fundada.....	—	840	+ 840	—	9,25
9. Serviço da Dívida externa.....	—	1.039	+ 1.039	—	11,44
10. Serviço da Dívida flutuante..	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	160	130	— 30	1,97	1,43
12. Arrecadação das rendas.....	875	732	— 43	10,79	8,06
13. Inativos.....	580	575	— 5	7,15	6,33
14. Subvenções e auxílios.....	—	—	—	—	—
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	220	215	— 5	2,71	2,37
16. Juros diversos.....	12	5	— 7	15	0,06
17. Outras despesas.....	7	—	— 7	0,09	—
Total da Despesa.....	8.069	9.058	+ 989	99,53	99,77

(1) Percentagens em relação à Receita.

**SERVÍCIO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

EMPRESTIMO	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM O CONTRATO			Total das remessas
				Juros	Amortização	Anuidade	
1910 — 5%	Francos	8.750.000	6.075.000	333.750	147.500	481.250	2.406
	2	—	400.625	—	—	—	—
Juros atrasados até 31-12-30		8.750.000	7.075.625	333.750	147.500	481.250	2.406
Total.....							483.656
Conversão a contos de réis ao cambio de 6d:							
Considerada a dívida em Francos ouro.....	Contos	13.889	10.595	530	234	764	4
Juros atrasados.....		—	636	—	—	—	—
Total.....		13.889	11.231	530	234	764	4
Considerada a dívida em Francos papel.....	Contos	2.818	2.150	107	48	155	1
Juros atrasados.....		—	120	—	—	—	—
Total.....		2.818	2.279	107	48	155	1
							156

O serviço do empréstimo está suspenso desde Setembro de 1929, em virtude de sentença obrigando o Estado a pagar em francos ouro e na qual se manda embargar a importânciia de Frs. 2.106.724 depositada em bancos em Paris e destinada ao serviço do empréstimo.

Os títulos em circulação que vencem juros são de valor nominal de Frs. 6.075.000, mas o total dos títulos em circulação somma Frs. 7.291.500, porque 1.233 títulos no valor de Frs. 618.500, que foram sorteados, não se apresentaram a reembolso.

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

SERVICO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE REIS)

SERVICO DOS EMPRESTIMOS			
Circulação em 31-12-30		Juros	Amortização
			Total do Serviço
Apolices de 6 %.....	2.652	159	1
Total da Dívida Consolidada.....	2.652	159	160

SERVICO DA DÍVIDA			
Circulação em 31-12-30		Juros	Amortização
			Total do Serviço
DIVIDA FLUTUANTE			
Dívida Flutuante.....	6.543	—	—
Total da Dívida Flutuante.....	6.543	—	—

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

PRODUTOS	TONELADAS					CONTOS DE RéIS				
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Courros.....	476	675	613	519	484	1.714	3.790	2.391	1.518	1.460
Peles.....	210	258	233	314	268	2.322	2.781	2.444	3.262	2.772
Algodão em rama.....	1.830	1.924	6.509	3.521	2.152	6.082	7.060	18.506	9.852	5.382
Borracha maniçoba.....	1	—	46	98	—	1	—	148	295	—
Cera de carnaúba.....	95	87	73	74	12	553	434	350	293	40
Farelos.....	484	340	—	793	870	110	85	—	168	217
Frutos para óleos.....	2.022	2.459	3.866	2.029	—	664	703	1.157	609	—
Milho.....	—	—	672	432	—	—	—	169	109	—
Total dos especificados.	5.118	5.743	12.012	7.780	3.786	11.446	14.853	25.165	16.106	9.871
Diversos.....	283	61	35	216	2.425	11	207	81	130	701
Total da Exportação ..	5.401	5.804	12.047	7.996	6.211	11.457	15.060	25.246	16.236	10.572

(1) Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS  
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RéIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	7.220	11.867	+ 4.647	175.693	289.254	+ 113.561
1928.....	9.856	15.060	+ 5.204	241.814	369.641	+ 127.827
1929.....	11.370	25.246	+ 13.876	279.343	620.430	+ 341.087
1930.....	11.762	16.236	+ 4.474	271.097	368.845	+ 97.748
1931.....	6.020	10.572	+ 4.552	92.900	152.104	+ 59.204

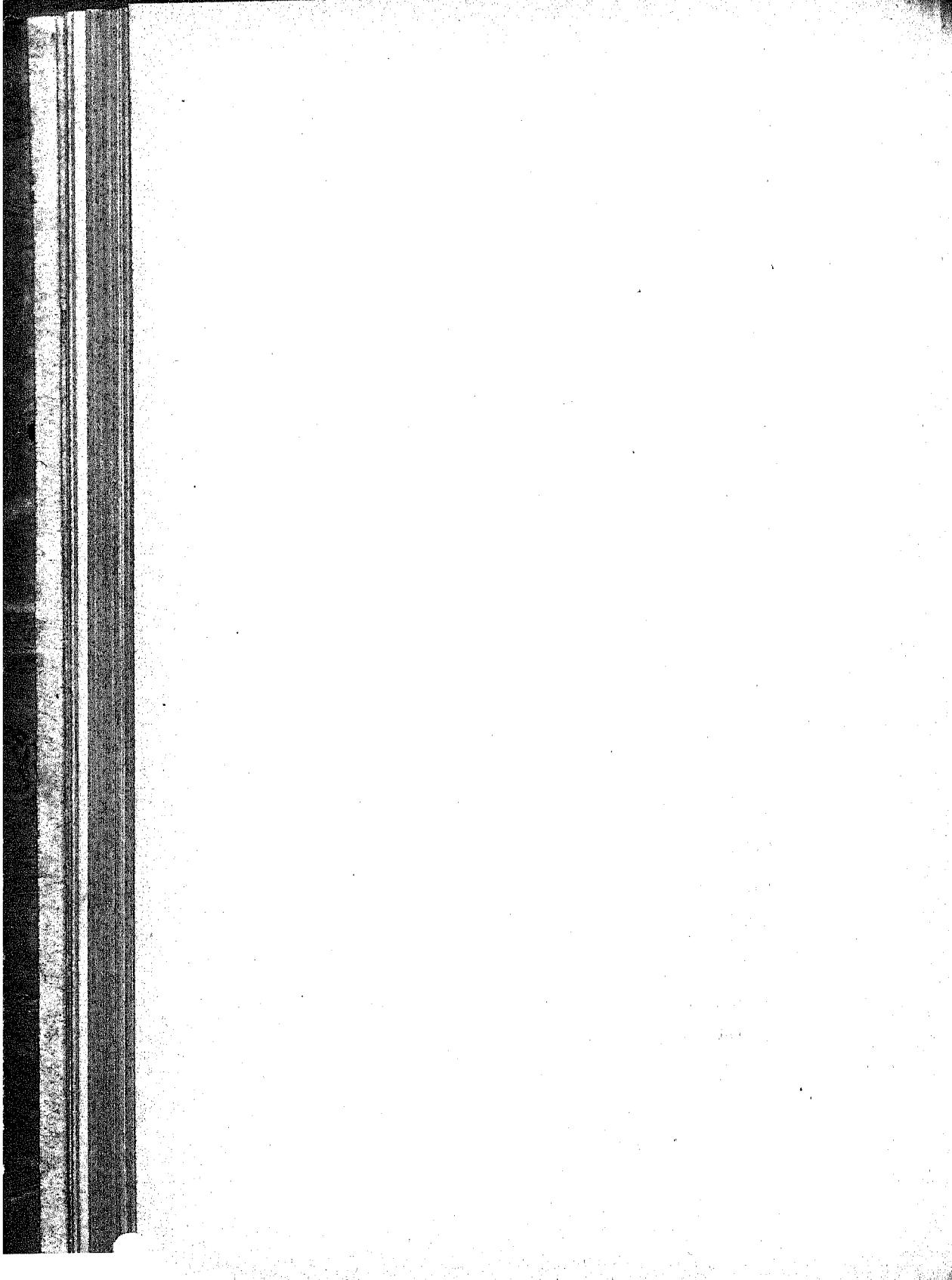
COMERCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	48.653	63.149	+ 14.496	—	—	—
1928.....	49.784	55.516	+ 5.732	—	—	—
1929.....	49.667	47.343	- 2.324	—	—	—
1930.....	33.823	29.409	- 4.414	—	—	—
1931.....	42.896	39.377	- 3.519	—	—	—

TOTAL (a + b)

1927.....	55.873	75.016	+ 19.143	—	—	—
1928.....	50.640	70.576	+ 10.936	—	—	—
1929.....	61.037	72.589	+ 11.552	—	—	—
1930.....	45.585	45.645	+ 60	—	—	—
1931.....	48.916	49.049	- 1.033	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DA PARAÍBA



ESTADO DA PARAÍBA

CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	5.720	5.961	— 241	100	100
1921.....	5.521	5.755	— 234	97	97
1922.....	7.728	6.866	+ 862	135	115
Total do trienio.....	18.969	18.582	+ 387	332	312
1923.....	14.268	10.786	+ 3.482	250	181
1924.....	5.456	5.670	— 214	95	95
1925.....	11.611	12.458	— 847	203	209
Total do trienio.....	31.335	28.914	+ 2.421	548	485
1926.....	9.684	10.370	— 695	169	174
1927.....	12.537	12.030	+ 498	219	202
1928.....	7.379	6.781	+ 598	129	114
Total do trienio.....	29.600	29.109	+ 401	517	490
1929.....	17.900	17.523	+ 377	313	294
1930.....	19.075	22.363	— 3.288	333	375
1931.....	12.175	11.525	+ 650	213	193
Total do trienio.....	49.150	51.411	— 2.261	859	862
Total dos 12 anos.....	120.054	128.106	+ 948	2.256	2.149
Média anual.....	10.755	10.675	+ 80	188	179

Em 1928 figura o periodo de 1 de Janeiro a 22 de Outubro.

Em 1929 figura o periodo de 23-10-1928 a 22-10-1929

Em 1930 figura o periodo de 23-10-1930 a 31-12-1930

Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

O Estado não tem dívida externa.

## ESTADO DA PARAÍBA

## CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS				
				1931	1932			
<b>RENDA ORDINARIA</b>								
<b>RENDA DOS IMPOSTOS</b>								
a) Exportação:								
Imposto <i>ad-valorem</i> , por via marítima.....	4.300	4.800	+ 500	35,32	29,87			
Imposto <i>ad-valorem</i> por via terrestre.....	1.900	1.830	- 70	15,61	11,39			
b) Renda interna:								
Imposto de indústria e profissão.....	1.550	2.500	+ 950	12,73	15,56			
Imposto de incorporação.....	800	1.150	+ 350	6,57	7,16			
Imposto de transmissão inter-vivos.....	500	630	+ 130	4,11	3,92			
Imposto de transmissão causa-mortis.....	80	200	+ 120	0,66	1,25			
Imposto de estatística.....	200	200	-	1,64	1,25			
Imposto de selo adesivo.....	350	450	+ 100	2,87	2,80			
Imposto de selo por verba....	80	60	- 20	0,66	0,37			
Imposto s/gado abatido.....	350	450	+ 100	2,87	2,80			
Imposto s/produção de gado...	50	150	+ 100	0,41	0,93			
Imposto s/aguardente.....	80	150	+ 70	0,66	0,88			
Imposto territorial.....	100	200	+ 100	0,82	1,25			
Imposto s/falências e concordatas.....	1	6	+ 5	0,01	0,04			
Imposto de arrendamentos....	5	21	+ 16	0,04	0,18			
Imposto s/leilão.....	-	2	+ 2	-	0,01			
<b>IMPOSTOS DE CARIDADE :</b>								
a) s/passagens e transportes.....	13	30	+ 17	0,11	0,19			
b) ingressos em casa de diversões	20	20	-	0,16	0,12			
c) coqueiros frutíferos.....	20	25	+ 5	0,16	0,10			

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENDA PATRIMONIAL :</b>					
Venda de gêneros próprios do Estado.....	5	2	- 3	0,04	0,01
Renda do Liceu Paraibano.....	—	10	+ 10	—	0,06
Fóros de terrenos do extinto aldeamento dos Índios.....	2	2	—	0,02	0,01
Laudemias.....	—	2	+ 2	—	0,01
Renda de predios e terrenos do Estado.....	8	100	+ 92	0,07	0,62
Juros de capitais do Estado.....	20	15	- 5	0,16	0,00
<b>RENDAS INDUSTRIALIS :</b>					
Renda da Repartição de Águas e Exgotos:					
a) taxa de exgotos.....	220	450	+ 230	1,81	2,80
b) taxa de consumo dagua....	350	500	+ 150	2,88	3,11
Renda da Imprensa Oficial:					
a) Renda da "A União".....	120	—	— 120	0,00	—
b) Encomendas de particulares	3	—	— 3	0,02	—
c) Formulas e impressos.....	3	—	— 3	0,02	—
d) Pênas Repartições Públicas Estaduais.....	—	100	+ 100	—	0,62
e) Por outras fontes.....	—	300	+ 300	—	1,87
<b>RENDA EXTRAORDINARIA :</b>					
Cobrança da dívida ativa.....	300	200	- 100	2,46	1,25
Multas.....	40	34	- 6	0,33	0,21
Renda de depositos .....	1	1	—	0,01	0,01
Contrato com o Serviço de algodão.	9	8	- 1	0,07	0,05
Inspectoria de Veiculos.....	45	20	- 25	0,37	0,12
Eventuais.....	50	113	+ 63	0,41	0,70
<b>RENDA COM APLICAÇÃO ESPECIAL :</b>					
Taxa de Vinçilo.....	—	300	+ 300	—	1,87
15 % s/arrecadações das Prefeituras.	600	600	—	4,03	3,73
Quotas das Prefeituras a arrecadar .	—	220	+ 220	—	1,37
Quota do Governo Federal.....	—	210	+ 210	—	1,36
Total da Receita.....	12.175	10.070	+ 3.805	100,00	100,00

## ESTADO DA PARAÍBA

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias.	1.076	1.565	+ 489	8,84	9,73
2. Poder Legislativo.....	—	—	—	—	—
3. Justiça e Magistratura.....	478	756	+ 278	3,93	4,70
4. Defesa e Segurança Publica...	2.927	3.622	+ 695	24,04	22,54
5. Instrução Publica.....	1.779	2.287	+ 508	14,61	14,23
6. Saude Publica e Assistencia....	1.034	1.145	+ 111	8,49	7,13
7. Obras Publicas e Viação.....	1.424	1.790	+ 366	11,70	11,14
8. Dívida interna fundada.....	10	1.760	+ 1.750	0,08	10,95
9. Dívida externa.....	—	—	—	—	—
10. Dívida flutuante.....	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	60	30	— 30	0,49	0,19
12. Arrecadação das Rendas .....	1.294	1.372	+ 78	10,63	8,54
13. Inativos.....	483	673	+ 190	3,97	4,19
14. Subvenções.....	3	37	+ 34	0,02	0,23
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	344	859	+ 515	2,83	5,35
16. Juros diversos.....	5	—	— 5	0,04	—
17. Outras despesas.....	608	5	— 603	4,99	0,03
Total da Despesa.....	11.525	15.901	+ 4.376	94,66	98,95

(1) Percentagens em relação à Receita.

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DA PARAIBA**

SERVICO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE REIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	Circulação em 31-12-30		Total do Serviço
	Juros	SERVICO DOS EMPRESTIMOS	
Emprestimo popular.....	—	—	10
Total da dívida consolidada.....	—	—	10

Nota — Em 31-12-30 o Estado não tinha dívida interna consolidada, tendo sido liquidado naquele exercício o Emprestimo Popular; em 30-6-31, a dívida interna montava a 1.600 contos.

DIVIDA FLUTUANTE	Circulação em 31-12-30		Total do Serviço
	Juros	SERVICO DA DÍVIDA	
Dívida flutuante.....	2.694	—	—
Total da dívida flutuante.....	2.694	—	—

Nota — Em 30-6-31 a dívida flutuante era de 1.483 contos.

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DA  
PARAÍBA**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS			96		
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	94	26	27	216	135	313	136	109	616	379
Peles.....	258	214	249	270	202	2.744	2.248	2.339	2.837	2.107
Algodão em rama.....	3.358	2.869	15.946	6.219	2.764	11.455	9.060	48.288	17.855	6.990
Assucar.....	101	760	150	300	—	40	470	125	210	—
Frutos para óleos.....	—	29	1.008	5.093	—	—	24	308	1.531	—
Oleo de caroço de algodão.....	42	—	—	1.041	—	84	—	—	1.972	—
Torta de caroço de algodão.....	2.574	5.070	7.594	4.790	3.502	318	1.111	1.492	1.025	915
Total dos especificados.	6.427	8.968	24.974	17.929	6.603	14.954	13.049	52.661	26.046	10.391
Diversos.....	1.654	123	155	172	191	236	81	137	206	217
Total da Exportação.....	8.081	9.091	25.129	18.101	6.794	15.190	13.130	52.798	26.252	10.608

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMÉRCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS  
DO ESTADO DA PARAÍBA**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	14.216	15.180	+ 973	345.783	370.213	+ 24.430
1928.....	17.011	13.130	— 3.881	417.465	322.223	— 95.242
1929.....	23.586	52.798	+ 29.212	579.495	1.297.773	+ 718.278
1930.....	18.235	26.252	+ 8.017	420.582	606.297	+ 185.715
1931.....	15.699	10.508	— 5.191	243.461	154.723	— 88.738

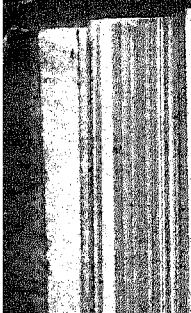
COMÉRCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	31.397	57.490	+ 26.093	—	—	—
1928.....	33.463	70.660	+ 37.197	—	—	—
1929.....	43.471	44.960	+ 1.489	—	—	—
1930.....	31.900	36.586	+ 4.686	—	—	—
1931.....	39.594	63.105	+ 23.511	—	—	—

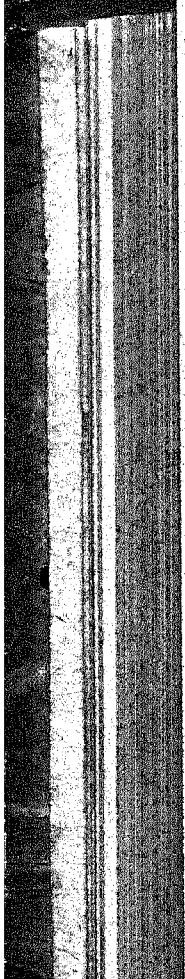
TOTAL (a + b)

1927.....	45.613	72.079	+ 27.066	—	—	—
1928.....	50.474	83.790	+ 33.316	—	—	—
1929.....	67.057	97.758	+ 30.701	—	—	—
1930.....	50.195	62.838	+ 12.643	—	—	—
1931.....	55.293	73.013	+ 18.320	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DE PERNAMBUCO



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1919/1920.....	26.077	25.873	+ 204	100	100
1920/1921.....	24.465	21.022	+ 3.443	94	81
1921/1922.....	23.853	24.178	- 325	91	94
Total do trienio.....	74.395	71.073	+ 3.322	285	275
1922/1923.....	29.438	29.768	- 330	113	115
1923/1924.....	41.025	38.980	+ 2.045	157	151
1924/1925.....	42.386	44.234	- 1.848	163	171
1925 — 2º semestre.....	18.057	21.060	- 3.603	69	83
Total do trienio.....	130.906	134.642	- 3.736	502	520
1926.....	38.269	41.736	- 3.467	147	161
1927.....	41.938	52.421	- 10.483	161	203
1928.....	56.847	57.491	- 644	218	222
Total do trienio.....	137.054	151.648	- 14.594	526	586
1929.....	68.760	72.080	- 4.226	264	282
1930.....	51.945	58.786	- 6.841	199	227
1931 (¹).....	59.762	59.703	+ 59	229	231
Total do trienio.....	180.467	191.475	- 11.008	692	740
Total dos 12 anos.....	522.822	548.838	- 26.016	2.005	2.121
Média anual.....	41.826	43.907	- 2.080	160	170

Serviço da dívida externa de acordo com os contratos, convertido ao cambio de 6 d:

Contos

Juros.....	4.348
Amortização.....	3.435

Total..... 7.783, não computados os juros dos coupons atrasados. Suspensos o serviço do empréstimo de 1909 (em francos) desde 31 de Dezembro de 1927; e dos empréstimos de 1905 e 1927 desde 1931.

(¹) Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

## ESTADO DE PERNAMBUCCO

## CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Divida ativa.....	2.200	3.670	+ 1.470	3,64	6,10
Exportação.....	14.500	14.414	- 86	24,01	23,94
Transmissão de Propriedade.....	3.525	2.568	- 957	5,84	4,27
Industria e Profissões.....	3.866	4.007	+ 141	6,40	6,65
Imposto Predial.....	3.500	2.000	- 1.500	5,80	3,32
Sello.....	1.157	1.170	+ 13	1,92	1,94
Estatística.....	564	491	- 73	0,93	0,82
Imposto Territorial.....	500	394	- 106	0,88	0,65
Imposto de Consumo.....	5.000	5.318	+ 318	8,28	8,83
Agua e Exgoto (Contribuições).....	3.500	4.394	+ 894	5,80	7,30
20 % Adicionaes sobre diversos impostos.....	6.200	5.398	- 802	10,27	8,97
Receita eventual.....	573	1.950	+ 1.377	0,95	3,24
\$100 por volume de mercadoria exportada.....	428	538	+ 110	0,71	0,89
Contribuições de Caridade.....	931	904	- 27	1,54	1,50
Renda das Docas de Pernambuco.....	5.100	4.555	- 545	8,45	7,56
Taxa de 2 % ouro.....	4.000	3.500	- 500	6,62	5,81
Taxa de iluminação .....	350	350	-	0,58	0,58
Imposto de veículos.....	300	150	- 150	0,50	0,25
Renda da Imprensa Oficial .....	456	431	- 25	0,75	0,72
Prestação de venda de proprios do Estado.....	489	140	- 349	0,81	0,28
Outros titulos.....	3.242	3.872	+ 630	5,37	6,43
Total da Receita.....	60.381	60.214	- 167	100,00	100,00

## ESTADO DE PERNAMBUCO

## CONFRONTO ENTRE AS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (1)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias.	2.961	3.076	+ 115	4,90	5,11
2. Poder Legislativo.....	281	71	- 210	0,46	0,12
3. Justiça e Magistratura.....	1.972	2.049	+ 77	3,27	3,40
4. Def. e Segurança Publica.....	10.617	10.258	- 359	17,58	17,04
5. Instrução Publica.....	6.528	7.095	+ 567	10,81	11,78
6. Saúde Publica e Assistencia...	5.367	6.717	+ 1.350	8,89	11,15
7. Obras Publicas e Viação.....	13.571	12.780	- 811	22,48	21,19
8. Serviço da Dívida Interna....	2.707	4.902	+ 2.195	4,48	8,14
9. Serviço da Dívida Externa....	7.988	7.747	- 241	13,23	12,87
10. Serviço da Dívida Flutuante..	—	1.993	+ 1.993	—	3,31
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	1.017	7.265	+ 6.248	1,68	12,03
12. Arrecadação das Rendas....	2.856	2.448	- 408	4,73	4,07
13. Inativos.....	1.863	2.522	+ 659	3,09	4,19
14. Subvenções e auxílios.....	572	246	- 326	0,95	0,41
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	1.563	1.758	+ 195	2,59	2,92
16. Juros diversos.....	—	50	+ 50	—	0,08
17. Outras despesas.....	97	—	— 97	0,16	—
Total da Despesa.....	59.960	70.957	+ 10.997	99,30	117,84

(1) Percentagens em relação à Receita.

**SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			Total das remessas
				Juros	Amortização	Anuidade	
1905 — 5 %.....	£	1.000.000	513.640	25.682	34.318	60.000	300
1909 — 5 %.....	Francos..	37.500.000	26.385.000	1.319.250	930.750	2.250.000	11.250
1927 — 7 %.....	Dollares.	6.000.000	5.150.500	350.535	211.465	562.000	2.905
<hr/>							
<b>CONVERSÃO A CONTOS DE RÉIS AO CÂMBIO DE 6d.</b>							
Emprestimo inglez.....	Contos..	40.000	20.546	1.027	1.373	2.400	12
Emprestimo francez.....	> ..	12.077	8.498	425	300	725	3
Emprestimo americano.....	> ..	49.319	42.336	2.882	1.738	4.620	23
Total.....	Contos..	101.396	71.380	4.334	3.411	7.745	38
							7.783

104

Nota — Em 1931 não foi pago o coupon 53 do empréstimo de 1905 correspondente ao semestre de Janeiro a Junho.

Em 1931 não foi pago o coupon 9 do empréstimo de 1927 correspondente ao semestre de Abril a Setembro.

Em 1935, alguns portadores dos títulos de 1909 moveram ação nos tribunais franceses para receberem em francos ouro. A sentença condenando o Estado, foi lavrada em Dezembro de 1926. O último pagamento do serviço desse empréstimo foi feito em 31-12-1927. Os juros atraçados deste empréstimo somam Frs. 3.957.750.

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

'SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE REIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	EMISSÃO	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS		
			Juros	Amortização	Total do Serviço
Emissões antigas de 1873 a 1911.	5 %.....	9.225	1.068	98	98
	7 %.....	23.057	16.381	1.146	1.146
	7 %.....	7.772	22	—	(1) —
Total.....		40.054	18.371	1.244	1.244
Emissão de 1921 — Dragagem do Porto — 7 %.....	438	5	—	—	(1) —
Emissões de 1921 — Dragagem do Porto 7 % .....	604	44	3	—	3
Emissões de 1924 a 1926 — Obras Complementares do Porto — 7 %:.....	6.633	167	—	—	(1) —
Emissão de 1927/9 — Conversão das apólices do Banco Emissor — 7 %.....	1.160	1.160	82	—	82
Emissão de 1927/9 — Portadores de sentenças 7 %.....	4.852	4.852	330	—	330
Emissão de 1927 — Parte das apólices emitidas para as obras complementares do Porto — 7 %.....	4.045	3.911	273	—	273
Emissão de 1929 — Emp. Grandes Hoteis e melhoramentos de Pernambuco — 7 %.....	1.988	1.910	133	—	133
Emissão de 1930 — Aquisição de predios escolares — 7 %.....	400	304	27	—	27
Total.....		20.129	12.452	857	857
Total da Divida Consolidada.....		60.183	30.823	2.101	761
					2.862

(1) Em resgate; não rendem juros.

N. B. Além da divida consolidada que se acha discriminada neste quadro, foram emitidas mais 21.500 apólices, do valor nominal de 1:000\$, achando-se 15.000 em poder do Banco Agrícola e Comercial de Pernambuco para garantia do financiamento da Carteira Agrícola e 5.500 em poder do City Bank para garantia do emp. de 2.500 contos; finalmente, 1.000 ap. que constituem o patrimônio da E. de Medicina. As 20.500 primeiras não rendem juros e as da Escola os juros de 5 % correspondem à subvenção que o Estado lhe dá.

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DA DIVIDA		
		Juros	Amortização	Total do Serviço
Emprestimo contruído com o Banco Francez e Italiano.....	800	—	—	—
Emprestimo contruído com The National City Bank of New York,.....	2.500	—	—	—
Diversos credores.....	18.056	—	—	—
Total da Divida Flutuante.....	22.256			

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO  
DE PERNAMBUCO**

PRODUTOS	TONELADAS					CONTOS DE RÉIS				
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	272	1.008	407	472	463	554	4.149	1.370	994	1.007
Peles.....	892	909	700	1.288	1.447	9.921	10.305	7.314	14.800	17.452
Algodão em rama.....	3.325	3.368	9.061	6.723	5.602	12.413	13.738	31.428	18.622	15.484
Assucar.....	33.735	16.825	11.995	69.852	10.929	18.040	11.963	6.841	20.972	4.510
Café.....	6.387	4.759	6.143	7.921	5.611	15.916	13.185	14.040	10.209	10.223
Cera de carnaúbas.....	233	164	214	551	457	1.243	886	897	2.279	1.724
Farelos.....	2.362	5.251	8.022	3.988	4.230	588	1.721	2.425	995	986
Frutos para óleos.....	5.901	3.090	5.606	6.098	6.336	2.846	1.831	3.114	3.337	3.579
Total dos especificados.	53.107	35.374	42.148	96.893	35.075	61.521	57.778	67.429	72.199	54.965
Diversos.....	1.688	737	5.023	4.133	6.072	3.182	989	2.108	1.841	3.131
Total da Exportação...	54.795	36.111	47.171	101.026	41.147	64.703	58.767	69.537	74.040	58.096

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMÉRCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	153.238	64.703	— 88.535	3.728.184	1.576.735	— 2.151.449
1928.....	168.129	58.767	— 109.362	4.125.549	1.441.581	— 2.683.968
1929.....	208.934	69.537	— 139.397	5.132.785	1.708.445	— 3.424.340
1930.....	134.773	74.041	— 60.732	3.107.083	1.671.662	— 1.435.421
1931.....	99.412	58.096	— 41.316	1.530.834	847.957	— 682.877

COMÉRCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	240.977	315.671	+ 74.694	—	—	—
1928.....	255.086	356.294	+ 101.208	—	—	—
1929.....	237.776	390.550	+ 161.774	—	—	—
1930.....	188.042	227.319	+ 38.677	—	—	—
1931.....	189.496	282.363	+ 92.867	—	—	—

TOTAL (a + b)

1927.....	394.215	380.374	— 13.841	—	—	—
1928.....	423.215	415.061	— 8.154	—	—	—
1929.....	446.710	469.087	+ 22.377	—	—	—
1930.....	323.415	301.360	— 22.055	—	—	—
1931.....	288.908	340.459	+ 51.551	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



Digitized by srujanika@gmail.com

ESTADO DE ALAGOAS



ESTADO DE ALAGOAS  
CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	6.461	6.299	+ 162	100	100
1921.....	4.874	5.935	- 1.061	76	94
1922.....	6.546	6.138	+ 408	101	98
Total do trienio.....	17.881	18.372	- 491	277	292
1923.....	7.619	6.876	+ 743	118	109
1924.....	9.243	9.343	- 100	143	148
1925.....	10.181	10.526	- 345	158	167
Total do trienio.....	27.043	26.745	+ 298	419	424
1926.....	9.246	10.356	- 1.110	143	164
1927.....	10.813	11.019	- 206	167	175
1928.....	12.075	12.636	- 561	187	201
Total do trienio.....	32.134	34.011	- 1.877	497	540
1929.....	12.279	13.323	- 1.044	190	211
1930.....	9.172	9.989	- 817	142	159
1931.....	10.068	10.064	+ 4	156	160
Total do trienio.....	31.519	33.376	- 1.857	488	530
Total dos 12 anos.....	108.577	112.504	- 3.927	1.681	1.786
Media anual.....	9.048	9.375	- 327	140	149

Serviço da dívida externa de acordo com os contratos, convertido ao cambio de 6 d.

Contos

Juros.....	517
Amortiságão.....	566
Total.....	1.083, não computados

os juros dos coupons atrasados.

Os algarismos para 1931 são os do orçamento.

**ESTADO DE ALAGOAS**  
**CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932**  
**EM CONTOS DE REIS**

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Imposto de Exportação.....	2.840	3.280	+ 440	28,21	27,04
Imposto de Consumo.....	2.100	1.800	- 300	20,86	14,84
10 % adicionais sobre diversos impostos.....	800	910	+ 110	7,95	7,50
Imposto de Industria e Profissão...	800	1.200	+ 400	7,95	9,89
Imposto de transmissão.....	662	652	- 10	6,57	5,38
10% Ad. (decreto n. 1225/7-1-928)....	600	724	+ 124	5,96	5,97
Sélo do Estado.....	300	223	- 77	2,98	1,84
Renda Industrial.....	260	146	- 114	2,58	1,20
Taxas sobre volumes.....	230	225	- 5	2,28	1,86
Taxas de expediente.....	207	250	+ 43	2,06	2,06
Cobrança da Dívida Ativa.....	200	250	+ 50	1,99	2,06
Contribuições (Prefeituras e Governo Federal).....	120	825	+ 705	1,19	6,80
Imposto territorial.....	100	300	+ 200	0,99	2,47
Imposto sobre coqueiros.....	70	100	+ 30	0,69	0,82
Imposto sobre gado.....	100	105	+ 5	0,99	0,87
Emolumentos.....	50	40	- 10	0,50	0,33
Imposto sobre a renda.....	60	63	+ 3	0,60	0,52
Imposto sobre bebidas.....	100	70	- 30	0,99	0,58
Taxa de viação.....	80	135	+ 55	0,79	1,11
Renda patrimonial.....	61	24	- 37	0,61	0,20
Eventuais.....	103	50	- 53	1,02	0,41
Imposto sobre ingressos em casas de diversões.....	25	20	- 5	0,25	0,17
Armazens das Recebedorias.....	200	270	+ 70	1,99	2,28
Imposto sobre premios de imóveis e mercadoria. por sorteio.....	—	17	+ 17	—	0,14
Imposto de emergencia.....	—	50	+ 50	—	0,41
Rendas não especificadas.....	—	400	+ 400	—	3,30
Total da Receita.....	10.068	12.129	+ 2.061	100,00	100,00

## ESTADO DE ALAGOAS

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	920	928	+ 8	9,14	7,65
2. Poder Legislativo.....	—	—	—	—	—
3. Justiça e Magistratura.....	735	668	— 67	7,30	5,51
4. Defesa e Seg. Publica.....	1.497	1.782	+ 285	14,87	14,69
5. Instrução Publica.....	1.598	1.962	+ 364	15,87	16,18
6. Saude Publica e Assistencia...	967	1.066	+ 99	9,61	8,79
7. Obras Publicas e Viação.....	575	781	+ 206	5,71	6,44
8. Serviço da Div. Int. Fundada..	62	49	— 13	0,62	0,40
9. Serviço da Div. Externa.....	1.240	1.544	+ 304	12,31	12,72
10. Serviço da Div. Flutuante....	80	705	+ 625	0,79	5,81
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	—	—	—	—	—
12. Arrecadação das Rendas.....	1.339	1.105	— 234	13,30	9,11
13. Inativos .....	634	1.036	+ 402	6,30	8,54
14. Subvenções e auxílios.....	19	98	+ 79	0,19	0,80
15. Desenvolvimento da produção e propaganda .....	390	400	+ 10	3,87	3,30
16. Juros diversos.....	—	—	—	—	—
17. Outras despesas.....	8	5	— 3	0,08	0,06
Total da Despesa.....	10.064	12.129	+ 2.065	99,96	100,00

(1) Percentagens em relação à Receita.

**SERVICO DA DIVIDA EXTERNA DO ESTADO DE ALAGOAS**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULACAO EM 31-12-1930	SERVICO ANUAL DA DIVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS				Total das remessas
				Juros	Amortissoao	Anuidade	Comissão	
1906-1907 — 5%	£	280.000	257.740	12.887	2.513	15.400	77	15.477
Juros atrasados até 31/12/1930	>	—	56.700	—	—	—	—	—
Total	>	280.000	314.440	12.887	2.513	15.400	77	15.477
1906-1909 — 5%	Francos-papel.	15.000.000	13.638.500	—	1.440.000	1.440.000	—	1.440.000
Juros atrasados	>	—	10.125.000	—	—	—	—	—
Total	>	15.000.000	23.763.500	—	1.440.000	1.440.000	—	1.440.000
Conversão a contos de réis no cambio de 6 d:								
Da parte inglesa	Contos de réis	11.200	10.309	515	101	616	3	619
Juros atrasados	>	—	2.268	—	—	—	—	—
Total	>	11.200	12.577	515	101	616	3	619
Da parte francesa	>	2	4.831	4.392	—	464	—	464
Juros atrasados	>	—	—	3.261	—	—	—	—
Total	>	2	4.831	7.653	—	464	—	464
Total geral	>	15.031	20.230	515	565	1.080	3	1.083

DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE ALAGOAS

SERVICO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE REIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30		SERVIÇO TOTAL
Apolices.....	558		62
Total.....	558		62

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30		SERVIÇOS DA DIVIDA
	Juros	Total	
Dívida Flutuante.....	7.545	70	70
Total.....	7.545	70	70

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DE ALAGOAS**

PRODUTOS	TONELADAS					CONTOS DE REIS				
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Assucar.....	9.524	6.118	2.094	10.431	—	4.192	3.305	1.720	2.859	—
Frutos para óleos .....	706	586	1.592	1.153	1.105	283	292	789	581	644
Pelos.....	—	148	103	102	153	—	1.634	1.058	1.159	1.891
Milho.....	—	250	2.387	672	—	—	73	643	178	—
Total dos especificados.	10.230	7.102	6.176	12.363	1.258	4.475	5.304	4.210	4.777	2.535
Diversos.....	196	356	888	218	103	1.388	117	426	198	263
Total da Exportação...	10.426	7.458	7.064	12.581	1.361	6.313	5.421	4.636	4.975	2.798

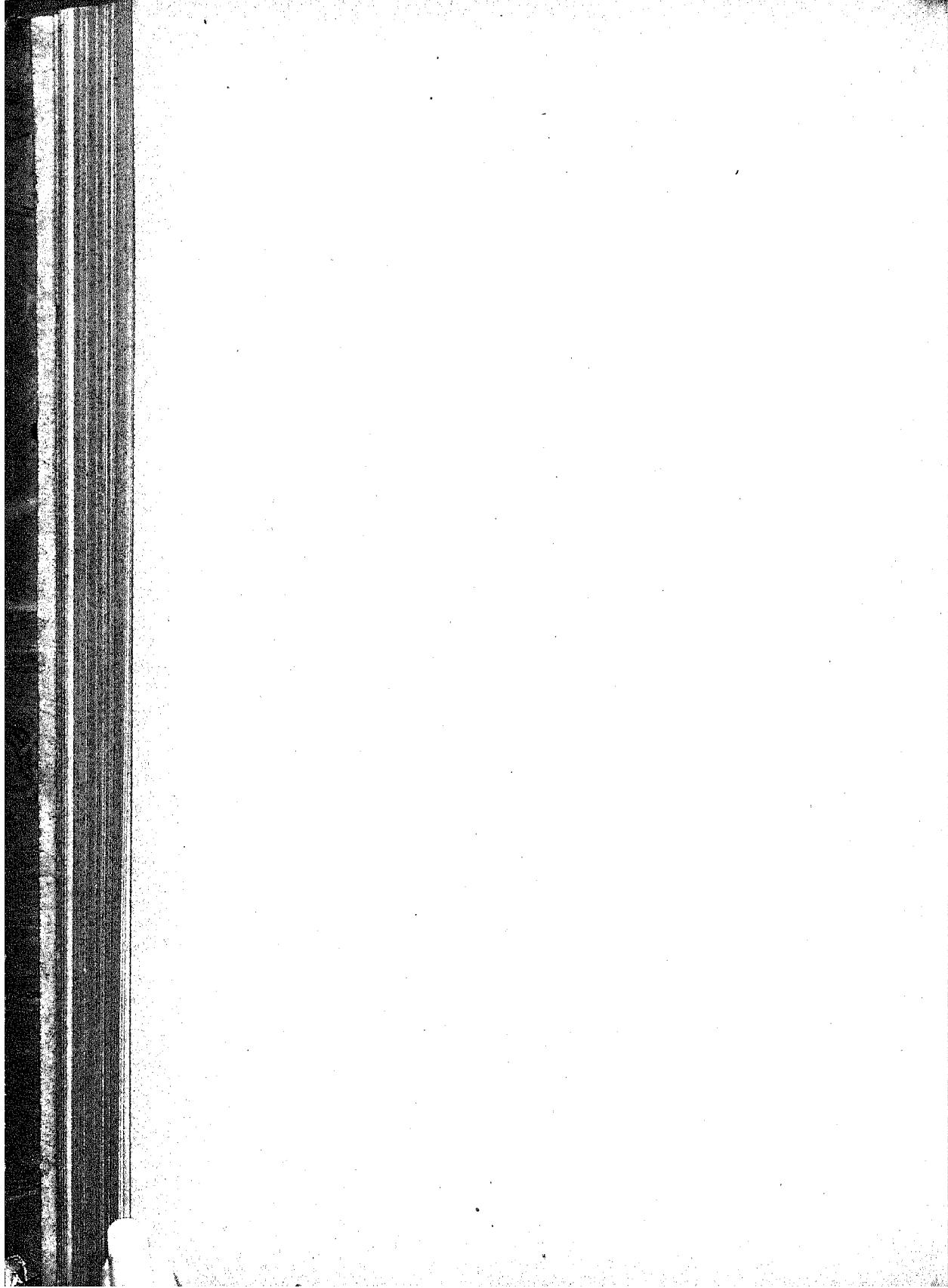
Dados do Departamento Nacional de Estatística

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DE ALAGOAS**

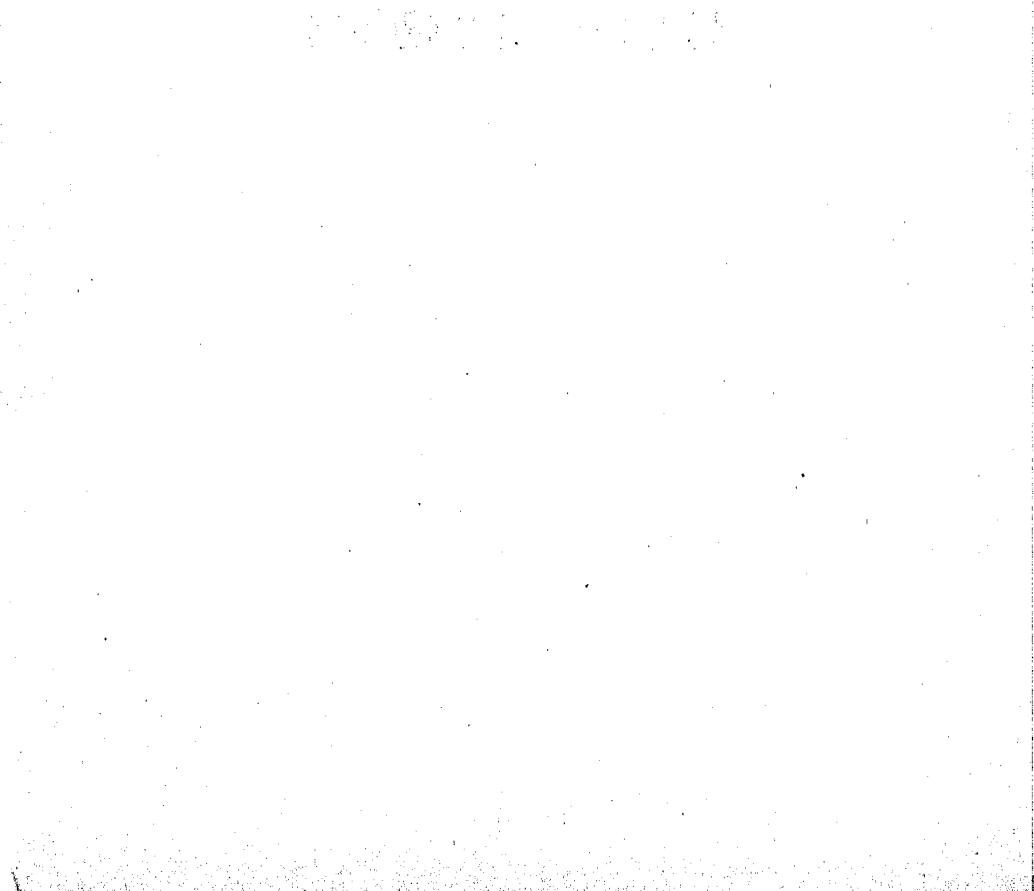
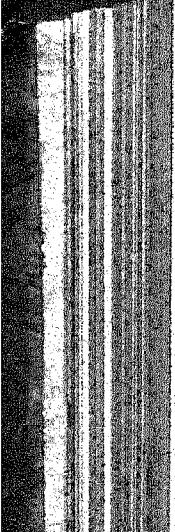
COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE REIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	20.183	6.313	— 13.870	490.944	153.462	— 337.482
1928.....	22.533	5.421	— 17.112	552.931	132.963	— 419.968
1929.....	24.309	4.636	— 19.673	597.225	113.671	— 483.554
1930.....	16.203	4.975	— 11.228	373.201	115.321	— 257.880
1931.....	11.547	2.798	— 8.749	182.617	41.275	— 141.342
COMERCIO DE CABOTAGEM (b)						
1927.....	43.473	100.123	+ 56.650	—	—	—
1928.....	60.840	111.110	+ 50.270	—	—	—
1929.....	54.483	121.056	+ 66.573	—	—	—
1930.....	41.448	83.687	+ 42.239	—	—	—
1931.....	44.864	85.288	+ 40.424	—	—	—
TOTAL (a + b)						
1927.....	63.656	106.436	+ 42.780	—	—	—
1928.....	83.373	116.531	+ 33.158	—	—	—
1929.....	78.792	126.692	+ 46.900	—	—	—
1930.....	57.651	88.662	+ 31.011	—	—	—
1931.....	56.411	88.086	+ 31.675	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística



ESTADO DE SERGIPE



ESTADO DE SERGIPE

CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou déficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	5.490	6.355	— 865	100	100
1921.....	4.523	5.030	— 507	82	79
1922.....	5.578	5.895	— 317	102	93
Total do trienio.....	15.591	17.280	— 1.689	284	272
1923.....	9.062	7.733	+ 1.329	165	122
1924.....	8.930	10.908	— 1.978	163	172
1925.....	8.745	9.546	— 801	159	150
Total do trienio.....	26.737	28.187	— 1.450	487	444
1926.....	10.136	10.869	— 733	185	171
1927.....	8.017	8.168	— 151	146	128
1928.....	9.038	8.760	+ 278	164	138
Total do trienio.....	27.191	27.797	— 606	495	437
1929.....	8.215	8.498	— 283	150	134
1930.....	7.223	7.506	— 283	131	118
1931.....	7.333	7.323	+ 10	134	115
Total do trienio.....	22.771	23.327	— 556	415	367
Total dos 12 anos.....	92.290	96.591	— 4.801	1.681	1.520
Media anual.....	7.690	8.049	— 359	140	127

O Estado não tem dívida externa.

Os algarismos de 1931, são os do orçamento.

## ESTADO DE SERGIPE

## CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RECEITA ORDINARIA:</b>					
Imposto de exportação.....	2.156	2.202	+ 46	20,40	26,70
Imposto de industria e profissões..	1.850	1.998	+ 148	25,23	24,23
Imposto de trans. de propriedades ..	430	611	+ 181	5,87	7,41
Imposto predial.....	330	319	- 11	4,50	3,87
Imposto sobre a renda.....	80	86	+ 6	1,09	1,04
Imposto territorial.....	160	120	- 31	2,18	1,56
Imposto sobre loterias.....	40	40	-	0,55	0,49
Imposto sobre rezes abatidas.....	190	200	+ 10	2,50	2,43
Imposto sobre terrenos baldios.....	1	1	-	0,01	0,01
Imposto sobre volumes exportados..	200	134	- 66	2,73	1,62
Imposto sobre conf. de despacho e entradas em casas de diversões	20	15	- 5	0,27	0,18
Imposto de 2 réis s/generos excepto sal, madeira e côco.....	120	107	- 13	1,04	1,30
Imposto de 3 réis sobre sal.....	100	290	+ 190	1,37	3,52
Imposto sobre 1 ½ s/o valor de generos export. excepto sal .....	350	335	+ 35	4,77	4,07
Add. de 15,20 e 50 % a/diversos imp.	60	60	-	0,82	0,73
Rendas industriais.....	144	276	+ 132	1,06	3,35
Rendas patrimoniaes.....	117	118	+ 1	1,60	1,43
Receita do sello.....	185	180	- 5	2,52	2,18
Imp. s/ embarcações em transito....	-	4	+ 4	-	0,05
Taxa judiciaria e de litigio forense...	8	5	- 2	0,04	0,06
Taxa de expediente.....	12	10	- 2	0,16	0,12
Taxa sanitaria.....	1	1	-	0,01	0,01
Taxa para o fundo escolar.....	20	20	-	0,27	0,24
Taxa p/o fundo esp. da estrada rodagem e taxa add. de 5 % de estatística.....	200	245	+ 45	2,73	2,07
<b>RECEITA EXTRAORDINARIA :</b>					
Cobrança da dívida activa.....	230	350	+ 120	3,14	4,24
Indemnisações.....	250	250	-	3,41	3,08
Contribuições municipaes.....	20	100	+ 80	0,27	1,21
Outros títulos.....	64	111	+ 47	0,87	1,35
Total da Receita.....	7.338	8.247	+ 914	100,00	100,00

## ESTADO DE SERGIPE

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	577	620	+ 52	7,87	7,63
2. Poder Legislativo.....	—	—	—	—	—
3. Justiça e Magistratura.....	500	511	+ 11	6,82	6,20
4. Defesa e Segurança Publica...	1.315	1.576	+ 261	17,93	19,11
5. Instrução Publica.....	1.631	1.731	+ 100	22,24	20,99
6. Saúde Publica e Assistencia...	210	332	+ 122	2,86	4,02
7. Obras Publicas e Viação.....	589	554	- 35	8,03	6,72
8. Serviço da Dívida Interna....	560	510	- 50	7,64	6,18
9. Serviço da Dívida Externa....	—	—	—	—	—
10. Serviço da Dívida Flutuante..	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	215	205	- 10	2,93	2,49
12. Arrecadação das rendas.....	752	756	+ 4	10,25	9,17
13. Inativos.....	662	791	+ 129	9,03	9,59
14. Subvenções e auxílios.....	82	82	—	1,12	0,99
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	230	357	+ 127	3,14	4,33
16. Juros diversos.....	—	—	—	—	—
17. Outras despesas.....	—	213	+ 213	—	2,58
Total da Despesa.....	7.323	8.247	+ 924	99,86	100,00

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE SERGIPE**  
**SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE REIS)**

DIVIDA CONSOLIDADA	EMISSÃO	CIRCULAÇÃO EM 31-10-30	SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS		
			Juros	Amortização	Total do Serviço
Emprestimo da lavoura — 7 %.....	1.500	905	63	13	76
Emprestimo do Abastecimento d'água, iluminação e construção de estradas de rodagem — 7 %.....	5.000	4.574	320	69	389
Emprestimo de fundação do Instituto Bancário — 7 %.....	5.000	582	41	0	50
Emprestimo de fundação do Instituto Bancário <sup>(1)</sup> .....	—	356	—	—	—
Emprestimo para pagamento de dívidas de senças Judiciais — 6 %.....	1.000	965	58	14	72
Emprestimo do esgoto e água da Capital <sup>(2)</sup> — 7 %.....	3.529	3.529	—	—	—
Total.....	16.020	10.011	482	105	587
Juros de apólices atrasados.....	—	1.485	—	—	—
Total da Dívida Consolidada.....	16.020	12.306	482	105	587

(1) Não vencem juros porque se acham garantindo contas agro-hipotecárias no Banco Federal Brasileiro em Aracaju.

(2) O total das emissões autorizadas foi entregue à Empresa de Melhoramentos de Aracaju, por cuja conta correm os juros e amortização, com o endosso do Estado.

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DA DÍVIDA	
		Amortização	Total do Serviço
Portadores de Obrigações do Tesouro.....	1.177	—	—
Exercícios findos.....	472	210	—
A Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens,	—	400	—
Total da Dívida Flutuante em moeda papel.	1.649	610	—
Total da Dívida Flutuante em £.....	33.800	—	—

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DE SERGIPE**

PRODUTOS	TONELADAS					CONTOS DE REIS				
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	2	57	355	450	100	5	275	1.051	1.062	550
Assucar.....	—	1.011	444	2.202	—	—	455	177	467	—
Total dos especificados..	2	1.068	799	2.652	199	5	730	1.228	1.520	550
Diversos.....	—	—	15	10	15	—	—	44	27	103
Total da Exportação....	2	1.068	814	2.662	214	5	730	1.272	1.556	653

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DE SERGIPE**

COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE REIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	8.718	5	— 8.713	211.991	121	— 211.870
1928.....	6.779	731	— 6.048	166.300	17.930	— 148.370
1929.....	7.288	1.272	— 6.016	179.038	31.249	— 147.789
1930.....	2.777	1.556	— 1.221	63.619	35.693	— 27.926
1931.....	2.450	653	— 1.806	38.782	10.434	— 28.348

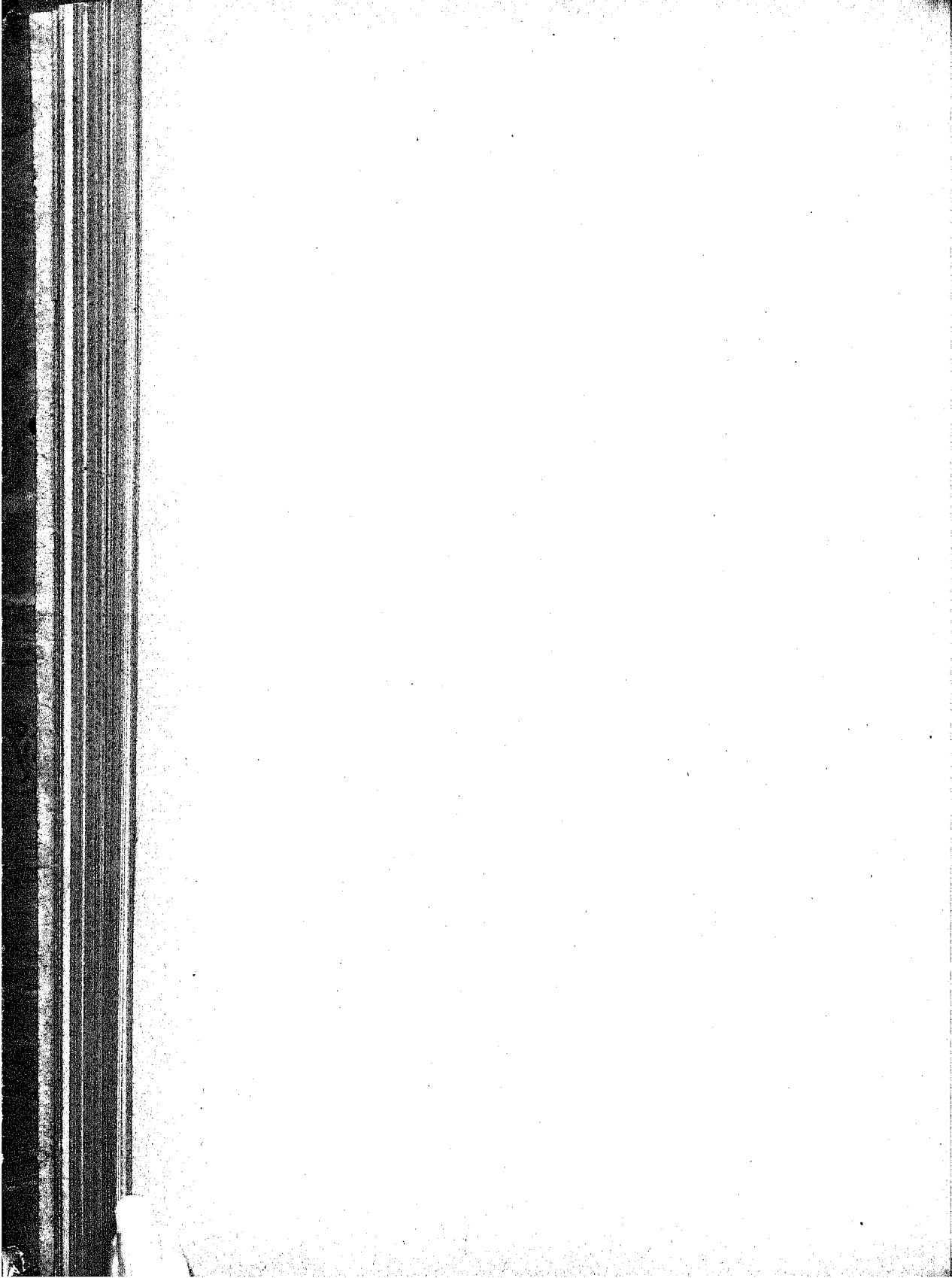
COMERCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	37.638	32.065	— 5.573	—	—	—
1928.....	39.349	37.119	— 2.230	—	—	—
1929.....	34.075	32.927	— 1.148	—	—	—
1930.....	20.277	27.862	— 1.415	—	—	—
1931.....	38.005	38.076	+ 71	—	—	—

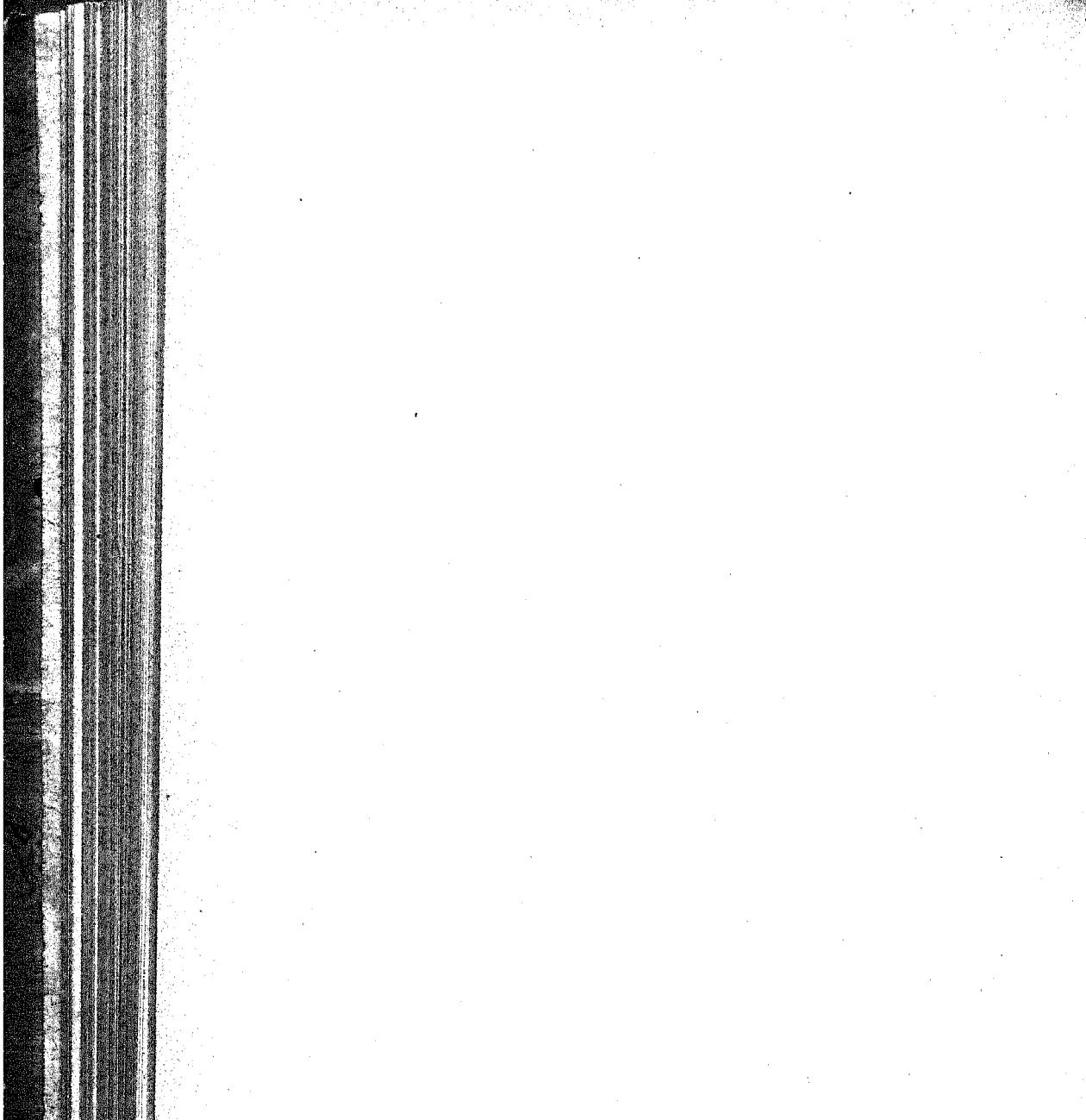
TOTAL (a + b)

1927.....	46.356	32.070	— 14.286	—	—	—
1928.....	46.128	37.850	— 8.278	—	—	—
1929.....	41.363	34.199	— 7.164	—	—	—
1930.....	32.054	29.418	— 2.636	—	—	—
1931.....	40.464	38.729	— 1.735	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DA BAÍA



Digitized by srujanika@gmail.com

**ESTADO DA BAÍA**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMRROS INDICES (BASE 1920)	
	Reccita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	30.182	36.107	— 5.925	100	100
1921.....	26.655	32.618	— 5.963	88	90
1922.....	33.050	31.324	+ 1.726	110	87
Total do trienio.....	89.887	100.049	— 10.162	298	277
1923.....	43.159	42.374	+ 785	143	118
1924.....	56.816	54.592	+ 2.224	188	151
1925.....	54.289	59.940	— 5.651	180	166
Total do trienio.....	154.264	156.906	— 2.642	511	435
1926.....	50.257	58.271	— 8.014	166	161
1927.....	63.853	73.958	— 10.105	212	205
1928.....	70.722	74.567	— 3.845	234	207
Total do trienio.....	184.832	206.796	— 21.964	612	573
1929.....	67.573	82.364	— 14.791	224	228
1930.....	57.938	77.328	— 19.390	192	214
1931.....	64.533	71.211	— 6.678	214	197
Total do trienio.....	190.044	230.903	— 40.859	630	639
Total dos 12 anos.....	619.027	694.654	— 75.627	2.051	1.924
Média anual.....	51.585	57.888	— 6.303	171	160

Serviço da dívida externa de acordo com os contratos, convertido ao cambio de 6 d

	Contos
Juros.....	6.695
Amortização.....	4.259
Total.....	10.954

O Estado assinou em Dezembro de 1931 um acordo para normalizar o serviço da dívida, em constantes atrasos de que resultaram diversos "funding-loans".

Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

**ESTADO DA BAÍA**  
**CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932**  
**EM CONTOS DE RÉIS**

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENDAS ORDINÁRIAS:</b>					
Imposto de Exportação.....	13.500	15.000	+ 1.500	20,92	224
Imposto de Indústria e Profissões.	10.500	10.000	- 500	16,27	14,98
Imposto de Consumo .....	500	500	-	0,78	0,75
Imposto sobre capitais aplicados a empréstimos .....	250	250	-	0,30	0,37
Imposto de transm. de propriedade	3.500	4.500	+ 1.000	5,42	6,74
Imposto de prop. rurais, baldios urb. e terrenos de ocupação ..	1.200	1.000	- 200	1,86	1,50
Imposto de Viação.....	500	400	- 100	0,78	0,60
Imposto de Veículos.....	200	200	-	0,31	0,30
Taxa do selo.....	1.200	1.200	-	1,86	1,80
Taxa do serviço de estatística de exportação.....	2.700	2.500	- 200	4,18	3,75
Taxa do serviço de Estado das mercadorias vendidas a termo.....	500	100	- 400	0,78	0,15
Taxa judiciária.....	100	100	-	0,15	0,15
Custas judiciares.....	70	50	- 20	0,11	0,07
Serviços agronômicos e de estrada de rodagem.....	2.505	750	- 1.755	3,88	1,12
Serviços prestados nas repartições estaduais.....	300	200	- 100	0,46	0,30
Adicionais de 5 e 10 %.....	3.078	3.175	+ 97	4,77	4,76
Rendas Industriais.....	4.115	3.280	- 835	0,38	4,01
Rendas Patrimoniais.....	450	350	- 100	0,70	0,52
<b>RECEITA EXTRAORDINÁRIA,</b>					
Dívida activa.....	2.500	4.000	+ 1.500	3,87	5,99
Rendas n/especificadas e eventuais.	4.000	4.000	-	6,20	5,99
Quota do Município Salvador para o Emp. Light and. Power.....	1.580	1.520	- 60	2,45	2,28
Outros títulos.....	150	100	- 50	0,23	0,15
Quota de 5 % sobre vencimentos..	-	1.750	+ 1.750	-	2,02
<b>RECEITA ESPECIAL,</b>					
5 % sobre diversos Impostos (Empréstimo de unificação).....	2.255	2.000	- 255	3,40	3,00
10 % s/diversos Imp. (Dívida Ext.).	2.750	2.050	- 200	4,26	4,42
Contribuições dos Municípios (Ensino Primário e Força Pública)...	3.750	4.500	+ 750	5,81	6,74
Renda da Rep. de Saneamento da Cidade de São Salvador.....	1.800	1.800	-	2,70	2,70
Outros títulos.....	580	580	-	0,90	0,87
Total da Receita.....	64.533	66.755	2.222	100,00	100,00

## ESTADO DA BAÍA

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	3.822	5.530	+ 1.708	5,92	8,28
2. Poder Legislativo.....	653	356	- 297	1,01	0,53
3. Justiça e Magistratura.....	3.230	2.762	- 468	5,01	4,14
4. Defesa e Segurança Pública...	10.913	9.412	- 1.501	16,91	14,10
5. Instrução Pública.....	10.496	9.650	- 846	16,27	14,46
6. Saúde Pub. e Assistência.....	2.912	3.042	+ 130	4,51	4,56
7. Obras Públicas e Viação.....	7.335	5.697	- 1.638	11,37	8,53
8. Serviço da Dívida Interna.....	7.687	9.443	+ 1.756	11,91	14,15
9. Serviço da Dívida Externa....	11.315	4.218	- 7.097	17,53	6,32
10. Serviço da Dívida Flutuante..	1.795	3.888	+ 2.093	2,78	5,82
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	1.540	2.040	+ 500	2,39	3,06
12. Arrecadação das Rendas.....	4.539	4.478	- 61	7,03	6,71
13. Inativos.....	2.912	4.260	+ 1.348	4,51	6,38
14. Subvenções e auxílios.....	—	50	+ 50	—	0,08
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	1.832	1.542	- 290	2,84	2,31
16. Juros diversos.....	150	150	—	0,23	0,22
17. Outras despesas.....	80	80	—	0,13	0,12
Total da Despesa....	71.211	66.598	- 4.613	110,35	99,77

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**SERVÍCIO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DA BAÍA**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	SERVÍCIO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			Total das renessas
				Juros	Amortização	Anuidade	
1904 — 5%	£	1.062.360	974.920	46.746	9.684	58.430	58.965
1913 — 5%	£	1.000.000	975.980	48.799	6.201	55.000	55.275
1915 — 5%	£	787.334	644.280	32.214	22.900	55.114	55.865
1918 — 6% (1)	£	335.000	97.959	—	56.598	56.598	57.164
1928 — 5% (2)	£	338.500	335.711	16.786	—	16.786	16.954
Total em £.....	£	3.523.194	3.028.850	146.545	95.383	241.928	244.023
1888 — 5%	Francos	20.000.000	6.514.500	325.725	874.275	1.200.000	7.628
1910 — 5% (3)	Francos	45.000.000	41.679.000	2.083.950	391.050	2.475.000	22.795
Total em francos.....	Francos	65.000.000	48.193.500	2.409.575	1.265.325	3.675.000	30.423
Conversão a contos de réis ao cambio de 61:							3.705.423
Emprestimos ingleses.....	Contos	140.928	121.154	5.862	3.815	9.677	84
Emprestimos franceses.....	Contos	20.934	15.521	776	407	1.183	10
Total em contos.....	Contos	161.862	136.675	6.638	4.222	10.860	94

(1) Resgate em 12 prestações semestrais.

(2) A amortização começa em 1933.....

(3) Ha ação nos Tribunais franceses pleiteando o pagamento em francos ouro.

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DA BAÍA**

SERVÍCIO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DÍVIDA CONSOLIDADA	EMISSÃO	CIRCULAÇÃO EM 31.12.30	SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS			Total do Serviço
			Juros	Amortização	Premio	
Emprestimo de unificação 6%.....	89.000	73.368	4.402	445	180	16
Emprestimo popular.....	—	452	—	—	—	—
Emprestimo de emissão unica 5%.....	—	3.517	176	—	—	176
Emprestimos para obras publicas 6%.....	60.000	36.638	2.198	—	—	—
Juros 6 % sobre as apólices pertencentes aos patrimônios da Faculdade de Direito e Escola Politechnica.....	—	4.500	270	—	—	—
Total da dívida consolidada interna.....	149.000	118.475	7.046	445	180	16
						5.219

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DA BAÍA**  
**SERVÍCIO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CENTOS DE RÉIS)**

	DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO 31-12-30	SERVIÇO DA DIVIDA	
			Juros	TOTAL DO SERVIÇO
Creditores diversos.....		8.202	—	—
Petecões de Arrendação — conta de ordens diversos.....		— 11	—	—
The British Bank of South America.....		19	—	—
Bank of London & South America — Comitê Londrino.....		12.666	—	—
Banco do Brasil — c/ corrente.....		11.415	—	—
Banco Econômico da Baía — c/ Saneamento.....		760	—	—
Banco Econômico da Baía — credores de empréstimos por antecipação da reeita.....		5.900	—	—
Total.....		38.973	1.730	1.730
DEPÓSITOS				
Depositos de Diversas Origens.....		2.151	—	—
Juros a pagar desses depósitos.....		298	—	—
Cofre de Ofícios.....		268	15	15
Prefeitura Municipal de C. das Almas — c/ de convenio.....		1	—	—
Prefeitura Municipal da Capital — c/ locação e Montepígio.....		146	—	—
Prefeitura Municipal da Capital — Ass. dos Funcionários Públicos.....		1	—	—
Prefeitura Municipal da Capital — Extintis Caixa E. do Estado.....		696	50	50
Prefeitura Municipal da Capital — Banco Auxiliar das Classes.....		4	—	—
Cia. Viação Sudoeste da Baía — c/ Refaz. da Capital.....		1.528	—	—
Total dos depósito.....		5.093	65	65
Total Geral da Dívida Flutuante.....		44.066	1.705	1.795

EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DA BAÍA

135

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	6.225	6.794	4.798	4.723	6.235	14.370	22.186	11.031	6.978	10.118
Pelas.....	1.369	1.440	1.269	1.391	1.451	13.676	14.003	12.463	14.159	14.256
Carbonados.....	—	—	—	—	—	10.180	10.899	6.909	2.709	1.121
Diamantes.....	—	—	—	—	—	2.341	2.640	1.678	897	737
Cacto.....	73.763	70.904	63.204	64.158	73.303	183.004	145.489	101.114	87.591	94.975
Café.....	15.373	25.054	19.076	17.856	17.917	39.019	69.750	48.823	24.530	30.174
Céra de carnaúba.....	346	244	176	179	317	1.125	823	669	617	901
Fardos.....	2.590	2.650	3.029	3.399	3.493	316	439	601	479	526
Piassava.....	3.394	3.304	3.402	2.290	3.647	3.191	3.176	4.048	3.152	3.094
Frutos para óleos .....	4.566	1.040	5.370	5.709	2.871	2.480	747	3.668	3.028	1.586
Fumo.....	30.367	28.186	26.646	31.486	28.040	65.794	64.821	55.139	58.082	47.817
Charutos e cigarrilhos.....	66	66	64	55	45	956	982	860	864	685
Total dos especificados.....	138.059	139.682	127.034	132.246	137.319	336.452	335.955	247.003	203.086	205.990
Diversos.....	6.059	2.660	2.731	2.852	560	5.768	2.785	2.111	2.746	1.153
Total da Exportação.....	144.118	142.342	129.765	135.098	137.879	342.220	338.740	249.113	205.832	207.143

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DA BAÍA**

COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE REIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	103.604	342.220	+ 238.616	2.520.165	8.328.508	+ 5.808.343
1928.....	117.018	338.740	+ 221.722	2.871.236	8.312.997	+ 5.441.761
1929.....	103.157	249.113	+ 145.956	2.534.245	6.118.916	+ 3.584.671
1930.....	80.228	205.832	+ 125.604	1.839.824	4.607.327	+ 2.767.503
1931.....	54.092	207.143	+ 153.051	859.521	2.979.966	+ 2.120.445

COMERCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	288.784	73.669	- 215.115	-	-	-
1928.....	320.772	81.998	- 238.774	-	-	-
1929.....	258.521	73.923	- 184.598	-	-	-
1930.....	218.604	56.032	- 157.572	-	-	-
1931.....	209.250	69.228	- 140.022	-	-	-

TOTAL (a+b)

1927.....	392.383	415.889	+ 23.501	-	-	-
1928.....	437.790	420.738	- 17.052	-	-	-
1929.....	361.678	323.036	- 38.642	-	-	-
1930.....	298.832	261.864	- 31.968	-	-	-
1931.....	263.342	276.371	- 13.029	-	-	-

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO



**ESTADO DO ESPIRITO SANTO**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA EFE-TUADA**

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMEROS INDICES BASE (1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	8.890	7.556	+ 1.334	100	100
1921.....	12.563	10.147	+ 2.416	141	134
1922.....	14.210	15.516	- 1.306	160	206
Total do trienio.....	35.663	33.219	+ 2.444	401	440
1923.....	18.104	17.042	+ 1.062	204	226
1924 (1º semestre).....	7.922	7.239	+ 683	89	96
1924/1925.....	32.887	26.028	+ 6.259	370	352
1925/1926.....	30.399	31.641	- 1.242	342	419
Total do trienio.....	89.312	82.550	+ 6.762	1.005	1.093
1926/1927.....	27.585	32.703	- 5.208	310	434
1927/1928.....	32.924	46.794	- 13.870	370	619
1928 (2º semestre).....	15.432	20.778	- 5.346	174	275
Total do trienio.....	75.941	100.365	- 24.424	854	1.328
1929.....	32.484	45.504	- 13.040	365	602
1930.....	23.312	31.092	- 7.750	263	411
1931.....	21.000	20.978	+ 22	236	278
Total do trienio.....	76.806	97.574	- 20.768	864	1.291
Total dos 12 anos.....	277.722	313.708	- 35.986	3.124	4.152
Media anual.....	23.143	26.142	- 2.999	260	346

Serviço da dívida externa de acordo com os contratos, convertido ao cambio de 6.d  
Contos

Juros.....	252
Amortização.....	5.574
Total.....	5.826

Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

## ESTADO O ESPIRITO SANTO

## CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Imposto de exportação.....	14.000	14.000	—	66,67	54,50
Imposto de transmissão.....	1.300	1.000	— 300	6,19	3,89
Imposto de sêlo.....	550	800	+ 250	2,62	3,11
Licenças estaduais.....	1.000	1.000	—	4,76	3,89
Alugueis e arrendamentos (Bens do Estado).....	400	700	+ 300	1,90	2,72
Estrada de Ferro São Matheus.....	180	220	+ 40	0,86	0,86
Estrada de Ferro Itapemirim.....	600	600	—	2,86	2,34
Serviços de Aguas e Exgotos da Capital.....	600	700	+ 100	2,86	2,72
Vendas de Terras.....	300	400	+ 100	1,43	1,56
Emolumentos.....	20	20	—	0,09	0,08
Taxa do Ensino.....	50	50	—	0,24	0,19
Saldo da Taxa Ouro.....	2.000	5.000	+ 3.000	9,52	19,46
Multas.....	—	—	—	—	—
Dívida ativa.....	—	300	+ 300	—	1,17
Eventuais.....	—	600	+ 600	—	2,34
Imposto territorial.....	—	—	—	—	—
Fundo Escolar.....	—	100	+ 100	—	0,39
Contribuição de 5 % dos Municípios.....	—	200	+ 200	—	0,78
Total da Receita.....	21.000	25.690	+ 4.690	100,00	100,00

## ESTADO DO ESPIRITO SANTO

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	2.800	2.873	+ 73	13,33	11,18
2. Poder Legislativo.....	23	23	—	0,11	0,09
3. Justiça e Magistratura.....	959	1.028	+ 69	4,57	4,00
4. Defesa e Segurança Pública....	3.805	4.066	+ 261	18,12	15,83
5. Instrução Pública.....	3.681	3.925	+ 244	17,53	15,28
6. Saúde Pública e Assistencia...	664	989	+ 325	3,16	3,85
7. Obras Públicas e Viação.....	2.736	4.410	+ 1.674	13,03	17,17
8. Serviço da Dívida interna.....	680	634	— 46	3,24	2,47
9. Serviço da Dívida externa....	2.220	2.445	+ 225	10,57	9,52
10. Serviço da Dívida flutuante..	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	1.500	1.300	— 200	7,14	5,06
12. Arrecadação das Rendas.....	720	767	+ 47	3,43	2,98
13. Inativos.....	600	650	+ 50	2,86	2,53
14. Subvenções e auxílios.....	20	20	—	0,10	0,08
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	500	2.443	+ 1.943	2,38	9,51
16. Juros Diversos.....	70	70	—	0,33	0,27
17. Outras Despesas.....	—	—	—	—	—
Total da Despesa.....	20.978	25.643	4.665	99,90	99,82

(\*) Percentagens em relação à Receita.

SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMPRESTIMO	MOEDA	CAPITAL INICIAL CIRCULACAO EM 31-12-30	SERVICO ANNUAL DA DVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			
			Juros	Amortisacão	Anuidade	Comissao
DIVIDA EXTERNA CONSOLIDADA:						Total das remessas
1905 — 5%	Frs.	30.000.000	1.750.500			
1919 — 5%	"	24.960.000	698.080			
Total.....	"	54.960.000	2.448.580			
1927 — 8%	Dol.	1.750.000	790.000	19.200	471.600	490.800
1928 — 8%	"	750.000	380.000	11.400	203.825	214.225
Juros e comissao atrasados: do emprestimo de 1927.....	"	—	25.875	—	—	—
do emprestimo de 1928.....	"	—	13.825	—	—	—
Total.....	"	2.500.000	1.205.700	30.600	674.425	705.025
Conversão a contos de réis ao cambio de 6 d Emprestimos em Francos.....	Contos	17.700	789	—	—	3.825
Emprestimos em Dollars.....	"	20.549	9.935	252	5.543	5.795
Total da dvida externa consolidada.....	"	38.249	10.724	252	5.543	5.795

SERVÍCIO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

(Continuação)

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA			Comissão	Total das remessas
			CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	Juros	Amortização		
<b>DÍVIDA EXTERNA MUDANTE:</b>							
Ao Banco Allenio Transatlântico.....	£	20.000	20.000	—	20.000	—	20.000
Ao Bank of London & S. America.....	>	30.000	30.000	—	30.000	—	30.000
Ao Banco Francez e Italiano.....	Francos	11.473.981	11.473.981	—	2.400.000	—	2.400.000
A Baldwin Locomot Works.....	Dolar.	21.106	21.106	—	21.106	—	21.106
<b>CONVERSÃO A CONTOS DE RéIS AO CÂMBIO DE 6 d:</b>							
Emprestimo em Libras.....	Contos	2.000	2.000	—	2.000	—	2.000
Emprestimo em Francos.....	>	3.695	3.695	—	773	—	773
Emprestimos em Dollars.....	>	173	173	—	173	—	173
Total da Dívida Flutuante.....	>	5.868	5.868	—	2.946	—	2.946
Total Geral da Dívida Externa.....	>	44.117	16.592	252	8.488	8.741	31
							8.772

Nota — Em Março de 1931 o Estado reformou os 2 empréstimos em dollars com o Banco Italo-Belga. A operação foi de \$1.170.000, a prazo de 4 anos, 8% de juros ao ano, pagos adiantadamente por semestre, comissão de 1½% semestral sobre o capital devido, comissão especial de 2% sobre o capital do empréstimo, pago no ato da assinatura do contrato e amortização em 8 séries semestrais, sendo a primeira a render-se em 30/9/31 de \$77.500 e a ultima, em 30/3/1935, de \$201.875.

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	SERVIÇO DOS EMPRESTIMOS	
		Juros	Total do serviço
Diversas emissões (5 %).....	74	4	4
Diversas emissões (5 %).....	23	1	1
Emprestimo 1918 — 6.808 obrigações de 1:000\$ para uniformização das apólices das "diversas emissões" de (6 %).....	6.559	393	393
Emprestimos 1925 — 12.500 obrigações de 1:000 para liquidação da dívida externa total ou parcial a (8 %).....	2.364	189	189
Total da dívida interna consolidada.	9.020	587	587

DIVIDA FLUCTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	SERVIÇO DA DIVIDA	
		Juros	Total do serviço
Promissorias por empréstimos ao Governo passado.....	10.290	—	—
Promissorias por fornecimentos ao Governo passado.....	1.422	—	—
Promissorias por serviços.....	1.474	—	—
Promissorias por antecipação da receita.....	1.919	—	—
Credores em c/corrente .....	7.961	—	—
Credores por depósito em dinheiro.....	666	—	—
Caução d'água.....	116	—	—
Caixa benéfice Jeronymo Monteiro.....	1.025	—	—
Depósitos diversos.....	192	—	—
Contas processadas a liquidar..	2.400	—	—
Contas processadas na Delegacia.	556	—	—
Juros de 8 % de Apólices atrasadas.....	250	—	—
Total da dívida interna flutuante.....	28.271	—	—

EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS			
	1927	1928	1930	1931	1927	1928	1930	1931
Couros.....	125	163	143	204	221	380	308	259
Café.....	57.031	61.402	72.968	91.079	94.393	136.191	175.126	182.276
Madeiras.....	53	938	836	1.201	820	17	400	373
Total dos especificados.	57.209	62.503	73.947	92.484	95.424	136.434	175.906	182.949
Diversos.....	2.898	2.162	6.493	91	13	820	421	700
Total da Exportação.....	60.107	64.665	80.440	92.575	95.447	137.254	176.327	183.649
							135.510	168.614

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS  
DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE REIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	12.397	137.254	+ 124.857	301.882	3.342.071	+ 3.040.189
1928.....	12.345	176.327	+ 163.982	302.967	4.327.054	+ 4.024.087
1929.....	9.697	183.649	+ 173.952	238.164	4.512.093	+ 4.273.929
1930.....	7.229	135.509	+ 128.280	166.503	3.051.723	+ 2.885.220
1931.....	3.240	168.614	+ 165.374	51.136	2.430.453	+ 2.879.317

COMERCIO DE CABOTAGEM (b)

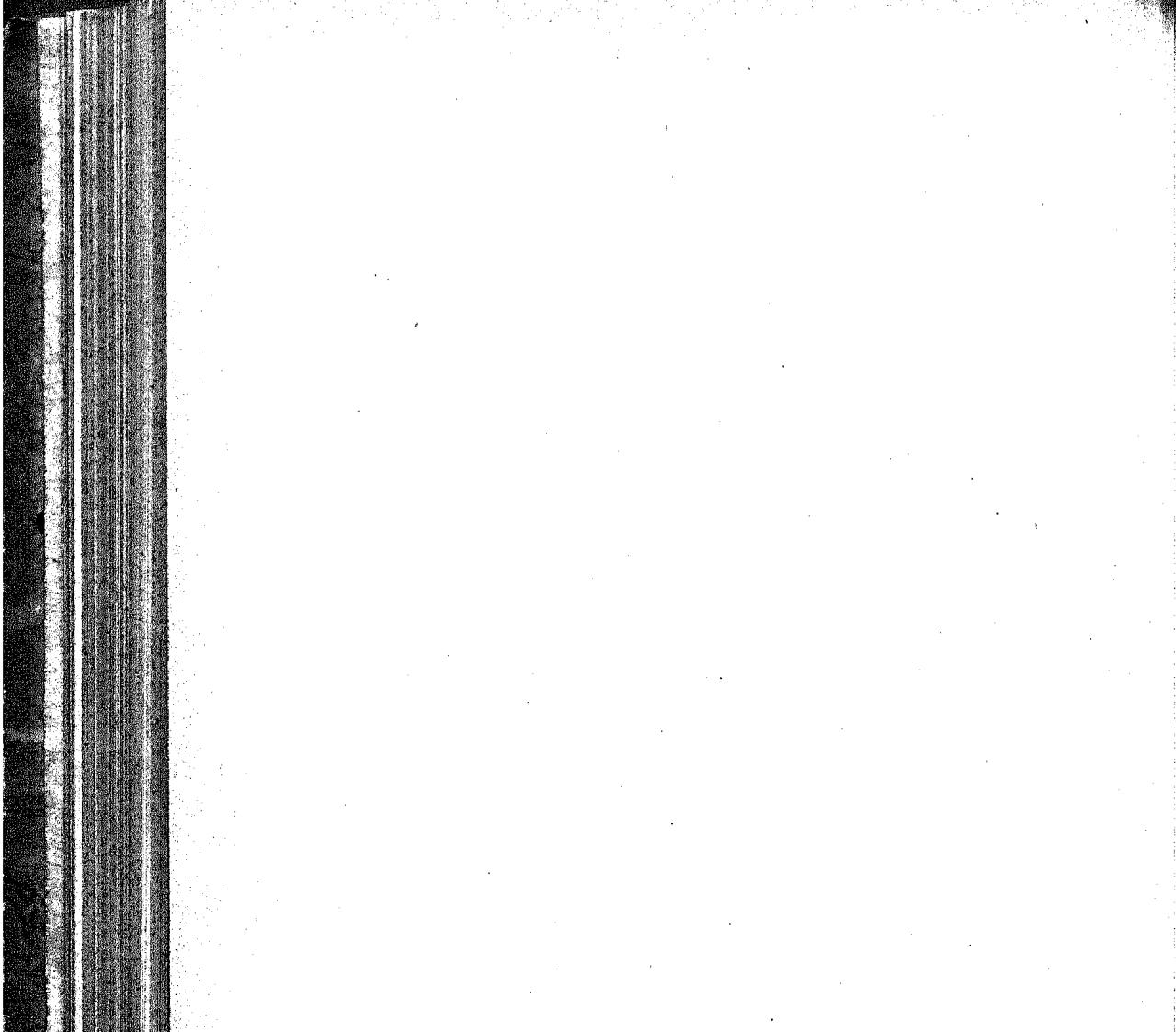
1927.....	95.010	27.114	— 67.896	—	—	—
1928.....	106.434	28.176	— 78.258	—	—	—
1929.....	96.788	21.877	— 74.911	—	—	—
1930.....	61.319	15.775	— 45.544	—	—	—
1931.....	55.859	17.825	— 38.534	—	—	—

TOTAL (a + b)

1927.....	107.407	164.368	+ 56.961	—	—	—
1928.....	118.779	204.503	+ 85.724	—	—	—
1929.....	106.485	205.526	+ 99.041	—	—	—
1930.....	68.548	151.284	+ 82.736	—	—	—
1931.....	59.099	185.939	+ 126.840	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO



1000

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou déficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	21.481	28.567	— 7.086	100	100
1921.....	25.312	28.700	— 3.388	118	100
1922.....	24.492	28.618	— 4.126	114	100
Total do trienio....	71.285	85.885	— 14.600	332	300
1923.....	32.255	30.070	+ 2.185	150	105
1924.....	39.592	36.881	+ 2.711	184	129
1925.....	37.879	43.358	— 5.479	177	152
Total do trienio....	109.726	110.300	— 583	511	386
1926.....	32.020	48.124	— 16.104	149	169
1927.....	32.133	92.599	— 60.466	149	324
1928.....	39.903	82.344	— 42.381	186	288
Total do trienio....	104.116	223.067	— 118.951	484	781
1929.....	38.640	101.664	— 63.024	180	356
1930.....	34.491	87.457	— 52.966	161	306
1931.....	59.606	59.603	+ . 3	277	209
Total do trienio....	132.737	248.724	— 115.987	618	871
Total dos 12 anos..	417.864	667.985	— 250.121	1.945	2.338
Média anual.....	34.822	55.665	— 20.843	162	195

Os algarismos para 1931 são os do orçamento.

Dívida externa de acordo com os contratos: Juros 12.434 contos. Amortização 2.985 contos. Total 15.419 contos. O Estado está em negociações para liquidar por 9.000 contos, papel, os juros de 1931 e 1932, dos empréstimos ingleses. Os juros do empréstimo americano têm sido pagos com a parte que ainda estava em poder dos banqueiros.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932  
EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Exportação.....	13.700	14.115	+ 415	22,98	27,14
Imposto do elo.....	1.150	1.118	- 32	1,93	2,15
Imposto de transmissão.....	4.440	4.627	+ 187	7,45	8,90
Imposto de industrias e profissões...	3.700	3.551	- 149	6,21	6,83
Imposto territorial.....	2.600	2.550	- 50	4,36	4,90
Imposto de consumo de lenha.....	6	12	+ 6	0,01	0,02
Rendas patrimoniais.....	501	630	+ 129	0,84	1,21
Rendas industriais.....	2.510	2.635	+ 125	4,21	5,07
Rendas diversas.....	1.219	1.868	+ 649	2,05	3,59
Rendas extraordinarias.....	734	970	+ 236	1,23	1,86
Rendas c/aplicação especial.....	—	—	—	—	—
Taxa de consumo de gazolina.....	2.340	1.150	- 1.190	3,93	2,21
Taxa adicional de 10 % sobre todos os impostos.....	2.540	2.153	- 387	4,26	4,14
Renda da taxa de 2 % ouro sobre a importação por Niteroi em 1931	3.600	—	— 3.600	6,04	—
Renda da taxa de 2 % ouro sobre a importação por Niteroi em 1930	3.600	—	— 3.600	6,04	—
Contribuição do Inst. de Fomento...	3.000	—	— 3.000	5,03	—
Renda de 10 % das Prefeituras Municipais.....	2.500	1.950	- 550	4,19	3,75
Outros títulos.....	3.383	1.550	- 1.833	5,68	2,98
Emprestimo americano.....	8.083	2.781	- 5.302	13,56	5,35
Taxa ouro sobre o café.....	—	8.000	+ 8.000	—	15,38
Taxa ouro sobre o assucar.....	—	1.350	+ 1.350	—	2,60
Renda dos armazens reguladores e sobre os fretes pagos.....	—	1.000	+ 1.000	—	1,92
Total da Receita.....	59.606	52.010	- 7.596	100,000	100,00

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932  
EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	2.011	1.935	— 76	3,87	3,72
2. Poder Legislativo.....	132	154	+ 22	0,22	0,30
3. Justiça e Magistratura.....	1.740	2.007	+ 267	2,92	3,86
4. Defesa e Segurança Pública.....	4.645	5.005	+ 360	7,79	9,62
5. Instrução Pública.....	7.810	8.274	+ 464	13,10	15,91
6. Saúde Pública e Assistência.....	990	1.250	+ 269	1,66	2,42
7. Obras Públicas e Viação.....	13.533	4.424	— 9.109	22,71	8,51
8. Serviço da dívida interna.....	6.378	6.202	— 176	10,70	11,92
9. Serviço da dívida externa.....	18.520	15.517	— 3.003	31,07	29,84
10. Serviço da dívida flutuante....	55	5	— 50	0,09	0,01
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	295	923	+ 628	0,50	1,7
12. Arrecadação das rendas.....	1.919	2.077	+ 158	3,22	3,99
13. Inativos.....	1.090	1.328	+ 232	1,84	2,55
14. Subvenções e auxílios.....	25	30	+ 5	0,04	0,03
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	454	2.870	+ 2.416	0,76	5,52
16. Juros diversos.....	—	—	—	—	—
17. Outras despesas.....	—	—	—	—	—
Total da Despesa.....	59.603	52.010	— 7.593	99,99	100,00

Percentagens em relação à Receita.

## SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

		SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS							
EMPRESTIMOS		Moeda	Capital inicial	Circulação em 31-12-1930	Juros	Amortização	Anuidade	Comissão	Total das remessas
		Libras...	1.926.500	1.743.389	95.886	58.234	154.120	1.250	155.370
		>	1.891.000	1.891.000	152.370	—	132.370	1.324	132.694
		Total em £ .....	3.817.500	3.634.389	258.256	58.234	286.490	2.574	289.064
		Dollares	6.000.000	6.000.000	390.000	78.066	468.066	1.222	469.288
 CONVERSÃO A CONTOS DE RÉIS AO CÂMBIO DE 6d. — OURO									
		Contos..	152.700	145.376	9.190	2.329	11.459	103	11.562
		Emprestimo em £.....	49.317	49.317	3.205	642	3.847	10	3.857
		Emprestimo em Dollares.....	202.017	194.693	12.335	2.971	15.306	113	15.419
		Total da dívida.....							

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

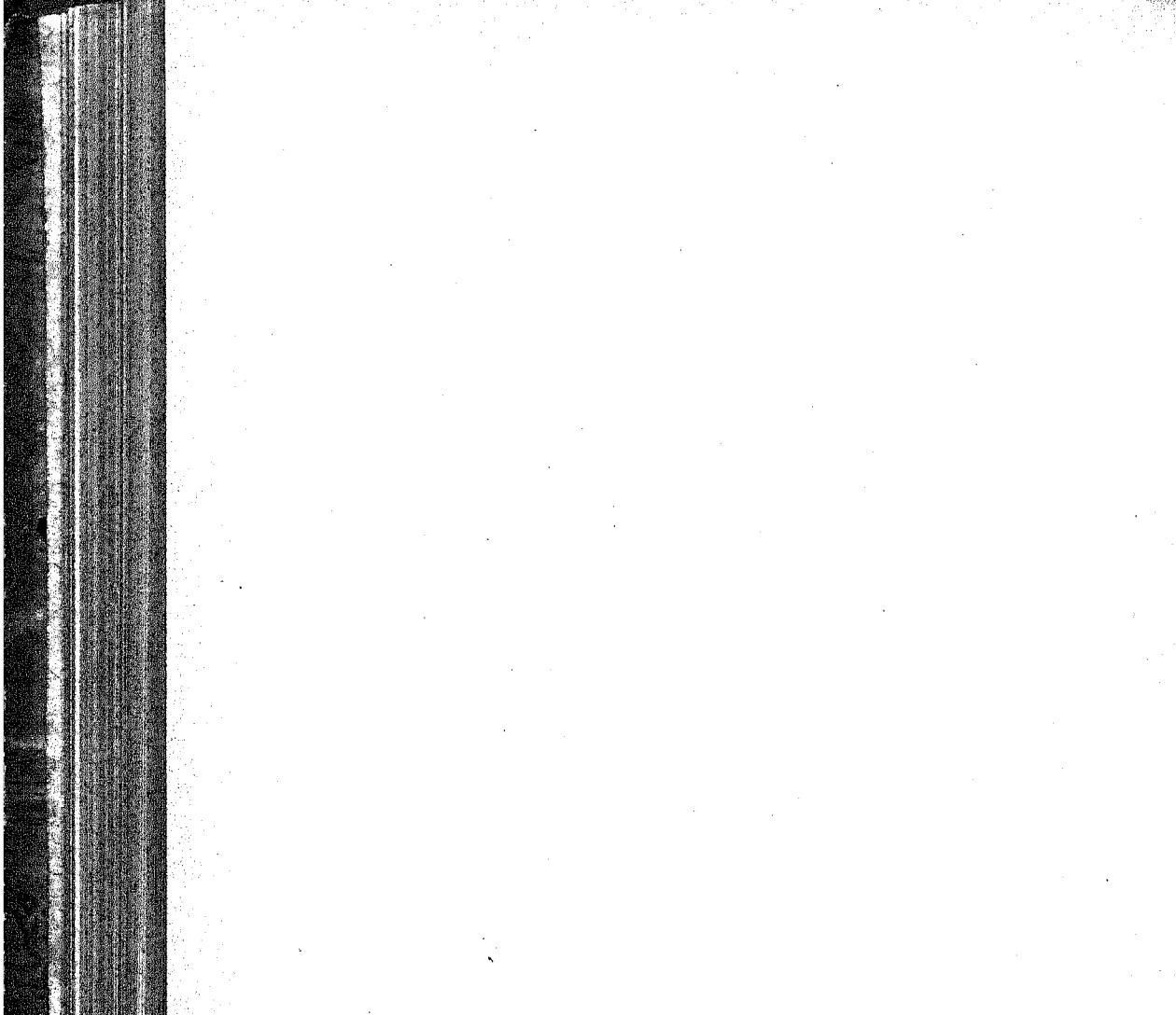
DIVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	JUROS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL DOS SERVIÇOS
Emissões do Imp. — Apolices de 500\$, 6 %				
Emissões de 1890 — Apolices de 500\$, 6 %	9.000	540	—	540
Emissões de 1899 — Apolices de 500\$, 6 %				
Emissões de 1900 — Apolices de 500\$ 6 %				
Emissão de 1898 — Apolices de 1.000\$, 5 %	300	15	—	15
Emissão de 1901 — Apolices de 100\$, 4 %	6.700	263	892	1.155
Emissão de 1928 — Apolices de 1.000\$; 8 %	6.503	512	400	912
Emissão de 1929 — Apolices de 1.000\$, 8 %	19.150	1.532	—	1.532
Emissão de 1928 — Apolices de 500\$, 8 %	11.700	936	600	1.536
Total da dívida interna consolidada.....	53.452	3.798	1.892	5.000

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	JUROS	AMORTIZAÇÃO	PREMIOS	TOTAL DOS SERVIÇOS
Diversos credores.....	13.603	—	205	—	265
Juros de apolices vencidos.....	1.823	50	—	—	50
Premios de apolices sorteadas.....	1.558	—	—	90	90
Caixa Economica em liquidação.....	271	3	—	—	3
Credores do extinto Cofre de Orphíios.....	228	2	—	—	2
Crédito de exatores.....	45	—	—	—	—
Crédito das Prefeituras Municipais.....	81	—	—	—	—
Crédito da Cia. Cant. e V. Fluminense.....	6	—	—	—	—
Crédito da Estr. Ferro Teresópolis.....	1	—	—	—	—
Crédito da Estr. de Ferro Mariel.....	1	—	—	—	—
Crédito C. B. dos Servidores do Estado.....	584	—	—	—	—
Crédito div. assignantes do telefone.....	22	—	—	—	—
Crédito da Caixa B. da Polícia Militar.....	1	—	—	—	—
Crédito do Montepio G. dos Serv. do Estado.....	5	—	—	—	—
Crédito da Ass. dos Func. Pub. e Civis.....	0,4	—	—	—	—
Crédito do Inst. do Fom. E. Agricola.....	6.919	—	—	—	—
Crédito de Portadores de Promissórias.....	14.863	—	—	—	—
Importância entregue para auxiliar o pagamento da Div. Externa da União.....	—	—	—	—	—
Crédito do Banco do Brasil.....	14.837	—	—	—	—
Crédito do Banco Nacional Ultramarino.....	1.001	—	—	—	—
Crédito de diversos por e/ do imposto de exportação.....	742	—	—	—	—
Total da dívida flutuante.....	57.581	55	205	90	410

NOTA — O orçamento para 1931 consigna para o serviço da dívida interna 6.738 contos, cálculo feito para o total das emissões autorizadas, e não para a circulação em 31-12-1930.



ESTADO DE SÃO PAULO



Digitized by srujanika@gmail.com

**ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	175.679	174.665	+ 1.014	100	100
1921.....	160.580	177.977	- 17.397	92	102
1922.....	157.019	204.888	- 47.869	89	117
Total do trienio....	493.278	557.530	- 64.252	281	319
1923.....	202.722	233.135	- 30.413	116	133
1924.....	227.020	278.656	- 51.636	129	160
1925.....	353.271	406.687	- 53.416	201	233
Total do trienio..	783.013	918.478	- 135.465	446	526
1926.....	352.584	511.230	- 158.646	201	293
1927.....	404.044	594.808	- 190.764	230	340
1928.....	408.424	523.803	- 115.379	232	300
Total do trienio....	1.165.052	1.620.841	- 464.789	663	933
1929.....	438.460	618.436	- 179.976	249	354
1930.....	400.204	616.590	- 216.386	228	353
1931.....	403.470	503.842	- 100.372	230	289
Total do trienio....	1.242.134	1.738.868	- 496.734	707	996
Total dos 12 anos...	3.683.477	4.844.717	- 1.161.240	2.097	2.774
Média anual.....	306.956	403.726	- 96.770	175	231

Serviço da Dívida externa de acordo com os contratos, convertido ao cambio de 6 d.

Juros.....	44.606	109.546
Amortização.....	15.508	86.634
Total.....	( <sup>1</sup> ) 60.204	( <sup>2</sup> ) 196.180

(<sup>1</sup>) Neste total exclue-se o serviço dos empréstimos cuja despesa corre por verba extra-orçamentaria.

(<sup>2</sup>) Neste total figura o serviço de todos os empréstimos feitos pelo Estado.

Os algarismos para 1931 são os do orçamento.

## ESTADO DE S. PAULO

## CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Imposto de exportação.....	120.000	110.000	- 10.000	20,74	27,44
Taxa de expediente.....	5.000	5.000	-	1,24	1,25
Imposto de transmissão.....	24.000	34.000	+ 10.000	5,05	8,48
Imposto do selo.....	9.000	10.000	+ 1.000	2,23	2,49
Imposto s/entradas em casas de diversões.....	5.000	4.000	- 1.000	1,24	1,00
Imposto s/viação.....	12.000	10.000	- 2.000	2,97	2,49
Imposto predial da capital.....	20.000	18.000	- 2.000	4,96	4,49
Imposto de comércio e industria.....	18.500	16.000	- 2.500	4,58	3,99
Imposto s/o capital das Soc. anonymous.....	4.500	7.000	+ 2.500	1,12	1,75
Imposto s/o capital empregado em empréstimos.....	6.000	10.000	+ 4.000	1,40	2,49
Imposto s/a renda do capital empregados em prédios.....	800	1.000	+ 200	0,20	0,25
Imposto territorial.....	7.500	8.000	+ 500	1,86	2,00
Imposto s/o consumo de aguardente.	3.500	4.500	+ 1.000	0,87	1,12
Imposto s/loterias.....	2.500	3.000	+ 1.100	0,62	0,00
Imposto s/veículos.....	6.000	5.000	- 1.000	1,49	1,25
Imposto s/terrenos marginais de estradas de rodagem.....	300	300	-	0,07	0,07
Taxa adicional.....	11.500	18.420	+ 6.920	2,85	4,59
Taxa judiciária.....	3.000	2.000	- 1.000	0,74	0,50
Rendas diversas.....	2.150	2.750	+ 600	0,53	0,60
Rendas industriais.....	120.125	103.600	- 16.525	29,77	25,84
Rendas patrimoniais.....	95	50	- 45	0,02	0,01
Imposto s/vencimen'tos, salários e proventos de cartórios.....	10.000	8.600	- 1.400	2,48	2,14
Cobrança da dívida ativa.....	3.500	3.000	- 500	0,87	0,75
Indemnizações.....	2.500	2.000	- 500	0,62	0,50
Multas.....	1.000	2.000	+ 1.000	0,25	0,50
Eventuais.....	5.000	3.000	- 2.000	1,24	0,75
Imposto s/gazolina.....	-	6.000	+ 6.000	-	1,65
Imposto s/matança de gado.....	-	2.500	+ 2.500	-	0,62
Total da Receita.....	403.470	400.020	- 2.550	100,00	100,00

## ESTADO DE S. PAULO

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	28.128	28.571	+ 443	6,97	7,13
2. Poder Legislativo.....	426	—	— 426	0,11	—
3. Justiça e Magistratura....	9.112	9.530	+ 418	2,26	2,38
4. Defesa e Seg. Pública....	63.965	67.554	+ 3.589	15,85	16,85
5. Instrução Pública.....	81.808	82.537	+ 729	20,28	20,59
6. Saúde Pub. e Assistência..	19.526	26.511	+ 6.985	4,84	6,61
7. Obras Públicas e Viação...	110.293	91.504	— 18.789	27,34	22,82
8. Serviço da Dívida Int....	—	—	—	—	—
9. Serviço da Dívida Ext....	148.045	108.175	— 39.870	36,69	26,98
10. Serviço da Dívida Flut...	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	12.500	6.500	— 6.000	3,10	1,62
12. Arrecadação das Rendas..	11.543	11.092	— 451	2,86	2,77
13. Inativos.....	8.170	11.743	+ 3.573	2,02	2,93
14. Subvenções e auxílios.....	1.918	—	— 1.918	0,48	—
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	8.408	7.277	— 1.131	2,08	1,81
Total da Despesa.....	503.842	450.994	— 52.848	124,88	112,49

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DE S. PAULO**

EMPRESTIMOS	MORADA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			Total das remessas
				Juros	Amortização	Anuidade	
1904 — 5%	£	1.000.000	223.580	11.179	53.821	65.000	65.650
1905 — 5%	>	3.800.000	2.180.000	109.000	123.100	222.100	234.421
1907 — 5%	>	2.000.000	1.623.534	81.177	31.193	112.370	113.494
1921 — 8%	>	2.000.000	1.797.500	143.800	39.926	183.726	185.563
1926 — 7%	>	2.500.000	2.385.700	166.999	33.461	200.460	201.420
1928 — 6%	>	3.500.000	3.439.300	206.358	25.442	231.800	232.927
1930 — 7%	>	12.808.000	12.167.600	851.732	971.833	1.823.565	1.831.468
Total dos empréstimos em £.		27.608.000	23.817.214	1.570.245	1.278.776	2.849.021	15.922
1921 — 8%	Dólares	10.000.000	4.950.000	396.000	594.000	990.000	9.900
1925 — 8%	>	15.000.000	15.000.000	1.200.000	380.000	1.580.000	15.800
1926 — 7%	>	7.500.000	7.155.000	500.850	100.530	601.380	604.260
1928 — 6%	>	15.000.000	14.856.500	891.390	102.010	993.400	4.840
1930 — 7%	>	35.000.000	33.250.000	2.327.500	2.655.695	4.983.195	998.240
Total dos empréstimos em dólares.....		82.500.000	75.211.500	5.315.740	3.832.235	9.147.975	21.597
1921 — 8%	Florins	18.000.000	8.900.000	712.000	1.068.000	1.780.000	55.017
Conversão a contos de reis ao cambio de 6d ouro:							9.202.902
Dos empréstimos em £.....	Contos	1.104.320	952.689	62.810	51.151	113.961	637
> > Dólares.....	>	678.105	618.198	43.692	31.499	75.191	453
> > Florins.....	>	50.452	29.396	2.352	3.537	5.879	59
Total em contos de réis.....	>	1.841.877	1.600.293	108.554	86.177	195.031	1.149
							2.864.943

N. B. O Serviço dos empréstimos de 1921 e 1930 corre por verba extra-organamentaria.

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DÍVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	JUROS	TOTAL DO SERVIÇO
Apolices — Emissões de 6 %.....	153.750	9.225	9.225
Apolices — Emissões de 7 %.....	248.542	17.398	17.398
Apolices — Emissões de 8 %.....	29	2	2
Total da dívida interna consolidada.....	402.321	26.625	26.625

DÍVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	JUROS	AMORTIZA- ÇÃO	TOTAL DOS SERVIÇOS
Caixas Económicas.....	190.064	12.000	—	12.000
Caixa Benef. dos Funcionarios Publicos ..	5.487	180	—	180
Cofre de Orfãos.....	9.070	450	—	450
Montepio dos Magistrados.....	219	—	—	—
Bens de ausentes.....	931	—	—	—
Depositos.....	60.804	230	—	230
Letras do Tesouro.....	165.390	14.885	—	14.885
Contas a pagar dos exercícios anteriores..	20.000	—	—	—
Juros de apolices não reclamados.....	49	—	—	—
Total da dívida flutuante.....	452.014	27.745	—	27.745

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DE  
S. PAULO**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Adubas animais.....	—	101	325	1.751	3.792	—	—	35	205	520
Carnarilha.....	—	—	205	1.304	302	—	—	—	72	610
Carne em conserva.....	285	424	231	1.165	1.572	994	1.547	765	3.349	81
Carnes refriadas e congeladas.....	26.125	39.515	44.073	48.739	39.754	31.713	49.589	66	375	71.719
Cera de abelhas.....	27	43	64	150	98	74	270	380	831	50.739
Couros.....	6.638	5.911	5.989	9.258	7.568	14.578	16.426	10.039	17.946	576
Linguis secas e salgadas.....	48	80	136	235	209	206	440	656	973	13.631
Tripes secas e salgadas.....	489	701	946	961	765	748	1.635	1.891	2.009	1.429
Metais velhos.....	—	—	645	5.268	302	—	—	—	131	1.319
Algodão em rams.....	637	1	3.706	57	64	* 2.425	4	14.824	197	248
Arroz.....	4.664	—	331	10.261	12.971	1.452	—	—	103	7.324
Café em grão.....	617.072	537.362	558.690	559.096	651.907	1.865.670	1.994.308	1.995.937	1.279.526	1.604.869
Farelos.....	8.105	10.381	14.126	21.354	19.252	2.270	1.943	3.668	4.893	4.821
Bananas.....	67.798	76.331	82.513	100.052	106.657	12.332	15.035	17.488	20.600	21.372
Laranjas.....	1.214	3.686	7.300	5.951	23.629	941	2.283	3.730	4.401	21.768
Tangerinas.....	8	—	37	285	1.089	11	—	—	37	277
Frutos para óleos.....	4.093	2.184	2.858	2.604	2.340	2.251	1.417	2.178	1.208	1.540
Herva mate.....	369	192	271	468	122	447	237	352	623	164
Torta de caroço de algodão.....	11.896	9.976	11.968	13.044	17.674	2.880	3.066	3.505	3.434	5.141
Total dos especificados.....	744.469	635.978	734.414	782.003	880.067	1.938.992	2.088.195	2.092.336	1.421.759	1.743.175
Diversos.....	5.719	6.893	7.385	8.321	11.688	5.167	7.593	5.667	6.425	8.753
Total da Exportação.....	750.188	632.871	741.799	790.324	901.755	1.944.169	2.095.788	2.098.003	1.428.184	1.751.928

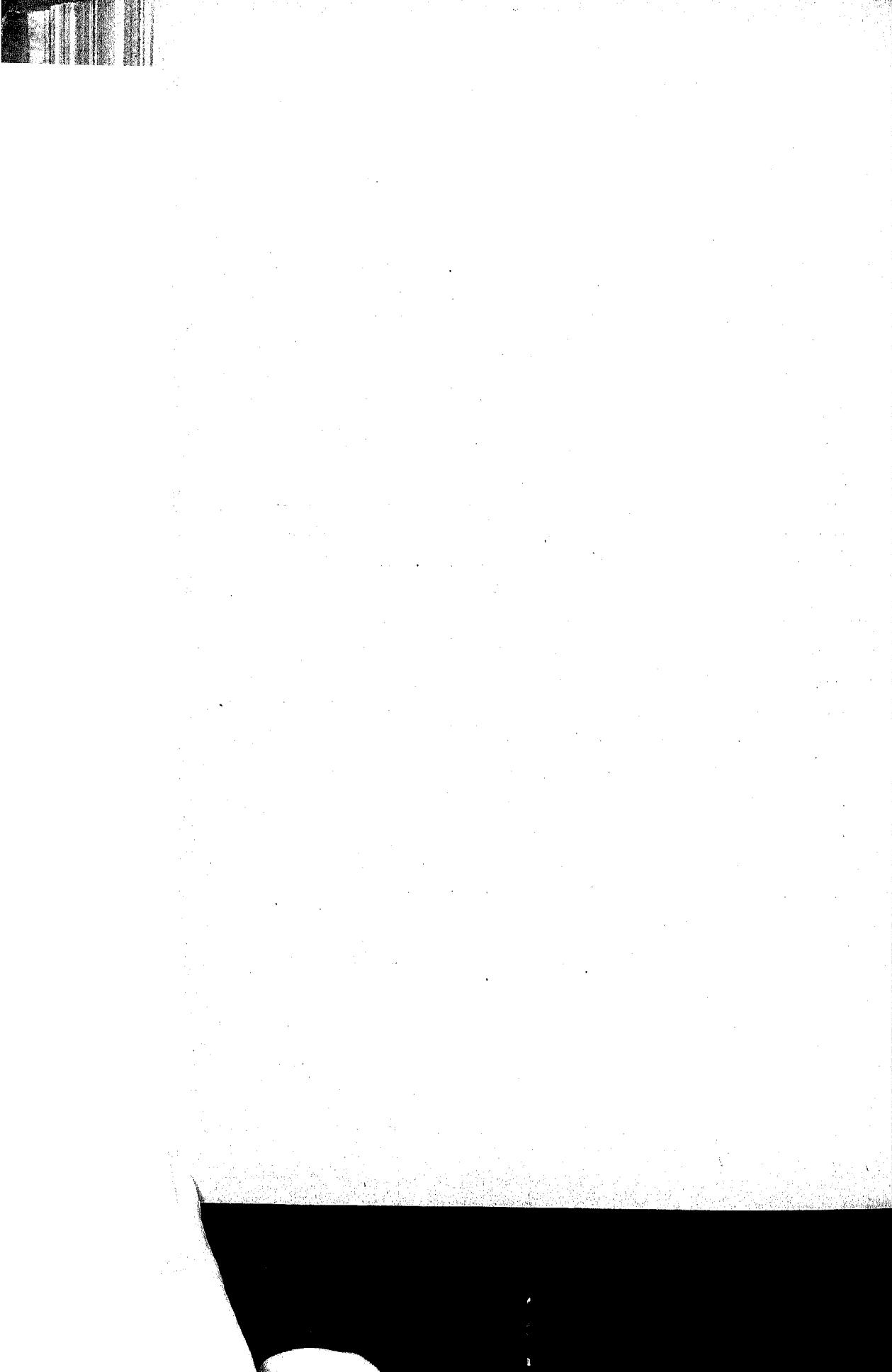
Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS DO  
ESTADO DE S. PAULO**

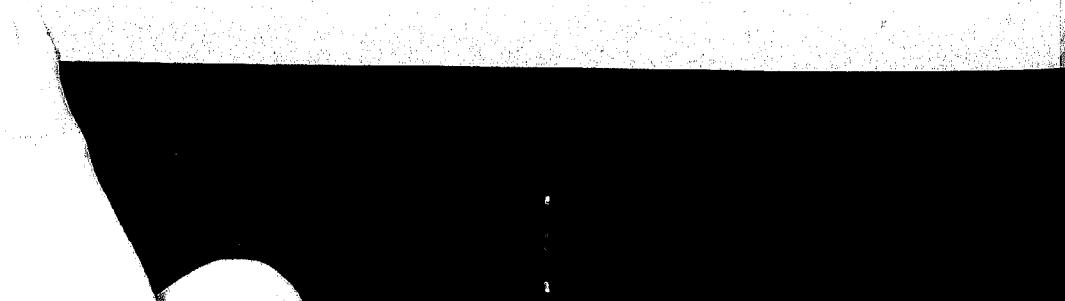
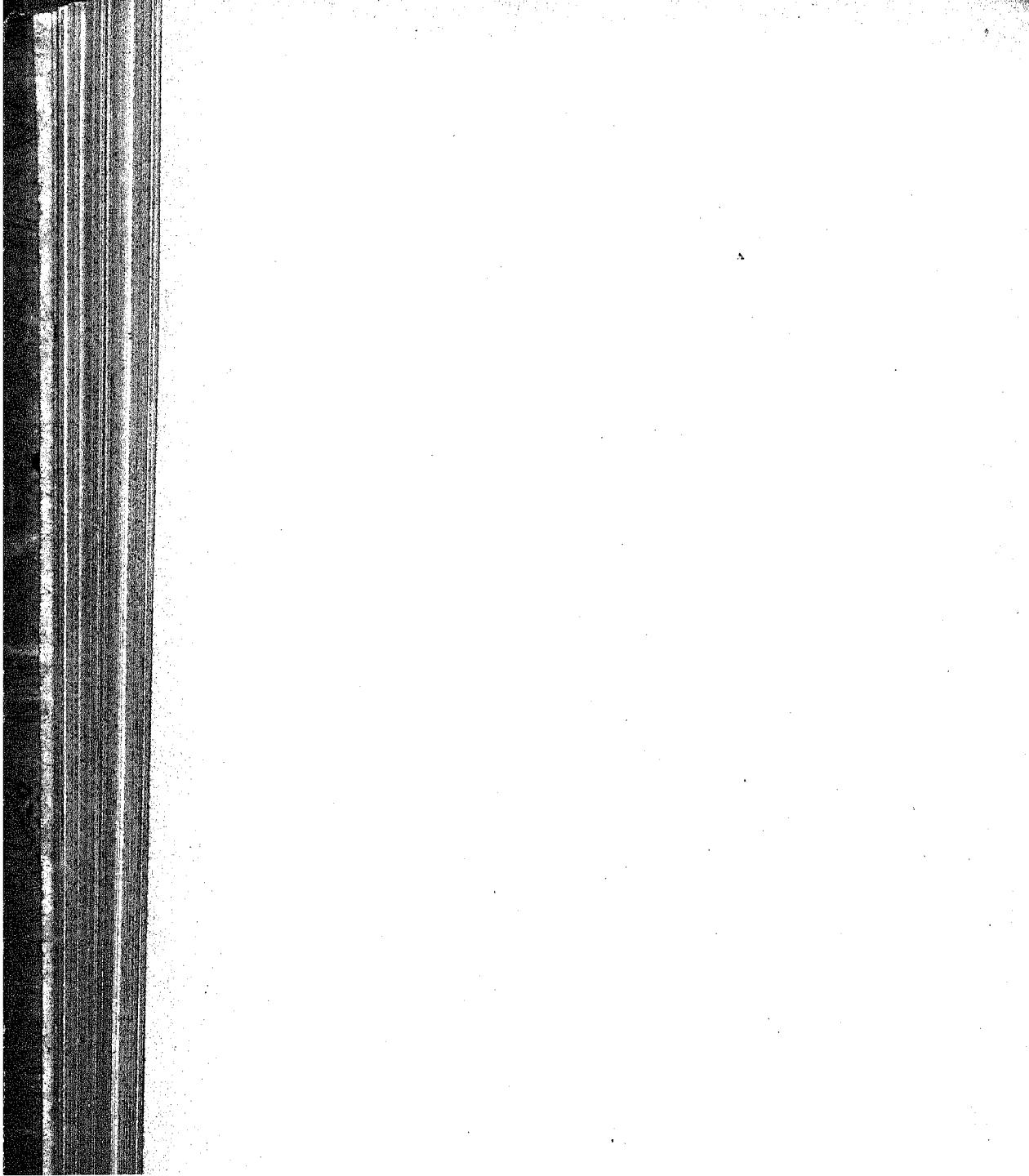
COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE REIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	1.282.203	1.944.159	+ 661.951	31.195.715	47.310.406	+ 16.114.691
1928.....	1.479.389	2.095.788	+ 616.399	36.802.168	51.426.996	+ 19.124.828
1929.....	1.407.491	2.098.003	+ 690.512	34.571.505	51.535.775	+ 16.964.180
1930.....	794.812	1.428.184	+ 633.372	18.200.969	32.274.421	+ 14.073.452
1931.....	696.378	1.751.928	+ 1.055.550	10.624.491	25.486.322	+ 14.861.831
COMERCIO DE CABOTAGEM (b)						
1927.....	475.123	422.546	- 52.577	-	-	-
1928.....	528.674	403.176	- 125.498	-	-	-
1929.....	473.870	385.351	- 88.519	-	-	-
1930.....	287.715	308.816	+ 21.101	-	-	-
1931.....	309.584	359.715	+ 50.131	-	-	-
TOTAL (a+b)						
1927.....	1.757.331	2.366.705	+ 609.374	-	-	-
1928.....	2.008.063	2.498.064	+ 490.901	-	-	-
1929.....	1.881.361	2.483.354	+ 601.993	-	-	-
1930.....	1.082.527	1.737.000	+ 654.473	-	-	-
1931.....	1.005.962	2.111.643	+ 1.105.681	-	-	-

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DO PARANÁ



ESTADO DO PARANÁ

CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa effectuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1919-1920.....	11.593	13.717	- 2.124	100	100
1920-1921.....	18.803	10.338	+ 8.525	163	76
1921-1922.....	11.227	11.835	- 608	97	86
Total do trienio....	41.683	35.890	+ 5.793	360	262
1922-1923.....	13.063	13.160	- 106	113	96
1923-1924.....	16.181	14.665	+ 1.516	139	107
1924-1925.....	19.620	17.220	+ 2.400	169	125
Total do trienio....	48.804	45.054	+ 3.810	421	328
1925-1926.....	21.884	20.495	+ 1.389	189	150
1926-1927.....	22.650	27.359	- 4.700	196	199
1927-1928.....	28.801	35.126	- 6.325	248	256
Total do trienio....	73.344	82.980	- 9.636	633	605
1928 (2º sem) e 1929.....	46.895	86.798	- 40.403	400	633
1930.....	28.660	46.511	- 17.851	247	339
1931.....	33.276	33.276	-	287	243
Total do trienio....	108.331	166.585	- 58.254	934	1.215
Total dos 12 anos..	272.222	330.509	- 58.287	2.348	2.410
Média anual.....	21.777	26.441	- 4.664	188	193

Serviço da Dívida externa de acordo com os contrátos, ao cambio de 6 d.: Juros 5.436 contos. Amortização 1.016 contos. Total 6.452 contos. Não figura nas importâncias acima o serviço dos empréstimos francêses, que estavam sendo liquidados por acordo.

Os algarismos para 1931, são os do orçamento.

**ESTADO DO PARANÁ**  
**CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932**  
**EM CONTOS DE REIS**

VERBAS	1931	1932 (¹)	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Imposto de exportação.....	11.960	—	—	35,94	—
Fretes e passagens.....	750	—	—	2,25	—
Industria e profissões.....	2.470	—	—	7,42	—
Liquidos e espírituosos.....	1.060	—	—	3,19	—
Transmissão de propriedades.....	2.680	—	—	8,05	—
Arrematações judiciais.....	15	—	—	0,05	—
Taxa judiciária.....	65	—	—	0,20	—
Imposto territorial.....	1.500	—	—	4,51	—
Adicional de 20 % sobre diversos impostos.....	2.164	—	—	6,50	—
Taxa ouro sobre o café.....	1.465	—	—	4,40	—
Estatística e fiscalização.....	1.380	—	—	4,15	—
Imposto de comércio.....	1.910	—	—	5,74	—
Imposto predial da Capital.....	970	—	—	2,91	—
Adicional de 5 % sobre o Imp. predial.	48	—	—	0,14	—
Taxa de água e esgotos.....	815	—	—	2,45	—
Imposto de Selo.....	810	—	—	2,43	—
Vendas de legitimação de terras.....	440	—	—	1,32	—
Imposto de beneficência.....	250	—	—	0,75	—
Receita eventual.....	1.184	—	—	3,56	—
Arrecadação da dívida.....	1.310	—	—	3,94	—
Benefício de loterias.....	15	—	—	0,05	—
Imposto de viação.....	—	—	—	—	—
Aforamento de terras.....	5	—	—	0,02	—
Imposto sobre empréstimos e hipotecas.....	10	—	—	0,03	—
Total da Receita.....	33.276	—	—	100,00	—

(¹) Prorrogada para 1932, pelo decreto n. 2.560 de 24 de dezembro de 1931 a receita de 1931.

## ESTADO DO PARANÁ

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (a)	
				1931	1932
1. Poder Executivo Secretarias de Estado.....	1.607	1.596	— 11	4,83	4,80
2. Poder Legislativo.....	10	10	—	0,03	0,03
3. Justiça e Magistratura.....	1.486	1.483	— 3	4,46	4,46
4. Defesa e Segurança Publica...	6.100	5.900	— 200	18,33	17,73
5. Instrução Publica.....	5.027	4.926	— 101	15,11	14,80
6. Saude Publica e Assistencia...	1.609	1.417	— 192	4,83	4,26
7. Obras Publicas e Viação.....	3.137	2.520	— 617	9,43	7,57
8. Serviço da Dívida Interna....	2.100	—	— 2.100	6,31	—
9. Serviço da Dívida Externa....	8.000	8.000	—	24,04	24,04
10. Serviço da Dívida Flutuante..	—	—	—	—	—
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	82	82	—	0,25	0,25
12. Arrecadação das rendas.....	2.383	2.224	— 159	7,16	6,68
13. Inativos.....	981	1.156	+ 175	2,95	3,47
14. Subvenções e auxílios.....	12	12	—	0,04	0,04
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	336	294	— 42	1,01	0,88
16. Juros diversos.....	350	350	—	1,05	1,05
17. Outras despesas.....	56	56	—	0,17	0,17
Total da Despesa.....	33.276	30.026	— 3.250	100,00	90,23

(a) Percentagens em relação à Receita

**SERVÍCIO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO PARANÁ**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			
				Juros	Amortização	Anuidade	Comissão
1928—7%	£	1.000.000	965.300	67.571	12.605	80.176	651
1928—7%	Dolares	4.860.000	4.702.000	328.140	60.515	389.655	1.948
<b>CONVERSÃO A CONTOS DE REIS AO CÂMBIO DE 6d.—OUTRO:</b>							
Emprestimo em £.....	Contos	40.000	38.612	2.703	504	3.207	26
Emprestimos em Dolares.....	£	39.947	38.648	2.705	498	3.203	16
Total em contos de réis.....	£	79.947	77.260	5.408	1.002	6.410	42
							6.452

N. B. Há ainda em circulação títulos dos 3 empréstimos franceses, na importância de Francos 13.863.877 e que deviam ter sido resgatados em sua totalidade pelos empréstimos realizados em 1928, em £ e em dólares.

## DIVIDA INTERNA FUNDADA DO ESTADO DO PARANÁ

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	Circulação em 31-12-1930	SERVIÇO DA DIVIDA		
		Juros	Amortização	Total
Apólices gerais — 7 %.....	16.202	1.083	1.384	2.467
Apólices para as obras do porto — 8 %.....	6.702	865	772	1.437
Total.....	23.084	1.748	2.156	3.904

NOTA — O serviço da dívida, que figura neste quadro, corresponde às obrigações do Estado, de acordo com os decretos que autorizaram as emissões, mas no Orçamento de 1931 não constam as importâncias destinadas a esses pagamentos por ter ficado suspenso todo serviço da dívida interna, em face da situação afrontiva do Estado.

## DIVIDA FLUTUANTE DO ESTADO DO PARANÁ

TOTAL EM 31-12-1930

DIVIDA FLUTUANTE	TOTAL EM CONTOS DE RÉIS
Letras a pagar.....	64.001
Contas a pagar.....	11.809
Vencimentos atrasados de funcionários.....	7.058
Juros vencidos de apólices.....	4.179
Integralização de ações do Banco do Estado.....	3.036
Apólices sorteadas.....	2.402
Ao Governo Federal (adeantamento).....	2.000
Banque Privé.....	912
Seguro de Vida.....	805
Leon Israel &.....	572
Hildebrando de Souza Araujo.....	561
Banco Francez e Italiano.....	396
Depositos.....	247
Professores Federais.....	187
Caixa Beneficente das Praças da Pret.....	127
Fundo de Reserva do Seguro de Vida.....	114
Montepio dos Magistrados.....	99
Diversos.....	19
Total.....	98.524

NOTA — Além do débito de 2.000 contos ao Governo Federal, proveniente do adeantamento feito pelo Quartel-General e pelo Tesouro, logo no inicio da revolução, o Estado, em 7 de Abril de 1931, obteve do Governo Federal o empréstimo de 5.000 contos em obrigações do Tesouro, a 7 % ao ano, para ser aplicado no pagamento da prestação da dívida externa na importância de £ 80.178 e vencida em 15-2-31.

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DO PARANÁ**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE RÉIS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Couros.....	85	122	195	193	230	157	381	414	285	276
Cabos de vassouras.....	3.489	3.580	2.801	4.708	3.882	1.289	1.386	1.326	2.028	1.844
Café.....	12.774	26.565	18.064	38.676	15.498	34.805	76.917	52.334	69.066	35.872
Farelo.....	1.632	1.952	2.041	400	650	848	731	625	70	115
Bananas.....	1.205	1.097	1.482	2.416	915	258	298	437	515	233
Herva-mate.....	57.294	58.968	60.374	58.119	50.408	72.028	78.087	76.235	66.724	62.338
Madeiras.....	29.761	30.183	30.311	42.142	30.367	5.845	5.827	5.998	8.107	6.058
Total dos especificados .....	106.240	122.467	115.268	146.654	101.950	114.730	163.627	137.369	146.795	106.736
Diversos.....	57	58	24	45	146	59	132	73	146	755
Total da Exportação .....	106.297	122.525	115.292	146.699	102.096	114.789	163.759	137.442	146.941	107.491

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS  
DO ESTADO DO PARANÁ**

COMERCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	24.035	114.780	+ 90.754	584.777	2.797.731	+ 2.212.954
1928.....	22.476	163.759	+ 141.283	551.574	4.019.339	+ 3.467.765
1929.....	34.511	137.442	+ 102.931	847.907	3.376.362	+ 2.528.455
1930.....	26.224	146.941	+ 120.717	602.861	3.314.929	+ 2.712.068
1931.....	16.424	107.421	+ 90.997	257.772	1.550.162	+ 1.292.390

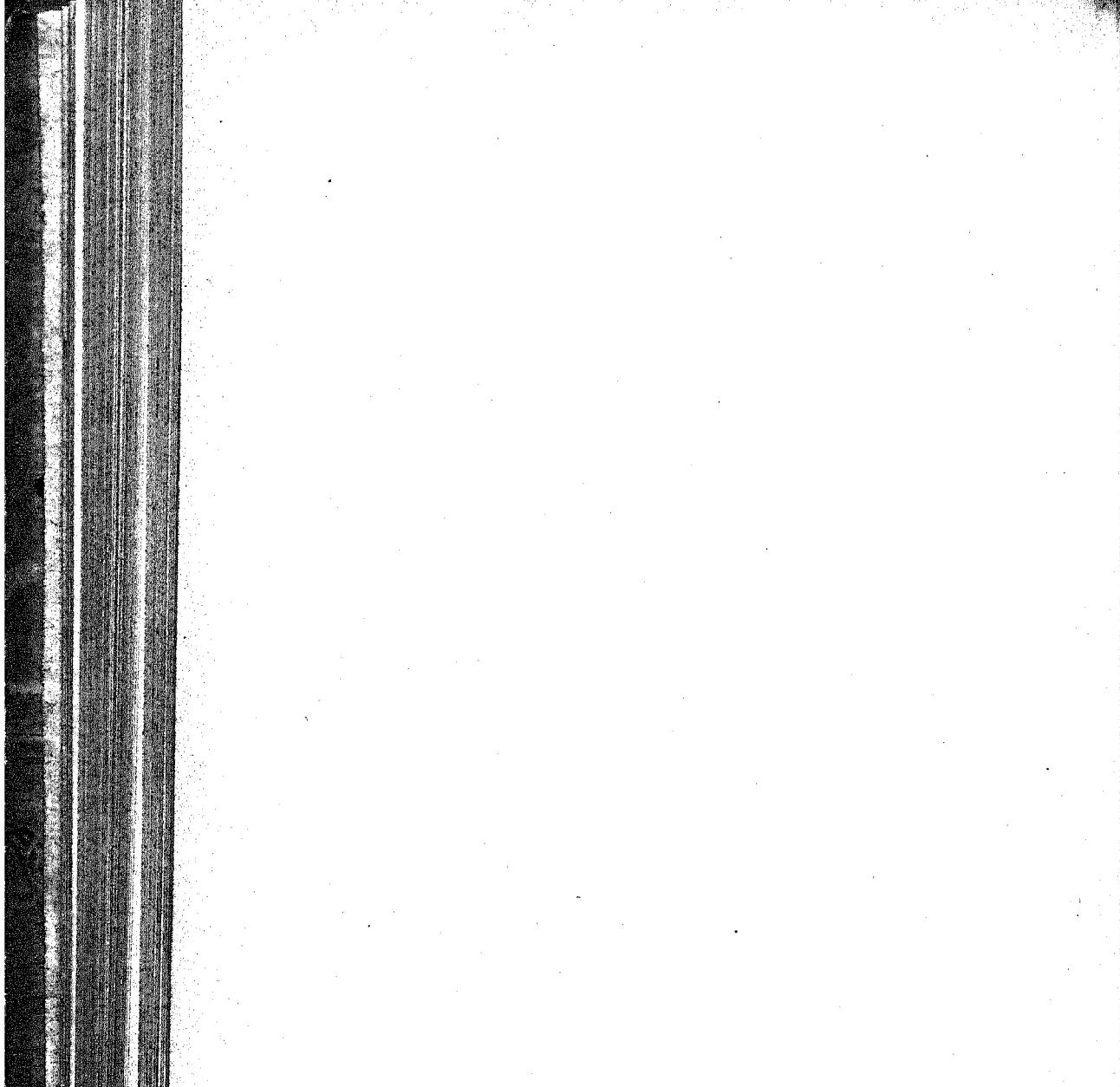
COMERCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	81.176	39.212	— 41.954	—	—	—
1928.....	83.988	46.492	— 37.496	—	—	—
1929.....	96.397	42.652	— 53.745	—	—	—
1930.....	70.536	35.792	— 34.744	—	—	—
1931.....	62.942	34.219	— 28.723	—	—	—

TOTAL (a + b)

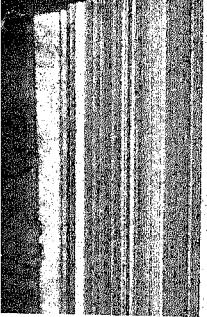
1927.....	105.211	154.001	+ 48.800	—	—	—
1928.....	106.464	210.251	+ 103.787	—	—	—
1929.....	130.908	180.094	+ 49.186	—	—	—
1930.....	96.760	182.733	+ 85.973	—	—	—
1931.....	79.366	141.640	+ 62.274	—	—	—

Dados do Departamento Nacional da Estatística.



Digitized by srujanika@gmail.com

ESTADO DE SANTA CATARINA



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE REIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	7.699	8.795	— 1.096	100	100
1921.....	8.061	9.538	— 1.477	104	108
1922.....	9.979	11.344	— 1.365	130	129
Total do trienio.....	25.730	29.677	— 3.938	334	337
1923.....	12.771	16.788	— 4.017	166	191
1924.....	15.837	17.165	— 1.328	206	195
1925.....	13.930	13.177	+ 753	181	150
Total do trienio.....	42.538	47.130	— 4.592	553	536
1926.....	14.050	14.120	— 61	183	161
1927.....	16.649	16.804	— 155	216	191
1928.....	17.788	18.211	— 423	231	207
Total do trienio.....	48.496	49.135	— 639	630	559
1929.....	19.275	17.844	+ 1.431	250	203
1930.....	16.569	20.271	— 3.702	215	230
1931.....	18.350	18.350	—	239	209
Total do trienio.....	54.194	56.465	— 2.171	704	642
Total dos 12 anos....	170.967	182.407	— 11.440	2.221	2.074
Média annual .....	14.247	15.200	— 953	185	173

Serviço da Dívida externa, de acordo com os contratos, convertido ao cambio de  
6 d.:

	Contos
Juros.....	8.262
Amortização.....	1.598
Total.....	4.860

Os algarismos para 1931 são os do orçamento.

## ESTADO DE SANTA CATARINA

CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932  
EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGEM	
				1931	1932
Imposto de indust. e profissões.....	2.450	2.370	— 80	13,35	13,17
Imposto de exportação.....	4.500	4.400	— 100	24,52	24,45
Imposto de transito.....	110	110	—	0,00	0,61
Imposto de expediente.....	200	150	— 50	1,09	0,83
Imposto de viação ferrea.....	150	130	— 20	0,82	0,72
Taxa judiciaria.....	280	150	— 130	1,53	0,83
Emolum. sobre títulos de terra.....	50	20	— 30	0,27	0,11
Imposto do selo sobre bilhetes de loterias.....	1.200	1.250	— 10	6,87	6,94
Imposto de patente por venda de bebidas e de fumo.....	850	700	— 60	4,63	4,39
Taxa de heranças e legados.....	250	750	+ 500	1,30	4,17
Imposto de transmissão de propriedades e de embarcações.....	1.500	1.490	— 10	8,17	8,28
Imposto territorial.....	8.200	8.100	— 100	17,44	17,22
Imposto s/ o movimento comercial e industrial.....	300	310	+ 10	1,63	1,72
Imposto de viação terrestre.....	600	565	— 35	3,27	3,14
Taxa de esgoto da capital.....	110	110	—	0,60	0,01
Taxa de consumo d'agua da capital...	200	220	+ 20	1,09	1,22
Renda da Ponte "Hercílio Luz".....	220	230	+ 10	1,20	1,28
Divida colonial e venda de terras....	200	80	— 120	1,00	0,44
Taxa de metragem.....	60	12	— 48	0,33	0,07
Renda dos postos zooteconomicos e estações de monta.....	10	3	— 7	0,05	0,02
Indemnizações, rest., dons gratuitos rendas de próprios estaduaries, etc.	800	360	— 440	4,36	2,00
Benefícios das loterias.....	160	560	+ 400	0,87	3,11
Multas diversas e descontos por infrações regulamentares.....	150	280	+ 130	0,82	1,56
Cobrança da dívida ativa.....	530	300	— 230	2,89	1,67
Taxas de cães.....	150	200	+ 50	0,82	1,11
Taxa de diversões.....	60	60	—	0,33	0,33
Total da Receita.....	18.350	18.000	— 350	100,00	100,00

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	1.154	1.171	+ 17	6,29	6,51
2. Poder Legislativo.....	23	23	-	0,13	0,13
3. Justiça e Magistratura.....	1.048	1.026	- 22	5,71	5,70
4. Defesa e Segurança Publicas...	1.948	2.312	+ 364	10,62	12,84
5. Instrução Publica.....	3.183	3.204	+ 21	17,35	17,80
6. Saude Publica e Assistencia...	313	346	+ 33	1,71	1,92
7. Obras Publicas e Viação.....	2.252	1.979	- 273	12,27	10,99
8. Serviço da Dívida Interna....	1.140	1.098	- 42	6,21	6,10
9. Serviço da Dívida Externa....	5.858	4.912	- 946	31,92	27,29
10. Serviço da Dívida Flutuante..	-	-	-	-	-
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	98	200	+ 102	0,53	1,11
12. Arrecadação das rendas.....	594	850	+ 256	3,24	4,72
13. Inativos.....	424	493	+ 69	2,31	2,74
14. Subvenções e auxílios.....	2	-	- 2	0,01	-
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	263	336	+ 73	1,43	1,87
16. Juros diversos.....	50	50	-	0,27	0,28
17. Outras despesas.....	-	-	-	-	-
Total da Despesa.....	18.350	18.000	- 350	100,00	100,00

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**SERVÍCIO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			Total das remessas
				Juros	Amortização	Anuidade	
1909 — 5%	£	250.000	68.226	3.411	14.214	17.625	88 17.713
Juros vencidos em 1—12—30	,	—	6.707	—	—	—	—
Total	,	250.000	74.933	3.411	14.214	17.625	88 17.713
1922 — 8%	Dolar	5.000.000	4.704.800	376.384	123.616	500.000	5.000 505.000
Juros atrasados	,	—	452.560	—	—	—	—
Total	,	5.000.000	5.157.360	376.384	123.616	500.000	5.000 505.000
<hr/>							
CONVERSÃO A CONTOS DE REIS AO CÂMBIO DE 6d. OURO							
Emprestimo em £	Contos	10.000	2.729	136	569	705	4 709
Juros atrasados	,	—	268	—	—	—	—
Emprestimo em dólares	,	41.097	38.671	3.094	1.016	4.110	41 4.151
Juros atrasados	,	—	3.720	—	—	—	—
Total	,	51.097	45.388	3.230	1.585	4.815	45 4.860

DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE REIS)

181

DIVIDA INTERNA CONSOLIDADA	CIRCULACAO 31/12/30	SERVICO DOS EMPRESTIMOS	
		Juros	Total do Serviço
Apólices alienáveis — Obras Públicas — 1899 — 5%	23	1	1
Apólices alienáveis — Obras Públicas — 1907 — 5%	5.598	280	280
Apólices alienáveis — Consolidação da dívida passiva — 1901 — 5%	881	44	44
Apólices alienáveis para pagamento de sentenças passadas em julgado — 1929 — 5%	260	13	13
Apólices alienáveis auxílios aos Hospitais e Mitrás — 1887 — 5%	555	43	43
Apólices alienáveis auxílios ao Seminário e Bispoado — 1900 — 5%	50	2	2
Apólices ao portador — Obras Públicas — 1927 — 5%	472	24	24
Total das apólices de 5%.....	8.139	407	407
Apólices ao portador — Cons. dívida passiva — 1915 — 6%	163	10	10
Apólices ao portador — Consolidação da dívida passiva — 1922 — 6%	1.694	102	102
Apólices ao portador — Ponte Hercílio Luz — 1926 — 6%	2.375	142	142
Apólices ao portador — Consolidação da dívida passiva — 1928 — 6%	2.952	177	177
Bonus ao portador — Consolidação da dívida passiva — 1928 — 6%	7.184	431	431
Total das apólices de 6%.....	15.323	838	838
Total da dívida interna consolidada .....			

SERVICO DA DÍVIDA PELO ORGAMENTO

Contos	
530	Para juros e amortização da dívida interna consolidada.....
300	Para juros e amortização de apólices do empréstimo a que se referem os artigos 1, 2 e 4 da Lei n. 155 de 1926.....
300	Para juros e amortização dos bonus emitidos de sobreiro com a Lei n. 1.614 de 1928.....

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CENTOS DE RÉIS)

	DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	SERVIÇO DA DÍVIDA	
			Juros	Total do serviços
Inscrita.....			1.512	—
Não inscrita.....			16	—
Para liquidação em terras.....			669	—
Para liquidação em bonus.....			58	—
Juros e comissão da c/c garantida no Banco do Brasil.....			104	—
Apolices sorteadas e não reclamadas.....			9	—
Juros de apolices não reclamados.....			572	—
Juros de bonus não reclamados.....			10 $\frac{1}{4}$	—
Total da dívida flutuante.....			3.044	90

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA**

PRODUTOS	TONELADAS					CONTOS DE RéUS				
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Cera de abelhas.....	43	80	35	62	80	184	388	159	666	430
Couros.....	—	564	239	265	629	—	2.734	783	585	1.557
Cabos de vassouras.....	1.087	1.071	786	1.334	1.229	639	623	480	772	633
Café em grão.....	298	2.169	1.547	13.651	1.305	776	6.183	4.115	21.701	2.120
Farelos.....	—	45	105	373	736	—	10	26	183	131
Fumo.....	178	81	309	1.089	1.530	201	109	483	1.492	2.274
Herva-mate.....	24.303	20.097	16.600	19.414	20.326	27.006	25.674	19.393	20.726	24.082
Pinho.....	30.856	29.775	35.696	27.019	26.781	5.647	5.464	6.672	5.049	5.217
Total dos especificados.....	56.765	53.882	55.317	63.207	52.616	34.453	41.185	32.111	51.174	36.444
Diversos.....	2.123	1.374	2.683	1.285	1.113	2.373	807	1.184	162	694
<b>Total da Exportação.....</b>	<b>58.888</b>	<b>55.256</b>	<b>58.000</b>	<b>64.492</b>	<b>53.729</b>	<b>36.826</b>	<b>41.992</b>	<b>33.295</b>	<b>51.336</b>	<b>37.138</b>

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMÉRCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PORTOS  
DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	28.664	36.826	+ 8.162	697.259	896.897	+ 199.638
1928.....	27.572	41.992	+ 14.420	676.567	1.030.383	+ 353.826
1929.....	28.191	33.295	+ 5.104	692.413	817.914	+ 125.501
1930.....	21.595	51.336	+ 29.741	495.004	1.144.981	+ 649.977
1931.....	18.402	37.138	+ 23.736	203.280	540.640	+ 337.360

COMÉRCIO DE CABOTAGEM (b)

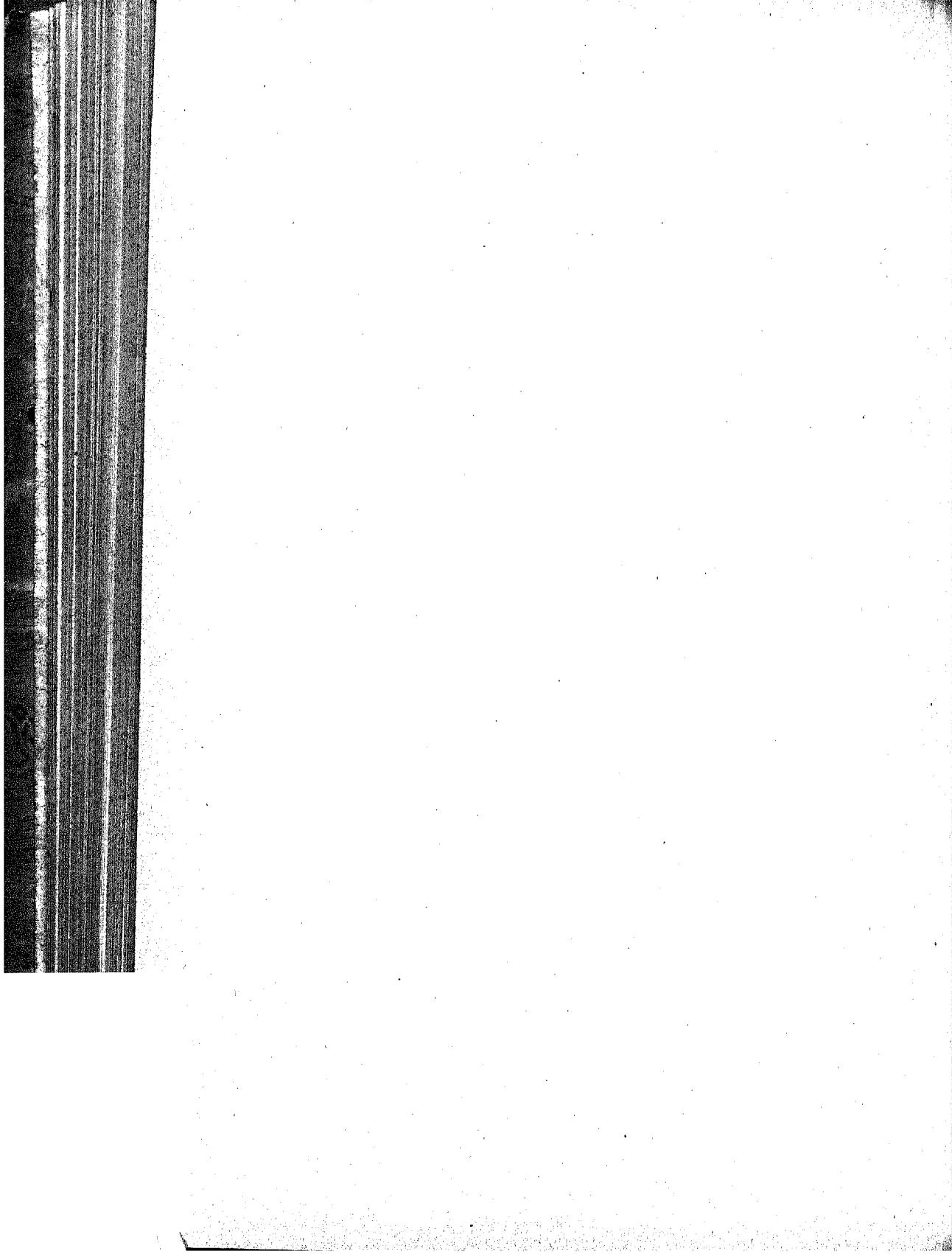
1927.....	80.586	81.976	+ 1.390	—	—	—	—
1928.....	88.024	86.094	- 2.130	—	—	—	—
1929.....	96.255	84.535	- 11.720	—	—	—	—
1930.....	78.847	69.184	- 9.663	—	—	—	—
1931.....	77.760	70.748	- 7.012	—	—	—	—

TOTAL (a+b)

1927.....	109.250	118.802	+ 9.952	—	—	—	—
1928.....	115.596	128.086	+ 12.490	—	—	—	—
1929.....	124.446	117.830	- 6.616	—	—	—	—
1930.....	100.442	120.520	+ 20.078	—	—	—	—
1931.....	91.162	107.886	+ 16.724	—	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	37.488	26.182	+ 11.306	100	100
1921.....	48.717	33.210	+ 15.507	130	127
1922.....	45.844	38.178	+ 7.666	122	146
Total do trienio....	132.049	97.570	+ 34.479	352	373
1923.....	83.973	122.350	— 38.377	224	467
1924.....	112.149	119.940	— 7.791	299	458
1925.....	130.512	120.617	+ 9.895	348	461
Total do trienio....	326.634	362.907	— 36.273	871	1.386
1926.....	138.395	149.852	— 11.457	369	572
1927.....	147.759	145.424	+ 2.335	394	555
1928.....	170.374	164.588	+ 5.786	455	629
Total do trienio....	456.528	459.864	— 3.336	1.218	1.756
1929.....	194.418	185.601	+ 8.817	519	709
1930.....	160.978	178.013	— 17.035	429	680
1931.....	194.012	189.171	+ 4.841	518	723
Total do trienio....	549.408	552.785	— 3.377	1.466	2.112
Total dos 12 anos...	1.464.619	1.473.126	— 8.507	3.907	5.627
Média anual.....	122.051	122.760	— 709	326	469

Os algarismos para 1931 são os do orçamento.

Serviço da Dívida externa de acordo com os contratos, convertido ao cambio de  
6. d:

	Contos
Juros.....	21.239
Amortização.....	4.031
Total.....	<u>25.270</u>

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA em 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
Exportação.....	15.840	14.610	— 1.230	8,16	7,38
Consumo.....	14.700	13.200	— 1.500	7,58	6,67
Industria e profissões.....	9.300	10.000	+ 700	4,79	5,05
Imposto territorial.....	10.000	10.500	+ 500	5,15	5,30
Taxa judiciaria.....	1.300	1.300	—	0,67	0,66
Imposto de sêlo.....	2.000	2.500	+ 500	1,03	1,26
Imposto de viação.....	3.000	3.000	—	1,55	1,52
Imposto de transmissão de propriedades.....	13.700	13.000	— 700	7,06	6,56
Adicionais de 10 % Taxa escolar s/diversos impostos.....	4.500	5.000	+ 500	2,32	2,52
Adicionais de 8 % — Taxa profissional — s/diversos impostos.....	1.900	1.800	— 100	0,98	0,91
Taxas de tráfego e consumo para consolidação rodoviária.....	5.000	5.000	—	2,58	2,52
Contribuições.....	5.439	5.956	+ 517	2,80	3,01
Receita patrimonial.....	2.225	2.225	—	1,15	1,12
Receita industrial.....	90.308	81.690	— 8.618	46,55	41,25
Cobrança da dívida ativa.....	1.500	1.600	+ 100	0,77	0,81
Produto da loteria.....	4.500	4.100	— 400	2,32	2,07
Taxa de 2 % e 0,7 % ouro, de barra	6.800	6.800	—	3,50	3,43
Eventuais.....	1.000	2.000	+ 1.000	0,52	1,01
Multas.....	1.000	—	— 1.000	0,52	—
Produto provável da liquidação do ativo do Banco Pelotense.....	—	12.000	+ 12.000	—	6,06
Taxas de pesagem de gado.....	—	250	+ 250	—	0,13
Taxa de cooperação de 2 % (adic.)	—	1.500	+ 1.500	—	0,76
Total da Receita.....	194.012	198.031	+ 4.019	100,000	100,000

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	Diferença em 1932	PERCENTAGENS (1)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	5.516	7.621	+ 2.105	2,84	3,85
2. Poder Legislativo.....	92	92	—	0,05	0,05
3. Justiça e Magistratura.....	3.503	3.419	— 84	1,81	1,73
4. Defesa e Seg. Pública.....	22.097	21.956	— 141	11,39	11,09
5. Instrução Pública.....	11.533	11.340	— 193	5,94	5,73
6. Saúde Pub. e Assistencia.....	4.107	3.808	— 299	2,12	1,92
7. Viação e O. Públicas.....	82.345	74.253	— 8.092	42,44	37,50
8. Serviço da Div. interna.....	5.932	3.612	— 2.320	3,06	1,82
9. Serviço da Div. externa.....	33.675	25.734	— 7.941	17,36	13,00
10. Serv. da Div. flutuante.....	601	599	— 2	0,31	0,30
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	1.019	7.666	+ 6.647	0,53	3,87
12. Arrecadação das rendas.....	11.454	12.060	+ 606	5,90	6,09
13. Inativos.....	2.511	3.094	+ 583	1,29	1,56
14. Subvenções e auxílios.....	1.411	1.484	+ 73	0,73	0,75
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	3.246	4.698	+ 1.452	1,67	2,37
16. Juros diversos.....	62	62	—	0,03	0,03
17. Outras despesas.....	67	12.207	+ 12.140	0,03	6,16
Total da Despesa.....	189.171	193.705	+ 4.534	97,50	97,82

(1) Percentagens em relação à Receita.

**SERVÍCIO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

EMPRESTIMOS	MOEDA	CAPITAL INICIAL	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS			Total das remessas
				Juros	Amortização	Anuidade	
1921 — 8%	Dolar	10.000.000	6.300.000	504.000	420.000	924.000	9.240
1926 — 7%	"	10.000.000	9.778.000	684.460	65.540	750.000	7.500
1928 — 6%	"	23.000.000	23.000.000	1.380.000	—	1.380.000	3.700
Total.....	"	43.000.000	39.078.000	2.568.460	485.540	3.054.000	3.074.440
Conversão a contos de réis ao câmbio de 6d. — ouro.....	Contos.	353.437	321.200	21.111	3.991	25.102	168
							25.270

A amortização do empréstimo de 1928 começa em 1-12-1932.

**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	EMISSÃO	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	JUROS	TOTAL DOS SERVIÇOS
<b>APOLICES :</b>				
Emissões de 1880 e 1898 — 5 %.....	768	736	37	37
Emissão de 1877 — 6 %.....	607	346	21	21
Emissão de 1882 — 6 %.....	532	532	32	32
Emissão de 1889 — 6 %.....	70	61	4	4
Emissão de 1889 — 6 %.....	161	161	9	9
Emissão de 1892 — 6 %.....	807	807	48	48
Emissão de 1904 — 6 %.....	1.103	1.103	66	66
Emissão de 1908 — 6 %.....	1.932	1.915	115	115
Emissão de 1881 — 6 %.....	2.244	3	—	—
Emissão de 1930 — 8 %.....	1.000	1.000	80	80
Total.....	9.224	6.664	412	412
<b>APOLICES A RESGATAR EM 31-12-1930 E QUE NÃO VENCEM MAIS JUROS :</b>				
Emissão de 1920 — 7 %.....	—	7	—	—
Emissão de 1920 — 8 %.....	—	80	—	—
Emissão de 1921 — .....	—	1	—	—
Emissão de 1922 — 8 %.....	—	65	—	—
Total da dívida interna consolidada....	9.224	6.817	412	412

NOTA : A lei n. 523 de 13 de outubro de 1930 autorizou a emissão de 20.000 contos de réis. O orçamento consigna Juros — 1.600 contos — Resgate 4.000 contos, total 5.600 contos, mas por informações obtidas da Secretaria das Finanças se soube que dessa autorização o Estado se serviu até a presente data (Dezembro de 1931) para emitir apenas 1.000 contos.

**DIVIDA FLUTUANTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	JUROS	TOTAL DOS SERVIÇOS
Depositos de Orfãos — 5 %.....	11.401	570	570
Depositos de Responsáveis — 5 %.....	626	31	31
Credores diversos.....	26.547	—	—
Total da dívida flutuante.....	38.574	601	601

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO RIO GRANDE  
DO SUL**

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE REIS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Adubos animais.....	244	831	421	920	802	38	212	181	331	327
Gado lanígero.....	150	160	99	10	—	245	156	114	16	—
Gado suíno.....	85	121	353	239	5	73	126	258	181	4
Gado vacum.....	1.155	79	748	6.358	20.169	1.150	71	1.143	6.895	17.764
Banha.....	41	16	374	447	207	97	40	957	1.260	476
Carnarinha.....	478	275	318	656	365	246	165	97	254	161
Carne em conserva.....	2.791	2.603	3.452	5.434	2.792	6.850	6.595	8.280	13.959	7.574
Carnes resfriadas e congeladas.....	6.462	25.532	35.157	63.403	34.270	8.667	31.988	44.806	91.624	50.359
Carne secas (varque).....	3.067	1.178	2.893	3.019	870	4.730	2.591	7.325	7.811	1.888
Conros.....	28.853	45.933	25.908	21.657	20.686	58.783	113.948	62.674	32.271	35.708
Lá em bruto.....	5.002	4.596	5.157	7.355	6.980	29.124	26.813	30.349	44.048	37.724
Péles.....	478	637	651	416	400	3.241	4.046	3.834	2.495	2.559
Sebo.....	1.374	7.108	123	2.065	64	1.700	8.982	211	2.466	80
Trípas secas e assadas.....	450	921	1.311	1.181	770	1.140	2.359	3.301	3.185	1.969
Pedras comuns.....	11.526	12.461	9.086	18.833	16.500	608	1.552	964	373	558
Arroz.....	10.979	716	6.280	25.659	73.304	9.302	779	5.471	16.102	45.147
Farinha de mandioca.....	2.629	3.136	3.814	2.675	2.016	1.182	1.392	1.651	1.105	838
Fumo.....	1.304	1.257	3.865	5.168	5.649	4.543	4.476	10.160	14.100	16.320
Herba mate.....	8.294	6.062	6.105	4.378	3.553	9.307	7.086	6.917	4.295	4.021
Madeiras.....	37.632	29.044	39.184	27.104	27.404	7.082	5.686	8.029	5.507	5.627
Total dos especificados.....	122.015	132.666	145.669	192.481	219.806	148.108	218.988	196.722	248.278	228.904
Diversos.....	10.711	12.766	10.282	10.653	12.765	11.305	11.998	11.600	11.495	9.735
Total da Exportação.....	132.726	145.432	155.351	203.119	232.574	159.413	230.966	203.322	259.773	238.639

Dados do Departamento Nacional de Estatística.

**COMERCIO EXTERIOR E DE CABOTAGEM PELOS PÓRTOS DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

COMÉRCIO EXTERIOR (a)

ANOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS			EQUIVALENTE EM £ ESTERLINAS		
	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação	Importação	Exportação	Saldo ou deficit na Exportação
1927.....	205.748	159.413	— 46.335	5.005.971	3.876.540	— 1.129.431
1928.....	223.922	230.967	+ 7.045	5.494.806	5.667.083	+ 162.277
1929.....	263.164	208.322	— 54.842	6.464.902	5.117.723	— 1.347.179
1930.....	163.007	259.773	+ 96.766	3.719.732	5.999.360	+ 2.279.628
1931.....	148.099	238.639	+ 90.540	2.246.712	3.579.755	+ 1.333.043

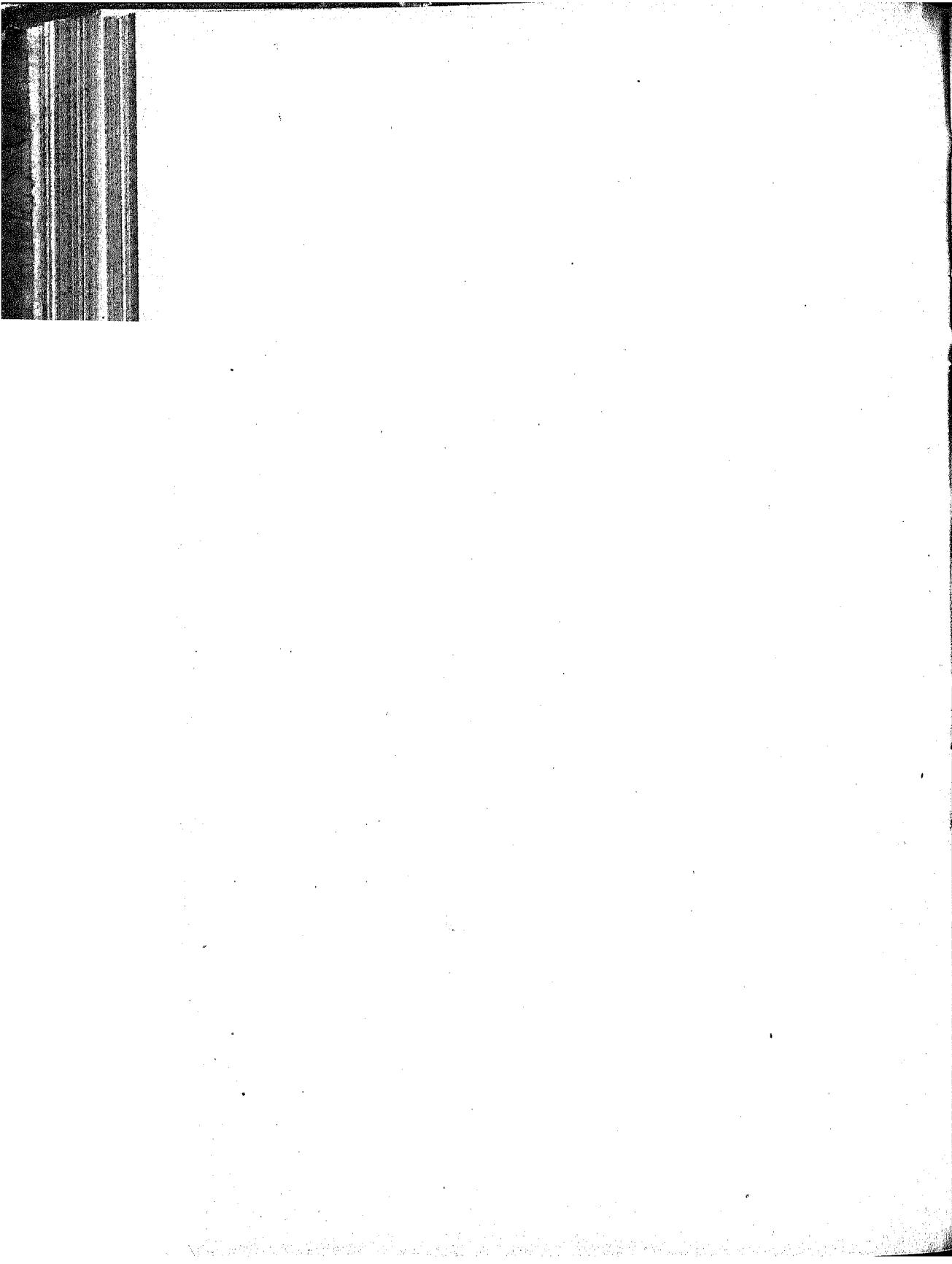
COMÉRCIO DE CABOTAGEM (b)

1927.....	363.884	430.407	+ 66.523	—	—	—
1928.....	396.631	470.194	+ 73.563	—	—	—
1929.....	390.430	452.630	+ 62.200	—	—	—
1930.....	296.969	380.217	+ 83.248	—	—	—
1931.....	344.452	389.964	— 4.488	—	—	—

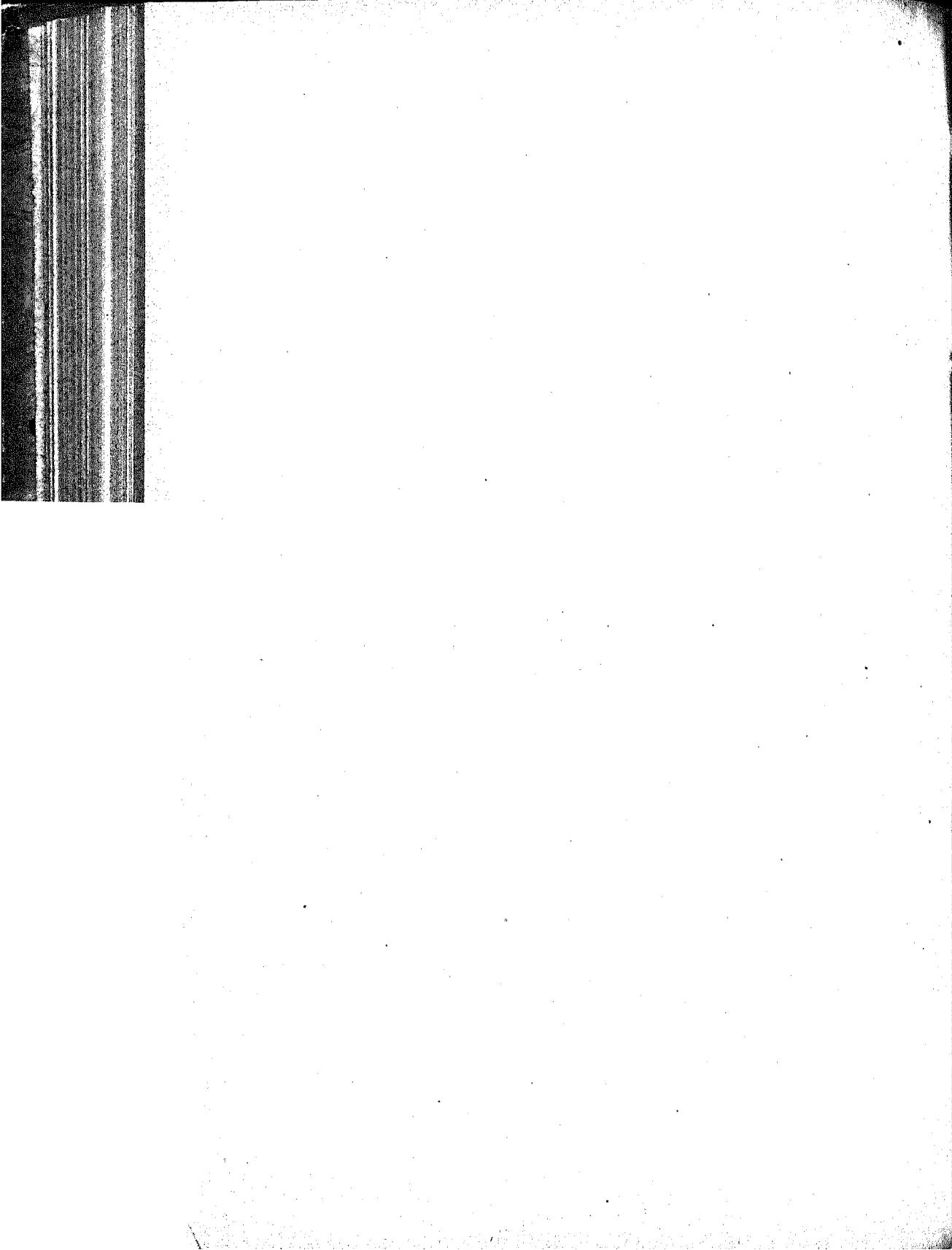
TOTAL (a + b)

1927.....	569.632	589.820	+ 20.188	—	—	—
1928.....	620.553	701.161	+ 80.608	—	—	—
1929.....	653.594	660.952	+ 7.358	—	—	—
1930.....	459.976	639.990	+ 180.014	—	—	—
1931.....	492.551	578.003	+ 86.052	—	—	—

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



ESTADO DE MINAS GERAIS



**ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA**  
**EFETUADA**

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (Base 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	56.189	52.617	+ 3.572	100	100
1921.....	63.450	65.382	- 1.932	113	124
1922.....	78.486	78.446	+ 40	140	149
Total do trienio.....	198.125	196.445	+ 1.680	353	373
1923.....	90.264	72.473	+ 17.791	161	138
1924.....	120.530	83.708	+ 36.822	214	159
1925.....	141.090	107.839	+ 33.251	251	205
Total do trienio.....	351.884	264.020	+ 87.864	626	502
1926.....	134.347	161.935	- 27.588	289	308
1927.....	151.595	143.749	+ 7.846	270	273
1928.....	180.200	178.981	+ 1.219	321	340
Total do trienio.....	466.142	484.665	- 18.523	830	921
1929.....	232.051	206.290	+ 25.761	413	392
1930.....	142.570	364.234	- 221.664	253	692
1931.....	201.032	200.895	+ 637	358	381
Total do trienio.....	575.653	770.919	- 195.266	1.024	1.465
Total dos 12 anos.....	1.591.804	1.716.049	- 124.245	2.833	3.262
Media anual.....	132.650	143.004	- 10.354	236	272

Os algarismos para 1931, são os do orçamento.

Serviço da dívida externa de acordo com os contratos, convertido ao câmbio de 6 d:

	Contos
Juros.....	13.224
Amortização.....	2.846
Total.....	<u>16.070</u>

## ESTADO DE MINAS GERAIS

CONFRONTO ENTRE AS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932  
EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
<b>RENDA ORDINARIA:</b>					
Imposto de exportação.....	45.000	58.940	+ 13.940	22,38	28,07
Imposto territorial.....	10.500	16.400	+ 5.900	5,22	7,81
Industria e profissões.....	9.500	11.220	+ 1.720	4,73	5,34
Bebidas alcoolicas.....	5.000	5.620	+ 620	2,49	2,87
Transmissão inter-vivos.....	5.000	7.450	+ 2.450	2,49	3,55
Transmissão causa-mortis.....	3.000	3.100	+ 100	1,49	1,52
Novos e velhos direitos.....	3.200	2.400	- 800	1,59	1,14
Imposto de alho.....	10.400	9.900	- 500	5,17	4,72
Passagem em estrada de ferro.....	2.400	2.400	-	1,19	1,14
Estatística.....	90	65	- 25	0,04	0,03
Adicionais de 10% sobre N. V. direitos, transmissão e causa-mortis, passagens ferro-viarias, indústria e profissões e bebidas alcoolicas....	2.810	1.534	- 1.276	1,40	0,73
Taxas de viação (2%).....	1.672	1.721	+ 49	0,83	0,82
Taxa de pesagem de gado.....	25	15	- 10	0,01	0,01
Taxa de automoveis.....	400	700	+ 300	0,20	0,33
Arrendamento de terrenos diamantinos.	20	20	+ 0	0,01	0,01
Arrendamento de próprios do Estado.	20	183	+ 163	0,01	0,08
Dividendo de títulos e juros do apólice pertencentes ao Estado....	1.000	1.000	-	0,50	0,48
Rede Mineira de Viação.....	41.000	40.000	- 1.000	20,39	19,05
Navegação do Rio São Francisco...	800	950	+ 150	0,40	0,45
Serviço de radiotelegrafia.....	300	-	- 300	0,15	-
Imprensa Oficial.....	3.000	2.871	- 129	1,40	1,37
Renda do Estabelecimento do Estado.	3.800	3.646	- 154	1,80	1,74
Loterias.....	1.300	1.080	- 220	0,85	0,52
Renda da Garage do Palacio.....	150	-	- 150	0,07	-
<b>RENDA EXTRAORDINARIA:</b>					
Rendas diversas.....	4.700	6.762	+ 2.062	2,87	3,22
Cobrança da Dívida Ativa.....	15.707	8.500	- 12.297	7,86	1,67
Reposições e restituições.....	300	300	-	0,15	0,14
Indenizações .....	200	250	+ 50	0,10	0,12
Multas.....	820	800	- 20	0,41	0,38
Entradas de origens diversas.....	5.500	2.334	- 3.166	2,74	1,11
Fundo escolar.....	1.000	-	- 1.000	0,50	-
Taxa da defesa do café.....	18.268	18.708	+ 440	0,00	8,91
Contribuições das Prefeituras — 10 % da Receita.....	4.000	6.020	+ 2.020	1,00	2,87
Total da Receita.....	201.032	209.988	+ 8.956	100,00	100,00

## ESTADO DE MINAS GERAIS

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	11.304	12.150	+ 756	5,67	5,79
2. Poder Legislativo.....	354	298	- 56	0,18	0,14
3. Justiça e Magistratura.....	5.440	5.420	- 20	2,71	2,58
4. Defesa e Segurança Pública.....	29.205	32.271	+ 3.066	14,53	15,37
5. Instrução Pública.....	29.732	32.274	+ 2.542	14,79	15,37
6. Saúde Pública e Assistencia.....	4.641	4.766	+ 125	2,31	2,27
7. Obras Públicas e Viação.....	43.916	45.107	+ 1.191	21,84	21,48
8. Serviço da Dívida Interna Fundada.....	21.702	29.947	+ 8.245	10,79	14,26
9. Serviço da Dívida Externa.....	20.575	16.087	- 4.488	10,23	7,66
10. Serviço da Dívida Flutuante.....	6.000	2.909	- 3.091	2,98	1,39
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	463	328	- 135	0,23	0,16
12. Arrecadação das Rendas.....	6.811	7.657	+ 1.846	3,14	3,65
13. Inativos.....	1.759	2.718	+ 959	0,87	1,29
14. Subvenções e auxílios.....	20	5	- 15	0,01	-
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	17.851	17.794	- 57	8,88	8,47
16. Juros diversos.....	959	102	- 857	0,48	0,05
17. Outras despesas.....	73	-	- 73	0,04	-
Total da Despesa.....	200.395	209.833	+ 9.438	99,68	99,93

(\*) Percentagens em relação à Receita.

**SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

ANOS	Moeda	Capital inicial	SERVIÇO ANUAL DA DÍVIDA DE ACORDO COM OS CONTRATOS				Total
			Circulação em 31-12-30	Juros	Amortização	Anuidade	
1913 — 5 %.....	£	120.000	76.963	3.540	3.660	7.200	36.7.236
1928 — 6 1/2 %.....	»	1.750.000	1.708.200	111.033	23.007	134.040	670.134.710
Total dos emp. em £.....	»	1.870.000	1.785.163	114.573	26.667	141.240	706.141.946
1928 — 6 1/2 %.....	Dólares	8.500.000	8.190.000	532.350	115.650	648.000	3.240.651.240
1929 — 6 1/2 %.....	»	8.000.000	7.861.000	510.965	99.035	610.000	3.050.613.050
Total dos emp. em Dólares.....	»	16.500.000	16.051.000	1.043.315	214.685	1.258.000	6.290.1.264.290
CONVERSÃO A CONTOS DE REIS AO CÂMBIO DE 6d. ouro							
Emprestimos em £.....	Contos	74.800	71.406	4.583	1.067	5.650	28.5.678
Emprestimos em Dólares.....	»	135.621	131.931	8.575	1.765	10.340	52.10.392
Total dos emprestimos.....	»	210.421	203.337	13.158	2.832	15.990	80.16.070

N. B. Ha ainda em circulação títulos dos 4 empréstimos franceses na importância de Francos 64.874.000, e que deviam ter sido resgatados em sua totalidade pelos empréstimos realizados em 1923, em £ e em dólares.

**DÍVIDA INTERNA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**SERVÍCIO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CENTOS DE RÉIS)**

DÍVIDA INTERNA CONSOLIDADA	EMISSÃO	CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930	JUROS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL DOS SERVIÇOS
					APÓLICES :
De 1:000\$ — Emissões feitas até 7/9/1930 — 5 %	78.895	78.895	3.945	—	3.945
De 500\$ — Emissões feitas até 7/9/1930 — 5 %	588	588	29	—	29
De 200\$ — Emissões feitas até 7/9/1930 — 5 %	67	67	3	—	3
De 1:000\$ — Decreto n. 9.555 de 6/4/1930 — 5 %	8.811	8.811	441	293	734
De 1:000\$ — Decreto n. 9.682 de 4/9/1930 — 5 %	9.581	9.581	479	320	799
Total das apólices d. 5 %.	97.942	97.942	4.897	613	5.510
APÓLICES :					
De 1:000\$ — Decreto n. 9.511 de 20/3/1930 — 7 %	12.000	12.000	840	400	1.240
De 500\$ — Decreto n. 9.511 de 20/3/1930 — 7 %	7.000	7.000	490	233	723
De 200\$ — Decreto n. 9.511 de 20/3/1930 — 7 %	1.000	1.000	70	33	103
De 1:000\$ — Decreto n. 9.625 de 18/1930 — 7 %	8.185	8.185	569	272	841
De 500\$ — Decreto n. 9.625 de 18/1930 — 7 %	1.606	1.606	112	54	166
De 200\$ — Decreto n. 9.625 de 18/1930 — 7 %	259	259	18	8	26
De 1:000\$ — Decreto n. 9.661 de 18/1930 — 7 %	9.979	9.979	699	332	1.031
De 500\$ — Decreto n. 9.661 de 18/1930 — 7 %	12	12	1	1	2
De 200\$ — Decreto n. 9.661 de 18/1930 — 7 %	9	9	1	1	2
De 1:000\$ — Decreto n. 9.716 de 20/9/1930 — 7 %	12.000	7.032	840	400	1.240
De 500\$ — Decreto n. 9.716 de 20/9/1930 — 7 %	7.000	—	490	233	723
De 200\$ — Decreto n. 9.716 de 20/9/1930 — 7 %	1.000	—	70	33	103
Total das apólices de 7 %.	60.100	46.908	4.200	2.000	6.200
Total da Dívida interna consolidada .....	157.942	144.850	9.097	2.613	11.710

**DÍVIDA INTERNA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931

EM CONTOS DE RÉIS

DÍVIDA FLUTUANTE	Circulação em 31-12-1930	Juros	Amortização	Total do Serviço
<b>RESTOS A PAGAR</b>				
Saldo a pagar do exercício de 1927.....	74	—	—	—
Saldo a pagar do exercício de 1928.....	45	—	—	—
Saldo a pagar do exercício de 1929.....	23.213	—	—	—
Saldo a pagar do exercício de 1930.....	69.179	—	—	—
Total dos restos a pagar.....	92.511	—	—	—
<b>LETRAS DO TESOURO</b>				
Saldo de 1929: 39.837 contos.....	—	—	—	—
Emissão em 1930: 112.160 contos.....	—	—	—	—
Resgate em 1930: 40.360 contos.....	—	—	—	—
Transferido p/ contas especiais garantidas — 43.937 contos.....	—	—	—	—
Total das letras do Tesouro.....	67.650	—	—	—

## OBRIGAÇÕES DO TESOURO (BONTOS)

Emissão em 1930 — 12.555 contos.....	—
Resgate em 1930 — 6.400 contos.....	—
Total das obrigações do Tesouro.....	6.155

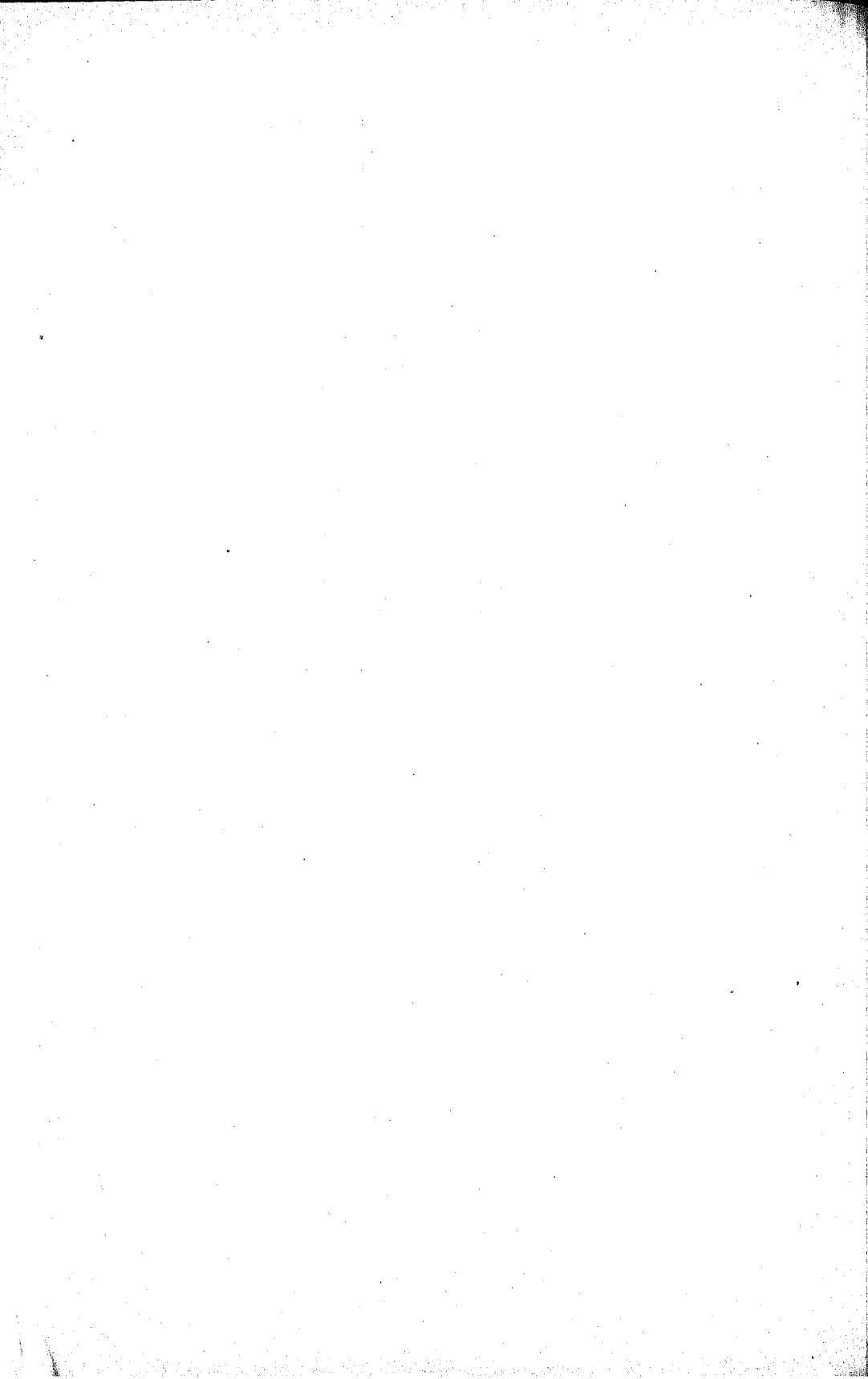
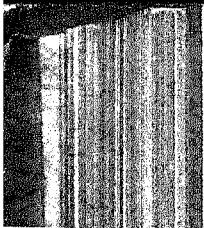
## VALES DA PREVIDÊNCIA

Emissão em 1930 — 3.450 contos.....	—
Resgate em 1930 — 1.497 contos.....	—
Total dos vales da Previdência.....	1.953

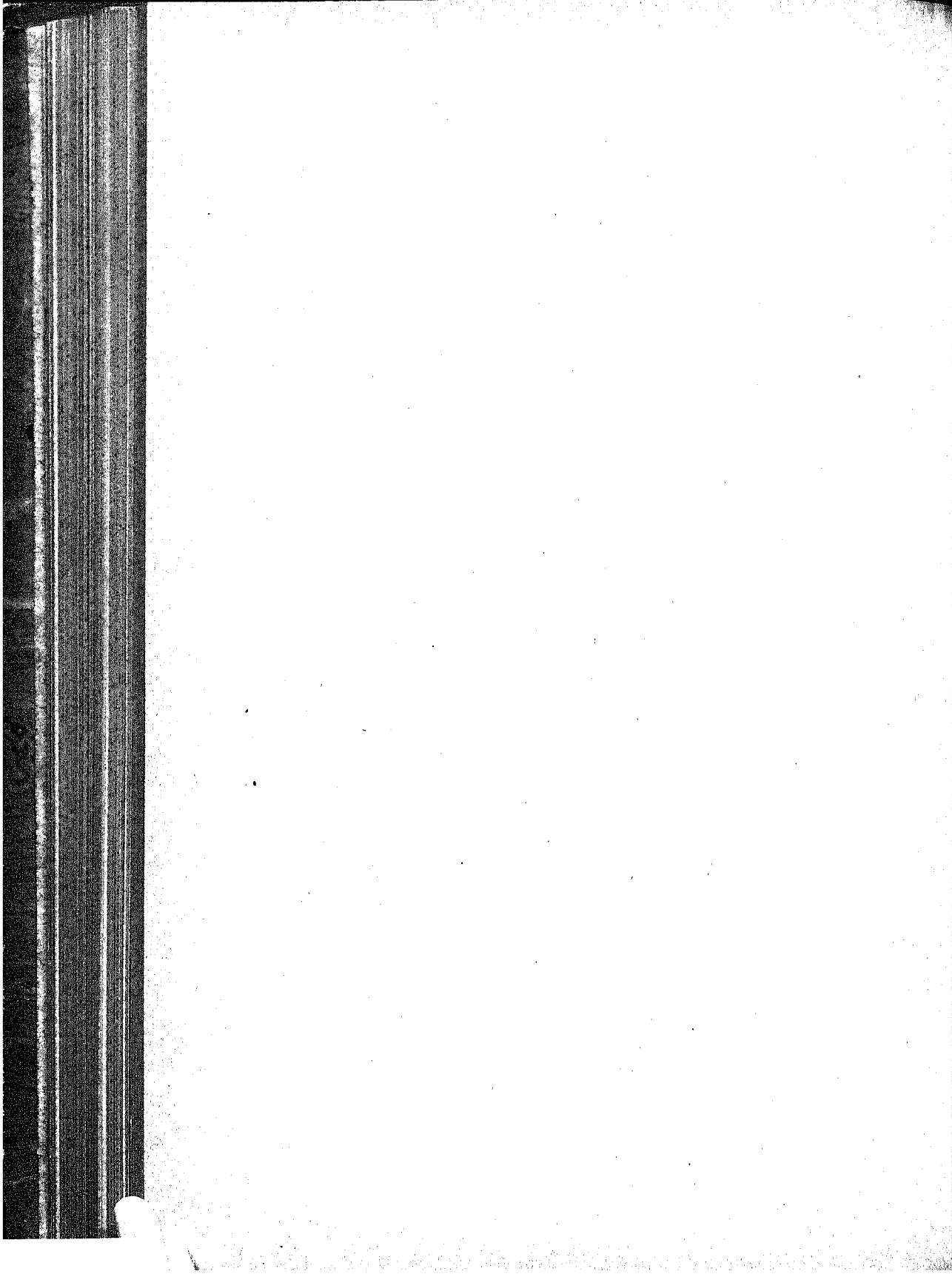
## CONTAS ESPECIAIS GARANTIDAS

Débito transferido de "Letras" — 43.987 contos.....	—
Conta garantida no Banco do Brasil — 20.692 contos.....	—
Total das contas especiais.....	64.697
Total da Dívida Flutuante.....	232.948

	6.000
	6.000



ESTADO DE GOIÁS



ESTADO DE GOIÁS

CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou déficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	2.730	2.804	— 74	100	100
1921.....	2.380	3.046	— 666	87	109
1922.....	3.097	2.613	+ 484	114	93
Total do trienio.....	8.207	8.463	— 256	301	302
1923.....	3.890	3.036	+ 854	143	108
1924.....	4.321	3.554	+ 767	158	127
1925.....	5.336	5.473	— 137	195	195
Total do trienio.....	13.547	12.063	+ 1.484	496	430
1926.....	3.885	5.459	— 1.574	142	195
1927.....	4.957	4.519	+ 438	182	161
1928.....	6.136	5.805	+ 831	225	189
Total do trienio.....	14.978	15.283	— 305	549	545
1929.....	5.254	6.712	— 1.458	193	239
1930.....	4.599	5.833	— 1.254	168	209
1931.....	7.060	6.666	+ 394	259	238
Total do trienio.....	16.913	19.231	— 2.318	620	686
Total dos 12 anos.....	53.645	55.040	— 1.395	2.016	1.963
Média anual.....	4.470	4.587	— 117	168	164

O Estado não tem dívida externa.

Os algarismos para 1931, são os do orçamento.

**ESTADO DE GOIÁS**  
**CONFRONTO ENTRE AS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932**  
**EM CONTOS DE RÉIS**

VERBAS	1931	1932	DIFF. em 1932	PERCENTAGEM	
				1931	1932
<b>RENDAS ORDINARIAS:</b>					
Taxa de herança e legados.....	110	110	—	1,56	1,63
Direitos novos e velhos.....	7	7	—	0,10	0,10
Exportação.....	2.616	2.526	— 90	37,06	37,39
Consumo.....	77	63	— 14	1,09	0,93
Indústria e profissões.....	606	463	— 143	8,58	6,85
Transmissão de propriedade.....	1.004	752	— 252	14,22	11,13
Sélo.....	181	269	+ 88	2,56	3,98
Vendas de terras do Estado.....	23	20	— 3	0,83	0,30
Medição e demarcação de terras.....	16	15	— 1	0,23	0,22
Imposto territorial.....	650	650	—	9,21	9,62
Passagens de rios.....	25	19	— 6	0,35	0,28
Taxa itineraria.....	25	—	— 25	0,35	—
Cobrança da dívida ativa.....	100	100	—	1,42	1,48
Procuradoria da Fazenda.....	—	—	—	—	—
Taxa judiciaria.....	30	19	— 11	0,42	0,28
Taxa escolar.....	110	90	— 20	1,56	1,33
Taxa s/diploma de normalista.....	2	2	—	0,03	0,03
Imposto s/veículos.....	10	28	+ 18	0,14	0,42
Sélo s/bilhetes de loteria (1).....	20	—	— 20	0,28	—
Sélo s/folha de traslado (1).....	2	—	— 2	0,03	—
Imposto de Estatística.....	300	—	— 300	4,25	—
1\$000, ouro, s/saca de café exportado	120	—	— 120	1,70	—
Adicional de 15 % s/ os impostos.....	650	757	+ 107	9,21	11,20
<b>RENDAS EXTRAORDINARIAS:</b>					
Diversas.....	284	461	+ 177	4,02	6,82
<b>DEPOSITOS:</b>					
Diversos.....	92	93	+ 1	1,30	1,38
Contribuição dos Municípios.....	—	300	+ 300	—	4,44
Taxa de matrícula, exames, da F. de Direito.....	—	18	+ 13	—	0,19
Total da Receita.....	7.060	6.757	— 303	100,00	100,00

(1) Em 1932, englobado no "Imposto do sélo".

## ESTADO DE GOIÁS

## CONFRONTO ENTRE AS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFF. em 1932	PERCENTAGENS	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	653	641	- 12	9,25	9,49
2. Poder Legislativo.....	-	-	-	-	-
3. Justiça e Magistratura.....	650	655	+ 5	9,21	9,70
4. Defesa e Segurança Pública.....	1.691	1.317	- 374	23,95	19,49
5. Instrução Pública.....	1.356	1.586	+ 230	19,21	23,47
6. Saúde Pública e Assistencia .....	218	188	- 30	3,09	2,78
7. Obras Públicas e Viação.....	912	905	- 7	12,92	13,39
8. Serviço da Dívida interna (2).....	-	-	-	-	-
9. Serviço da Dívida externa.....	-	-	-	-	-
10. Serviço da Dívida flutuante (2)...	-	-	-	-	-
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	110	130	+ 20	1,56	1,92
12. Arrecadação das rendas.....	833	802	- 31	11,80	11,87
13. Inativos.....	150	225	+ 75	2,12	3,33
14. Subvenções e auxílios.....	3	2	- 1	0,04	0,03
15. Desenv. da produção e propaganda	5	-	- 5	0,07	-
16. Juros diversos (2).....	85	81	- 4	1,20	1,20
17. Outras despesas.....	-	-	-	-	-
Total da Despesa.....	6.666	6.532	- 134	94,42	96,67

(1) Percentagens em relação à Receita.

(2) O total "Juros diversos" engloba a importância destinada ao serviço da dívida interna consolidada e flutuante.

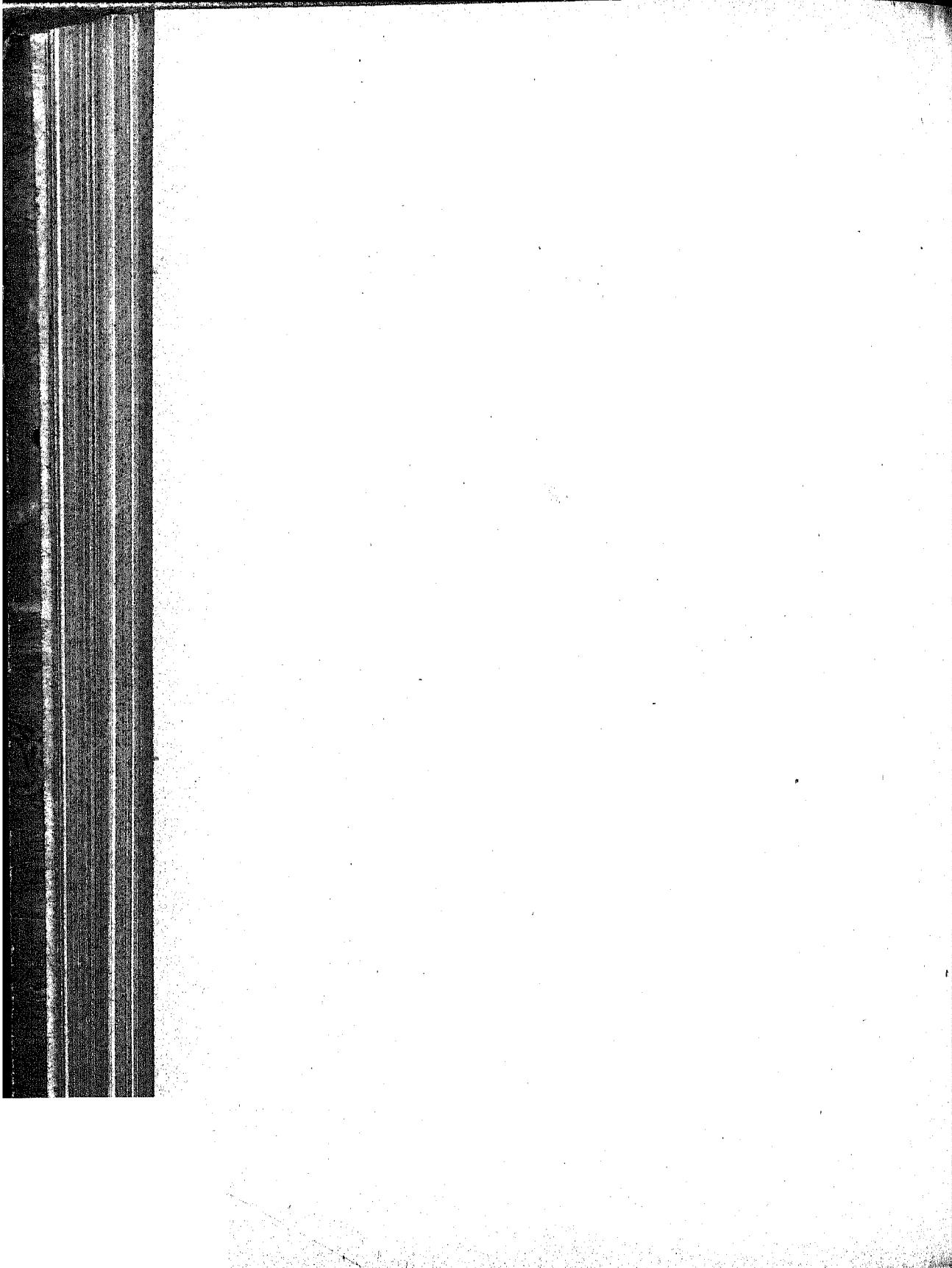
**DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE GOIÁS**

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CENTAVOS DE REIS)

DIVIDA FLUTUANTE	Circulação em 31-12-1930	SERVIÇO DA DÍVIDA		
		Juros	Amortização	Total dos Serviços
Banco do Brasil (notas promissórias).....	500	67	—	67
Cangões.....	177	10	—	10
Cofre de Orfãos.....	519	8	—	8
Cofre de Orphões — Juros.....	104	—	—	—
Vencimentos dos Funcionários Públicos do Interior, em atraso.....	429	—	—	—
Contas classificadas, encontradas na Pagadoria da Repartição.....	557	—	—	—
Ordens de pagamento expedidas pela Secretaria ás Est. Fiscaes do Estado e não cumpridas por falta de fundos.....	95	—	—	—
Saldo credor da Conta Corrente do Montepio dos Servidores do Estado	1.332	—	—	—
<b>Total .....</b>	<b>3.173</b>	<b>85</b>	<b>—</b>	<b>85</b>

N. B. O Estado não tem dívida externa, nem interna consolidada.

ESTADO DE MATO GROSSO



ESTADO DE MATO-GROSSO

CONFRONTO DA RECEITA ARRECADADA COM A DESPESA  
EFETUADA

ANOS	CONTOS DE RÉIS			NUMEROS INDICES (BASE 1920)	
	Receita arrecadada	Despesa efetuada	Saldo ou deficit	Da Receita	Da Despesa
1920.....	4.718	5.270	— 552	100	100
1921.....	4.297	5.765	— 1.468	91	109
1922.....	3.935	4.385	— 450	83	83
Total do trienio.....	12.950	15.420	— 2.470	274	292
1923.....	5.879	3.685	+ 2.194	125	70
1924.....	5.898	5.243	+ 655	125	99
1925.....	8.315	8.415	— 100	176	160
Total do trienio.....	20.092	17.343	+ 2.749	426	329
1926.....	6.449	7.196	— 747	137	137
1927.....	7.987	9.882	— 1.895	169	187
1928.....	9.498	11.331	— 1.833	201	215
Total do trienio.....	23.934	28.409	— 4.475	507	539
1929.....	8.442	11.754	— 3.212	179	228
1930.....	7.597	10.243	— 2.646	161	195
1931.....	9.138	8.928	+ 210	194	169
Total do trienio.....	25.177	30.925	— 5.748	534	587
Total dos 12 anos.....	82.153	92.097	— 9.944	1.741	1.747
Média anual.....	6.846	7.675	— 829	145	146

O Estado de Mato Grosso não tem dívida externa.

Os algarismos de 1931 são os do orçamento.

**ESTADO DE MATO-GROSSO**  
**CONFRONTO DAS RECEITAS ORÇADAS PARA 1931 E 1932**

EM CONTOS DE REIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇAS		PERCENTAGENS	
			EM 1932	1931	1932	
Imposto de exportação.....	4.520	4.300	— 220	49,46	43,20	
Imposto de indust. e profissões.....	650	400	— 250	7,11	4,03	
Imposto de indust. s/poayciros.....	16	16	—	0,18	0,16	
Imposto territorial.....	450	1.000	+ 550	4,03	10,07	
Imposto de transmissão de propriedades e taxas s/heranças e legados.	707	800	+ 93	8,80	8,06	
Imposto de selo.....	250	300	+ 50	2,74	3,02	
Imposto s/locação de serviços.....	—	—	—	—	—	
Imposto de 10 % s/ouro e pedras preciosas.....	65	46	— 19	0,71	0,46	
Imposto s/terrenos de veeiro e aluvívio.....	—	—	—	—	—	
Taxa s/viação nas E. de Ferro....	68	68	+ 2	0,72	0,60	
Taxa judiciária.....	78	80	+ 2	0,85	0,87	
Passagens de rios.....	18	20	+ 2	0,20	0,20	
Imposto de sangue e matança de vacas.....	30	30	—	0,33	0,30	
Rendas industriais.....	102	230	+ 148	2,10	2,88	
Arrendamento de terras.....	505	505	—	5,53	5,08	
Vendas de terras devolutas.....	1.106	1.030	— 76	12,10	10,87	
Vendas de próprios e outros, pertencentes do Estado.....	—	5	+ 5	—	0,05	
Cobrança da dívida ativa.....	200	200	—	2,19	2,01	
Eventual e multas.....	136	70	— 66	1,40	0,71	
Indenizações e alcances.....	17	20	+ 3	0,19	0,20	
Taxa escolar.....	45	—	— 45	0,40	—	
Taxa sanitária.....	15	—	— 15	0,16	—	
Taxa s/percurso de aut. nas estradas.	—	—	—	—	—	
Quotas de benefícios de loterias.....	12	—	— 12	0,13	—	
Imp. de industria e profissões sobre criadores.....	—	300	+ 300	—	3,02	
Imposto s/vencimentos.....	—	—	—	—	—	
Imposto de terras com títulos provisórios,.....	—	60	+ 60	—	0,60	
Imposto s/terrás com títulos definitivos não retirados.....	—	140	+ 140	—	1,41	
Contribuição das Municipalidades.	—	300	+ 300	—	3,02	
Total da Receita.....	9.138	9.032	+ 704	100,00	100,00	

## ESTADO DE MATO-GROSSO

## CONFRONTO DAS DESPESAS FIXADAS PARA 1931 E 1932

EM CONTOS DE RÉIS

VERBAS	1931	1932	DIFERENÇA EM 1932	PERCENTAGENS (*)	
				1931	1932
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	690	584	— 106	7,55	5,88
2. Poder Legislativo.....	18	18	—	0,20	0,18
3. Justiça e Magistratura.....	702	725	+ 23	7,68	7,30
4. Defesa e Segurança Pública...	1.821	1.622	— 199	19,93	16,33
5. Instrução Pública.....	1.496	1.582	+ 86	16,37	15,93
6. Saúde Pública e Assistência...	147	153	+ 6	1,61	1,54
7. Obras Públicas e Viação.....	864	727	— 137	9,45	7,82
8. Serviço da Dívida Interna....	1.450	748	— 702	15,87	7,53
9. Serviço da Dívida Externa....	—	—	—	—	—
10. Serviço da Dívida Flutuante..	—	2.250	+ 2.250	—	22,65
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	100	40	— 60	1,09	0,40
12. Arrecadação das Rendas.....	829	783	— 46	9,07	7,88
13. Inativos.....	337	499	+ 162	3,69	5,03
14. Subvenções e auxílios.....	18	—	— 18	0,20	—
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	356	104	— 252	3,90	1,05
16. Juros diversos.....	—	—	—	—	—
17. Outras despesas.....	100	97	— 3	1,09	0,98
Total da Despesa.....	8.928	9.932	+ 1.004	97,70	100,00

(\*) Percentagens em relação à Receita.

## DIVIDA INTERNA DO ESTADO DE MATO-GROSSO

SERVIÇO DURANTE O ANO DE 1931 (EM CONTOS DE RÉIS)

DIVIDA CONSOLIDADA	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	JUROS	TOTAL DOS SERVIÇOS
Apolices da divida Pública — 8%.....	331	26	26
Apolices da divida Pública — 6%.....	3.231	194	194
Coupons atrasados.....	218	—	—
Total.....	3.780	220	220

DIVIDA FLUTUANTE	CIRCULAÇÃO EM 31-12-30	JUROS	TOTAL DOS SERVIÇOS
Cia. Mate Laranjeira S/A — 1926 — 8%....	2.122	170	170
Cia. Mate Laranjeira S/A — 1928 — 8%....	1.200	96	96
Cia. Mate Laranjeira S/A — 1930 — 8%....	1.000	80	80
Banco do Brasil e/Emp. — 1930 — 9%....	2.000	180	180
Credores de requisições estadoais.....	764	—	—
Depositos de Diversas Origens.....	2.119	—	—
Depositos remanescentes .....	50	—	—
Bens vacantes.....	80	—	—
Restos a pagar do exercicio de 1925.....	63	—	—
Restos a pagar do exercicio de 1926.....	333	—	—
Restos a pagar do exercicio de 1927.....	71	—	—
Restos a pagar do exercicio de 1928.....	102	—	—
Restos a pagar do exercicio de 1929.....	189	—	—
Restos a pagar do exercicio de 1930.....	996	—	—
Total da Divida Flutuante.....	11.089	526	526

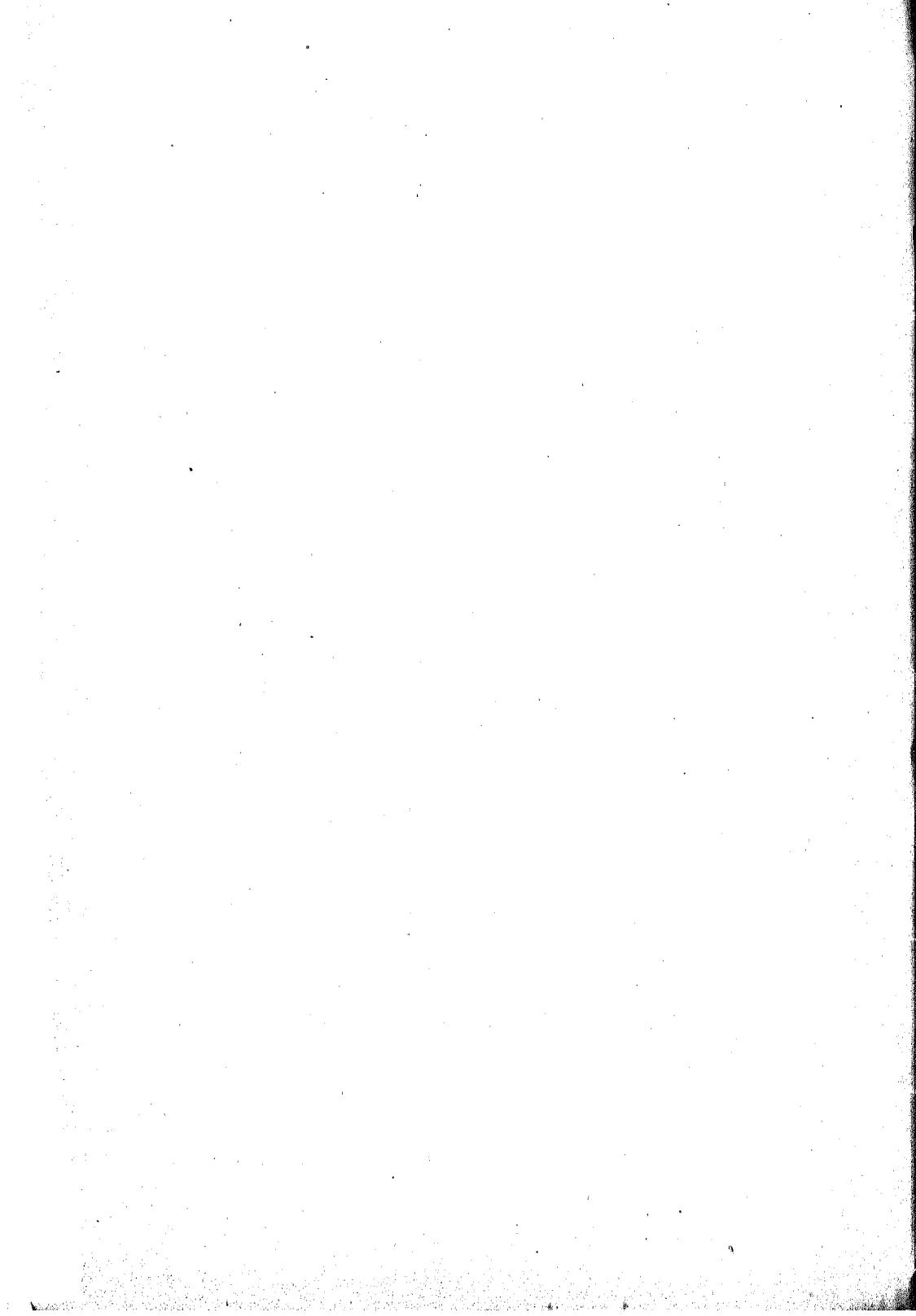
NOTA — Em acôrdo assinado em 8-1-931, entre o Estado e a Cia. Mate Laranjeira ficou suspenso, durante os anos de 1931 e 1932, o serviço da divida n. 3, empréstimo feito ao Estado pela Comp. — O orçamento do ano consigna 1.230 contos para juros e amortizações de empréstimo interno; 220 contos para juros de apolices e 50 contos para exercícios findos. O do 2º semestre dá apenas para o 1º item 321 contos; para, juros de apolices 110 e para exercícios findos 25 contos.

**EXPORTAÇÃO PARA O EXTERIOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS SAÍDOS PELOS PORTOS DO ESTADO DE MATO-GROSSO**

217

PRODUTOS	TONELADAS				CONTOS DE RÉIS					
	1927	1928	1929	1930	1931	1927	1928	1929	1930	1931
Carne seca (xarque).....	31	—	714	572	60	62	—	1.175	1.259	159
Courros.....	1.990	1.374	1.297	1.474	1.402	4.402	4.036	3.259	2.674	2.513
Pelos.....	30	50	62	65	68	106	239	514	603	674
Café.....	1.871	6.988	15.889	8.129	—	5.567	23.304	48.068	19.207	—
Herva-mate.....	843	2.823	2.567	2.244	2.207	1.121	3.870	3.340	2.675	2.831
Ipecacuanha.....	31	22	48	25	28	1.097	618	1.440	730	712
Madeiras.....	2.030	5.151	2.563	2.038	—	293	482	369	220	—
Total dos especificados.	6.826	16.408	23.140	14.547	3.765	12.648	32.549	58.165	27.368	6.889
Diversos.....	274	86	76	389	219	700	298	198	249	280
Total da Exportação...	7.100	16.494	23.216	14.936	3.984	13.348	32.847	58.363	27.617	7.169

Dados do Departamento Nacional de Estatística.



**MAPA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS ESTADUAIS ORÇADAS PARA 1932**

VALOR EM CONTOS DE RÉIS

TÍTULOS	AMAZONAS	PARÁ	MARANHÃO	PIAUÍ	CEARÁ	R. G. DO NORTE	PARAÍBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE	BAÍA	E. SANTO	RIO DE JANEIRO	S. PAULO	PARANÁ	S. CATARINA	R. G. DO SUL	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO	TOTAL	N. DE ORDEM	
<b>RENDA DOS TRIBUTOS:</b>																							
1. EXPORTAÇÃO .....	3.313	5.040	1.818	1.580	6.244	4.735	6.630	18.313	4.265	3.118	22.350	19.000	25.562	115.000	15.261	4.400	16.378	77.708	2.916	4.300	357.931	1	
2. INDÚSTRIA E PROFISSÕES.....	1.313	1.800	1.037	1.620	3.095	750	2.500	4.859	1.464	1.998	11.290	1.000	3.906	16.100	2.964	2.680	12.050	11.000	532	716	82.674	2	
3. CONSUMO.....	225	2.600	3.881	180	818	1.230	1.750	5.498	2.366	200	1.190	—	1.396	13.600	3.182	790	18.205	5.720	72	76	62.479	3	
4. CAPITAL E RENDA:																							
a) Transmissão de propriedade...	225	500	476	150	783	830	832	3.106	812	611	5.625	1.000	5.077	34.000	3.216	2.240	15.625	11.605	991	800	88.004	a	
b) Territorial.....	108	300	52	250	946	300	200	394	336	130	1.150	—	2.800	8.300	1.800	3.100	11.813	16.000	747	1.200	49.926	b	
c) Predial.....	—	—	—	—	1.021	—	—	2.422	—	810	—	—	19.000	1.018	—	—	—	—	—	—	28.780	c	
d) Sobre outras rendas.....	104	—	103	—	—	330	21	372	127	86	2.025	—	—	25.600	10	—	—	2.940	—	—	31.778	d	
TOTAL DE CAPITAL E RENDA...	497	800	631	400	2.750	960	1.053	6.294	1.275	1.146	8.800	1.000	7.877	86.900	6.044	5.340	27.438	30.545	1.738	2.000	193.488		
5. CIRCULAÇÃO:																							
a) Sôlo.....	285	540	518	132	598	440	510	1.170	225	180	1.200	800	1.998	10.000	810	1.250	2.711	9.800	269	300	33.736	a	
b) Viação e transportes.....	—	—	—	—	—	150	330	—	151	4	450	—	553	10.000	900	805	3.000	2.040	19	88	19.090	b	
c) Outros.....	—	—	—	—	—	—	20	—	22	15	100	—	350	4.000	265	60	—	—	38	—	4.870	c	
TOTAL DE CIRCULAÇÃO.....	285	540	518	132	598	500	800	1.170	308	199	1.750	800	2.901	24.000	1.975	2.115	5.711	12.440	326	388	57.696		
Total da Renda dos Tributos.....	5.633	10.780	7.385	3.912	13.505	8.265	12.793	36.134	9.768	6.661	45.380	21.800	41.642	255.600	29.426	15.325	79.782	137.413	5.584	7.480	754.268		
6. RENDA INDUSTRIAL.....	871	4.550	5.200	450	911	228	1.370	11.816	416	522	6.337	1.570	2.035	105.200	815	545	82.368	47.481	238	236	273.557	6	
7. RENDA PATRIMONIAL .....	381	1.000	—	9	16	55	152	211	24	118	368	1.100	30	50	445	310	2.225	7.702	23	1.540	15.750	7	
8. CONTRIBUIÇÕES:																							
a) do Governo Federal.....	—	—	—	45	150	—	227	200	400	75	—	—	—	—	—	375	—	—	—	—	1.472	a	
b) dos Municípios.....	400	1.500	410	150	—	200	820	1.105	425	100	6.020	200	1.050	—	—	—	4.577	6.020	300	300	24.477	b	
c) Outras.....	—	—	—	—	—	60	150	—	201	—	—	—	184	3.600	—	560	4.704	780	—	—	10.239	c	
TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES.....	400	1.500	410	195	210	350	1.047	1.506	825	175	6.020	200	2.134	3.000	—	560	9.656	6.800	300	300	36.188		
9. COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA.....	269	300	137	70	286	30	200	3.670	250	350	4.200	300	610	3.000	1.310	300	1.600	3.500	100	200	20.682	9	
10. DIVERSOS.....	208	1.030	268	364	98	151	508	3.377	846	421	4.450	720	4.059	33.470	1.280	960	15.602	7.092	512	176	76.492	10	
11. OBRAS DE PORTOS.....	—	—	—	—	—	—	—	3.500	—	—	—	—	—	—	—	—	6.800	—	—	—	10.300	11	
TOTAL DA RECEITA.....	7.562	10.160	13.400	5.000	15.020	9.070	16.070	60.214	12.129	8.247	66.755	25.600	52.010	400.920	33.276	18.000	198.031	209.988	6.757	9.932	1.187.246		

Figura, à parte, no orçamento de S. Paulo, a renda de 52.500.000,00 Francos, com a qual se faz o serviço dos empréstimos de 1921, realizados em £, Dolares e em Florins. Os adicionais que não poderam ser incluídos nos impostos sobre que recaem, por falta de discriminação das respectivas importâncias, figuram no título "Diversos"

Págs. 221 — 222

**MAPA DEMONSTRATIVO DA PERCENTAGEM DAS RECEITAS ESTADUAIS ORÇADAS PARA 1932**

TÍTULOS	AMAZONAS	PARÁ	MARANHÃO	PIAUI	CEARÁ	R. G. DO NORTE	PARAIBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE	BAÍA	E. SANTO	RIO DE JANEIRO	S. PAULO	PARANÁ	S. CATARINA	R. G. DO SUL	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO	TOTAL	N.º DE ORDENS
1. EXPORTAÇÃO	43,81	26,31	13,57	31,60	41,58	52,16	41,26	30,41	35,16	37,81	33,48	73,96	49,15	28,68	45,86	24,45	8,27	37,01	43,16	43,30	30,15	1
2. INDÚSTRIA E PROFISSÕES.....	17,36	9,39	7,74	32,40	20,60	8,26	15,58	8,07	12,07	24,23	16,92	3,89	7,51	4,02	8,91	14,89	6,00	5,24	7,87	7,21	6,96	2
3. CONSUMO.....	2,98	13,57	25,23	8,60	5,44	13,55	10,89	9,13	19,51	2,43	1,78	—	2,69	3,39	9,56	4,39	9,19	2,72	1,06	0,76	5,26	3
4. CAPITAL E RENDA																						
a) Transmissão de propriedade....	2,98	2,61	3,55	3,00	5,21	3,63	5,18	5,16	6,69	7,41	8,43	3,89	9,76	8,48	9,66	12,45	7,89	5,53	14,67	8,05	7,41	a
b) Territorial.....	1,42	1,56	0,39	5,00	6,30	3,30	1,24	0,65	2,77	1,58	1,72	—	5,38	2,07	5,41	17,22	5,97	7,62	11,06	12,08	4,21	b
c) Predial.....	—	—	—	—	6,79	—	—	4,02	—	3,87	—	—	—	4,74	3,06	—	—	—	—	—	2,00	c
d) Sobre outras rendas.....	2,17	—	0,77	—	—	—	3,63	0,13	0,62	1,05	1,04	3,08	—	6,39	0,03	—	—	1,40	—	—	2,68	d
TOTAL DE CAPITAL E RENDA.....	6,57	4,17	4,71	8,00	18,30	10,56	6,55	10,45	10,51	13,90	13,18	3,80	15,14	21,68	18,16	29,67	13,86	14,55	25,73	20,13	16,30	
5. CIRCULAÇÃO																						
a) Selo.....	3,77	2,82	3,86	2,64	3,98	4,85	3,17	1,94	1,86	2,18	1,80	3,12	3,84	2,49	2,43	6,94	1,37	4,66	3,98	3,02	2,84	a
b) Viação e transportes.....	—	—	—	—	—	1,65	2,05	—	1,24	0,05	0,67	—	1,06	2,49	2,70	4,47	1,51	1,28	0,28	0,89	1,61	b
c) Outros.....	—	—	—	—	—	—	0,12	—	0,18	0,18	0,15	—	0,67	1,00	0,80	0,33	—	0,56	—	0,41	c	
TOTAL DE CIRCULAÇÃO.....	3,77	2,82	3,86	2,64	3,98	6,50	5,34	1,94	3,28	2,41	2,62	3,12	5,57	5,98	5,93	11,74	2,88	5,92	4,82	3,91	4,86	
Total da Renda dos Tributos.....	74,49	56,16	55,11	78,24	89,83	91,03	79,62	60,00	80,53	10,78	67,98	84,86	80,06	63,75	88,42	85,14	40,29	65,44	82,64	75,31	68,53	
6. RENDA INDUSTRIAL.....	8,87	23,75	38,81	9,00	6,06	2,51	8,52	19,62	3,43	6,33	9,49	6,11	5,07	26,24	2,45	3,03	41,59	22,61	3,52	2,38	23,04	6
7. RENDA PATRIMONIAL.....	5,04	5,22	—	0,18	0,11	0,61	0,95	0,35	0,20	1,43	0,55	4,28	0,06	0,01	1,34	1,72	1,12	3,67	0,34	15,51	1,33	7
8. CONTRIBUIÇÕES																						
a) do Governo Federal.....	—	—	—	0,90	1,00	—	1,41	0,33	3,30	0,91	—	—	—	—	—	0,19	—	—	—	0,13	a	
b) dos Municípios.....	5,29	7,83	3,06	3,00	—	2,21	5,10	1,84	3,50	1,21	0,02	0,78	3,75	—	—	2,31	2,87	4,44	3,02	2,06	b	
c) Outras.....	—	—	—	—	0,40	1,65	—	0,34	—	—	—	0,35	0,90	—	3,11	2,38	0,37	—	—	0,86	c	
TOTAL DE CONTRIBUIÇÕES.....	5,29	7,83	3,06	3,00	1,40	3,86	6,51	2,51	6,80	2,12	9,02	0,78	4,10	0,00	—	3,11	4,88	3,24	4,44	3,02	3,05	
9. COBRANÇA DA DIVIDA ATIVA.....	3,56	1,56	1,02	1,40	1,90	0,33	1,24	6,10	2,06	4,24	6,29	1,17	1,17	0,75	3,94	1,67	0,81	1,66	1,48	2,01	1,74	0
10. DIVERSOS.....	2,75	5,38	2,00	7,28	0,65	1,66	3,16	5,61	6,98	5,10	6,87	2,80	9,54	8,35	3,85	5,33	7,88	3,38	7,58	1,77	6,44	10
11. OBRAS DE PORTOS.....	—	—	—	—	—	—	—	5,81	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8,43	—	—	0,87	11
TOTAL DA RECEITA.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00		

Figura à parte, no orçamento da receita de S. Paulo, a renda de francos 52.500.000,00 com a qual se faz o serviço dos empréstimos de 1921, realizados em £, em dólares e em florins

Os adicionais que não poderam ser incluídos nos impostos sobre que recaem, por falta de discriminação das respectivas importâncias, figuram no título «Diversos».

**MAPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS ESTADUAIS FIXADAS PARA 1932**

VALOR EM CONTOS DE RÉIS

TÍTULOS	AMAZONAS	PARÁ	MARANHÃO	PIAUÍ	CEARÁ	R. G. DO NORTE	PARAÍBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE	BAÍA	E. SANTO	RIO DE JANEIRO	S. PAULO	PARANÁ	S. CATARINA	R. G. DO SUL	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO	TOTAL	N. DE ORDEN
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	733	1.341	1.599	600	886	905	1.565	3.076	928	620	5.530	2.873	1.935	28.571	1.596	1.171	7.621	12.150	641	584	74.934	1
2. Poder Legislativo.....	26	—	—	—	6	7	—	71	—	—	356	23	154	—	10	23	92	298	—	18	1.084	2
3. Justiça e Magistratura.....	597	954	938	435	910	646	756	2.049	668	511	2.762	1.028	2.007	9.530	1.483	1.026	3.419	5.420	655	725	36.519	3
4. Defesa e Segurança Pública.....	535	1.388	1.537	948	2.224	1.140	3.622	10.258	1.782	1.576	9.412	4.066	5.005	67.554	5.900	2.312	21.956	32.271	1.317	1.622	176.425	4
5. Instrução Pública.....	1.853	4.141	1.900	1.067	2.560	1.499	2.287	7.095	1.962	1.731	9.650	3.925	8.274	82.537	4.926	3.204	11.340	32.274	1.586	1.582	185.407	5
6. Saúde Pública e Assistência.....	481	2.386	988	218	715	853	1.145	6.717	1.066	332	3.042	989	1.259	26.511	1.417	346	3.808	4.766	188	153	57.330	6
7. Obras Públicas e Viação.....	880	3.758	2.595	531	1.107	472	1.790	12.760	781	554	5.697	4.410	4.424	91.504	2.520	1.979	74.253	45.107	905	727	256.763	7
8. Serviço da dívida interna.....	—	—	140	200	287	840	1.760	4.902	49	510	9.443	634	6.202	—	1.098	3.612	29.947	—	748	60.372	8	
9. Serviço da dívida externa.....	—	1.289	1.500	—	1.360	1.039	—	7.747	1.544	—	4.218	2.445	15.517	108.175	8.000	4.912	25.734	16.087	—	—	199.567	9
10. Serviço da dívida flutuante.....	—	150	20	—	—	—	—	1.993	705	—	3.888	—	5	—	—	—	599	2.909	—	2.250	12.519	10
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	5	—	8	5	205	130	30	7.265	—	205	2.040	1.300	923	6.500	82	200	7.666	328	130	40	27.062	11
12. Arrecadação das rendas.....	597	1.071	624	511	1.072	732	1.372	2.448	1.105	756	4.478	767	2.077	11.092	2.224	850	12.060	7.657	802	783	53.078	12
13. Inativos.....	1.361	1.422	1.154	415	732	875	673	2.522	1.038	791	4.260	650	1.328	11.743	1.156	493	3.094	2.718	225	490	36.847	13
14. Subvenções e auxílios.....	—	168	—	—	3	—	37	246	98	82	50	20	30	—	12	—	1.484	5	2	—	2.237	14
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	—	4	—	50	401	215	859	1.758	400	357	1.542	2.443	2.870	7.277	294	336	4.698	17.794	—	104	41.402	15
16. Juros diversos.....	2	—	—	—	2	5	—	50	—	—	150	70	—	—	350	50	62	102	81	—	924	16
17. Outras despesas.....	5	816	10	—	7	—	5	—	5	213	80	—	—	56	—	12.207	—	—	97	18.501	17	
Total da Despesa.....	7.030	18.888	18.013	4.980	12.480	9.058	15.901	70.957	12.120	8.247	66.598	25.043	52.010	450.994	30.026	18.000	193.705	209.833	6.532	9.932	1.235.971	

No orçamento do São Paulo figuram, englobadas, as importâncias destinadas ao serviço da dívida.

No orçamento de Goiás figuram, englobadas, em "juros diversos", as importâncias destinadas no serviço da dívida interna.

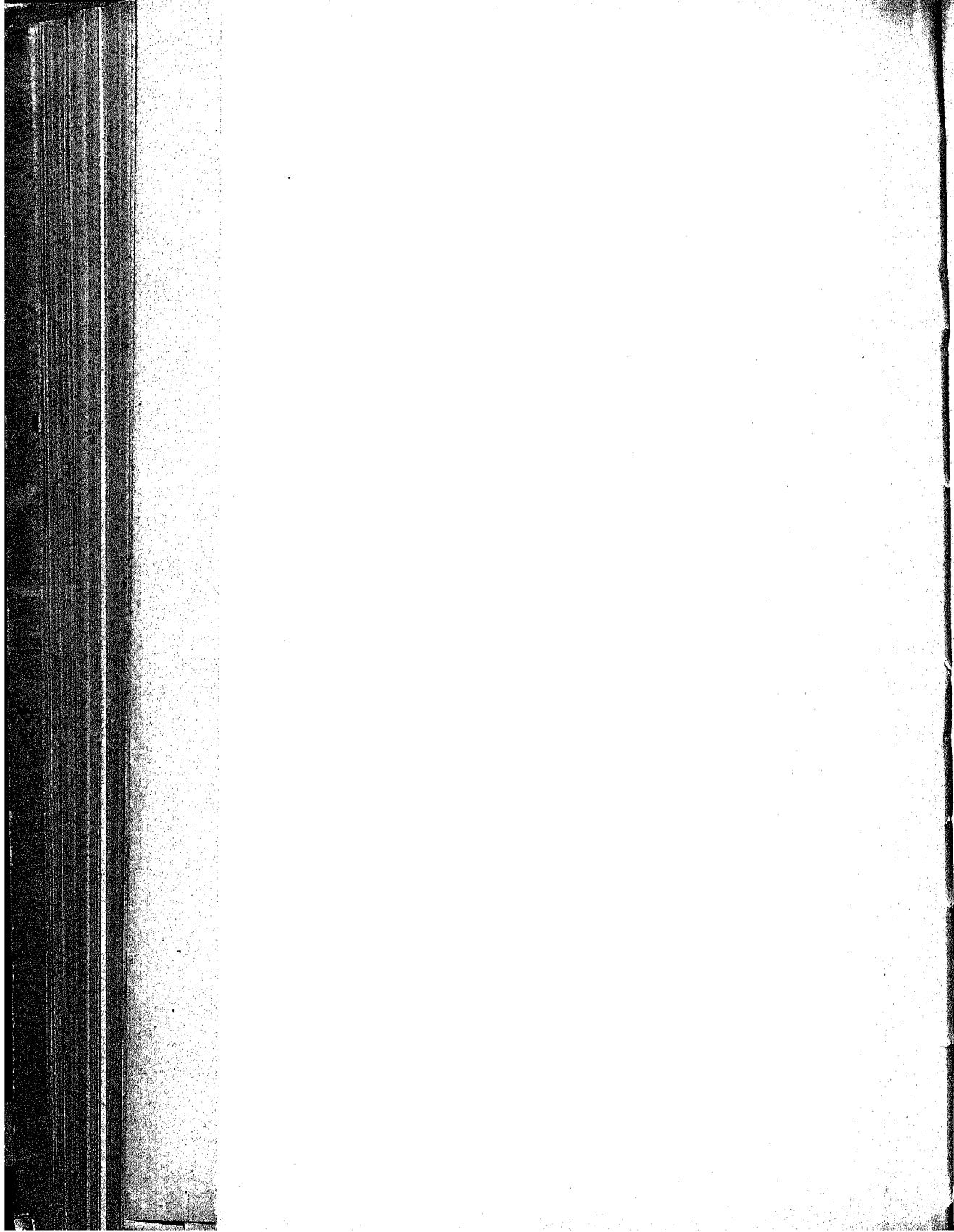
Page. 225 — 226

**MAPA DEMONSTRATIVO DA PERCENTAGEM DAS DESPESAS ESTADUAIS FIXADAS PARA 1932, EM RELAÇÃO ÁS RECEITAS**

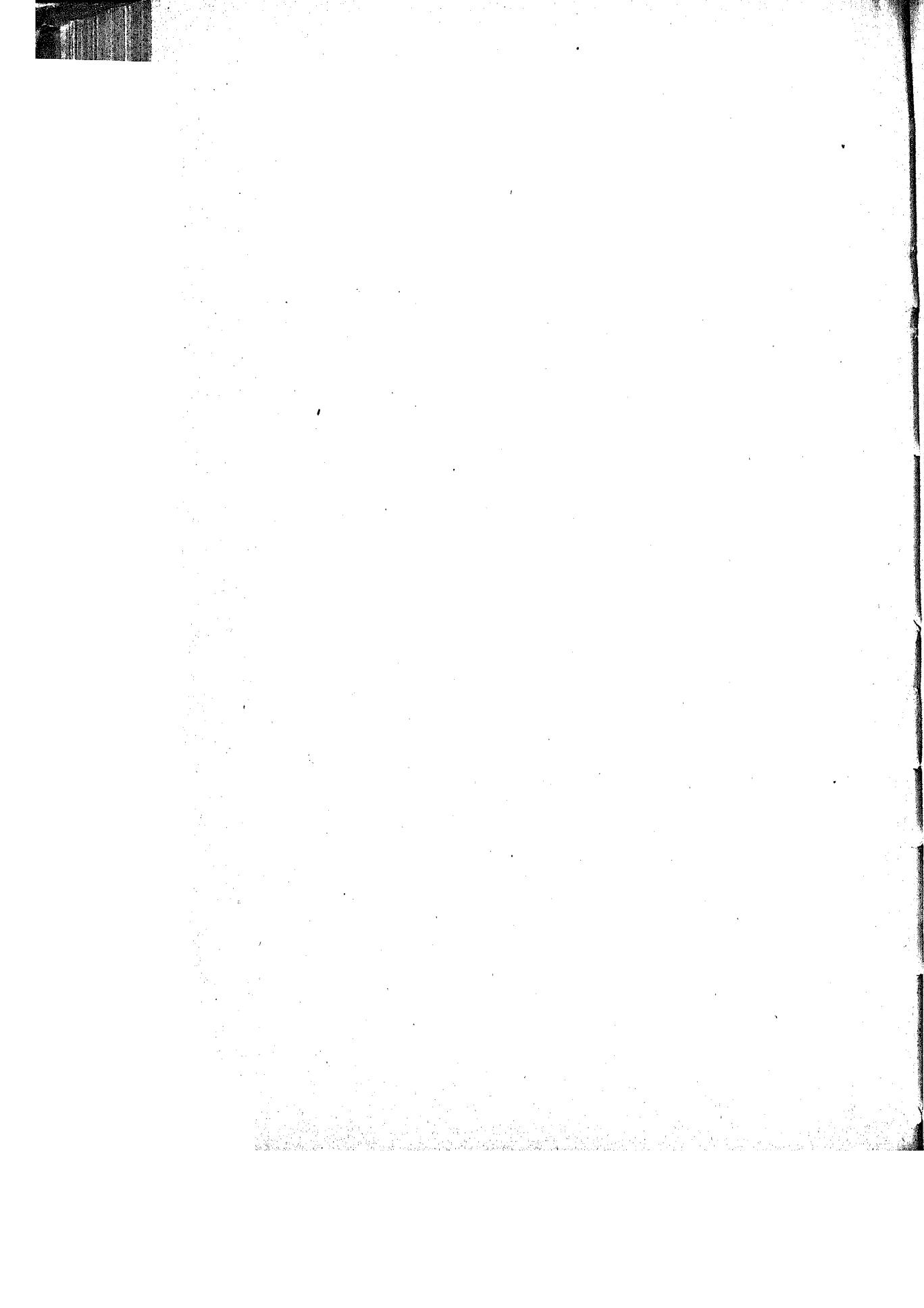
TÍTULOS	AMAZONAS	PARÁ	MARANHÃO	PIAUI	CEARÁ	R. G. DO NORTE	PARAIBA	PERNAMBUCO	ALAGOAS	SERGIPE	BAÍA	E. SANTO	RIO DE JANEIRO	S. PAULO	PARANÁ	S. CATARINA	R. G. DO SUL	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO	TOTAL	N. DE ÓRDENS
1. Poder Executivo e Secretarias de Estado.....	9,73	7,00	11,93	12,00	5,90	9,97	9,73	5,11	7,65	7,63	8,28	11,18	3,72	7,13	4,80	6,51	3,85	5,79	9,49	5,88	6,31	1
2. Poder Legislativo.....	0,35	—	—	—	0,04	0,08	—	0,12	—	—	0,53	0,09	0,30	—	0,03	0,13	0,05	0,14	—	0,18	0,09	2
3. Justiça e Magistratura.....	7,92	4,98	7,00	8,70	6,06	7,11	4,70	8,40	5,51	6,20	4,14	4,00	3,86	2,38	4,46	5,70	1,73	2,58	9,70	7,30	3,07	3
4. Defesa e Segurança Pública.....	7,10	7,25	11,47	18,96	14,80	12,56	22,54	17,04	14,69	19,11	14,10	15,83	9,62	16,85	17,73	12,84	11,09	15,37	19,49	16,33	14,86	4
5. Instrução Pública.....	24,67	21,61	14,18	21,34	17,10	16,51	14,23	11,78	16,18	20,99	14,46	15,28	15,91	20,59	14,80	17,80	5,73	15,37	23,47	15,93	15,62	5
6. Saúde Pública e Assistência.....	5,72	12,45	7,37	4,36	4,76	9,40	7,13	11,15	8,79	4,02	4,58	3,85	2,42	6,61	4,26	1,92	1,92	2,27	2,78	1,54	4,83	6
7. Obras Públicas e Viação.....	11,80	10,61	19,37	10,62	7,37	5,20	11,14	21,19	6,44	6,72	8,53	17,17	8,51	22,82	7,57	10,99	37,50	21,48	13,39	7,32	21,63	7
8. Serviço da dívida interna.....	—	—	1,05	4,00	1,91	9,25	10,95	8,14	0,40	6,18	14,15	2,47	11,92	—	—	6,10	1,82	14,26	—	7,53	5,08	8
9. Serviço da dívida externa.....	—	6,73	11,19	—	9,05	11,44	—	12,87	12,72	—	6,32	9,52	29,84	26,98	24,04	27,29	18,00	7,66	—	—	16,81	9
10. Serviço da dívida flutuante.....	—	0,78	0,15	—	—	—	—	3,31	5,81	—	5,82	—	0,01	—	—	—	0,30	1,39	—	22,05	1,05	10
11. Exercícios findos, reposições e restituições.....	0,07	—	0,06	0,10	1,36	1,43	0,19	12,06	—	2,49	3,06	5,06	1,77	1,62	0,25	1,11	3,87	0,16	1,92	0,40	2,28	11
12. Arrecadação das rendas.....	7,92	5,50	4,66	10,22	7,13	8,06	8,54	4,07	9,11	9,17	6,71	2,98	3,99	2,77	6,68	4,72	6,09	3,65	11,87	7,88	4,47	12
13. Inativos.....	18,07	7,42	8,61	8,30	4,87	6,33	4,19	4,19	8,54	9,59	6,38	2,53	2,55	2,93	3,47	2,74	1,56	1,29	3,33	5,03	3,10	13
14. Subvenções e auxílios.....	—	0,88	—	—	0,02	—	0,23	0,41	0,80	0,90	0,08	0,08	0,06	—	0,04	—	0,75	—	0,03	—	0,19	14
15. Desenvolvimento da produção e propaganda.....	—	0,02	—	1,00	2,67	2,37	5,35	2,92	3,30	4,33	2,81	9,51	5,62	1,81	0,88	1,87	2,37	8,47	—	1,05	3,49	15
16. Juros diversos.....	0,03	—	—	—	0,01	0,06	—	0,08	—	—	0,22	0,27	—	—	1,05	0,28	0,03	0,05	1,20	—	0,08	16
17. Outras despesas.....	0,07	4,26	0,07	—	0,05	—	0,03	—	0,06	2,58	0,12	—	—	—	0,17	—	8,16	—	—	0,98	1,14	17
Total da Despesa.....	93,45	98,58	97,11	90,00	83,10	99,77	98,95	117,84	100,00	100,00	99,77	99,82	100,00	112,49	90,23	100,00	97,82	99,93	98,67	100,00	104,10	

No orçamento de São Paulo figuram englobadas as importâncias destinadas ao serviço da dívida. No orçamento de Goiás figuram englobadas em "juros diversos" as importâncias destinadas ao serviço da dívida interna.

Pags. 227 — 228 —



**MAPAS GERAIS E CONFRONTOS DA RECEITA E  
DESPESA ESTADUAIS**



**MAPA GERAL DAS RECEITAS DOS ESTADOS DA UNIÃO, ORÇADAS  
PARA 1932**

TÍTULOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	PERCEN- TAGENS
<i>Rendas dos Tributos:</i>		
1 — EXPORTAÇÃO.....	357.931	30,15
2 — INDÚSTRIA E PROFISSÕES.....	82.674	6,96
3 — CONSUMO.....	62.479	5,26
Total.....	503.084	42,37
 4 — CAPITAL E RENDA:		
a) Transmissão de propriedade.....	88.004	7,41
b) Territorial.....	49.926	4,21
c) Predial.....	23.780	2,00
d) Sobre outras rendas.....	31.778	2,68
Total de Capital e Renda.....	193.488	16,30
 5 — CIRCULAÇÃO:		
a) Selo.....	33.736	2,84
b) Viação e transportes.....	19.090	1,61
c) Outros.....	4.870	0,41
Total de Circulação.....	57.696	4,86
Total da Renda dos Tributos....	754.268	63,53
 6 — RENDA INDUSTRIAL.....	273.557	23,04
7 — RENDA PATRIMONIAL.....	15.759	1,33
Total.....	289.316	24,37
 8 — CONTRIBUIÇÕES:		
a) Do Governo Federal.....	1.472	0,13
c) Dos Municípios.....	24.477	2,06
c) Outras.....	10.239	0,86
Total das Contribuições.....	36.188	3,05
 Diversos:		
9 — COBRANÇA DA DIVIDA ATIVA.....	20.682	1,74
10 — DIVERSOS.....	76.492	6,44
11 — OBRAS DE PORTOS.....	10.300	0,87
Total Geral da Receita.....	107.474	9,05
Total dos diversos.....	1.187.246	100,00

MAPA GERAL DAS DESPESAS DOS ESTADOS DA UNIÃO, FIXADAS  
PARA 1932

TÍTULOS	VALOR EM CONTOS DE RÉIS	PERCEN- TAGENS (%)
1 — Poder Executivo e Secretarias de Estado.	74.934	6,31
2 — Poder Legislativo.....	1.084	0,09
3 — Justiça e Magistratura.....	36.519	3,07
4 — Defesa e Segurança Pública.....	176.425	14,86
5 — Instrução Pública.....	185.407	15,62
6 — Saúde Pública e Assistencia.....	57.330	4,83
7 — Obras Públicas e Viação.....	256.763	21,63
8 — Serviço da dívida interna.....	60.372	5,08
9 — Serviço da dívida externa.....	199.567	16,81
10 — Serviço da dívida flutuante.....	42.519	3,05
11 — Exercícios findos, reposições e restituições	27.062	2,28
12 — Arrecadação das Rendas.....	53.078	4,47
13 — Inativos.....	36.847	3,10
14 — Subvenções e auxílios.....	2.237	0,19
15 — Desenvolvimento da produção e propa- ganda.....	41.402	3,49
16 — Juros diversos.....	924	0,08
17 — Outras despesas.....	13.501	1,14
Total da Despesa.....	1.235.971	104,10

(%) Percentagens em relação à Receita total.

**CONFRONTO ENTRE A RECEITA E A DESPESA ORÇAMENTARIAS DOS ESTADOS PARA 1932**

ESTADOS	VALORES EM CONTOS DE RÉIS		
	Receita	Despesa	Saldo ou deficit
Amazonas .....	7.562	7.039	+ 523
Pará .....	19.160	18.888	+ 272
Maranhão .....	13.400	13.013	+ 387
Piauí .....	5.000	4.980	+ 20
Ceará .....	15.026	12.486	+ 2.540
Rio Grande do Norte.....	9.079	9.058	+ 21
Paraíba .....	16.070	15.901	+ 169
Pernambuco .....	60.214	70.957	- 10.743
Alagoas .....	12.129	12.129	-
Sergipe .....	8.247	8.247	-
Bahia .....	66.755	66.598	+ 157
Espírito Santo .....	25.690	25.643	+ 47
Rio de Janeiro.....	52.010	52.010	-
São Paulo (*).....	400.920	450.994	- 50.074
Paraná .....	33.276	30.026	+ 3.250
Santa Catarina .....	18.000	18.000	-
Rio Grande do Sul.....	198.081	193.705	+ 4.326
Minas Gerais .....	209.988	209.833	+ 155
Goiás .....	6.757	6.532	+ 225
Mato Grosso .....	9.932	9.932	-
Total.....	1.187.246	1.235.971	- 48.725

Alem dos 400.920:000\$, figura no orçamento de S. Paulo, a renda, frs. 52.500.000 destinada ao serviço dos tres emprestimos exteiños de 1921.

NOTA Apenas dois orçamentos para 1932, accusam *deficit*. O de Pernambuco, com 10.743 contos e o de São Paulo, com 50.074 contos. Quanto ao primeiro Estado a receita parece estar super-estimada, pois a arrecadagão em 1931 não foi além de 51.204 contos e não houve aumento de impostos em 1932, que justificasse aquela estimativa.

A arrecadagão de São Paulo, em 1931, atingiu, segundo telegrama do Interventor, a 431.720 contos, mais que o estimado para 1932.

O Estado do Rio, que tinha um orçamento deficiario, modificou-o de acordo com o parecer do Conselho Consultivo e apresenta-o agora perfeitamente equilibrado.

**CONFRONTO ENTRE O TOTAL DA RECEITA E O DA DESPESA  
DOS ESTADOS (1)**

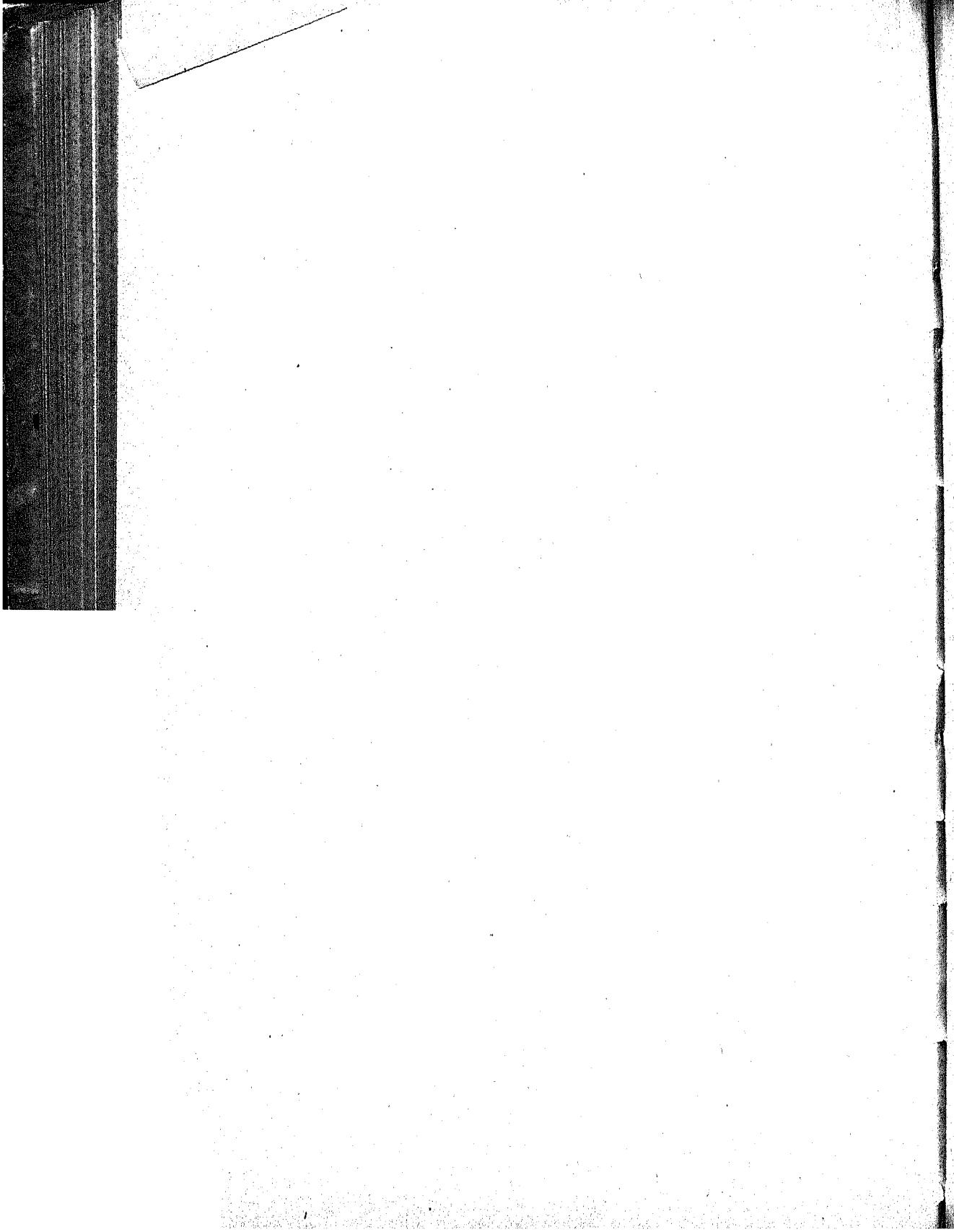
NO PERÍODO DE 1920 a 1931.

Valor em contos de réis.

ESTADOS	TOTAL DA RECEITA EM 12 ANOS	TOTAL DA DESPESA EM 12 ANOS	SALDO OU "DEFICIT"
Amazonas .....	95.835	97.034	1.199
Pará .....	148.090	171.652	23.562
Maranhão .....	118.181	123.243	5.062
Piauí .....	46.453	45.646	807
Ceará .....	147.506	144.328	3.178
Rio Grande do Norte.....	90.752	106.209	15.457
Paraíba .....	129.054	128.106	948
Pernambuco .....	522.822	548.838	26.016
Alagoas .....	108.577	112.504	3.927
Sergipe .....	92.290	96.591	4.301
Baía .....	619.027	694.654	75.627
Espírito Santo .....	277.722	313.708	35.986
Rio de Janeiro.....	417.864	667.985	250.121
São Paulo .....	3.683.477	4.844.717	1.161.240
Paraná .....	272.222	330.509	58.287
Santa Catarina .....	170.967	182.407	11.440
Rio Grande do Sul.....	1.464.619	1.473.126	8.507
Minas Gerais .....	1.591.804	1.716.049	124.245
Goiás .....	53.645	55.040	1.395
Mato Grosso .....	82.153	92.097	9.944
Total dos 12 anos..	<hr/> 10.139.060 <hr/>	<hr/> 11.944.443 <hr/>	<hr/> 1.811.383 <hr/>

(1) Os dados deste quadro se referem à Receita arrecadada e à Despesa efetuada, tanto quanto aos do ano de 1931, que são os do orçamento.

EMPRESTIMOS EXTERNOS  
DOS  
ESTADOS E MUNICIPALIDADES,  
EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930,  
DISCRIMINADOS PELAS MOEDAS E DATAS



I — QUADRO — EMPRESTIMOS EXTERNOS, EM LIBRAS ESTERLINAS, REALIZADOS PELOS ESTADOS

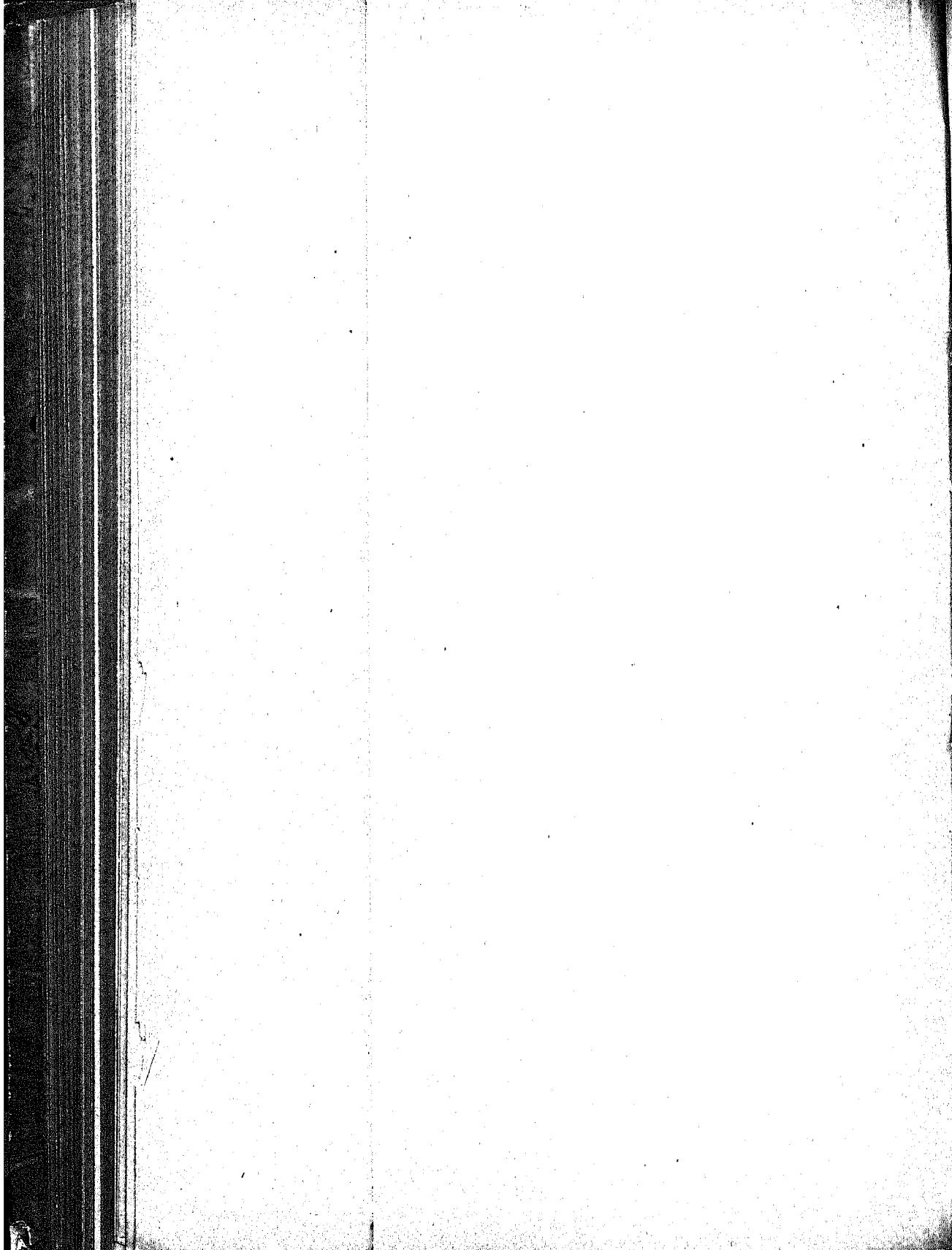
E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930

N. DE ORDEM	ESTADOS	ANO	TAXA %	TIPO	LIBRAS			DATAS		DESTINO DO EMPRESTIMO
					Capital Nominal	Titulos em Circulação em 31-12-30	Anuidades e Comissões em 1931	Remessa de fundos para Anuidades e Comissões	Vencimentos dos coupons	
1	Pará.....	1901	5	60	1.450.000	1.270.000	80.548	Quinzenal	1-I, e 1-VII	Pagamento da dívida interna.
2	Baía.....	1904	5	80,5	1.062.360	974.920	58.965	25-III,-VI,-IX, e XII	1-V, e 1-XI	Resgate da dív. flut. Construção Ferrov.-Resgate do emprest. 1888.
3	São Paulo.....	1904	5	88	1.000.000	223.580	65.650	1-VI, e 1-XII	1-IV, e 1-X	Saneamento e abastecimento d'água da Capital.
4	Pernambuco....	1905	5	81	1.000.000	513.640	60.300	Mensal	1-I, e 1-VII	Resgate da dívida flutuante.
5	São Paulo.....	1905	5	91,5	3.800.000	2.180.000	234.421	1-IV, e 1-X	2-I, e 1-VII	Compra da E. F. Sorocabana.
6	Alagoas.....	1906	5	78	280.000	257.740	15.477	1-VI, e 1-XII	1-I, e 1-VII	Unificação da dív. interna e melhoramentos materiais do Estado. Aplicação de 1.000 contos no Banco de Alagoas.
7	Pará.....	1907	5	87	650.000	568.960	39.390	Quinzenal	1-I, e 1-VII	Completar a E. F. de Bragança e aquisição de material para a mesma.
8	São Paulo.....	1907	5	90	2.000.000	1.623.534	113.494	1-III, e 1-IX	1-I, e 1-VII	Operações crédito concernentes a dív. externa do Estado.
9	Sta. Catarina....	1909	5	78	250.000	68.226	17.714	1-VI, e 1-XII	1-VI, e 1-XII	Serviços de água, luz e esgotos da Capital.
10	Baía.....	1913	5	86,5	1.000.000	975.980	55.275	1-I, e 1-VII	1-I, e 1-VII	Pagamento de £ 400.000 resgatáveis em 26/6/13 Consolidação da dívida flutuante e melhoramentos no Estado.
11	Minas Gerais...	1913	5	81,25	120.000	76.963	7.236	15-III, e 15-IX	1-IV, e 1-X	Serviços da Cia. de Viação Urbana de Minas Gerais.
12	Pará.....	1915	5	100	1.070.000	1.036.679	78.612	1-VI, e 1-XII	1-I, e 1-VII	Funding p/pagamento juros atrasados emp. 1901, 1907 e 1910 Pag. de £ 270.733 a Banque Francaise pour le Commerce et l'Industrie, de £ 316.240 ao Abbatoir de Belém.
13	Baía.....	1915	5	100	787.334	644.280	55.665	Semanal	1-I, e 1-VII	Funding.
14	Baía.....	1918	6	100	335.000	97.959	57.164	1-VI, e 1-XII	1-I, e 1-VII	Funding.
15	São Paulo.....	1921	8	90	2.000.000	1.797.500	185.563	Semanal	1-I, e 1-VII	Resgate da Dívida interna flutuante.
16	São Paulo.....	1926	7	91	2.500.000	2.385.700	201.420	Mensal-1ª — 2ª-feira	1-III, e 1-IX	Melhoramentos no serv. de águas da Capital.
17	Rio de Janeiro..	1927	5,5	100	1.926.500	1.743.389	155.370	1-IV, e 1-X	1-IV, e 1-X	Conversão de títulos da dívida externa.
18	Rio de Janeiro..	1927	7	93	1.891.000	1.891.000	133.694	15-V, e 15-XI	15-VI, e 15-XII	Portos Niteroi, Angra e outros fins-Desenv. Agrícola do Estado.
19	Baía.....	1928	5	100	338.500	335.711	16.954	Mensal	1-I, e 1-VII	Consolid. de div; juros dos emp. 1904, 1913 e 1915 e letras do Tesouro de 1918.
20	São Paulo.....	1928	6	92,75	3.500.000	3.439.300	232.927	1-VI, e 1-XII	1-1, e 1-VII	Prolongamento de linhas ferreas e abastecimento d'água e empreendimentos gerais no Estado.
21	Paraná.....	1928	7	93,5	1.000.000	965.300	80.827	15-II, e 15-VIII	15-III, e 15-IX	Resgate dos empréstimos franceses de 1905-1913 e 1916.
22	Minas Gerais...	1928	6,5	95	1.750.000	1.708.200	134.710	1-II, e 1-VIII	1-III, e 1-IX	Resgate/dívida externa Ap. ferroviários da R. S. M. Serv./eltri. em B. Horizonte Est. hidrominerais-Emprestimo ao Banco Crédito Real e à Prefeitura.
23	São Paulo.....	1930	7	90	12.808.000	12.167.600	1.831.468	15-II, e 15-VIII	1-IV, e 1-X	Liquidação do stock de café.
					42.518.694	36.946.161	3.912.844			

Observações:

Emprestimo 3, 5, 8 — Constam de letras

As importâncias relativas à "Anuidade" foram calculadas de acordo com os contratos.



**II — QUADRO — EMPRESTIMOS EXTERNOS EM FRANCOS E EM FLORINS REALIZADOS PELOS ESTADOS E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930**

Nº DE ORDEN DE EMPR ESTADO	ESTADOS	ANO	% TYPE	ANO DE ISSUE	FRANCOS			REMESSA DE FUNDES PARA AUNIDADES E COMISSÕES	VENCIMENTOS DOS COUPONS	DATAS	DESTINO DO EMPRESTIMO
					Capital	Nominal	Títulos em circulação 31-12-1930				
1	Baía.....	1888	5	91	20.000.000		6.514.500	1.207.628	1-VI e 1-XI	10-VI e 1-XII	Pagamento da dívida flutuante — Conversão da parte da dívida fundida interna.
2	Amazonas.....	1906	5	80	84.000.000		80.286.500	4.625.775	Mensal	10-V e 1-XI	Resgate do empréstimo de £ 1.500.000 de 1902 e de outras dívidas internas.
3	Alagoas.....	1906	5	80	15.000.000		13.638.500	1.440.000	1-XII e 1-VI	1-I e I-VII	Unificação da dívida interna e melhoramentos materiais do Estado.
4	Espirito Santo.....	1908	5	100	30.000.000		1.750.500	Em liquidacão...	5-IV e 5-V	Resgate do empréstimo ext. emitido em 1894.	
5	Pernambuco.....	1909	5	84	37.500.000		26.355.000	2.261.250	Mensal dia 15	15-VI e 15-XII	Construção de exgotos e canalização de atraçao de águas e exgoto da Capital — Empréstimo de 1.319 contos à Cia. de Navegação do Maranhão — Emprestimo de 300 contos à Usina de Assucar Joaquim Autônomo — pagamento de dívida flutuante e outros fin.
6	Maranhão.....	1910	5	82	20.000.000		16.862.500	1.407.000	1-IV e 1-X	1-I e I-VII	
7	Ceará.....	1910	5	83	15.000.000		12.438.500	909.000	1-IV e 1-X	1-V e 1-XI	Serviços de exgotos e abastecimentos de água de Fortaleza
8	Rio Grande do Norte.	1910	5	83	8.750.000		6.675.000	483.656	1-II e 1-VIII	1-III e 1-IX	Melhoramentos diversos.
9	Baía.....	1910	5	86	45.000.000		41.679.000	2.407.795	15-XII e 15-VI	1-I e 1-VII	Serviços ferroviários e de transporte — Pagamento de dívida flutuante. Parte p/município da Bahia.
10	Amazonas.....	1916	5	100	20.120.500		20.059.125	1.116.140	Trimestral	1-V e 1-XI	Pagamento dos contos vencidos do empréstimo de 1906 a partir de LIX-915 Até 1-V-920
11	Amazonas.....	1916	6	100	3.958.000		3.000.000	180.000	—	Letras	Liquidacão de divergencias entre o Estado e a Sociedade Marseillaise, constante do empréstimo de 1906.
12	Espirito Santo.....	1919	5	100	24.960.000		698.080	Em liquidacão	31-V e 30-IX	30-VI e 31-XII	Resgate das operações do Banco Hipotecario Agrícola do Estado e juros vencidos — (Lei 1.141 de 13-XI-1917).
	Total em francos				324.297.500		229.937.205	16.128.244			
1	São Paulo.....	1921	8	90	18.000.000		8.900.000	1.767.800	15-VI e 15-XII	1-I e I-VII	Resgate da dívida flutuante.

**OBSERVAÇÕES** — As importâncias relativas às Anuidades fora核算adas de acordo com os contratos excepto quanto ao empréstimo de Alagoas. Emprestimo 10, — O Estado depositaria trimestralmente em um banco, no Brasil, os fundos necessários e a remessa seria feita pelo menos seis meses antes das datas dos vencimentos dos juros.

Emprestimo 11 — Consta de 4 letras com vencimentos para 30-IV-917, 31-10-918, 31-I-919 e 31-I-920, tendo sido paga apenas a primeira.

**III — QUADRO — EMPRESTIMOS EXTERNOS EM DOLLARS REALIZADOS PELOS ESTADOS  
E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930**

N.º DE ORDEN	ESTADOS	ANO	TAXA %	TIPO	DOLLARS	Títulos em circulação em 31-12-1930	Anuidades e comissões em 1931	DATAS		DESTINO DO EMPRESTIMO
								Vencimentos de fundos para anuidades e comissões	Vencimentos dos coupons	
1	São Paulo.....	1921	8	90	10.000.000	4.950.000	999.900	1-I e I-VII	1-IV e I-X	Resgate da dívida interna flutuante.
2	Rio Grande do Sul	1921	8	90	10.000.000	6.300.000	933.240	1-III-VI-IX-XII	1-IV e I-X	Caes de P. Alente-Melhoramento/canais-Minas de carvão Gravatá/Ressgate dívida consolidada.
3	Ceará.....	1922	8	87	2.000.000	1.980.000	240.784	1-IV e 1-X	1-VI e 1-XII	\$1.000.000 p/ressgate/emprestimo francês de 1910 \$350.000 p/resservices gerais e egotos de Forale a e o restante nas leis 1240 de 16-VIII-1919 e 1351 de 10-IX-1921.
4	Santa Catarina.....	1922	8	90	5.000.000	4.704.580	505.000	1-II	1-II e 1-VIII	Diversos títulos indicados nas leis 1240 de 16-VIII-1919 e 1351 de 10-IX-1921.
5	São Paulo.....	1925	8	95	15.000.000	1.595.860	—	1-I e 1-VII	1-I e 1-VII	Melhoramentos na E. F. Sorocabana.
6	São Paulo.....	1926	7	91	7.500.000	7.155.000	604.280	1-III e 1-IX	1-III e 1-IX	Serviços de água e esgotos da Capital.
7	Rio Grande do Sul	1926	7	92	10.000.000	9.778.000	575.500	1-IV e 1-X	1-V e 1-XI	Ressgate da dívida flut. — Viação ferrea; alargamento e aprofundamento canais do Porto-Prósseguimento obras do Porto.
8	Pernambuco.....	1927	7	92	6.000.000	5.150.500	564.905	1-I e 1-VII	1-III e 1-IX	Obras do Porto de Recife de acordo c/la lei n. 1.836.
9	Espirito Santo.....	1927	8	96,5	1.750.000	790.000	493.200	Quinzenal	31-III e 30-IX	Substituição de Obrig. do Banco Hipot. encampado pelo Estado.
10	Maranhão.....	1928	7	87	1.750.000	1.727.912	171.649	Mensal	1-V e 1-XI	Resgate do empréstimo de 1923-S %-\$1.500.000
11	Espirito Santo.....	1928	8	96,5	750.000	380.000	215.650	Quinzenal	31-III e 30-IX	Resgate da dívida interna.
12	São Paulo.....	1928	6	92,75	15.000.000	14.556.500	998.240	1-VI e 1-XII	1-I e 1-VII	Prolongamento linhas ferreas. Serviços de águas e esgotos. Empreendimentos gerais.
13	Paraná.....	1928	7	93,5	4.860.000	4.702.000	391.608	15-II e 15-VIII	15-III e 15-IX	Resgate dos empréstimos franceses de 1905, 1913 e 1916.
14	Rio Grande do Sul	1928	6	91,5	23.000.000	23.000.000	1.383.700	25-IV e 25-X	1-VI e 1-XII	Resgate do empréstimo externo em francos de 1919 e o saldo para outros fins.
15	Minas Gerais.....	1928	6,5	95	8.500.000	8.190.000	651.249	19-I e 22-VII	1-III e 1-IX	Resgate dívida externa-Aparelhamento ferroviário, serv. elétricidade B. Horizontal-Estados hidrominerais-Emprestimo ao Banco Crédito Real e à Prefeitura.
16	Rio de Janeiro.....	1929	6,5	91,5	6.000.000	6.000.000	469.288	15-V e 15-XI	1-I e 1-VII	Obras saneamento da baixada e resgate de saldo em circulação do empréstimo de 1912.
17	Minas Gerais.....	1929	6,5	83,5	8.000.000	7.561.000	613.050	19-I e 22-VII	1-III e 1-IX	Compra de materiais destinados ás E. Ferro e outros fins.
18	São Paulo.....	1930	7	90	35.000.000	33.250.000	5.004.792	15-II e 15-VIII	1-IV e 1-X	Liquidiação do stock de café.
	Total em dollars.				170.110.000		155.775.712			
							16.593.501			

As anuidades e comissões estão calculadas de acordo com os contratos.  
(1) Incluiu-se \$ 26.912 em Letras.

**IV QUADRO — EMPRESTIMOS EXTERNOS, EM LIBRAS E EM FRANCOS, REALIZADOS PELAS MUNICIPALIDADES**

E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930

ORDEN Nº	MUNICIPALIDADES	ANOS	TAXA %	TIPO	LIBRAS ESTERLINEAS		Remessa de fundos para anuidades e comissões	Vencimentos dos coupons	DATAS	DESTINO DO EMPRESTIMO
					Capital Nominal	Títulos em circulação em 31-12-1930				
1	Belém.....	1905	5	73	1.000.000	921.040	55.550	até 30-IV	1-I e 1-VII	Resgate do empréstimo interno de 1903.
2	Manaus.....	1906	5,5	82,5	350.000	269.500	24.745	1-IV e 1-X	1-V e 1-XI	Pagamento da div. flutu. — Obras pub. e melhoramentos.
3	Belém.....	1906	5	70	600.000	570.400	33.320	até 30-VI	1-I e 1-VII	Para obras públicas e melhoramentos.
4	São Paulo.....	1908	6	98,7	750.000	400.310	53.025	1-IV e 1-X	1-I e 1-XII	Obras pub. extin. da div. flut. e resg.(div. fund. int. — Resgate da dívida fundada.
5	Porto Alegre.....	1909	5	85	600.000	327.500	36.826	1-I, e 1-VIII	1-VI e 1-XII	Resgate do emp. interno e para obras públicas.
6	Recife.....	1910	5	85	400.000	278.700	22.110	Mensual	1-V e 1-XI	Resgate de saneamento.
7	Pelotas.....	1911	5	95,5	600.000	447.320	32.989	—	30-VI e 31-XII	Consolidação div. flut. e encampação dos serviços de limpeza pública.
8	Beira.....	1912	5	100	600.000	590.880	33.330	31-III e 31-IX	1-I e 1-VII	Previsão no art. 2º da Lei que o autorizou.
9	Salvador.....	1912	5	84	500.000	498.844	27.762	1-II e 1-VII	1-II, e 1-VIII	Para resgate dos empréstimos de 1896, 1900, 1904 e 1906, rembordo so da dívida flut. o melhoramento no Distrito Federal.
10	Distrito Federal.....	1912	4,5	90	2.500.000	1.773.420	138.875	1-IV e 1-X	1-IV e 15-IX	Resgate de títulos de Baja Tramway Light and Power
11	Salvador.....	1914	6	—	1.521.000	1.521.000	99.854	—	1-I e 1-VII	Pagamento dos cupons do emp. ant. de £ 485.000, na prop. de L 110 milhão de 100% no emp. de 1905; L 105 milhão de 1906 e ao par de 1912. L 400.000 foram emitidos portadores de debênt. Munic. of Park Impr. Co.
12	Beirão.....	1915	5	100	885.000	885.000	62.460	1-VII e 1-XII	1-I e 1-VII	Funding.
13	Salvador.....	1916	5	100	840.000	840.000	59.388	—	1-VI e 1-XII	Consolid. da div. de The Par Electric Light Power e pagamento de 50% dos cupons de emp. externos.
14	Beirão.....	1919	6	100	272.661	272.661	22.500	até 30-XI	1-I e 1-VII	Liquid. principal e juros do emp. int. de 6%, em L de 1910. Idem(funding de 7% de 1915 e em outros fins).
15	Santos.....	1927	7	90	2.260.000	2.182.920	184.000	1-V e 1-XI	1-VI e 1-XII	Resgate dos títulos da div. interna no valor de L 263.950 emitidas p/melhoramentos de serv. de água e esgotos e outras obras municipais.
16	Niterói.....	1928	7	92,5	800.000	787.100	60.115	Mensual	15-VI e 15-XII	—
	Total em £.....				14.478.661	12.566.875	946.859			
					Francos					
1	Salvador.....	1905	5	82	25.000.000	23.440.000	1.513.360	15-VI e 15-XII (ou Mensal)	1-II e 1-VIII	Obras/engenharia, distribuição, construção de mureados e obras complementares.
2	Salvador.....	1912	5	84	27.500.000	27.436.400	1.526.921	1-I e 1-VII	1-II e 1-VIII	Previsão no art. 2º da Lei que o autorizou.
	Total em Francos				52.500.000	50.876.400	3.040.281			

anuidades e comissões estão calculadas de acordo com os contratos.

V — QUADRO — EMPRESTIMOS EXTERNOS, EM DOLLARS REALISADOS, PE LAS MUNICIPALIDADES

E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930

Nº ordem da tabela	MUNICIPALIDADE	ANO	TAXA %	TIPO	DOLLARS		Datas	DESTINO DO EMPRESTIMO
					Capital Nominal	Titulos em circulação em 31-12-1930		
1	São Paulo.....	1919	6	90	\$ 500.000	5.870.000	686.800	1-II e 1-VIII
2	Distrito Federal.....	1921	6	89	12.000.000	7.680.000	1.148.976	1-IV e 1-IX
3	São Paulo.....	1922	8	93	4.000.000	3.312.500	403.938	1-IV e 1-X
4	Porto Alegre.....	1922	8	90	3.500.000	3.340.000	207.960	1-V e 1-XI
5	Porto Alegre.....	1926	7,5	90,125	4.000.000	3.900.000	321.459	1-VI e 1-XII
6	São Paulo.....	1927	6,5	90,57	5.900.000	5.644.000	451.125	15-IV e 15-X
7	Cachoeira.....	1927	7	93,52	952.381	936,515	72.143	1-IV e 1-X
8	Pelotas.....	1927	7	93,52	833.333	819.450	63.125	1-IV e 1-X
9	Uruguaiana.....	1927	7	93,52	547.619	538.496	41.483	1-IV e 1-X
10	Sant'Ana.....	1927	7	93,52	476.191	468.258	36.071	1-IV e 1-X
11	Caxias.....	1927	7	93,52	357.143	351.193	27.054	1-IV e 1-X
12	Bagé.....	1927	7	93,52	297.619	292.681	22.544	1-IV e 1-X
13	Rio Grande.....	1927	7	93,52	297.619	292.661	22.544	1-IV e 1-X
14	São Leopoldo.....	1927	7	93,52	233.035	234.129	18.036	1-IV e 1-X
15	Distrito Federal.....	1928	6,5	92,8	30.000.000	30.000.000	2.605.426	15-I e 15-VII
16	Distrito Federal.....	1928	6	96	1.770.000	1.770.000	107.262	15-II e 15-VIII
17	Porto Alegre.....	1928	7	92	2.250.000	2.253.000	169.914	1-I e 1-VII
	Total em dollars.....				75.920.000	67.672.863	6.498.990	

As anuidades e comissões estão calculadas de acordo com os contratos.

As anuidades e comissões estão calculadas de acordo com os contratos.

**VI — QUADRO — TOTAL DOS EMPRESTIMOS ESTADUAIS EMITIDOS EM CADA ANO  
DIVIDA EXTERNA**  
E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930

ANOS	LIBRAS ESTERLINEAS			DOLLARS			FRANCOS			FLORINS		
	Capital Nominal	Titulos em circulação en 31/12/30	Serviço de Juros e Amor- tização 1931 de acordo com os contratos	Capital Nominal	Titulos em circulação en 31/12/30	Serviço de Juros e Amor- tização 1931 de acordo com os contratos	Capital Nominal	Titulos em circulação en 31/12/30	Serviço de Juros e Amor- tização 1931 de acordo com os contratos	Capital Nominal	Titulos em circulação en 31/12/30	Serviço de Juros e Amor- tização 1931 de acordo com os contratos
1888.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1901.....	1.450.000	1.270.000	80.545	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1904.....	2.062.360	1.198.500	124.615	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1905.....	4.800.000	2.693.640	284.721	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1906.....	280.000	257.740	15.477	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1907.....	2.650.000	2.192.494	152.884	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1908.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1909.....	250.000	68.226	17.714	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1910.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1912.....	1.150.000	1.052.943	62.511	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1915.....	1.837.334	1.680.959	184.277	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1916.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1918.....	355.000	97.959	57.164	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1919.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1921.....	2.000.000	1.797.500	185.663	20.000.000	11.250.000	1.033.140	—	—	—	—	—	—
1922.....	—	—	—	7.000.000	6.684.800	745.784	—	—	—	—	—	—
1925.....	—	—	—	15.000.000	15.000.000	1.595.800	—	—	—	—	—	—
1926.....	2.500.000	2.385.700	201.420	17.560.000	16.933.000	1.361.760	—	—	—	—	—	—
1927.....	3.817.500	3.634.389	289.064	7.750.000	5.940.500	1.058.105	—	—	—	—	—	—
1928.....	6.588.500	6.448.511	465.418	53.860.000	52.856.412	3.812.062	—	—	—	—	—	—
1929.....	—	—	—	14.000.000	13.861.000	1.082.338	—	—	—	—	—	—
1930.....	12.808.000	12.187.600	1.831.408	35.000.000	33.250.000	5.004.792	—	—	—	—	—	—
Total.....	42.518.694	36.946.161	3.912.844	170.110.000	155.775.712	16.593.801	224.297.500	229.937.205	16.128.244	18.000.000	8.900.000	1.797.800

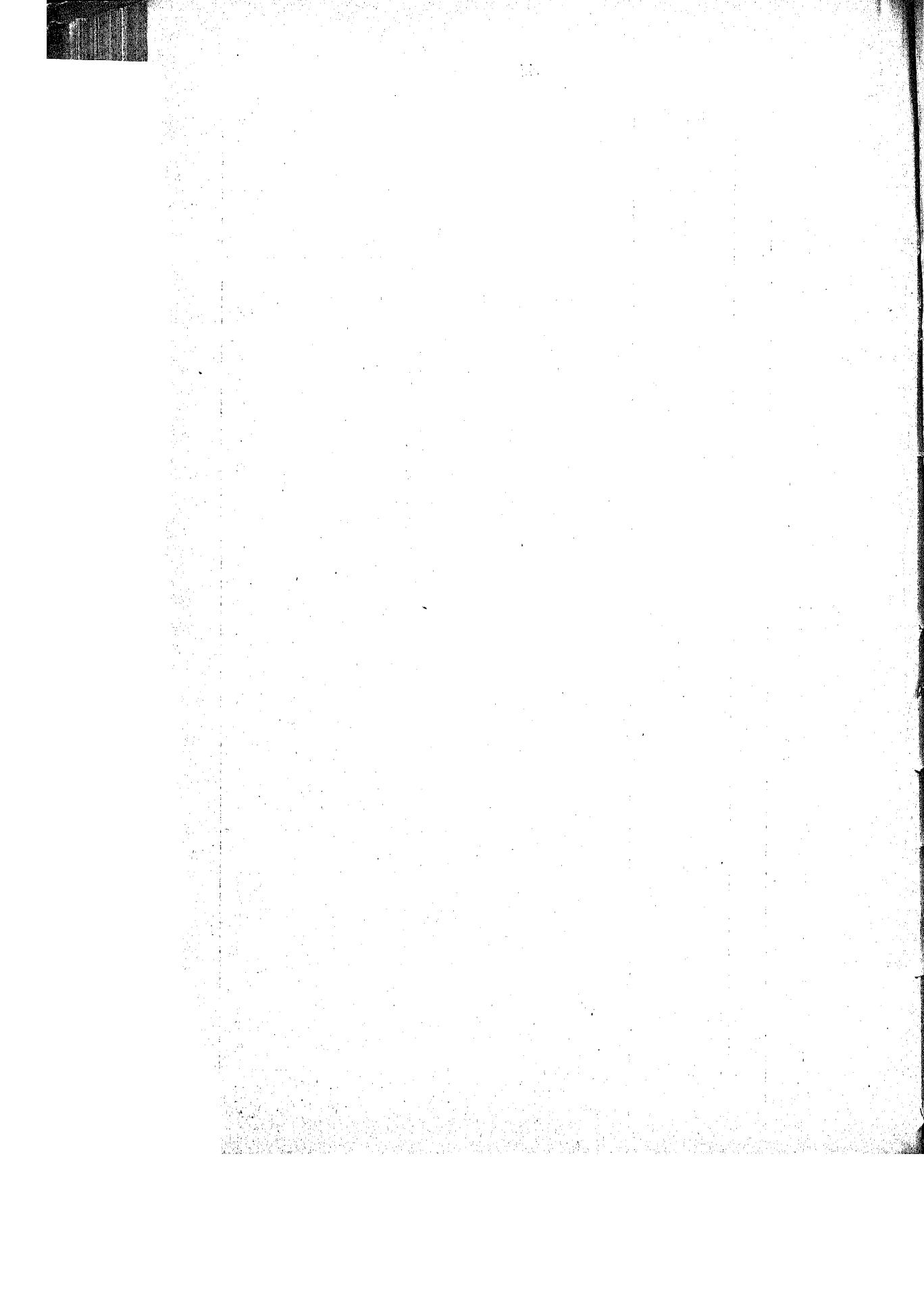
**VII — QUADRO — TOTAL DOS EMPRESTIMOS MUNICIPAIS EMITIDOS EM CADA ANO**  
**E AINDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930**

ANOS	LIBRAS ESTERLINEAS		DOLLARS		FRANCOS		FLORINS	
	Capital Nominal	Titulos em circulação em 31/12/30	Capital Nominal	Titulos em circulação em 31/12/30	Capital Nominal	Titulos em circulação em 31/12/30	Capital Nominal	Titulos em circulação em 31/12/30
1905.....	1.000.000	921.040	55.550	—	—	—	—	—
1906.....	950.000	840.200	58.075	—	—	—	—	—
1908.....	750.000	400.310	53.025	—	—	—	—	—
1909.....	600.000	327.500	36.826	—	—	—	—	—
1910.....	400.000	278.700	22.110	—	—	—	—	—
1911.....	600.000	447.320	32.980	—	—	—	—	—
1912.....	3.600.000	2.863.124	190.967	—	—	—	27.436.400	1.526.321
1914.....	1.521.000	1.521.000	99.854	—	—	—	—	—
1915.....	885.000	885.000	62.460	—	—	—	—	—
1916.....	840.000	840.000	59.388	—	—	—	—	—
1918.....	—	—	—	—	—	—	—	—
1919.....	272.661	272.661	22.500	8.500.000	5.870.000	686.800	—	—
1921.....	—	—	—	12.000.000	7.650.000	1.145.976	—	—
1922.....	—	—	—	7.500.000	6.652.500	701.588	—	—
1926.....	—	—	—	4.000.000	3.900.000	321.489	—	—
1927.....	2.260.000	2.182.920	184.000	9.900.000	9.577.363	754.125	—	—
1928.....	800.000	787.100	60.115	34.030.000	33.993.000	2.885.602	—	—
	14.478.661	12.566.875	946.839	75.920.000	67.672.863	6.498.393	52.500.000	3.040.281

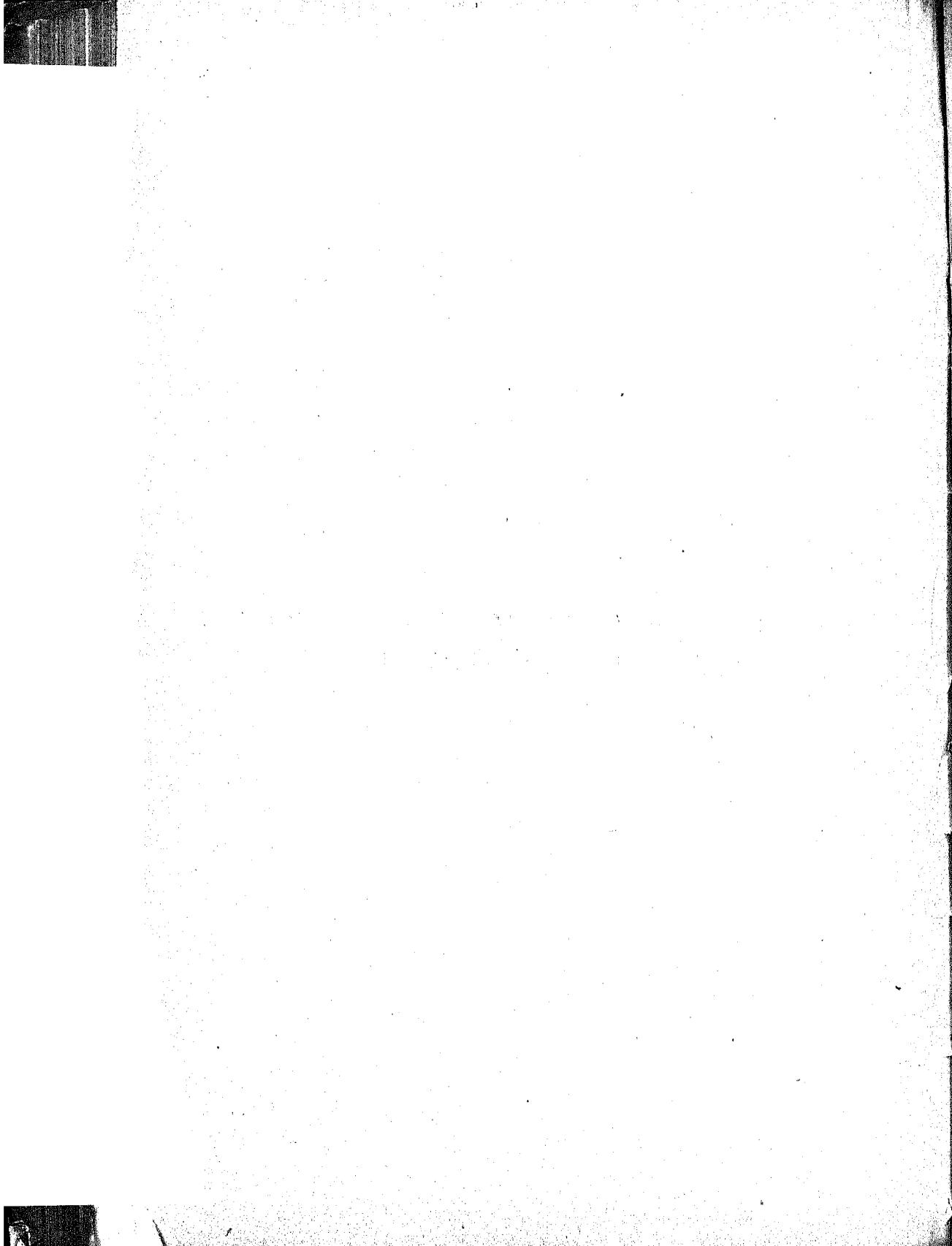
DIVIDA EXTERNA

VIII — QUADRO — TOTAL DOS EMPRESTIMOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS EMITIDOS EM CADA ANO  
F. ATENDA EM CIRCULAÇÃO EM 31-12-1930

LIBRAS ESTERLINAS		DOLLARS		FRANCOS		FLORINS	
ANOS	Capital Nominal	Serviço de Ju- ros e Amor- tização em 1931 de a- cordo com os contratos	Titulos em circulação em 31/12/30	Serviço de Ju- ros e Amor- tização em 1931 de a- cordo com os contratos	Titulos em circulação em 31/12/30	Serviço de Ju- ros e Amor- tização em 1931 de a- cordo com os contratos	Titulos em circulação em 31/12/30
1888.....	—	—	—	—	—	—	—
1890.....	1.450.000	1.270.000	80.548	—	—	—	—
1891.....	2.062.360	1.198.500	124.615	—	—	—	—
1894.....	5.800.000	3.614.650	350.271	—	—	—	—
1895.....	1.230.000	1.097.940	73.552	—	—	—	—
1896.....	2.650.000	2.192.494	152.884	—	—	—	—
1897.....	750.000	400.310	53.025	—	—	—	—
1898.....	850.000	395.726	54.340	—	—	—	—
1899.....	400.000	253.700	22.110	—	—	—	—
1900.....	600.000	447.320	32.989	—	—	—	—
1901.....	3.600.000	2.863.124	199.967	—	—	—	—
1912.....	1.120.000	1.052.943	62.611	—	—	—	—
1913.....	1.521.000	1.521.000	99.884	—	—	—	—
1914.....	2.742.334	2.565.959	166.737	—	—	—	—
1915.....	840.000	840.000	59.388	—	—	—	—
1916.....	335.000	97.959	57.104	—	—	—	—
1918.....	272.651	272.661	22.500	8.500.000	5.870.000	638.800	24.360.000
1919.....	2.000.000	1.797.500	185.563	32.000.000	18.130.000	3.082.116	18.000.000
1921.....	—	—	—	14.500.000	13.337.300	1.447.682	—
1922.....	—	—	—	15.000.000	15.000.000	1.515.800	—
1925.....	—	—	—	—	—	—	—
1926.....	2.500.000	2.375.700	201.420	21.500.000	20.833.000	1.682.249	—
1927.....	6.077.500	5.817.309	478.064	17.650.000	15.517.863	1.812.230	—
1928.....	7.386.500	7.295.611	525.553	87.850.000	86.849.412	6.697.684	—
1929.....	—	—	—	14.000.000	13.361.000	1.032.358	—
1930.....	12.808.000	12.167.900	1.831.468	35.000.000	33.250.000	5.004.792	—
Total.....	56.997.355	49.513.036	4.859.703	223.448.576	23.092.691	280.813.605	18.000.000
				246.030.000			1.797.800



**QUADROS COMPARATIVOS DA DIVIDA PASSIVA DOS  
ESTADOS COM A RESPECTIVA RECEITA**



QUADRO COMPARATIVO DAS DIVIDAS EXTERNA, INTERNA E FLUTUANTE DE CADA ESTADO COM A RECEITA ORGADA

EM 1931

VALOR EM CENTOS DE REIS

249

ESTADOS	DÍVIDA INTERNACIONAL		TOTAL DA DÍVIDA PARA 31-12-30	TOTAL DA RECEITA PARA 1931	RELAÇÃO DA DÍVIDA PARA A RECEITA
	DÍVIDA EXTERNA	Consolidada Flutuante			
Amazonas (1) .....	52.695	47.052	135.419	7.509	18,0
Pará (1) .....	160.772	5.891	211.193	16.640	12,6
Maranhão (1) .....	20.170	3.300	22.475	13.202	2,4
Ceará (1) .....	—	92	1.170	1.262	0,2
Rio Grande do Norte .....	22.764	1.381	3.287	27.331	1,8
Paraíba .....	2.279	2.652	6.543	11.474	1,4
Pernambuco (1) .....	—	—	2.694	2.694	0,2
Alagoas (1) .....	72.654	30.823	22.256	12.175	2,0
Sergipe .....	20.230	558	7.545	6.381	2,8
Bahia .....	—	12.396	3.001	15.397	2,0
Espírito Santo (2) .....	136.675	118.475	44.066	29.0.216	4,6
Rio de Janeiro .....	16.592	9.020	28.271	53.883	2,5
São Paulo (3) .....	194.693	53.452	57.581	305.726	5,1
Paraná .....	1.600.283	40.321	452.014	2.454.618	6,0
Santa Catarina (1) .....	77.260	28.084	98.524	198.863	33.276
Bio Grande do Sul .....	45.383	15.323	3.044	63.755	18.350
Minas Gerais .....	321.206	6.817	38.574	366.591	194.012
Goiás .....	203.337	144.850	232.943	581.135	201.032
Mato Grosso .....	—	—	3.173	3.173	7.060
Total.....	2.947.001	881.146	1.105.318	4.933.465	4,2

As conversões dos empréstimos externos foram feitas à taxa de 6d. ouro.  
 Os empréstimos em moeda francesa foram convertidos a contos de réis, como se todos fossem em francos papel.  
 (1) Inclusive juros atraçados dos empréstimos externos.  
 (2) Inclusive a dívida flutuante em moedas estrangeiras, na equivalência de 5.865 contos.  
 (3) Incluídos os empréstimos de 1921 e 1930 cujo serviço corre por conta de arrecadação extra-ordinária. Sem esses empréstimos a dívida externa de S. Paulo é taxa de 6d. passa a ser de 698.300 contos e a relação desce para 3,8 em vez de 6,0.

**DRO COMPARATIVO DO SERVIÇO ANUAL DAS DIVIDAS CONSOLIDADAS COM A RECEITA ORGADA DE CADA ESTADO  
EM 1931**

VALOR EM CONTOS DE REIS

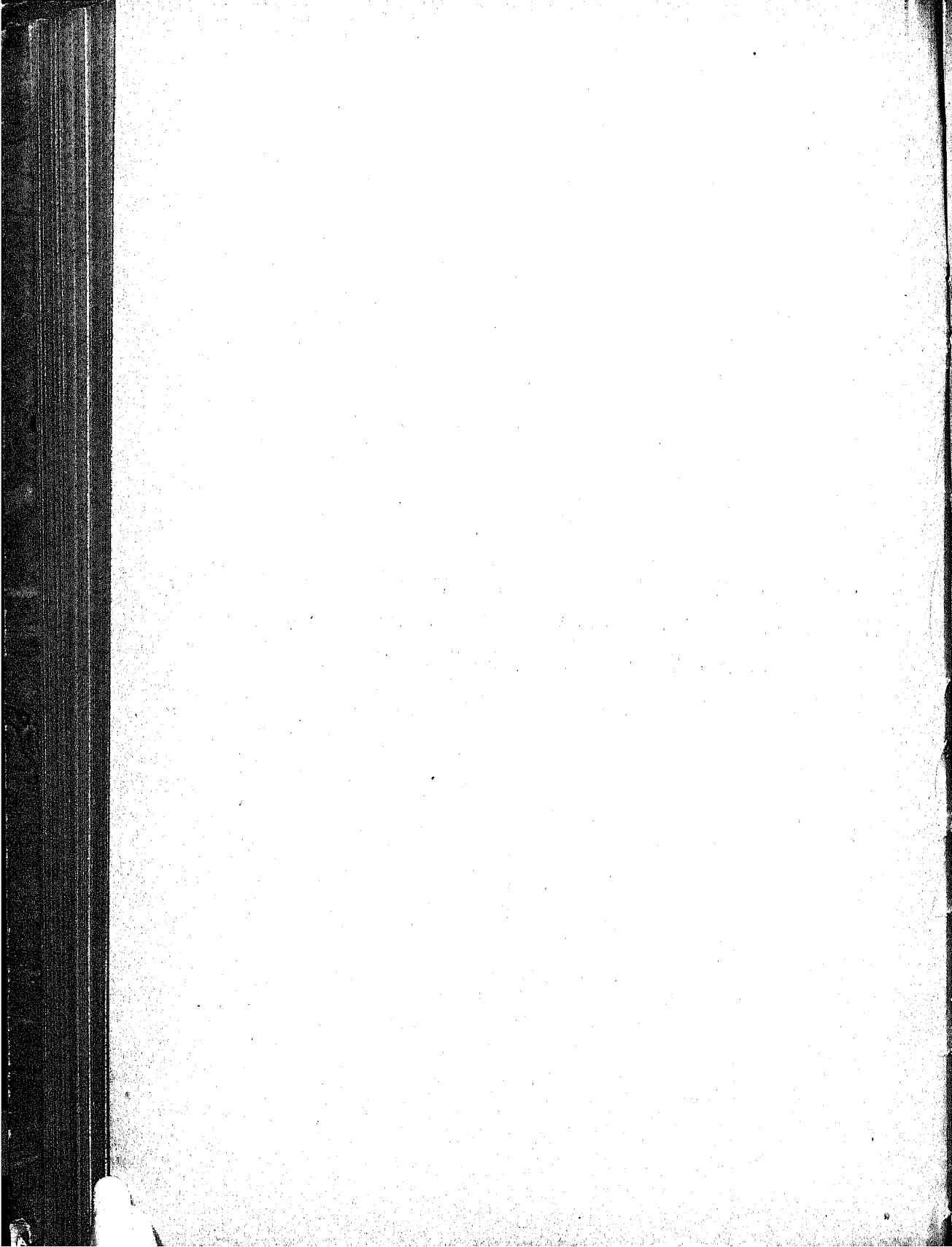
ESTADOS	SERVICO PARA 1931 DE ACORDO COM OS CONTRATOS			RECEITA PARA 1931	ORGADA DA DIVIDA SOBRE A RECEITA
	Externa	Interna	Total		
Amazonas .....	1.960	1.326	3.233	7.509	42,92
Pará .....	7.942	325	8.267	16.646	49,68
Maranhão .....	1.864	142	2.006	13.202	15,13
Piauí .....	—	5	5	4.959	0,10
Ceará .....	2.272	286	2.558	14.616	17,50
Rio Grande do Norte .....	156	160	316	8.107	3,89
Paraíba .....	—	19	10	12.176	0,08
Pernambuco .....	7.783	2.882	10.645	60.381	17,62
Alagoas .....	1.083	132	1.215	10.068	12,06
Sergipe .....	—	581	587	7.333	8,00
Bahia .....	10.954	5.219	16.173	64.533	25,06
Espirito Santo .....	5.826	633	6.459	21.009	30,75
Rio de Janeiro .....	15.419	5.699	21.109	59.606	35,41
São Paulo (1) .....	196.180	26.625	222.805	403.470	55,20
Paraná .....	6.452	3.904	10.356	33.276	31,12
Santa Catarina .....	4.860	833	5.693	18.359	31,05
Rio Grande do Sul .....	25.270	412	25.682	194.012	13,23
Minas Gerais .....	16.070	11.710	27.780	201.032	13,81
Goiás .....	—	85	85	7.080	1,20
Mato Grosso .....	—	746	746	9.155	8,16
Total.....	304.038	61.697	365.735	1.166.467	31,35

As conversões dos empréstimos externos foram feitas á taxa de 6d. ouro.

Os empréstimos realizados em moeda francesa foram convertidos a contos de réis, como se todos fossem em francos papel.

(1) O serviço anual da dívida externa de S. Paulo, que corre por conta de verbas orgamentárias, é apenas de 60.204 contos, baixando assim a percentagem a 21,52 e passando a do total geral dos Estados para 19,70.

DESPESA COM A INSTRUÇÃO  
PRIMARIA, POLICIA MILITAR, VENCIMENTOS DOS  
INTERVENTORES E SECRETARIOS



**RECEITA E DESPESA ORÇAMENTARIAS PARA O EXERCICIO DE 1932 E VERBAS DESTINADAS Á INSTRUÇÃO PRIMARIA  
MARIA E Á POLICIA MILITAR, EM CONFRONTO COM AS PRESCRITAS FELIZ CODIGO DOS INTERVENTORES**

VALORES EM CENTOS DE RÉIS

253

ESTADOS EM ORDEM ALFABETICA	RECEITA	DESPESA	POLICIA MILITAR		INSTRUÇÃO PRIMARIA		VALORES EM CENTOS DE RÉIS
			No orçamento	Pelo código	No orçamento	Pelo código	
1 Amazonas.....	7.362	7.039	—	704	1.230	756	1
2 Pará.....	19.160	18.888	—	1.888	2.595	1.916	2
3 Maranhão.....	13.460	13.013	920	1.301	1.800 (§)	1.340	3
4 Piauí.....	5.000	4.980	X 651	498	720 (§)	500	4
5 Ceará.....	15.026	12.486	X 1.501	1.248	1.883	1.503	5
6 Rio Grande do Norte.....	9.079	9.058	S09	906	940 (§)	908	6
7 Paraíba.....	16.070	15.901	X 2.766	1.500	1.798	1.607	7
8 Pernambuco.....	60.214	X 70.957	6.866	7.096	X 4.600 (§)	6.021	8
9 Alagoas.....	12.159	12.159	1.030	1.213	1.397 (§)	1.213	9
10 Sergipe.....	8.247	8.247	X 1.140	825	880	825	10
11 Bahia.....	66.755	66.598	6.593	6.660	8.634	6.675	11
12 Espírito Santo.....	25.690	25.643	2.365	2.561	2.692	2.569	12
13 Rio de Janeiro.....	52.010	52.010	3.314	5.201	6.100	5.201	13
14 São Paulo.....	400.920	X 450.994	39.000	45.100	58.309	40.092	14
15 Paraná.....	33.276	30.026	1.599	3.003	X 2.043	3.328	15
16 Santa Catarina.....	18.000	18.000	1.740	1.800	2.640	1.800	16
17 Rio Grande do Sul.....	198.031	193.705	16.736	19.370	X 9.869	19.803	17
18 Minas Gerais.....	209.988	209.883	X 23.616	20.983	24.264	20.999	18
19 Goiás.....	6.757	6.532	X 891	653	1.070	676	19
20 Mato Grosso.....	9.932	9.932	X 1.440	993	1.142	993	20
Total.....	1.187.246	1.235.971	112.986	123.503	134.616	118.725	

(§) Os dados de instrução primária estão incluídos em títulos gerais de Instrução no orçamento.

O sinal X indica que o orçamento está em desacordo com que estabelece o Código dos Interventores.

VENCIMENTOS E REPRESENTAÇÃO DE INTERVENTORES E DE SECRETARIOS E NÚMERO DE SECRETARIAS CONSTANTES  
DAS LEIS ORÇAMENTARIAS, PARA O EXERCÍCIO DE 1932, EM CONFRONTO COM OS PRESCRITOS PELO CÓDIGO DOS  
INTERVENTORES

VALORES EM CENTOS DE REIS

Nº DE ORDEN DE LEI	ESTADOS	REFE- RENCIA À ORGÃA 1932	NÚMERO DE SECRETARIAS	VENCIMENTOS DE INTERVENTORES			VENCIMENTOS DE SECRETARIOS			REPRESENTAÇÃO DE INTERVENTORES			REPRESENTAÇÃO DE SECRETARIOS		
				No Or- ganamento	Pelo Código (máximo)	No Or- ganamento	Pelo Código (máximo)	No Or- ganamento	Pelo Código (máximo)	No Or- ganamento	Pelo Código (máximo)	No Or- ganamento	Pelo Código (máximo)	No Or- ganamento	Pelo Código (máximo)
1	Amazonas.....	7.562	a	1	1	36	36	24	24	6	18	3	12	1	
2	Pará.....	19.160	b	2	2	42	42	18	28	18	21	(§)	14	2	
3	Maranhão.....	13.400	b	1	2	42	42	28	28	(§)	21	(§)	14	3	
4	Piauí.....	5.000	a	1	1	30	36	22	24	(§)	18	(§)	12	4	
5	Ceará.....	15.026	b	2	2	42	42	24	28	18	21	(§)	14	5	
6	Rio Grande do Norte.....	9.079	a	1	1	36	36	24	24	(§)	18	(§)	12	6	
7	Paraíba.....	16.070	b	2	2	36	42	19	28	(§)	21	(§)	14	7	
8	Pernambuco.....	60.214	d	4	4	36	64	24	36	18	27	12	18	8	
9	Alagoas.....	12.129	b	1	2	36	42	24	28	10	21	5	14	9	
10	Sergipe.....	8.247	a	1	1	24	36	16	24	12	18	(§)	12	10	
11	Bahia.....	66.755	d	4	4	54	54	36	36	(§)	27	(§)	18	11	
12	Espirito Santo.....	25.690	e	3	3	36	48	24	32	24	24	12	16	12	
13	Rio de Janeiro.....	52.010	d	3	4	36	54	30	36	(§)	27	(§)	18	13	
14	São Paulo.....	400.920	f	5	5	72	72	36	48	36	36	24	24	14	
15	Paraná.....	33.276	c	2	3	36	48	30	32	12	24	6	16	15	
16	Santa Catarina.....	15.000	b	2	2	42	42	17	28	12	21	7	14	16	
17	Rio Grande do Sul.....	195.031	e	3	5	60	60	36	40	12	30	(§)	20	17	
18	Minas Gerais.....	209.988	f	4	5	60	66	36	44	(§)	33	12	22	18	
19	Goiás.....	6.757	a	1	1	36	36	22	24	—	18	—	12	19	
20	Mato Grosso.....	9.932	a	1	1	36	36	24	24	12	12	6	12	20	
		1.157.246	45	51	328	328	1.241	1.282 (a)	1.796 (a)	190	456	304 (a)	882 (b)		

(§) Não constam importâncias fixadas no organamento.

(a) Resultado da multiplicação do número de secretarias pelas respectivas dotações.

(b) O que se podia gastar pelo Código dos Interventores.

(x) O signo x indica que o organamento está em desacordo com o que estabelece o Código dos Interventores.

RIO DE JANEIRO  
IMPRENSA NACIONAL  
1932